



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social

Joseni Pereira Meira Reis

LETRAMENTOS EM UMA INSTÂNCIA RELIGIOSA: O CASO DO *CENTRO*
***PSYCHICO DE CAETITÉ, BAHIA* (1905-1930)**

Belo Horizonte

2018

Joseni Pereira Meira Reis

**LETRAMENTOS EM UMA INSTÂNCIA RELIGIOSA: O CASO DO *CENTRO
PSYCHICO DE CAETITÉ, BAHIA* (1905-1930)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Área de concentração: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão.

Belo Horizonte

2018

R375I
T Reis, Joseni Pereira Meira, 1969-
Letramentos em uma instância religiosa [manuscrito] : o caso do Centro Psychico de Caetité, Bahia (1905-1930) / Joseni Pereira Meira Reis. - Belo Horizonte, 2018.
255 f., enc, il.

Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Ana Maria de Oliveira Galvão.
Bibliografia: f. 238-255.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- História -- Bahia -- Teses. 3. Ensino religioso -- Espiritismo -- Teses. 4. Escrita -- Estudo e ensino -- Teses. 5. Leitura -- Estudo e ensino -- Teses. 6. Letramento -- Teses. 7. Bahia -- Educação -- Teses.
I. Título. II. Galvão, Ana Maria de Oliveira, 1969-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da Fonte* : Biblioteca da FaE/UFMG

Bibliotecário†: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica‡.

* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou **fazer inserir declaração falsa** ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184 de 29 de setembro de 2017, Art. 3º - "**É obrigatório** que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos".

‡ Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou **alterar** documento público verdadeiro..."

FOLHA DE APROVAÇÃO

LETRAMENTOS EM UMA INSTÂNCIA RELIGIOSA: O CASO DO *CENTRO PSYCHICO DE CAETITÉ, BAHIA* (1905-1930)

Joseni Pereira Meira Reis

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação e Inclusão Social, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação, área de concentração História da Educação.

Aprovada em 03 de dezembro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão – Orientadora
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Eliane Marta Teixeira Lopes
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Marion Aubrée
École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris

Profa. Dra. Maria José Francisco de Souza
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Maria Lúcia Porto S. Nogueira
Universidade do Estado da Bahia, Campus VI – Caetité

Profa. Dra. Mônica Yumi Jinzenji – Suplente
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Andrea Tereza Brito Ferreira – Suplente
Centro de Educação – Universidade Federal de Pernambuco

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2018.

Aos meus pais, João Vasconcelos (*in memoriam*), e
Castora Meira presenças constantes em minha vida.

Ao esposo, Pepeu; aos filhos, Guilherme e João
Pedro e aos meus irmãos, Nice, João, Ane e Joel.

Aos bons espíritos que me iluminaram nessa
caminhada.

AGRADECIMENTOS

Percorri um longo caminho até chegar a este momento... Permeado por dúvidas, aflições, angústias e alegrias... Sim, alegrias pela conclusão de uma etapa da minha trajetória de formação profissional e, também, pessoal. Alegrias, sobretudo, pela certeza de saber que pude contar com a colaboração dos meus familiares, amigas e amigos de jornada. Tenho certeza de que, sem o apoio de vocês, não teria conseguido finalizar este percurso. Assim, sou imensamente grata aos que, direta e indiretamente, colaboraram com este processo. Devo ressaltar que as limitações e os equívocos presentes neste trabalho são de minha responsabilidade. Entretanto, os eventuais acertos devem-se muito às sugestões de algumas pessoas generosas às quais agradeço nominalmente.

A Ana Maria Galvão, minha gratidão, respeito, admiração e inspiração tanto por sua dimensão humana como profissional, especialmente pelo compromisso, dedicação e forma ética com que desempenha a docência e a pesquisa. Obrigada por fazer parte da minha formação, sobretudo pela compreensão e pela tolerância nos meus momentos de angústia e desânimo.

Às professoras Eliane Marta Teixeira Lopes e Marion Aubrée, que participaram da banca de qualificação deste trabalho. Agradeço pelas proposições apresentadas, pois foram de grande valia. Agradeço, sobretudo, à generosidade de ambas, o que revela o comprometimento social e político com a formação dos novos pesquisadores.

Às professoras Maria José de Souza, Maria Lúcia Porto Nogueira e Andrea Tereza Brito Ferreira, por terem aceitado o convite em participar da banca de defesa. Agradeço pela leitura atenta do trabalho e pela oportunidade de poder fazer a interlocução com vocês. À Mônica Yumi Jinzenji, que, mesmo à distância, não poderia deixar de participar da finalização do trabalho.

Aos colegas Helder Pinto, Leide Mara, Cecília Fadul, Lisiane Manke, Simone Aparecida, Jaime Sepulcro, Keu Apoema, Isabela Lara e Giane Pimentel, que fizeram/fazem parte do grupo de orientandas/os da professora Ana Galvão. Agradeço pelas trocas e aprendizados compartilhados durante o percurso formativo, especialmente pela leitura atenta, comentários e sugestões feitas ao texto durante a escrita da tese.

À Maria Belma Gumes Fernandes, pela disponibilidade e gentileza em ler os meus escritos e dialogar sobre eles, além de ter me fornecido informações sobre as vivências das práticas espíritas no cotidiano da família, uma vez que morou em Caetité e residiu na “Casa grande” em companhia das tias, filhas de João Gumes. À Cármen Bonfim, pelas conversas que me auxiliaram a sanar dúvidas sobre a Doutrina Espírita.

Aos professores e funcionários do Programa da Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da FAE-UFMG, meus agradecimentos; aos funcionários da secretaria, especialmente a Rose, a Juanice, a Gilson e a Marli (Biblioteca da FAE), pela forma gentil e prestativa com que nos auxiliam na resolução das questões de ordem burocrática.

Aos membros do GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação –, docentes, discentes e bolsistas, pelos momentos de trocas e aprendizados e pela oportunidade da apresentação no Seminário de Pesquisa.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Cultura Escrita da FAE-UFMG, espaço intenso de múltiplos aprendizados, formado por pessoas calorosas e receptivas vindas de diferentes cidades do Brasil com os seus diversos pertencimentos. Para mim, é um privilégio fazer parte do Grupo.

Ao diretor do Centro Espírita Aristides Spínola, Sr. Maurício Gumes, que gentilmente me permitiu consultar o acervo da instituição. Agradeço, também, às mulheres que participam do projeto de costura no Centro, pela agradável companhia e pelas “prozas” no horário do café, sempre acompanhado por bolos fritos, beiju, arroz doce e outras iguarias.

Às amigas Giane Carneiro, Ciça de Fátima, Noelma Carvalho, Marilene Moura (Leni), Elenice, Lielva, Larissa, Leninha e Dinalva Macêdo, que de forma prestativa atenderam as minhas solicitações com relação aos “fazeres” da pesquisa.

Aos novos amigos e aos de longa data, de perto ou de longe, que foram conquistados ao longo da caminhada formativa, cada um, a seu modo, contribuindo para tornar esse processo mais leve e prazeroso. São eles: Tatyane Marques, Renata, Paulo Henrique, Rafaela Paiva, Sidmar, Ailson, Joilson, Sônia Maria, Rafaela, Anna Donato, Cleriston Fernandes, Natalina e as amigas “tulipeiras”.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Caetité, pelo trabalho de manutenção e preservação do acervo documental referente à história do Alto Sertão da Bahia, da Bahia e do Brasil, especialmente a Ronildo Cruz e Rosália Junqueira.

Aos colegas, direção e funcionários do Colégio Estadual Governador Luís Viana Filho, pela amizade e incentivo ao longo de décadas de trabalho, e especialmente à diretora, Anete Maria Soares Luz Azevedo, pelo apoio.

Aos Colegas, direção e funcionários da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII-Guanambi, sobretudo ao Colegiado de Pedagogia, pela dispensa das atividades da docência para que eu pudesse me dedicar ao curso. Agradeço, ainda, a UNEB pela concessão da bolsa PAC, que possibilitou tranquilidade necessária para me dedicar às atividades da pós-graduação.

Aos meus pais, João Vasconcelos (*in memoriam* e Castora, e que são a minha referência de vida. Aos meus irmãos João Carlos, Ane e Joel, pelo apoio, carinho e compreensão. Aos sobrinhos Emilly, Belle, Sofia, Débora, João Neto, Gustavo, Lara e Bia, que nos alegram e animam com a sua presença. Aos cunhados Flávia, Carla e José Augusto, obrigada pela torcida. À Ravena e Débora, agradeço pelo incentivo. Ao meu esposo, Pedro Lélis (Pepeu), e aos filhos, João Pedro e Guilherme, sem palavras para descrever o quanto sou grata por vocês existirem na minha vida.

Reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos, prestando atenção às respostas, pode se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo (DARNTON, 1987, p.7).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar o lugar ocupado pela leitura e escrita nas atividades desenvolvidas no *Centro Psychico de Caetité*, no Alto Sertão da Bahia. Para tanto, buscou-se identificar os eventos de letramento que aconteciam nessa instância religiosa, no período entre 1905, ano de sua fundação, e 1930, que marca o fim da atuação de sua geração fundadora. Como fontes, foram utilizados documentos produzidos pela instituição no período em estudo, além de documentos da Igreja Católica e livros de memorialistas locais. O corpus documental é composto por livros de atas, impressos, cartas, entre outros. Para entender qual o lugar ocupado pela escrita e pela leitura, buscou-se identificar *o quê e para quê* se leu e se escreveu, *como* se produziu a leitura e a escrita e *quem* lia e escrevia. Do ponto de vista teórico e metodológico, a investigação fundamentou-se na história cultural, na história da educação e na história da leitura e da escrita. Os resultados da pesquisa apontaram que a escrita produzida no *Centro Psychico* acontecia de forma manuscrita (atas, cartas, bilhetes, rascunhos) e impressa (jornal). Entre as várias funções da escrita, destacam-se a mediúnica e a de assistência social e espiritual, importantes na dimensão espiritual da Doutrina. Essas funções tinham o objetivo de oferecer alívio para pessoas em sofrimento físico e espiritual, assim como difundir e propagar os preceitos do Espiritismo. No que se refere às leituras, constatou-se que prevaleciam aquelas consideradas fundantes da doutrina, como os livros do Pentateuco, de Allan Kardec, que foram lidos de forma intensiva. Também fizeram parte outros autores espíritas, considerados clássicos, e os romances mediúnicos, que eram indicados pela Federação Espírita Brasileira (FEB). A leitura era feita em voz alta, acontecia de forma coletiva e mediada, realizada por um leitor “autorizado”, encarregado de imprimir o sentido adequado aos textos doutrinários para os “leitores-ouvintes”. Por sua vez, a escrita impressa deu-se por meio da produção do jornal *Lux*, criado com a finalidade de propagar e divulgar o Espiritismo. O impresso serviu como agente de letramento, na medida em que se destinava a formar e informar tanto os adeptos da doutrina como o público não espírita, contribuindo para aproximar e intensificar o contato dos sujeitos com a leitura e a escrita espíritas. Pode-se, portanto, afirmar que a leitura e as práticas de escrita produzidas no *Centro Psychico* procuraram difundir e propagar os preceitos da Doutrina Espírita para conquistar novos adeptos, promovendo dessa maneira o letramento religioso na cidade.

Palavras-chave: Letramentos. Letramentos religiosos. Espiritismo. Alto Sertão da Bahia.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette étude a été de rechercher le lieu occupé par la lecture et l'écrit dans les activités développées dans le Centre Psychico de Caetité, dans le Sertão profond de Bahia. Pour cela, on a essayé d'identifier les événements de littéracie qui se passaient dans cette instance religieuse, entre 1905, l'année de sa fondation, et 1930, qui marque la fin de la performance de sa génération fondatrice. On a utilisé comme sources, des documents produits par l'institution pendant la période citée, en plus des documents de l'Église Catholique et des livres de mémorialistes locaux. Le corpus documentaire est composé par des livres de comptes-rendus, d'imprimés, de lettres, entre autres. Pour comprendre quelle est la place occupée par l'écrit et par la lecture, on a cherché à identifier le quoi et le pourquoi on a lu et on a écrit, comment s'est produite la lecture et l'écrit et qui lisait et écrivait. Du point de vue théorique et méthodologique, la recherche s'est fondée dans l'histoire culturelle, dans l'histoire de l'éducation et dans l'histoire de la lecture et de l'écrit. Les résultats de la recherche ont montré que l'écrit produit dans le Centre Psychico arrivait de forme manuscrite (actes, lettres, billets, brouillons) et imprimé (journal). Parmi les plusieurs fonctions de l'écrit on détache la médiuniqué et celle de l'assistance sociale et spirituelle, importantes dans la dimension spirituelle de la Doctrine. Ces fonctions avaient comme objectif d'offrir un soulagement aux gens en souffrance physique et spirituelle, ainsi que de diffuser et de répandre les préceptes du Spiritisme. En ce qui concerne les lectures, on a constaté que celles qui étaient considérées fondatrices de la doctrine, comme les livres de la doctrine, comme les livres du Pentateuque, de Allan Kardec, étaient dominantes et avaient été lues de façon intensive. D'autres auteurs spirites, considérés classiques, en ont également fait partie, ainsi que les romans médiuniques, qui étaient indiqués par la Fédération Spirite Brésilienne (FEB). La lecture était faite à voix haute, elle se passait de façon collective et médiée, faite par un lecteur "autorisé", chargé d'imprimer le sens convenable aux textes doctrinaux pour les "lecteurs-auditeurs". De son côté, l'écrit imprimé s'est réalisé à travers la production du journal Lux, créé avec la finalité de propager et de répandre le spiritisme. L'imprimé a servi comme agent de lettres, dans la mesure où il se destinait à former et à informer aussi bien les adeptes de la doctrine, que le public non spirite, en contribuant à rapprocher et à intensifier le contact des sujets avec la lecture et l'écrit spirites. On peut, donc, affirmer que la lecture et l'écrit produits dans le Centre Psychico ont essayé de diffuser et de propager les préceptes de la Doctrine Spirite pour conquérir de nouveaux adeptes, provoquant de cette façon le littéracie religieux de la ville.

Mots-clés: Littéracies. Littéracies religieuses. Spiritisme. Alto Sertão da Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 01: Mapa do Estado da Bahia | 50 |
| Figura 02: Estante livreiro giratória | 61 |
| Figura 03: Abertura do Livro de ata | 95 |
| Figura 04: Abertura do 4º Livro de ata | 95 |
| Figura 05: Ata comemorativa do aniversário de Allan Kardec | 95 |
| Figura 06: Rascunhos da escrita das atas | 96 |
| Figura 07: Escrita mediúnica (1907) | 105 |
| Figura 08: Escrita mediúnica (1909) | 105 |
| Figura 09: Escrita mediúnica (s/d) | 105 |
| Figura 10: Livro de distribuição de remédios homeopáticos (capa) | 120 |
| Figura 11: Relação de beneficiários de remédios homeopáticos | 120 |
| Figura 12: Carta de João Gumes ao <i>Centro Psychico de Caetité</i> | 126 |
| Figura 13: Livro de receitas e despesas (1907 – 1957) | 136 |
| Figura 14: Cartão divulgando a função de encadernador | 140 |
| Figura 15: Cartão do Armazém 1º de Janeiro | 142 |
| Figura 16: Carimbo do Armazém 1º de Janeiro | 142 |
| Figura 17: Contracapa do Livro de atas (1918) | 142 |
| Figura 18: Carimbo do Armazém 1º de Janeiro (1915) | 142 |
| Figura 19: Cartão da biblioteca | 151 |
| Figura 20: Cartões pessoais de Lima Júnior | 151 |
| Figura 21: Cartão de Aristides Spínola ao presidente do <i>Centro Psychico</i> (1907) | 156 |
| Figura 22: Encadernações da Revista <i>Reformador</i> | 158 |
| Figura 23: Marca de leitura da Revista <i>Reformador</i> | 158 |
| Figura 24: Marcas de leitura da Revista <i>Reformador</i> | 158 |
| Figura 25: Marca de leitura da Revista <i>Reformador</i> | 158 |
| Figura 26: Oferta da Federação Espírita Brasileira | 173 |
| Figura 27: Jornal <i>Lux</i> – 1913 | 217 |
| Figura 28: Jornal <i>Lux</i> – 1918 | 217 |
| Figura 29: Diagramação do jornal a partir de 1930 | 220 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 01: Instituições que funcionavam em Caetité no início do século XX | 52 |
| Quadro 02: Movimento da biblioteca União Operária em 1912 | 57 |
| Quadro 03: Periódicos que circulavam em Caetité no início do século XX | 65 |
| Quadro 04: População recenseada quanto ao domínio da leitura e da escrita em 1920 | 67 |
| Quadro 05: Classificação das leituras realizadas no <i>Centro Psychico</i> | 149 |
| Quadro 06: Obras de Léon Denis lidas no <i>Centro Psychico</i> | 166 |
| Quadro 07: Leituras espíritas de autores diversos | 167 |
| Quadro 08: Leitura de romances/novelas | 175 |
| Quadro 09: Síntese dos textos “O Espiritismo é a Verdade” produzidos por Antônio Neves e publicados no <i>Lux</i> | 222 |
| Quadro 10: Periódicos citados no <i>Lux</i> | 224 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 01: Grupo de redatores do <i>Lux</i> e o quantitativo da sua produção | 210 |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------------|-------------------------------------------------------------|
| AFBI | Associação Feminina Beneficente e Instrutiva |
| ANPED | Associação Nacional de Pesquisa em Educação |
| ACEAS | Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola |
| APMC | Arquivo Público Municipal de Caetité |
| ADC | Acervo da Diocese de Caetité |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEALE | Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita |
| CEAS | Centro Espírita Aristides Spínola |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Bases |
| FEEB | Federação Espírita do Estado da Bahia |
| FEB | Federação Espírita Brasileira |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| INAF | Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional |
| MASB | Museu do Alto Sertão da Bahia |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 Construindo o objeto da pesquisa | 15 |
| 1.2 Aportes teóricos | 18 |
| 1.3 Revisão de literatura e contribuições da pesquisa | 25 |
| 1.4 Perspectivas metodológicas | 32 |
| 1.5 Acervos | 35 |
| 1.6 Fontes manuscritas principais | 37 |
| 1.7 Fontes complementares | 42 |
| 1.8 Fontes impressas principais | 43 |
| 1.9 Fontes impressas complementares | 44 |
| | |
| CAPÍTULO 1: ALTO SERTÃO DA BAHIA, INSTÂNCIAS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA ESCRITA E A DOCTRINA ESPÍRITA | 48 |
| 2.1 Localizando o Alto Sertão da Bahia | 48 |
| 2.2 Condições de urbanização de Caetité e as instâncias de produção e circulação da Escrita | 52 |
| 2.3 Produção e circulação de impressos em Caetité | 62 |
| 2.4 Situando a Doutrina Espírita | 70 |
| 2.5 A Doutrina Espírita no Brasil | 73 |
| 2.6 A Doutrina Espírita em Caetité | 77 |
| 2.7 Sujeitos que agregaram legitimidade ao Espiritismo em Caetité | 79 |
| 2.8 Momentos de letramento no <i>Centro Psychico</i> | 89 |
| | |
| CAPÍTULO 2: PRÁTICAS DO ESCRITO NO <i>CENTRO PSYCHICO</i>: TIPOS, FUNÇÕES E USOS | 94 |
| 3.1 Função mediúcnica | 98 |
| 3.2 Função de assistência social e espiritual | 111 |
| 3.3 Função de difusão de saberes da homeopatia | 115 |
| 3.4 Função de ordem civil e pessoal | 120 |
| 3.5 Função normativa | 128 |
| 3.6 Função de formação de redes de publicações entre os periódicos | 133 |
| 3.7 Função política | 134 |
| 3.8 Função administrativa ou contábil | 136 |
| 3.9 Materialidades da produção escrita: acesso e usos | 138 |
| | |
| CAPÍTULO 3: A LEITURA NO <i>CENTRO PSYCHICO</i> | 144 |
| 4.1 O papel do leitor-mediador “autorizado” | 145 |
| 4.2 Leituras ordinárias | 149 |
| 4.3 Leituras fundantes da Doutrina Espírita | 153 |
| 4.4 Leituras indicadas pela Federação Espírita Brasileira | 155 |
| 4.5 Leituras literárias | 175 |
| | |
| CAPÍTULO 4: O JORNAL <i>LUX</i>: PRODUÇÃO IMPRESSA DO CENTRO | 184 |
| 5.1 Imprensa religiosa em Caetité | 185 |
| 5.2 Processo de criação do <i>Lux</i> : entraves e dilemas | 186 |
| 5.3 Imprensa religiosa: espaço de embates e disputas | 192 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.4 Os leitores entre a “bôa” e a “má” imprensa | 199 |
| 5.5 Redatores e redatora do <i>Lux</i> | 203 |
| 5.6 Leitores do <i>Lux</i> | 211 |
| 5.7 <i>Lux</i> : materialidade e temas abordados no impresso | 216 |
| 5.8 <i>Lux</i> : formando redes de trocas e estabelecendo contatos | 223 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 228 |
| FONTES MANUSCRITAS | 236 |
| FONTES IMPRESSAS | 237 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 238 |

1 INTRODUÇÃO

... Quando qualquer um de nós adentra um centro espírita, possivelmente não se dará conta da história da instituição, o que de trabalho, abnegação e até sacrifício custaram aos trabalhadores da primeira hora, aqueles que tiveram a superior inspiração de fundá-la, bem como os que por lá passaram antes de nós, deixando a marca da sua presença. Hoje vivemos um clima de liberdade absoluta nas atividades espíritas, mas nem sempre foi assim. Houve época em que praticar Espiritismo era quase um caso de polícia, e os militantes tinham seus passos vigiados; mas nada disso fez esmorecer o amor à doutrina, a inabalável fé na proteção espiritual, e assim o Espiritismo consolidou-se, conquistando o respeito de toda a sociedade (Dilton Pereira, s/d)¹.

1.1 Construindo o objeto da pesquisa

A pesquisa² que resultou nesta tese de doutorado teve como principal objetivo investigar o lugar da leitura e da escrita nas atividades do *Centro Psychico de Caetité-BA*, no período compreendido entre 1905 e 1930. Essa questão geral desdobra-se em quatro capítulos específicos. O primeiro é situar e localizar o Alto Sertão da Bahia, identificando na cidade instâncias que colaboraram com a produção e circulação da escrita: imprensa, bibliotecas, Correios e, entre elas, o *Centro Psychico*. Destacam-se os sujeitos que, de formas diversas, estavam envolvidos na produção da leitura e da escrita, além de terem agregado legitimidade³ para o funcionamento dessa instituição. O segundo é identificar as práticas da escrita e sua materialidade, destacando os tipos, as funções e os usos, e como elas aconteciam; quem eram os sujeitos responsáveis pela produção da escrita mediúnica e qual a relação que eles mantinham com a cultura escrita. O terceiro objetiva identificar a função do leitor-mediador e mapear *o que se lia, como se lia e quem lia*, bem como a tensão entre a apreensão considerada correta dessas leituras e a liberdade de interpretação do leitor. Por fim, no quarto capítulo, busca-se compreender como a escrita impressa, produzida no/pelo Centro, o jornal *Lux*, serviu como agente de letramento⁴ e quais práticas foram desenvolvidas por meio do impresso no sentido de formar e aproximar os sujeitos da leitura e da escrita. Assim, esperamos conhecer

¹ Personagens Inesquecíveis VI – Jornal Espírita de Macaé. Consulta feita ao site <http://www.cemfs.com.br/Home/Historia.aspx> acesso em 05/12/2018.

² As questões que orientam este estudo estão inseridas em problematizações mais amplas, propostas pelas pesquisas atuais do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Escrita da FaE-UFMG, coordenado pelas professoras Ana Maria Galvão e Mônica Yumi Jinzenji.

³ A expressão fundamenta-se no conceito de Bourdieu (1983, p.161). Para ele, a legitimidade vincula-se à condição de ser “autorizada”, ou seja, encontra-se revestida de “autoridade”, uma vez que tem que atender aos “pressupostos tácitos de eficiência”; no caso, esses sujeitos reuniam condições sociais, culturais, econômicas e/ou políticas que lhes atribuíam alguma forma de autoridade.

⁴ Discutiremos o conceito de letramento em um item específico.

os eventos e as práticas de letramentos que aconteceram nessa instância religiosa, no início do século XX.

O interesse em investigar o *Centro Psychico de Caetité* surgiu a partir da realização da pesquisa no Mestrado⁵, em que procuramos identificar as formas de participação de um sujeito, João Antônio dos Santos Gumes, na cultura escrita. No trabalho, ficou evidente que a instituição religiosa contribuiu significativamente para a trajetória formativa de Gumes, pois ampliou e intensificou a sua relação com a leitura e a escrita, especialmente a espírita.

O referido estudo constatou que o Centro Espírita teve relevante papel na formação desse sujeito como leitor e escritor. O fato levou-nos a investigar as potencialidades de instância formativa desse espaço, visto que nele realizava inúmeras ações de letramentos: elaboração de atas de reunião, estudo coletivo dos textos espíritas, produção de jornal, palestras, psicografia das mensagens enviadas pelos espíritos⁶, emissões e recebimento de cartas e de bilhetes de membros, entre outros. Portanto, o Centro desenvolveu inúmeras atividades letradas que contribuíram para aproximar, intensificar e consolidar o contato dos seus membros com a leitura, a escrita e o gestual.

O período definido para a realização desta pesquisa compreende as primeiras décadas do século XX (1905-1930). Entre os motivos que levaram a essa periodização, deve-se destacar o fato de que as décadas iniciais de funcionamento do Centro podem ser consideradas cruciais em sua história, haja vista que nelas ocorreram os maiores enfrentamentos, as resistências e os impasses para o seu estabelecimento na cidade.

Em todo o Brasil, esse período também foi relevante para a consolidação da Doutrina Espírita, que aqui chegou, aproximadamente, em meados do século XIX, quando o País enfrentava turbulências sociais, econômicas e políticas, marcadas pelos movimentos em prol da abolição do trabalho escravo, Proclamação da República e a vinda de imigrantes estrangeiros. Nessa ambiência, o Espiritismo endossou a ideia de um Estado republicano e laico que estendesse a toda a população o direito pleno de cidadania (ISAIA, 2007, p.290). Assim, a doutrina

⁵ A pesquisa resultou na dissertação *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)*, orientada por Ana Maria de Oliveira Galvão e apresentada ao Programa de Pós-graduação da FaE - UFMG em agosto de 2010.

⁶ No decorrer da tese, os termos “manifestação espiritual”, “manifestação do espírito” ou “mensagem psicografada” serão utilizados como categorias endógenas à Doutrina Espírita, conforme consta na documentação pesquisada. Não cabe a este estudo questionar a existência de tais categorias; consideramos a sua validade como fonte histórica, a partir da materialidade, ou do relato que a identifica, principalmente dos guias do Centro, aqueles espíritos que orientavam a vida da instituição e dos seus membros.

embasada nos pressupostos científicistas, associada à ideia de “progresso” e “modernidade”, aproximou-se do ideário defendido pelo regime republicano e, nas fileiras do movimento, conquistou admiradores e adeptos. Entretanto, isso não a impediu de enfrentar, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as resistências, os confrontos e os impasses até a sua efetiva consolidação.

Outra razão para a escolha desse período é o fato de ele contemplar a época de atuação do grupo fundador da instituição, formado por sujeitos como Aristides Spínola, Joaquim Manoel Lima Júnior, João Gumes e Mário Spínola Teixeira⁷, que foram responsáveis pela sua estruturação, implantação e consolidação na cidade e marcaram sobremaneira a sua história. Tudo leva a crer que o *Centro Psychico* foi um dos precursores do Espiritismo⁸ kardecista na região do Alto Sertão Baiano. Ratificando essa ideia, *O Boletim*, órgão publicado pela Federação Espírita do Estado da Bahia (FEEB), em 1976, informou considerar João Gumes o “pioneiro do Movimento Espírita no interior da Bahia e o fundador do mais antigo dos centros espíritas em funcionamento no Estado” (BOLETIM DA FEEB, 1976, p.4).

Por último, há que se salientar que esse período ainda foi marcado por dilemas, conflitos e, principalmente, por enfrentamentos com a Igreja Católica, que desfrutava da supremacia religiosa na cidade. Entretanto, a referida supremacia encontrava-se ameaçada pela presença dos espíritas kardecistas. Estes constituíam um grupo composto por membros da elite⁹ econômica, política e cultural da cidade, imbuídos dos preceitos científicistas que marcaram o século XIX, e que faziam uso tanto da escrita manuscrita como da impressa, bem como de diferentes tipos de suportes para divulgar as suas ideias. Assim, a produção dos impressos no município foi um elemento estruturante nas disputas ideológicas travadas entre católicos e espíritas pela legitimidade do espaço religioso. Nesse período, os embates ideológicos também estavam presentes na imprensa brasileira, especialmente nos jornais confessionais¹⁰.

Em 1930, com a morte de João Gumes, que presidira o Centro desde 1907, encerrou-se a atuação da geração precursora. Iniciou-se uma nova fase na vida da instituição, que passou a

⁷ Mário Spínola Teixeira era filho do segundo casamento do coronel Deocleciano Teixeira, que, após a morte da segunda esposa, contraiu matrimônio com a terceira das irmãs, Anna Spínola. Desse casamento nasceram 11 filhos – entre eles destaca-se o educador Anísio Teixeira (1900-1971). Lielva Aguiar informa que, em função dos casamentos, Deocleciano Teixeira tornou-se proprietário de largas extensões de terra, gados e escravos em fazendas localizadas à margem do rio São Francisco [Bahia] (AGUIAR, 2011, p.16). Assim, decorrente do poder econômico, do prestígio político e social, ficou conhecido pelo título de coronel.

⁸ Nesta tese, o Espiritismo é tratado como um movimento religioso que se estrutura a partir das obras de Allan Kardec. Portanto, como sinônimo de Espiritismo, será utilizado também Kardecismo, sem alterações de sentido.

⁹ Para o conceito de elite, ver Heinz (2006).

¹⁰ Abordaremos essa questão num item específico.

ser dirigida pelos filhos de Gumes. O intervalo entre os anos de 1905 e 1930 pode ser considerado um período de intensa produção escrita, tanto manuscrita quanto impressa, ao final do qual a instituição já contava com certo reconhecimento e legitimidade entre a população local, regional e estadual.

1.2 Aportes teóricos

Os estudos realizados nos âmbitos da História Cultural, da História da Educação e da História da Cultura Escrita têm constituído as principais bases teórico-metodológicas da nossa investigação. A ampliação do campo de investigação histórica, a partir dos *Annales*¹¹, possibilitou a incorporação de novos temas, abordagens e atores sociais, importantes no processo histórico. Peter Burke (1991, p.126) considera que a mais importante contribuição dos *Annales* é a expansão do campo da História por diversas áreas, incorporando desde as temáticas relativas ao comportamento humano às relacionadas aos grupos sociais omitidos pelos historiadores tradicionais. Esse processo de ampliação do território histórico levou à utilização de novas fontes, métodos e à aproximação com outros campos disciplinares. Segundo Chartier (1990, p.17), a História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Assim, os referenciais da História Cultural permitem-nos apreender, num tempo e espaço determinados, o lugar da leitura e da escrita numa instância religiosa.

A História da Educação¹² vem se consolidando como um campo interdisciplinar responsável por estudar as especificidades da Educação sob uma perspectiva histórica. Para compreender de que forma a História Cultural serve como aporte teórico-metodológico para a História da Educação, basta refletir sobre os caminhos abertos pela primeira, principalmente no que se refere à abordagem atribuída aos novos objetos de análise, que anteriormente seriam menosprezados e considerados sem relevância, como, por exemplo, o estudo da infância, do cotidiano escolar, das disciplinas escolares.

¹¹ O movimento dos *Annales*, em suas diversas gerações, representou uma revolução historiográfica na medida em que não restringiu os estudos apenas aos aspectos políticos da sociedade, mas incorporou também seus aspectos econômicos, sociais e culturais, valorizando os sujeitos e as temáticas como festas, morte e representações que, até então, eram colocados à margem do processo histórico. A esse respeito, ver: Chartier (1990) e Pesavento (2005).

¹² Fonseca e Veiga (2003) afirmam ser inegável a influência que a História Cultural tem exercido no perfil das pesquisas em História da Educação no Brasil, principalmente quanto à perspectiva analítica que migra das largas escalas de análise para as questões mais localizadas, em que os sujeitos assumem o seu papel de protagonistas da história. A esse respeito, ver: Lopes e Galvão (2001); Araújo e Gatti Júnior (2002); Vidal e Faria Filho (2005); Morais, Portes e Arruda (2006), Bencostta (2007), Nepomuceno e Tiballi (2007).

Destacamos alguns dos conceitos que orientam a sistematização desta pesquisa, como o de cultura escrita, cujos estudos no Brasil podem ser considerados ainda relativamente recentes: “[..] trata-se, portanto, de temática e metodologia de pesquisa pouco estudada/utilizada no campo da História da Educação” (GALVÃO, 2007, p.12). Tal conceito¹³ é utilizado, aqui, na perspectiva proposta pela mesma autora¹⁴ (GALVÃO, 2010), visto que cultura escrita é termo polêmico e complexo, uma vez que implica pensar algumas consequências, como o fato de ela não ser homogênea, ocupando diferentes lugares e desenvolvendo diferentes formas de se relacionar com a sociedade. Assim, a autora afirma ser relevante pensar em “culturas do escrito”, pois não se trata de conceber o mundo da escrita, as práticas letradas, apenas como aquisição da “habilidade de escrever”. O conceito deve ser extensivo a “todo evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita” (GALVÃO, 2010, p.218). Logo, compreende-se que as culturas do escrito estão permeadas pelas relações de poder. Em determinados contextos, a hierarquia e o poder definem o seu acesso. Para conferir inteligibilidade ao conceito, Galvão (2010) opta pela utilização dos fundamentos da antropologia cultural. Nesse sentido, considera a cultura escrita como “lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade” (p.218). Desse modo, entendemos que não existe uma cultura escrita dada a priori, mas podemos pensar que existe uma diversidade de culturas escritas¹⁵ que se produzem a “depender das necessidades e funções do contexto de uso e de aprendizagem” (GALVÃO, 2010, p.218-219).

No intuito de apreender o lugar que o escrito ocupa em determinado tempo e espaço numa sociedade, Galvão (2010) utiliza a expressão de Chartier (2002) ao afirmar que existem, pelo menos, “cinco entradas ou vias” que possibilitam a aproximação e intensificação do contato dos sujeitos com a cultura escrita. A autora considera as instâncias ou instituições como a primeira dessas entradas, visto que a família e a escola têm sido, historicamente, as instâncias responsáveis pelo ensino da leitura e da escrita, além de outras instituições que também podem desempenhar essa função, como é o caso das igrejas de diferentes pertencimentos. A segunda seria a história dos objetos, como a história do livro, dos manuais didáticos, dos folhetins. A terceira via de entrada é o estudo dos suportes, nas formas impressa, oral e

¹³ Ver Chartier (2001, 2002).

¹⁴ Nesse campo, destacam-se as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelas equipes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Escrita, coordenado pela professora Ana Maria de Oliveira Galvão, vinculado ao GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação), e pela equipe do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da FaE-UFMG. Ver, a respeito, Galvão *et al.* (2007), Jinzenji *et al.* (2017).

¹⁵ Um aprofundamento na discussão em torno do conceito de “culturas do escrito” pode ser encontrado também em: Chartier (2001, 2002) e Galvão *et al.* (2007).

manuscrita. A quarta via destaca os sujeitos nas suas vivências cotidianas, pensando em como constroem e estabelecem relações com o escrito, seja de forma individual ou coletiva. Por último, os meios de produção e transmissão, nas diferentes formas que o fenômeno assume, constituem outra via de entrada para apreender as culturas do escrito (GALVÃO, 2010, p.223).

Nessa direção, ao abordar a escrita como categoria de análise histórica, Castillo Gómez enfatiza que o “estudio debe atender a las consecuencias sociales y culturales derivadas de la implantación y extensión del código escrito” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p.96). O autor esclarece ainda que estudar a História da Cultura Escrita ultrapassa a condição da escrita como mero sistema gráfico, para abranger as suas implicações sociais e culturais. Assim, de acordo com ele, o pesquisador deve:

[...] interrogarse principalmente por sus distintas funciones y las consiguientes prácticas materiales, siempre en referencia a las respectivas sociedades históricas y teniendo en cuenta que en cada momento la sociedad ha estado formada por alfabetizados y analfabetos (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 96).

Pensar a investigação da leitura e da escrita no *Centro Psicico de Caetitê*, considerando as proposições de Castillo Gómez, significa “reconstruir, a partir de los propios testimonios escritos y sin obviar su análisis formal, el significado y el uso que le han dado a las respectivas sociedades a lo largo del tiempo” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p.96). Implica pensar o lugar que as duas ações ocupavam nos eventos de letramento realizados na instituição, e como se configuraram as relações dos sujeitos com essas dimensões da linguagem, considerando que se tratava de pessoas com diferentes níveis de usos da escrita.

Embasamos a análise no conceito de letramento¹⁶ de Magda Soares (2006, p.39), que o considera o “estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. Para a autora, o aprender a ler e escrever pertence ao campo do domínio de habilidades técnicas, portanto é

¹⁶ Utilizamos o conceito de letramento numa perspectiva ampla, conforme apresentaram Soares (2006) e Galvão (2006a), ao defenderem que, em alguns casos, o sujeito pode ser considerado letrado na medida em que faz usos sociais da escrita, sem necessariamente ser alfabetizado. Abordar as diferentes formas de aquisição da leitura e da escrita remete-nos à relevante contribuição de Paulo Freire [1968](2011), (1996), ao demonstrar que os sujeitos, antes de adquirirem o domínio técnico da leitura e da escrita, já são leitores do mundo, visto que a compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação da palavra escrita ou da linguagem escrita. Nessa concepção, ele mostra a relevância das dimensões social e coletiva do processo do letramento, que pode acontecer em diferentes lugares, vinculado a diferentes atividades, desde que essas sejam significativas para os sujeitos que nelas estão envolvidos.

diferente de se apropriar da escrita, que implica saber usá-la com propriedade, ou seja, ter compreensão dos seus usos sociais e políticos.

O termo pode ser analisado, ainda, sob a perspectiva dos diversos campos científicos: no antropológico, é compreendido como as práticas sociais da leitura e os valores atribuídos a elas em determinada cultura; no linguístico, relaciona-se aos aspectos da linguagem escrita que a diferenciam da oral; no psicológico, designa as habilidades cognitivas necessárias para compreender e produzir textos escritos; e, por fim, no educacional, diz respeito às habilidades de ler e escrever dos sujeitos nas práticas sociais que envolvem a língua escrita (SOARES, 2006). Neste estudo, utilizamos o conceito de letramento na perspectiva histórico-antropológica, na tentativa de apreender os elementos constitutivos do seu processo, como tempo, espaço e os sujeitos que participavam de ações e práticas da leitura e da escrita realizadas no/pelo Centro.

Os conceitos correlatos “eventos” e “práticas” de letramento são também relevantes para este estudo. Brian Street recorre à seguinte definição de “evento de letramento”, utilizada pela pesquisadora americana Shirley Brice Heath: “qualquer ocasião em que um fragmento de escrita integra a natureza das interações dos participantes e seus processos interpretativos” (HEATH, 1982, *apud* STREET, 2014, p.18). Portanto, entende-se que tais eventos são acontecimentos mediados pela presença do escrito. Na proposição do autor, existem as “especificidades dos letramentos em lugares e tempos particulares”; assim, numa mesma instância, podem acontecer diferentes e múltiplos eventos envolvendo as práticas de leitura, de escrita e as gestuais.

Street considera que, atualmente, a ênfase nos estudos é mais ampla, e o letramento é visto como “uma prática social e numa perspectiva transcultural” (STREET, 2014, p.17) – uma abordagem que tem como cerne a sua “natureza social” e o “caráter múltiplo das práticas letradas” (STREET, 2014, p.18). Nessa perspectiva, o autor opõe-se à visão “única e neutra” da palavra, que era predominante. Quanto às “práticas de letramento”, ele afirma que o conceito é utilizado numa dimensão mais ampla, para a qual se exige um nível mais elevado de abstração e que se refere a “comportamentos e conceitualizações que se relacionam ao uso da leitura e/ou da escrita” (STREET, 2014, p.174), num determinado contexto cultural.

A pesquisa sobre leitura e escrita no *Centro Psicico*, em Caetité, soma-se a outros trabalhos que vêm demonstrando, nas últimas décadas, que instâncias não escolares possibilitaram

diferentes tipos de letramento¹⁷. Nessa direção, pesquisas como as de Viñao Frago (1993), sobre processos de alfabetização implantados em países do norte da Europa, são consideradas inovadoras na medida em que não concentram sua análise nos modos de escolarização da população. Os estudos apontam que tais processos ocorreram, de certa forma, por outras vias, principalmente por meio da religião, em especial, a protestante. Uma vez que o protestantismo histórico tem por base o contato direto do sujeito com a Bíblia, a leitura e a escrita assumem grande relevância. Entre os processos de alfabetização, destaca-se o clássico modelo implantado na Suécia, nos séculos XVII e XVIII, em que parte considerável da população protestante foi alfabetizada fora do espaço escolar.

Entre os estudos sobre letramento religioso¹⁸, destaca-se o que Brian Street (2014) realizou em uma comunidade rural do Irã. Nele, o pesquisador “sinaliza a importância de compreender as crenças e valores locais e as percepções locais de letramento, em vez de simplesmente impô-los de fora” (STREET, 2014, p.56). O sistema educacional do país disseminava novas práticas de aprendizado da leitura e escrita, vinculadas à ideia de que a sua aquisição proporcionaria projeção social aos jovens, com a conquista de melhores empregos e salários. Ao seguir essa orientação oficial, os educadores das escolas desconsideraram o fato de que “já havia uma longa tradição de formas de educação e letramento no Irã rural, de modo que os educadores urbanos não estavam simplesmente trabalhando com espíritos rudes e incultos” (STREET, 2014, p.56). Tal constatação justifica-se sobretudo porque os aldeões já possuíam suas tradições educacionais, que geralmente aconteciam por meio de “grupos de leitura”, organizados para fazer a leitura do “Corão e passagens dos comentários” (STREET, 2014, p.56). Portanto, na comunidade, o letramento acontecia vinculado à instância religiosa, possibilitando aos sujeitos desenvolverem as habilidades e competências necessárias para o contexto das suas vivências, não menos intensas e complexas em relação ao letramento que acontecia em outras instâncias.

Guardadas as devidas especificidades culturais e geográficas entre a presente pesquisa e o estudo de Street, acreditamos que este último contribuiu para que pudéssemos identificar as particularidades da escrita e da leitura inerentes ao *Centro Psicico de Caetité*.

¹⁷ A produção recente se refere a “letramentos”, no plural, para nomear “diferentes tipos de letramentos, considerando que cada área do conhecimento exige um letramento específico” (SOARES, 2010, p.59).

¹⁸ Nesse sentido, consideramos letramento religioso as ações que aconteciam no *Centro Psicico* ou que a ele estavam vinculadas. Portanto, referem-se a todas as atividades que foram mediadas pelos diversos tipos de escrita, pelas leituras espíritas nos seus variados suportes, por meio das práticas do oral, do escrito, do gestual e de outras formas de manifestação que tinham como finalidade o desenvolvimento e o fortalecimento de uma determinada cultura espírita.

A presente investigação fundamenta-se ainda nas pesquisas de Darnton (1990) e de Chartier (2001, 2002), no sentido de compreender e analisar as práticas de letramento como objeto de pesquisa. Elas nos mostram que a leitura tem uma história e que não aconteceu sempre da mesma forma, nem com a mesma intensidade ou seguindo uma trajetória linear. Chartier (1998) destaca a figura do leitor, afirmando que não se pode torná-lo uma abstração, em decorrência de um “etnocentrismo da leitura” que supõe algumas práticas comuns a todos os leitores, quando, na realidade, existem características específicas e inerentes a determinados grupos.

Cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. Aí temos que seguir Michel de Certeau, quando diz que o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção – uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção. De outro lado, deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas partilhadas nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular (CHARTIER, 1998, p.19).

Faz-se necessário entender as especificidades das modalidades de leitura que eram realizadas em cada comunidade de leitores – no nosso caso específico, a comunidade espírita de Caetité, no início do século XX – para poder entender os sentidos atribuídos aos textos envolvidos, o que passa necessariamente pelo tempo e espaço em que essas leituras foram realizadas, uma vez que os sentidos produzidos por elas estão vinculados às especificidades da instância religiosa.

Nessa perspectiva, algumas questões orientam a pesquisa: como uma instância não escolar contribuiu, ao longo dos tempos, com o processo de produção e circulação da escrita e, principalmente, com a propagação de práticas da leitura e da escrita? Quais eram os eventos de letramento que aconteciam no Centro? Quais os tipos, as funções e os usos da escrita no Centro? Que objetos de leitura, presentes em tais eventos, contribuíram para aproximar o grupo da linguagem escrita? Quais as discussões presentes nos materiais impressos produzidos pelo Centro? Quem eram os sujeitos responsáveis pela realização dessa leitura? Sem a pretensão de querer responder de forma cabal a todas essas questões, buscaremos fazer uma imersão no *Centro Psychico*, na tentativa de perceber as especificidades dessa cultura escrita espírita. No desenvolvimento do estudo, alguns conceitos auxiliaram-nos na análise e compreensão do objeto investigado.

Utilizamos, também, o conceito de mestiçagem cultural, de Serge Gruzinski (2001), no sentido de compreender como foram construídas as características que fazem do Espiritismo uma doutrina de feições diversas, tanto na França quanto no Brasil, entendendo que essas diferenças são o resultado de interpretações elaboradas contextualmente. Assim, esse conceito ajudou-nos a compreender como a doutrina francesa foi apropriada, reelaborada e ressignificada no Brasil, assumindo aqui uma vertente mais religiosa, enquanto na França prevalecem as vertentes filosófica e científica¹⁹.

Gruzinski (2001) afirma que é fundamental buscar entender a mestiçagem como um processo dinâmico e constante, em que os novos modos de vivenciar os objetos culturais não foram simplesmente afetados por ela, mas também são, ao mesmo tempo, seus produtos e essência. O autor propõe que os elementos culturais devem ser analisados na sua historicidade e temporalidade, o que significa que devem ser pensadas as condições em que esses objetos culturais foram forjados, numa sociedade e numa época determinadas. Ao operacionalizar o conceito de mestiçagem cultural, busca-se também observar os sujeitos que fazem parte dela, sujeitos esses que são responsáveis pelo processo de apropriação, de ressignificação, de reelaboração de determinadas práticas produzidas pela mestiçagem. Nesse sentido, entendemos que o Espiritismo no Brasil, no final do século XIX, assume conotações específicas, em função de uma confluência de fatores, vinculados a uma conjuntura social, econômica, jurídica e cultural pela qual passava o País. Assim, interessa-nos perceber como se deu o processo de conformação do *Centro Psychico de Caetité* e como a nova paisagem cultural, os agentes, os modos de vida, as trocas e as transmissões repercutiram na produção do escrito nesse espaço.

Os conceitos de Bourdieu (1989) de poder simbólico, capital social²⁰ e cultural²¹ ajudaram a compreender como a participação de determinados sujeitos contribuiu para a estruturação do

¹⁹ Essa ideia é defendida por Aubrée e Laplantine ([1990]2009), Machado (1997) e Stoll (2003).

²⁰ Segundo Pierre Bourdieu, capital social diz respeito ao “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”. A intensidade do capital social que o indivíduo possui está vinculada à “extensão das relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital, econômico, cultural e social [...]” (BOURDIEU, 1998, p.67) pertencente a cada pessoa com quem ele se relaciona.

²¹ Bourdieu relaciona três formas de capital cultural: *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades

Espiritismo no campo religioso em Caetité. Pessoas que exerciam liderança, como Aristides Spínola, o coronel Lima Júnior, Mário Spínola Teixeira, Priscila Spínola²² e outros, conferiram a legitimidade necessária ao estabelecimento da doutrina na cidade.

O Espiritismo, aqui, é pensado na perspectiva de religião²³, entendida como um sistema simbólico. Bourdieu afirma que “os sistemas simbólicos como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 1989, p.9) e sustenta que o poder simbólico “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem” (BOURDIEU, 1989, p.9). Portanto, a participação das pessoas citadas anteriormente foi fundamental para o estabelecimento da Doutrina Espírita na cidade, contribuindo para agregar legitimidade à configuração da nova religiosidade. Pode-se dizer que o poder simbólico está presente nas relações entre os indivíduos que se sujeitam a uma pessoa ou situação que exerce a liderança, de forma que “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social: a integração lógica é a condição da integração moral” (BOURDIEU, 1989, p.10). No decorrer deste estudo, serão retomados outros conceitos vinculados à Sociologia de Bourdieu.

1.3 Revisão de literatura e contribuições da pesquisa

O tema da pesquisa situa-se na interseção entre Educação e Religião e compreende as áreas da História da Educação, Cultura Escrita e a Doutrina Espírita. Para a revisão de literatura²⁴,

inteiramente originais (BOURDIEU, 1998, p.74). Observa-se que a transmissão do capital cultural não ocorre de forma instantânea por “doação ou transmissão hereditária”, portanto não está vinculada ao capital econômico, mas às condições que os sujeitos tiveram no seu acesso aos bens culturais.

²² No 1º capítulo abordaremos a atuação desses sujeitos no Centro.

²³ Compartilhamos da ideia de Maria Laura Cavalcanti no clássico livro *O mundo invisível*, que considera o Espiritismo religião, todavia destaca que ele deve ser estudado como um sistema religioso próprio. (CAVALCANTI, [1983] 2008). Nesta tese, compreendemos o Espiritismo como movimento religioso que se estrutura a partir das ideias de Allan Kardec, independente de que em alguns momentos históricos tenha prevalecido uma de suas vertentes (filosófica, científica ou religiosa) em detrimento de outra.

²⁴ Na revisão de literatura foram consultados os seguintes repositórios de pesquisas: Banco de Teses e Dissertações do Portal da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação). Utilizamos como descritores as seguintes palavras: “cultura escrita”, “Alto Sertão da Bahia”, “Espiritismo”, “Espiritismo kardecista” e “impressos confessionais”; essas expressões foram empregadas, inicialmente, de forma isolada, depois, de forma combinada entre elas. Ao final, foram selecionados os estudos que tinham relação com o objetivo da nossa pesquisa e, portanto, contribuíam para a sua compreensão e análise. Sabemos das limitações que envolvem o processo de revisão, o que o torna, de certa forma, parcial, visto não contemplar toda a produção feita pela área.

elegemos três eixos temáticos que mantêm relação com o desenvolvimento do nosso estudo: práticas de leitura e escrita no Alto Sertão Baiano, Cultura escrita e Espiritismo, e Espiritismo e Educação. Portanto, torna-se necessário conhecer algumas das discussões produzidas sobre esses eixos e de que forma eles puderam contribuir com o desenvolvimento do nosso estudo.

O que nos mostram os estudos sobre práticas de leitura e escrita no Alto Sertão Baiano

Com relação aos trabalhos²⁵ já realizados sobre práticas de leitura e escrita na região de Caetité no período da pesquisa (1905-1930), os estudos mostram-nos que, pelo menos entre a elite letrada, a troca de correspondências, a leitura de jornais, a encomenda de livros e outros impressos, em diferentes estados do País, eram práticas recorrentes na cidade. Giane Carneiro (2011)²⁶, por exemplo, mostra, ao estudar uma das famílias da elite local, que desde muito cedo as crianças estavam envolvidas com as práticas de leitura e escrita no espaço doméstico – o próprio nascimento era comunicado aos amigos por meio de cartões, especialmente produzidos para essa ocasião. As correspondências trocadas entre membros dessa família são emblemáticas, no sentido de se pensarem as complexas relações presentes no seu cotidiano. Joseni Reis (2013) investiga os espaços de circulação da cultura letrada na região e evidencia que a leitura estava presente tanto em espaços públicos, como nos espaços privados. Esse estudo colaborou no sentido de considerar que havia uma circulação da escrita na região, fato que nos instiga a indagar quais eram as instâncias responsáveis pela circulação de materiais escritos, os sujeitos que frequentavam esses espaços de leitura e se haveria um contato ou intercâmbio entre esses vários espaços e sujeitos.

Marcos Ribeiro (2009) destaca que as práticas da escrita também estavam presentes no universo feminino, desempenhando várias funções – por exemplo, na ausência da figura masculina, quando as mulheres da elite, por meio da escrita de cartas, administravam as propriedades rurais, assim como os demais bens da família. Ainda sobre a relação da mulher com as atividades letradas, Maria Lúcia Nogueira (2010), no estudo sobre a produção literária de João Gumes, destaca a figura da mulher. A autora permitiu-nos identificar como os

²⁵ Além da consulta feita aos repositórios de pesquisas já citados, acessamos também informações na biblioteca do Campus VI da UNEB-Caetité.

²⁶ Tomamos como critérios para definir os estudos sobre a região que tratam da relação com a cultura escrita apenas aqueles que foram desenvolvidos no campo da história, no período correlato ao nosso estudo.

romances escritos no início do século XX abordam as representações sobre o gênero feminino.

Sobre a participação de um sujeito na cultura escrita, o estudo de Joseni Reis (2010) investigou a trajetória formativa de João Gumes e evidenciou que a presença da escrita e da leitura nos espaços de sociabilidade e de trabalho dos quais ele fez parte foi determinante para ampliar e consolidar a sua participação na cultura escrita. Esse estudo motivou-nos a pensar sobre as potencialidades oferecidas pelas instâncias não escolares no processo de aproximar e ampliar a relação dos sujeitos com a escrita e a leitura.

Roney Torres (2013) utilizou a imprensa como uma das fontes e como objeto de pesquisa; ele demonstra que o jornal *A Penna* (1897-1943), impresso produzido em Caetité, cumpriu a função de difundir a modernidade e o espírito da época, por meio de hábitos, atitudes, regras de comportamento, valores, princípios que, nas primeiras décadas do século XX, eram vistos como “sinais visíveis de civilização”. Eudes Guimarães (2012) analisou os significados da modernidade por meio da presença de determinados elementos, a exemplo da ferrovia, cinematógrafo, automóveis, identificados como o “viver moderno”, em oposição ao cotidiano sertanejo. Os estudos revelaram também os alcances, os impasses e as contradições do imaginário moderno na vida da população do Alto Sertão da Bahia.

Com relação às práticas de leitura e escrita realizadas no *Centro Psychico de Caetité*, não foram localizados trabalhos específicos sobre a temática, mas Vanderleia Fernandes (2015), num estudo de conclusão de curso, ainda inicial, abordou o processo de implantação do Espiritismo na cidade como uma das condições de liberdade de culto, proporcionada pelo regime republicano implantado no Brasil. O estudo traz alguns elementos que nos permitiram refletir sobre as produções escritas acerca dos embates e dos enfrentamentos empreendidos pelo Espiritismo com a Igreja Católica, no início do século XX, principalmente após a instalação da Diocese na cidade.

O que nos mostram os estudos sobre Cultura Escrita e Espiritismo

A busca nos repositórios de pesquisa evidenciou que são poucos os estudos que abordam a religião como uma instância que promove a aquisição da leitura e escrita. Como mostra Galvão (2007), tradicionalmente os estudos tendem a analisar a escola como o principal – e, às vezes, único – espaço de mediação entre os sujeitos, a leitura e a escrita. Sobre o papel de

instâncias religiosas²⁷ como agentes de letramento, a pesquisadora aponta a “quase ausência de estudos sobre igrejas como instâncias de difusão do escrito” (GALVÃO, 2010, p.231). A essa constatação, acrescentamos, particularmente, a escassez de trabalhos sobre o Espiritismo nessa perspectiva. Discutiremos, a seguir, os poucos estudos localizados.

A pesquisa de Lewgoy (2000) sustenta que o Espiritismo é uma doutrina da cultura escrita por se fundamentar num conjunto de textos basilares da religião e também pela intensa presença da literatura religiosa; assim, a participação nas suas práticas religiosas demanda condições mínimas de “letramento”. Ele defende também que a “experiência cultural espírita depende da compreensão de que esta é não somente uma religião do livro (como também o são o judaísmo, o cristianismo e o islamismo), mas uma religião do livro, da leitura e do letramento” (2000, p.10), com especificidades que, possivelmente, não se assemelham a outros sistemas religiosos. Esse fato a torna, sobretudo, uma “religião letrada”²⁸, pois se apropria de aspectos da modernidade ocidental, como o “racionalismo iluminista”, o “cientificismo” e o “gênero romance” (LEWGOY, 2000, p.11), promovendo a introdução do neófito nas práticas do estudo de textos e no universo de uma cultura literária específica. Por isso, Lewgoy (2000) considera que ser espírita é “ser leitor de livros, revistas e jornais espíritas” (LEWGOY, 2000, p.13). O pesquisador realizou trabalho de campo por meio da etnografia da leitura e da fala, destacando que, no Espiritismo, a relação entre oralidade e escrita possui um caráter decisivo, considerando que se pode tornar uma função restritiva, atraindo a participação de determinados grupos sociais letrados e exercendo pouca ou quase nenhuma atração para grupos com níveis baixos de letramento.

²⁷ Estudo desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita da FaE-UFGM, por Maria José de Souza (2009), investigou uma comunidade religiosa camponesa, localizada no Norte de Minas Gerais, e constatou que, a partir da década de 1960, a utilização e circulação dos folhetos e materiais impressos nas celebrações da Igreja Católica contribuíram para aproximar, da cultura letrada, o contato de rezadeiras e benzedoras com nível restrito de escolaridade, ampliando assim esse contato. Na mesma direção, o estudo de Sandra Batista Silva e Ana Maria Galvão (2007) demonstrou como algumas práticas religiosas utilizadas pelo pentecostalismo, tais como a exposição oral, colaboraram para aproximar fiéis, com baixo nível de escolarização, da leitura e da escrita. Também na FaE-UFGM, Sônia Maria Reis (2014) investigou a atuação de mulheres camponesas nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), localizadas no interior da Bahia, e como essa atuação contribuiu para ampliar a participação do grupo nas culturas do escrito. Trata-se de mulheres com pouca escolaridade, que tiveram nas práticas de letramento realizadas pela Igreja Católica um espaço potencial de sua formação.

²⁸ Sobre a relação entre o grupo de espíritas e o elevado nível de letramento na contemporaneidade, ver pesquisa realizada por Antônio Batista e Vera Ribeiro (2004) utilizando dados do INAF e do censo do IBGE (2000). Ela revelou que no Brasil os espíritas formam o grupo religioso com maior nível de alfabetização, em que “96,7% dos que se declaram espíritas são alfabetizados” (BATISTA; RIBEIRO, 2004, p.120). Os pesquisadores ressaltam ainda que esse percentual de alfabetizados no grupo espírita indica a importância da análise das relações entre religião e letramento.

O estudo de Paiva (2009) mostrou que a Doutrina Espírita no Brasil mantém as características de ciência, filosofia e religião, sem que haja o destaque de uma vertente sobre as demais, ou seja, na visão da pesquisadora, sua prática aqui assemelha-se à que acontece na França. A dimensão racional do Espiritismo justifica, segundo ela, a presença da cultura letrada nas ações dos centros espíritas. Paiva (2009) traz, de forma ampla e generalista, as ações desenvolvidas por duas destas instituições espíritas em Juiz de Fora, Minas Gerais, e que estão intimamente relacionadas com as práticas da cultura letrada.

Sobre a relação entre o Espiritismo e o livro, o estudo de Pedro Amorim (2013) apresenta o livro, a cultura livresca e a aprendizagem formal como elementos essenciais em torno dos quais as autoridades da FEB pretenderam estruturar a identidade espírita. O estudo permitiu-nos pensar nas representações estabelecidas em torno da “identidade de ser espírita”, quando a Federação definia quais as leituras que deveriam ser feitas, bem como a forma correta de ler os seus textos, o que colaborou com a nossa pesquisa, visto que buscávamos conhecer *o que se lia e como se lia* no Centro, confrontando as leituras que foram indicadas pela Federação.

Nessa direção, o estudo de Ana Soares (2016) sobre o livro espírita trata da psicografia como uma prática letrada, cujas especificidades são próprias dessa produção escrita. A autora realizou uma análise da coleção *A vida no mundo espiritual*, de Chico Xavier, produzida entre 1944 e 1968, e constatou que a literatura psicografada, ao mesmo tempo que se apropria de um discurso religioso e de um projeto institucional e os difunde, utiliza-se do livro como veículo de sua difusão. Constatou ainda que a linguagem, o tipo de autoria e a relação com outros textos psicográficos foram elementos que caracterizaram a prática letrada da coleção, no período específico. Apesar de o estudo tratar de uma fase posterior ao proposto nesta tese, ele colaborou com a compreensão da psicografia como prática letrada, sobretudo porque, nela, podem-se identificar as especificidades inerentes à época de sua produção.

Em relação à cultura escrita e à imprensa confessional, os estudos mostram que, no Brasil, desde as décadas finais do século XIX, a imprensa já era utilizada por diferentes grupos (católicos, protestantes²⁹ e espíritas), seja através da criação de periódicos, seja pela manutenção de colunas fixas em jornais de maior circulação, como forma de fazer proselitismo religioso. Como revelou Rocha (2014), a doutrina utilizou a imprensa com o objetivo de “disseminar o espiritismo e divulgar as noções morais calcadas em ideologias da

²⁹ Para um balanço das teses e dissertações brasileiras que tematizam a relação entre protestantismo e cultura escrita na história, ver Sepulcro Júnior (2017).

época” (ROCHA, 2014, p.22). Assim, os espíritas investiram na produção impressa porque “tinham (e têm, presentemente) na leitura e na escrita instrumentos privilegiados para a divulgação doutrinária” (OLIVEIRA, 2014). No que se refere às disputas entre católicos, protestantes e espíritas por meio dos impressos, os estudos de Ulhoa (2011), Jesus (2014) e Wolfi (2015) demonstram que a imprensa foi, também, um espaço de embates dos grupos religiosos na divulgação e propagação dos seus preceitos doutrinários.

O estudo de Vasconcelos (2010) analisou os impressos protestantes produzidos no Brasil, no período de 1837 a 1930, destacando o papel dos editores no seu processo de produção, difusão e distribuição. Os dados da pesquisa revelaram que os impressos funcionaram como estratégia na disputa pelo campo³⁰ religioso no Brasil, mas também como instrumento de ensino doutrinário, pautado nos referenciais de modernidade e progresso que orientavam os rumos da ciência. Mostrou também que a imprensa estava imbricada na formação do protestantismo no Brasil, logo, pode-se afirmar que ela foi parte da constituição de uma cultura protestante no País. Outro estudo sobre impresso religioso, de Leon (2015), evidenciou como a Igreja Católica, no Rio Grande do Sul, produziu os impressos confessionais e deles se utilizou como via de entrada para garantir a sua participação nas discussões sobre as questões educacionais que se estabeleciam no País, nas décadas iniciais do século XX. A pesquisa revelou, ainda, que a imprensa funcionou como espaço formativo e educativo, especialmente para a mulher. Segundo a autora, a Igreja, com “[...] o objetivo de melhor intervir junto ao debate educacional, buscou adaptar-se ao processo de modernização como estratégia de disputa política” (LEON, 2015, p.185). Esses estudos contribuíram para identificar as potencialidades e limitações do impresso religioso como propagador de uma cultura religiosa específica.

Assim, os estudos citados contribuíram com a análise da produção impressa do *Centro Psychico*, o jornal *Lux*, para alertar quanto à complexidade na interpretação do impresso confessional e o seu papel como agente de letramento, ao divulgar e propagar a doutrina. Nesse processo, destacamos a sua materialidade, os modos de produção, o papel dos redatores

³⁰ Utilizamos o conceito de campo de Bourdieu (2004). De acordo com o autor, para compreender uma produção cultural (literatura, ciências, etc.), não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social, contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. Assim, o campo refere-se ao “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p.20). A noção de campo representa, para Bourdieu, um espaço social de dominação e de conflitos. Cada campo tem certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social. Como num jogo de xadrez, o indivíduo age ou joga segundo sua posição social nesse espaço delimitado.

e dos leitores e a utilização do impresso no sentido de formar e aproximar os leitores da cultura escrita.

O que nos mostram os estudos sobre Espiritismo e Educação

Foram localizados alguns estudos que tratam da relação entre Espiritismo e Educação. Para melhor apresentá-los, agrupamo-los em duas temáticas: os estudos que investigam a formação histórica de instituições de ensino, escolas ou outros espaços de educação espírita; e os que abordam a trajetória de sujeitos espíritas que tiveram uma atuação na educação e contribuíram com a sistematização da pedagogia espírita no Brasil.

Sobre os estudos referentes à história das instituições espíritas de ensino (AZEVEDO, 2006; FUCKNER, 2009; FRATTARI NETO, 2009; GIL, 2013; GONÇALVES, 2008; SAID, 1998; SILVA, 2006; SOUZA, 2001; VINAGRE, 2009; WEBER; SCHERER, 2012), pode-se dizer que, no geral, eles buscam registrar o processo de implantação dessas instituições, sendo possível também identificar os fazeres que as caracterizam, bem como as práticas pedagógicas do assistencialismo, o que evidencia as orientações religiosas disseminadas por essas instituições que se organizaram para educar, especialmente, as crianças pobres e desamparadas.

No que tange à trajetória de sujeitos espíritas que tiveram uma atuação no campo educacional e contribuíram para a sistematização da pedagogia espírita, Brettas (2006) mostra as contribuições do pensamento educacional do médium, político e educador mineiro Eurípedes Barsanulfo (1880-1918), fundador e diretor do Colégio Allan Kardec (Sacramento-MG). O estudo traz as contribuições do pensamento educacional espírita de Barsanulfo e as confronta com os ideais pedagógicos em voga no Brasil, na primeira fase do regime republicano. Em outro estudo, Bigheto (2006) também investigou a atuação de Eurípedes Barsanulfo e do Colégio Allan Kardec, na perspectiva da pedagogia espírita e da história das instituições escolares. Ambos os estudos abordam a trajetória do educador e espírita numa perspectiva apologética, apresentando-o como “precursor da pedagogia espírita no Brasil”, “grande nome do Espiritismo na Primeira República”, entre outros epítetos. Esse tipo de abordagem faz-nos atentar para os cuidados no momento da análise dos dados, para a relativização das ações realizadas pelos sujeitos no âmbito das suas crenças religiosas. Oliveira (2007), por sua vez, investigou as práticas sociais e educativas de Anália Franco, que se dedicou à educação de crianças e mulheres pobres, no final do século XIX e início do XX. Anália fundou a

Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), no ano de 1901, em São Paulo, e chegou a manter 110 instituições educativas no estado. Embora Anália não vinculasse o seu trabalho a uma religião, deixou várias produções escritas sobre o Espiritismo. Também Lodi-Corrêa (2009) realizou um estudo histórico-biográfico sobre a atuação de Anália Franco na educação brasileira, no período de transição do Império para a República. Esses estudos, que tratam da fundação de instituições filantrópicas e da trajetória de sujeitos espíritas que atuaram, especialmente, na implantação de instituições educativas, evidenciam, de certa forma, uma carência de estudos que proponham outras questões referentes à educação e ao Espiritismo, como já mencionado, o que corrobora o fato de o escrito no Brasil, no início do século XX, praticamente não ser estudado fora do âmbito escolar, como, por exemplo, na região do Alto Sertão da Bahia.

Assim, a realização deste estudo traz contribuições aos campos da História da Educação e da Cultura Escrita, sobretudo por se tratar de uma investigação sobre leitura e escrita em uma instância religiosa, um Centro Espírita, considerando que, no Brasil, tanto as temáticas relacionadas ao Espiritismo, quanto a cultura escrita produzida no/por esse espaço ainda carecem de mais estudos.

1.4 Perspectivas metodológicas

A pesquisa seduz e encanta: fui³¹ aos arquivos do Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola (ACEAS), Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) e Acervo da Diocese de Caetité (ADC), movida pela ideia de conseguir recolher documentos, de seguir as pistas deixadas pelos sujeitos que se envolveram na produção dessa história. Movia-me, ainda, o desejo de que pudesse encontrar textos que acreditava estarem prenhes de realidade, os quais poderiam dizer sobre o objeto do estudo. Passado o frenesi inicial, voltei ao arquivo com um olhar mais criterioso, decidida a selecionar apenas os materiais que tivessem relação com o universo da pesquisa. Assim, posicionei-me no processo de leitura, em relação à seleção, escolhas e eliminação; procurei considerar todos os escritos que se referiam ao universo do estudo como relevantes, desde os rascunhos de papel encontrados no interior dos livros até as atas da instituição.

³¹ Optamos por utilizar, ao longo do trabalho, a primeira pessoa do plural, por entender que a pesquisa é resultado de uma produção coletiva. Mas, em alguns momentos, quando fizermos referência a determinadas subjetividades, passaremos a utilizar a primeira pessoa do singular.

Entendemos o conceito de documento numa perspectiva alargada, como sendo resultado da produção humana, inscrito num tempo e num lugar específicos. Lucien Febvre destaca que “os textos [...] e as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana [...]” (FEBVRE, 1989, p.24). E, com ênfase, comenta que os documentos são “todos os textos [...]” (FEBVRE, 1989, p.24), dada a necessidade de não conferirem privilégio apenas àqueles que se encontram nos arquivos e informando que outros tipos também nos dizem muito sobre a realidade da nossa pesquisa: “um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência...” (FEBVRE, 1989, p.24). Vale destacar que todos os objetos de estudo estão entranhados pelos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais de uma época, portanto “essa condição lembra-nos que o objeto dos nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana – mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos de que faz parte” (FEBVRE, 1989, p.31).

Segundo Burke (1992), os maiores problemas com os quais os novos historiadores precisam lidar estão relacionados às fontes e aos métodos de pesquisa: “Quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais” (BURKE, 1992, p. 25). Entretanto, vale destacar que, independentemente da condição da fonte utilizada na pesquisa histórica, ela necessita ser problematizada e questionada. Nessa direção, Michel de Certeau nos diz que “ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 1982, p.27). Portanto, a escolha que o pesquisador faz do documento, dele extraindo um conjunto de dados do passado, atribuindo-lhe um valor de testemunho, não é “neutra”; as escolhas e o posicionamento do pesquisador refletem os posicionamentos político-ideológicos. No âmbito deste estudo, trabalhamos com a noção de documento-monumento, pois:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 1994, p. 547-548).

Sendo documento-monumento, ele resulta da tentativa de imposição das sociedades históricas, de forma voluntária ou involuntária, de uma imagem de si. Ao historiador cabe não ser ingênuo ao lidar com ele, pois é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, “porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem” (LE GOFF, 1994, p.541). Não há dúvidas quanto ao fato de que trabalhar com documentos requer, do pesquisador, perspicácia e sagacidade, para que ele não se deixe seduzir pela sua “aparência”. Isso demanda domínio do rigor metodológico, para questionar e problematizar as fontes e fazer, quando necessário, o cruzamento de diferentes objetos, no sentido de confrontá-los, buscando construir uma versão dos acontecimentos que seja verossímil.

Segundo Michel de Certeau, “a pesquisa inicia com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira” (1982, p.81). Essa nova redistribuição do material é o primeiro requisito no processo de investigação, estando, portanto, permeada por escolhas, visões, posturas que são as do pesquisador. Tendo isso em vista, o autor descreve a maneira pela qual se dá a produção dos documentos.

Na realidade, ela [a História] consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em isolar um corpo, como se faz em física, e em desfigurar as coisas para construí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto inicialmente (CERTEAU, 1982, p.82).

Com base nos referenciais metodológicos propostos por Certeau, procedemos, no primeiro momento da pesquisa, à leitura da documentação, selecionando e digitando as partes dos documentos que fossem constitutivas do nosso objeto de estudo: leitura e escrita no *Centro Psychico*. Inicialmente, definimos categorias amplas, a partir dos objetivos propostos no estudo, selecionamos de forma genérica as que nos remetiam aos modos de produção, aos suportes e às práticas da escrita, da leitura e do gestual, bem como aos sujeitos responsáveis pelo processo. Essa seleção resultou na produção de 175 páginas de um novo documento.

No segundo momento, de forma a sistematizar e organizar o material, baseamo-nos na definição de categorias³² temáticas específicas, que foram, inicialmente, pensadas na elaboração do projeto e, posteriormente, definidas a partir do intenso contato com as fontes, produzidas através da leitura e releitura da empiria. Nesse processo, elegemos as seguintes categorias temáticas: modos de produção da leitura e escrita, tipos e funções da escrita, escrita

³² Ver estudo de Bardin (2011).

manuscrita, escrita impressa, tipos e funções da escrita, leitura, oralidade, práticas gestuais, sujeitos envolvidos na produção da escrita e da leitura, além de subcategorias que foram sendo estabelecidas no processo da escrita. Por último, consideramos o tratamento atribuído aos dados, feito através das inferências e interpretações, condições necessárias à sua análise, a fim de torná-los significativos e adequados na escrita do trabalho.

É importante esclarecer que, para a redação desta tese, todos os documentos citados foram reproduzidos com sua ortografia e sintaxe originais.

1.5 Acervos

Sem querer atribuir valores diferentes aos documentos e entendendo que todos, em alguma medida, possuem importância para o desenvolvimento desta pesquisa, ressaltamos o relevante papel dos arquivos públicos e privados como espaços de preservação dos acervos documentais para a realização da pesquisa histórica. O Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola (ACEAS) encontra-se organizado, apesar de, ainda, não dispor de um espaço adequado para o seu funcionamento, especialmente no tocante ao acondicionamento da documentação manuscrita do início do século XX. A consulta às fontes foi realizada *in loco*, num ambiente bastante acolhedor e tranquilo. Deve-se destacar o privilégio que é termos tido acesso a tais registros manuscritos do início do século XX, haja vista que muitos pesquisadores deparam, frequentemente, com dificuldades no acesso e no estado de conservação das fontes. No caso do material consultado neste estudo, os livros manuscritos encontram-se, no geral, em razoável estado de conservação, embora apresentem algumas danificações em determinadas partes, dada a ação do tempo e condições de sua preservação.

Sobre as possibilidades de investigação em acervos documentais de associações espíritas, Beatriz Weber (2013) relata o trabalho realizado a partir do levantamento e microfilmagem de dois acervos pertencentes a instituições surgidas nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Santa Maria (RS). Segundo a pesquisadora, a documentação indica diferentes possibilidades de pesquisas que vão além do campo religioso. Ela evidencia, também, que ainda “são restritas as pesquisas a níveis local e regional que tematizam o Espiritismo e suas práticas” (WEBER, 2013, p.3). Vê-se que os acervos dos centros espíritas no Brasil merecem o olhar investigativo dos pesquisadores, na medida em que se apresentam como uma seara bastante promissora de pesquisa sobre a religião espírita em diferentes vertentes.

Outro acervo utilizado nesta pesquisa, o do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC)³³, guarda e preserva materiais do início do século XIX, provenientes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de diversos acervos particulares. Localizado no antigo prédio de Câmara e Cadeia, construído no século XIX, encontra-se bem estruturado e organizado, o que facilita a busca e o manuseio das fontes. Além disso, conta com funcionários preparados para a execução do trabalho. As boas condições de pesquisa refletem-se no cuidado e na preservação do local e dos acervos documentais.

Em 2016, o APMC recebeu o acervo da família do Barão de Caetité³⁴ e, por meio dele, tivemos acesso a exemplares desconhecidos do jornal *Lux*, produzido pelo *Centro Psychico*, bem como a outros impressos publicados pela tipografia *A Penna*, ao conjunto de missivas trocadas entre Aristides Spínola e Lima Júnior, e também a materiais sobre o Espiritismo.

Entre as referências a estudos que tratam de acervos familiares, são significativas as contribuições de Lopes (2007), Batista (2007) e Galvão e Oliveira (2007), que utilizaram acervos pessoais dos sujeitos investigados, formados por biblioteca, caderno de recortes de jornais e escritos autobiográficos, entre outros. Os referidos autores ressaltam as potencialidades dos arquivos particulares e suas limitações e dificuldades em lidar com algumas fontes que, em determinados momentos da pesquisa, podem parecer pouco confiáveis. Sem dúvida, tais arquivos guardam relevantes documentos, e as pesquisas realizadas a partir deles podem contemplar temas diferenciados, já que eles não dizem respeito apenas ao seu proprietário, mas também à localidade em que o sujeito viveu, às suas práticas de vida e de trabalho, enfim, aspectos que marcaram, de certa forma, a história do Brasil.

A pesquisa também foi realizada no Acervo da Diocese de Caetité (ADC), cuja documentação se encontra na secretaria da Paróquia, em Caetité. É composto de diversos livros de batismos, casamentos e óbitos. Como a Igreja Católica no Brasil foi, durante séculos, a responsável pelos registros de batismo, casamento, falecimento, os quais eram considerados documentos

³³ <<http://www.arquivocaetite.ba.gov.br/conteudo/localizacao/> Consulta feita em 07 de julho de 2017>.

³⁴ Parte desse acervo pertenceu à família de Lima Júnior (primeiro presidente do *Centro Psychico de Caetité*). Trata-se de um amplo e variado conjunto de documentos que foi acumulado pela família de José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité) e por seus descendentes, que residiram na casa que leva o seu nome. Segundo Aguiar (2016), a coleção “refere-se à vida econômica, jurídica, social e política da Bahia, especialmente da região alto-sertaneja. O rico arquivo é composto por documentos que compreendem os anos finais do século XVIII até meados do século XX” (AGUIAR, 2016, p.7). O material foi doado ao APMC por Haroldo Lima (tetranelo do Barão), após ter passado pelo processo de limpeza e higienização; no momento, encontra-se em processo de organização documental, sob a responsabilidade de Lielva Aguiar, professora da UNEB-Campus VI, Caetité.

legais até a instituição da República, essa prática permitiu que a igreja acumulasse um vasto acervo documental. Segundo Le Goff, “o registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das ‘massas dormentes’ e inaugura a era da documentação de massa” (LE GOFF, 1994, p.541). Esse material possui relevância para o desenvolvimento de estudos, pois trata de aspectos variados da vida em sociedade.

1.6 Fontes manuscritas principais

No Brasil, ao longo do século XX, foi intensa a presença do manuscrito na cultura escrita. O estudo de Batista (2005) relaciona uma série de situações que tornam “aparentemente compreensível” a existência deste tipo de documento nas mais diferentes esferas da vida pública e privada. O pesquisador supõe “ter-se construído uma cultura da escrita que teria no manuscrito um dos seus traços distintivos” (BATISTA, 2005, p.106). Endossando a sua relevância como suporte de leitura e escrita que circulava no País até pelo menos meados do século XX, Galvão (2010) ressalta que as pesquisas que tratam do assunto são “ainda muito incipientes, principalmente quando consideramos que o manuscrito tem um papel muito importante na difusão do escrito no Brasil” (GALVÃO, 2010, p.237), sobretudo se levarmos em conta que a instalação da imprensa no País foi tardia em relação a países vizinhos do Continente Americano e à fundação das escolas, visto que isso aconteceu apenas em 1808.

Diante da irrefutável presença e relevância da produção escrita manuscrita, nas décadas iniciais do século XX, em todas as esferas da vida pública e particular, relacionamos a seguir as fontes desse tipo que orientam a realização do nosso estudo.

Como fontes principais, utilizamos os documentos que guardam a produção escrita do Centro, que são: Livros de atas (1905-1930), correspondências diversas, cartas de membros do Centro, Livro de manifestação dos espíritos, Livro de distribuição gratuita de remédios da farmácia homeopática (1911, 1929,1930), Livro de receitas e despesas (1907-1957) e o Estatuto do Centro Espírita Aristides Spínola (1928).

A ata resulta de uma reunião, encontro ou outro evento promovido por grupos de sujeitos que possuem interesses em comum, que se encontram para socializar informações e deliberar sobre determinados assuntos de uma comunidade específica. Ela constitui-se, portanto, como documento jurídico dotado de valor legal. No entanto, não podemos nos olvidar de que a sua redação é perpassada pelas relações de poder, visto que o redator pode conferir ênfase ou

relativizar determinadas falas em detrimento de outras. Para tanto, torna-se necessário não tomá-la como única fonte de pesquisa; é necessário que se faça o cruzamento com outras fontes. Destacamos que as atas, como fontes de pesquisa, são documentos potencialmente ricos de informações sobre as vivências e produções de uma instituição. Além da dimensão legal, a sua leitura sinaliza aspectos relevantes de uma escrita que buscava dar conta do seu cotidiano, o que nos permitiu adentrar os meandros do Centro e capturar os fragmentos de uma realidade.

No decorrer deste estudo, não chegamos a contabilizar o total de atas produzidas no Centro no período pesquisado. Sabemos, no entanto, que até a sessão de 10/10/1924, quando foi elaborada a ata de n. 1.855, elas eram identificadas pela numeração. A partir desse momento, nelas se apresenta apenas a data da sessão. No total, entre 1905 e 1930, foram produzidos 17 livros de atas.

Em algumas atas, pode-se observar a ênfase na qualidade da escrita, o registro de fatos longos e repetitivos, vinculados a pessoas, datas comemorativas que eram consideradas marcos na memória da instituição. Esses aspectos permitem-nos vislumbrá-las como “documento-monumento” (LE GOFF, 1994); além de atender a uma exigência legal, elas foram produzidas com a intenção de conservar e manter não só a memória da instituição, como, também, do próprio documento, o que se revela através dos cuidados com a escrita, a definição dos traços, o desenho bem delineado e bem acabado das letras, conferindo-lhes uma estética harmoniosa e demonstrando certa preocupação com ser legível e memorável, especialmente nas atas das sessões comemorativas ou solenes, que aconteciam em datas especiais. Como exemplos de sessões comemorativas, citamos o “Natal de Jesus Cristo”, no dia 25 de dezembro, quando também se comemorava a instalação do Centro, e o dia 3 de outubro, nascimento de Allan Kardec.

As cartas também foram outra fonte relevante para o estudo. Devemos ressaltar que, embora algumas das missivas utilizadas para a pesquisa não sejam resultado de uma produção escrita feita no/pelo Centro, elas tratam de questões a ele pertinentes e foram produzidas por sujeitos que estavam vinculados à instituição. Entre outras possibilidades, elas nos permitiram perceber de que forma o Centro foi se configurando na cidade como novo espaço religioso. Por meio delas, mapeamos as relações que os seus diretores estabeleceram com outras instituições espíritas, como, por exemplo, a Federação Espírita no Rio de Janeiro. As missivas

utilizadas para a realização desta pesquisa podem ser classificadas em dois tipos: familiares e públicas ou “abertas”.

As cartas familiares foram escritas por Aristides Spínola e destinadas a Lima Júnior (esposo de uma sobrinha de Aristides); à irmã, D. Anna Spínola; e à sobrinha, Celsina Teixeira. Infelizmente, não tivemos acesso às respostas das missivas recebidas, mas, por meio das que foram enviadas, fica explícito que havia uma troca contínua de correspondência entre Aristides e seus familiares. Isso pode ser observado, por exemplo, na carta que Aristides enviou, do Rio de Janeiro, para Celsina Teixeira, em Caetité: “Quando V. aqui esteve, pedindo-lhe que me escrevesse, preveni que não contasse com resposta, em tempo. Fiquei em falta por não responder a sua primeira carta; mas contava, antecipadamente, com a sua relevação”³⁵. A troca de correspondência entre Aristides Spínola e seus familiares demonstra que era uma prática recorrente, e que ele exercia certa centralidade nas relações parentais, aconselhando, sugerindo ou servindo como intermediário no Rio de Janeiro na aquisição e envio de diferentes objetos (remédios, livros, impressos em geral).

De modo geral, podemos afirmar que a correspondência nos fornece inúmeros indícios sobre as trocas e as relações que se estabeleceram entre os sujeitos. Isso porque ela “não apenas aproxima, mas fala a respeito de quem a escreve e revela algo sobre quem a recebe, permitindo aquilatar a intensidade do relacionamento entre os missivistas” (BASTOS, *et al.*, 2002, p.6). A correspondência entre Aristides Spínola e Lima Júnior revela os interesses que perpassavam por essa relação, especialmente os interesses políticos, seguidos das questões relacionadas com a Doutrina Espírita. Portanto, a leitura das cartas evidencia a “organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenharam papel central a partir de um projeto ou objetivo comum” (MALATIAN, 2009, p.208). Através das missivas pode-se mapear a rede de relações de influências políticas que se estabelecem em torno de determinados sujeitos. Elas revelaram que a fundação do Centro em Caetité vinculou-se, especialmente, à figura de Aristides Spínola e Lima Júnior, sujeitos que possuíam respaldo econômico, político e cultural.

A correspondência de Aristides Spínola para Joaquim Manuel Lima Júnior é composta de trinta e quatro missivas e três cartões, escritos no período de 1903 a 1912, representando quase uma média de quatro cartas por ano. A maior parte foi remetida por Aristides, do Rio

³⁵ ARISTIDES SPÍNOLA. **Carta para Celsina Teixeira**. Rio de Janeiro, 31 de junho de 1915. APMC, Fundo: Acervo particular da família de Deocleciano Teixeira. Grupo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: Correspondências pessoais, caixa 01, maço 04.

de Janeiro, para Lima Júnior, em Caetité. A materialidade do suporte revela-nos sobre as condições em que foram produzidas; algumas se utilizam de um papel-linho grosso e resistente, o que deixa claro o requinte do material; outras têm o monograma colorido do emissor, Aristides Spínola. Tais refinamentos de um “lance de vista permitiam a identificação de sua procedência e constituíam sinais de distinção” (MALATIAN, 2009, p.199), visto que o remetente era deputado federal, jornalista, advogado e vice-presidente da Federação Espírita no Rio de Janeiro. As primeiras possuem uma caligrafia bem elaborada e legível; com o tempo, o cuidado e a elaboração cederam lugar a uma caligrafia aligeirada, como a de alguém que redige em meio a outros afazeres. Esse detalhe, aliás, foi narrado pelo próprio missivista: “Embora, à noite, quando lhe escrevo, esteja um pouco fatigado pelo trabalho de hoje (domingo), vou esforçar-me para responder alguns tópicos da sua missiva”³⁶. Vale ressaltar que, embora o missivista destaque a sua condição física (cansaço) no ato da sua redação, isso não traz implicações à escrita em si, isto é, não traz prejuízo à leitura e compreensão. A tarja preta na moldura do papel da carta foi outro aspecto presente na sua materialidade, utilizado especialmente nos momentos de lutos na família. Das cartas que Lima Júnior emitiu, três delas demonstram que estava vivendo o luto pela morte do seu pai. Deve-se destacar, ainda, que, materialmente, o conjunto de missivas se encontra em bom estado de conservação.

A correspondência de Aristides Spínola para Lima Júnior informava ainda sobre o cotidiano da política local (região do Alto Sertão da Bahia) e da política nacional: eleição de governador de estado e do presidente da República, violação do processo eleitoral, campanha eleitoral, mudança de partido político. Tratava também de questões pertinentes ao *Centro Psychico*, como a criação de estatuto, envio de livros, tensões locais com o poder clerical, participação dos filiados na agremiação, orientações espirituais, etc. Essas missivas permitiram-nos visualizar os diversos usos que podem estar presentes num mesmo suporte de escrita. Sua produção discursiva reporta-nos à ideia do Centro como lugar de memória³⁷, no qual emergem questões de várias ordens, como os embates políticos e religiosos. As cartas

³⁶ Aristides Spínola. **Carta para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1906. APMC, Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

³⁷ Os lugares de memória, de acordo com Pierre Nora (1993), foram espaços pensados para preservar e guardar a memória, haja vista que esses espaços não existem de forma espontânea. Assim, o autor conceitua os lugares de memória considerando simultaneamente três sentidos da palavra, “material, simbólico e funcional, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entram na categoria se forem objetos de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre” (NORA, 1993, p.21-22).

ensejaram, ainda, a análise de outros eventos de letramento, bem como as redes de sociabilidade que os adeptos do Centro estabeleceram por meio delas; permitiram, ainda, identificar o papel desempenhado por essa produção manuscrita, especificamente em Caetité.

Cartas públicas ou “cartas abertas” foi a denominação dada por Aristides Spínola para as missivas que ele escreveu e enviou ao Centro, sob a responsabilidade de João Gumes, que, na época, era o secretário. Elas tratavam, especificamente, de questões vinculadas ao funcionamento da instituição e eram direcionadas aos seus membros também. Uma delas informa: “remeto ao nosso amigo João Gumes uma extensa carta, que pode ser considerada carta aberta ao nosso *Centro Psychico*, a proposito de communicações, que aqui obtive”³⁸. Vale ressaltar que acessamos o conteúdo de algumas dessas missivas por meio das atas. Ao que tudo indica, elas teriam sido transcritas na íntegra, principalmente aquelas que continham orientações de ordem administrativa, burocrática e, sobretudo, de ordem espiritual, haja vista que seu remetente era médium. Para Chartier (2001) as leituras oralizadas de jornais e cartas, foram, possivelmente, responsáveis pela “unificação de uma sociabilidade, de uma sociedade” (CHARTIER, 2001, p.135). Assim, o “jornal e a carta foram talvez os objetos privilegiados desta leitura em voz alta, e aqui vemos uma relação entre uma prática efetiva e um ideal de escrita” (CHARTIER, 2001, p.135). No Centro, a socialização do conteúdo das cartas acontecia por meio da leitura em voz alta feita por um dos membros da instituição designado para tal função.

O Livro de registro das manifestações, como o nome sugere, refere-se ao registro das manifestações espirituais recebidas pelos médiuns do Centro. A psicografia³⁹, cabe esclarecer, constitui uma das formas de manifestação dos espíritos. Existe apenas um livro referente ao período em estudo; por meio dele, é possível identificar os temas ou questões tratadas nessas mensagens e a quem elas se destinavam. Sobre a produção do livro, percebe-se que foi

³⁸ Aristides Spínola. **Carta para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1906. APMC, Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

³⁹ O *livro dos médiuns* define a psicografia como a “escrita dos espíritos pelas mãos de um médium” (KARDEC, [1861] 2003, p.578). Como destacado anteriormente, não constitui objetivo desta tese a discussão quanto ao mérito de a produção psicográfica ser proveniente de um ato “natural” ou “sobrenatural” ou, ainda, refletir sobre a veracidade dos fatos que envolvem essa escrita; mas, tão somente, analisá-la na perspectiva histórica, visto que consideramos os registros dessa escrita como uma “prática de cunho religioso que tem no texto psicográfico seu produto cultural imediato” (SILVA, 2012, p.19). Portanto, esses escritos são vistos como documentos que foram produzidos com objetivo e finalidade determinados num contexto específico, portadores de uma prática cultural letrada. As cartas psicografadas têm sido utilizadas na qualidade de objeto de investigação de estudos acadêmicos, como, por exemplo, na área de Letras, na perspectiva da semiótica como “epistolografia psicográfica”, que se refere ao conjunto de cartas psicografadas por um médium. Ver Silva (2012). Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/download-livro.asp?ctl_id=299&tp=pdf>. Acesso em jun/2015.

redigido posteriormente ao recebimento das mensagens. Considerando a sua organização e qualidade da escrita, as mensagens teriam sido enviadas pelos espíritos considerados guias do Centro. No geral, elas orientam sobre o funcionamento da vida da instituição e dos seus membros. A escrita mediúnica possuía função e usos específicos no Centro; referindo-se ao seu processo de produção, Lewgoy comenta que na escrita psicográfica é um “Outro que se insinua transcendendo a individualidade do médium em momentos de ‘inspiração’” (LEWGOY, 2000, p.118). O autor ressalta, ainda, que esse processo de produção “nada tem de expressão desregrada e espontânea de estados da alma, mas inscreve-se numa experiência ritualizada e codificada pela tradição kardecista” (LEWGOY, 2000, p.118).

O Livro de distribuição gratuita de remédios do Centro refere-se a uma das atividades realizadas pela instituição, a partir de 1911, quando foi adquirida uma farmácia homeopática. Entretanto, por falta de um médium receitista, a atividade ficou suspensa, reaparecendo os registros da distribuição de remédios nos anos de 1929 e 1930. Existe apenas um livro desse tipo, que é referente aos anos de 1911, 1929 e de 1930. Nele, especificavam-se o nome da pessoa que buscava o atendimento, o incômodo de que era portador, a prescrição do remédio e a forma como deveria ser ministrado.

O Livro de receitas e despesas refere-se ao período compreendido entre os anos de 1907 e 1957 e descreve os registros contábeis do Centro. No manuscrito, que tem formato de tabela, registravam-se os valores das contribuições pagas pelos associados, os gastos com aquisição de materiais, os serviços utilizados e as demais despesas, bem como o recebimento de doações referentes aos primeiros anos de funcionamento da instituição. Essa fonte revela a presença da escrita administrativa ou contábil, permitindo conhecer as suas especificidades: a origem das fontes provedoras, as estratégias utilizadas pela direção da instituição para angariar recursos, as prioridades atribuídas aos gastos, principalmente com a aquisição de livros, assinatura de jornais espíritas, entre outros.

1.7 Fontes complementares

Foram acessados documentos eclesiásticos que se encontram na secretaria da Paróquia de Caetité, os quais permitiram fazer o cruzamento das fontes, visto que a criação da Diocese na cidade, em 1913, tem relação com a instalação do Centro⁴⁰. Tivemos acesso aos seguintes livros: Tombo da Igreja, datado de 30/01/1908, contendo um inventário dos bens e patrimônio

⁴⁰ Abordaremos essa questão no 4º capítulo.

da igreja a partir da chegada do Monsenhor Bastos⁴¹; História da Diocese de Caetité, autoria de Angelo Henriques Martinelli, que trata da instalação da Diocese de Nossa Senhora de Santanna, em 28/02/1915, e da chegada do bispo para ela nomeado, D. Manoel Raymundo de Mello. Existe, ainda, um livro confeccionado a partir de recortes de diferentes jornais com registros de notícias religiosas em geral, principalmente sobre a Igreja Católica. Nesse caso, a forma como os recortes foram feitos impossibilita identificar a fonte, isto é, o periódico do qual a notícia foi retirada. Esses documentos contribuíram para o desenvolvimento do nosso estudo, considerando que nos informam sobre a ambiência religiosa da cidade de Caetité, no período em que a pesquisa se concentra, e, por meio deles, foi possível identificar os confrontos que ocorreram, na imprensa local, entre os católicos e os espíritas, além de permitir cruzamento de dados.

1.8 Fontes impressas principais

O jornal *Lux* (1913-1933) era um impresso produzido pelo Centro, publicado pela tipografia *A Penna*. A primeira edição do jornal foi publicada em 25/12/1913, em Caetité, e o jornal circulou, possivelmente, até março de 1933. A sua circulação foi marcada por descontinuidades: houve anos em que a publicação chegou a ter cinco números; em outros, foi publicado apenas um número – além de fases de completa interrupção. Tivemos acesso a 25 edições do jornal, das quais 13 são microfilmadas e se encontram no APMC; as outras 12 foram encontradas no acervo que pertenceu ao coronel Lima Júnior. No geral, os exemplares apresentam condições razoáveis de leitura, com exceção da edição de 25/04/1919, que se encontra bastante deteriorada. Na edição de 03/10/1926, o *Lux* passa a se identificar como *Orgam do Centro Espírita Aristides Spínola*⁴². O Centro recebe a denominação de *Centro Espírita Aristides Spínola* (CEAS) numa homenagem a um dos seus fundadores, presidente honorário e incentivador da doutrina na região.

Para Tânia de Luca, a utilização dos jornais como fonte, em um primeiro momento da história da historiografia, “não implicou o reconhecimento da imprensa, que continuou relegada a uma

⁴¹ Monsenhor Luís Pinto Bastos (1883-1945) tomou posse como vigário de Caetité em 1908, cargo que exerceu por 37 anos. Helena Santos (1995) informa também que o Monsenhor Bastos atuou, politicamente, militando ao lado de Deocleciano Teixeira; exerceu os cargos de Conselheiro Municipal, Presidente da Câmara e Intendente Municipal, de 1919 a 1920. Atuou, ainda, como articulador no estabelecimento do Colégio dos Jesuítas (1912) e na criação da Diocese (1913). Segundo a autora, essas realizações visavam ao “fortalecimento da religião católica, justamente quando os americanos instalavam a Primeira Igreja Protestante Presbiteriana no Alto Sertão, com o Colégio Americano” (SANTOS, 1995, p.323-324). Vê-se que as ações do Monsenhor Bastos revelam uma atuação político-partidária no sentido de manter o domínio da Igreja Católica.

⁴² Conforme mencionado, optamos por manter a grafia das citações de acordo com o texto original.

espécie de limbo” (LUCA, 2008, p.112). Somente na década de 1970 é que esse tipo de impresso começou, ainda que de forma tímida, a ser considerado fonte e objeto da pesquisa histórica. A partir da década de 1990, os impressos, em geral, tornaram-se fontes e objetos de pesquisas nos diversos campos de conhecimento. Entretanto, não se pode esquecer que eles refletem os valores e ideais do grupo que ocupa a sua direção, portanto, necessita-se que seja feito o cruzamento com outras fontes.

1.9 Fontes impressas complementares

O jornal *A Penna* era um impresso local, editado pela tipografia *A Penna*, ambos fundados por João Gumes. O periódico esteve em atividade de 1897 a 1943, e cada exemplar era composto por quatro páginas; tratava de questões sociais, econômicas, políticas e culturais da cidade, bem como de problemas de ordem estadual, nacional e internacional. Com base nesse impresso, acompanhamos as discussões e a repercussão de fatos religiosos no cotidiano da cidade. O jornal circulava em Caetité e na região alto-sertaneja da Bahia, chegando à capital do estado, além de outros estados do Brasil, como São Paulo⁴³ e Minas Gerais. Tivemos acesso tanto às edições microfilmadas no APMC, como a exemplares originais desse período, por meio de pessoas particulares.

O *Boletim Inter-Parochial* (1916-1930), o *Pharol* e a *Carta Pastoral* também foram utilizados como fontes complementares na pesquisa. Trata-se de impressos religiosos publicados pela Diocese de Caetité que foram produzidos e circularam com várias interrupções de 1915 a 1930, cujo escopo era propagar a religião católica e doutrinar os fiéis segundo as práticas consideradas adequadas à vida de um cristão. Os periódicos, portanto, não se restringiam a divulgar eventos, festas ou pregações relativas à religião, mas também publicavam textos de cunho moralizador, que definiam como os homens e as mulheres deveriam orientar suas condutas quanto a vestimentas, comportamentos e ações morais. Esse posicionamento permite-nos fazer o cruzamento com o impresso produzido pelos espíritas e outras fontes.

A consulta aos impressos produzidos pela igreja fez com que percebêssemos como o jornal espírita era recepcionado pelo clero católico e, sobretudo, possibilitou-nos acompanhar as produções escritas advindas das disputas pelo campo religioso em Caetité entre os católicos e

⁴³ Com relação à circulação do jornal *A Penna*, no período de 1924 a 1927, o impresso possuía 34 assinantes somente na cidade de São Paulo, além de outras cidades do interior do mesmo estado (REIS, 2010).

os espíritas. Como demonstraram os estudos de Jesus (2014), no Brasil, desde o final do século XIX a meados do século XX, foram recorrentes as disputas e os embates através da imprensa religiosa em diferentes estados do Brasil⁴⁴. Tivemos acesso aos impressos católicos nos acervos das bibliotecas particulares da família de Deocleciano Teixeira⁴⁵ e da biblioteca Aluno-Mestre, que pertenceu ao professor Alfredo José da Silva⁴⁶. Ambas encontram-se no Arquivo Público de Caetité.

Os trabalhos dos memorialistas⁴⁷ locais, como *Caetité: pequenina e ilustre*, de Helena Santos (1995); *Luz entre os roseirais*, de Áurea Silva (1992); *O clã dos Neves* (1975a) e *Algodão de seda* (1975b), ambos de Marieta Gumes, e o *Rescaldo de Saudade*, de Flávio Neves (1986), trouxeram informações sobre Caetité. Com este material, pudemos fazer o cruzamento de dados com outras fontes, contribuindo, assim, para confrontar e ampliar a compreensão do nosso objeto de estudo. Utilizamos também o estudo do professor e escritor Pedro Celestino da Silva, *Notícias históricas e geográficas do município de Caetité*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1932. Trata-se de uma extensa pesquisa, conforme o próprio autor afirmou, pautada em documentos oficiais e relatos de pessoas da comunidade. Nela, o jornalista fez um inventário histórico da cidade, desde o período da colonização portuguesa até a década de 1930, ressaltando os seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Silva esteve em Caetité por duas vezes, em 1889 e entre 1926 e 1927.

Vale ressaltar que, além das fontes relacionadas, também acessamos e utilizamos outros documentos que se encontram sob a guarda e responsabilidade de pessoas particulares, que colaboraram para cruzar as fontes. O cruzamento pode acontecer tanto na perspectiva de endossar o fato, utilizando-se de outros documentos, quanto para os contrapor, principalmente

⁴⁴ Essa questão será aprofundada no 4º capítulo.

⁴⁵ Segundo Reis (2010, p.88-89), Deocleciano Teixeira (1844-1930), natural de Ituaçu (região da Chapada Diamantina-BA), formou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia, depois voltou à região da Chapada até fixar residência em Caetité. Mais tarde, abandonou a Medicina para se dedicar à política. Tornou-se chefe político regional, exercendo diversos cargos públicos, como deputado provincial e senador estadual.

⁴⁶ Alfredo José da Silva (1887-1985), natural da região do Recôncavo baiano, era afrodescendente, de origem humilde, proveniente da área rural e que ascendeu socialmente pela via da educação, na medida em que foi professor e diretor da Escola Normal de Caetité e prefeito da mesma cidade. Em artigo produzido pela autora da tese, foram investigadas as práticas e os objetos de leitura desse professor, considerado “novo letrado”, a partir do estudo de sua biblioteca, por ele nomeada de “Biblioteca aluno-mestre” (REIS, 2017, p.272).

⁴⁷ Os trabalhos dos escritores ou memorialistas locais são, na sua maioria, produzidos numa perspectiva laudatória, pautados pela exaltação e valorização de certo lugar, bem como dos sujeitos que se consideram quase que os únicos responsáveis pela realização de feitos históricos dignos de serem lembrados. Portanto, o escritor local é aquele que “tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos” (CANDAUI, 2012, p. 124).

no caso das fontes externas ao Centro, como as que se encontram vinculadas à Igreja Católica, os relatos dos memorialistas locais, entre outros.

Até aqui foram expostos (à)ao leitor(a) os objetivos e as bases teórico-metodológicas que orientaram a realização do estudo, no sentido de apreender como o Centro contribuiu, nas décadas iniciais do século XX, para a produção e circulação da leitura e da escrita e para o processo de letramento dos seus adeptos. A seguir, apresentamos a estruturação da tese, organizada em quatro capítulos, que demonstram as formas e os usos da leitura e da escrita no Centro em Caetité, atentando para as disputas, os impasses e os sujeitos que estavam envolvidos na sua instalação. Assim, investigar o lugar ocupado pelo oral, pelo escrito e pelo gestual nas práticas de letramento que aconteciam nessa instância religiosa é o escopo central do trabalho que se desenvolve nos capítulos subsequentes.

No primeiro capítulo, localizamos e situamos a região do Alto Sertão da Bahia, identificando em Caetité as instâncias de produção e circulação da escrita, as bibliotecas pertencentes a associações e a particulares, os Correios, a imprensa. Em seguida, situamos o surgimento do Espiritismo kardecista no Brasil e em Caetité, destacando os princípios e valores que fundamentam a doutrina. Buscamos, ainda, compreender como se deu o processo de implantação do *Centro Psychico* na cidade. Destacamos os sujeitos que participaram da instituição e agregaram legitimidade ao seu funcionamento. Por fim, identificamos, em seu cotidiano, três momentos principais de intensa produção de eventos de letramento religioso.

No segundo capítulo, identificamos alguns tipos, funções e usos da escrita, a partir das atividades realizadas nos eventos de letramentos que aconteciam no Centro, de modo a perceber como se davam, nas produções, as relações entre o oral, o gestual e o escrito. Na produção da escrita mediúnica, destacamos as formas, as condições, as tensões e dificuldades que permeavam o processo, bem como o perfil de homens e mulheres, médiuns, que em determinados momentos foram responsáveis por ela, além de algumas especificidades dos demais tipos de escrita. Mapeamos também a materialidade dos objetos utilizados na produção dessa escrita, destacando as suas formas de acesso e usos desses materiais.

Identificamos, no terceiro capítulo, *quais e como* eram feitas as leituras, classificando-as, a partir da ordem em que elas aconteciam na instituição, como ordinárias, fundantes da Doutrina Espírita, indicadas pela FEB, e as literárias, atentando para as tensões causadas pela

figura do leitor-mediador em impor aos leitores a forma “correta” de atribuição de sentidos aos textos. Identificamos, também, a figura do leitor-mediador, função, normalmente, vinculada à hierarquia do Centro, visto que era portadora de “autoridade” que servia para indicar a adequada compreensão dos textos.

Apresentamos, no quarto capítulo, a forma como o impresso religioso *Lux* foi utilizado na perspectiva de agente de letramento na formação do leitor espírita e de outros tipos de leitores em Caetité e região. Para tanto, será observado o processo de criação e implantação do jornal, uma vez que ele foi criado com o objetivo de expandir, propagar e difundir a doutrina. Além disso, serão tomados tanto os aspectos da materialidade do periódico quanto os demais elementos, como os redatores, possíveis leitores, interesses e/ou disputas estabelecidas com outros grupos religiosos, e questões de ordem financeira.

Na conclusão, retomamos as principais questões da pesquisa e as reflexões que foram feitas a partir delas sobre como uma instância religiosa, no caso, o *Centro Psychico*, desenvolveu eventos e práticas de letramentos que contribuíram para aproximar e ampliar o contato dos adeptos com as culturas do escrito e qual o lugar que a leitura e a escrita ocuparam nessa instância. São apresentadas, também, outras questões como perspectivas de novas questões para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1: ALTO SERTÃO DA BAHIA, INSTÂNCIAS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA ESCRITA E A DOCTRINA ESPÍRITA

É conhecido por alto sertão da Bahia o vastíssimo território das caatingas, carrascos, chapadas, pseudo-matas, não vestido geralmente das uniformes e pujantes florestas a que se dá entre nós o nome de 'matas'. Aí, quer no tempo, quer no espaço, vêem-se os mais vivos contrastes, os mais surpreendentes, e uma variedade quase infinita de altitudes e aspectos que confundem e deslumbram [...] (GUMES, 1927, p.2).

Neste capítulo, busca-se, em um primeiro momento, localizar e situar a região do Alto Sertão da Bahia, no final do século XIX e início do XX, bem como identificar quais eram e como estavam organizadas as instâncias que propiciaram a produção e a circulação da escrita em Caetité, entre as quais estão as igrejas, colégios, bibliotecas, Correios, instituições filantrópicas, entre outras. Em um segundo momento, situaremos a Doutrina Espírita no Brasil e em Caetité, destacando os seus princípios e valores, buscando compreender como se deu o processo de fundação do *Centro Psychico*. Para tanto, procurou-se identificar as atividades do seu cotidiano que envolviam eventos de letramento, além de traçar o perfil e conhecer alguns dos sujeitos que participaram da instalação e contribuíram com a sua legitimação. Nessa construção utilizamos como fontes para análise, particularmente, estudos sobre a região, o jornal *A Penna*, registros de memorialistas, romances locais, cartas e o Estatuto do Centro que se encontram no Arquivo Público Municipal de Caetité e no Centro Espírita Aristides Spínola.

Assim, partimos do princípio de que, no final do século XIX e início do XX, na região do Alto Sertão da Bahia, a cidade de Caetité reuniu condições de ordem política, econômica, social e cultural, vinculadas a grupos letrados que, pautados pelos ideais de modernidade, viabilizaram a instalação de diversas instâncias, responsáveis pela produção e circulação de materiais escritos na cidade e região, entre elas, o *Centro Psychico*.

2.1 Localizando o Alto Sertão da Bahia

No decorrer do processo de colonização e conquista do interior do Brasil, construiu-se uma dicotomia entre o sertão e o litoral, com o sertão sendo associado à ideia de lugar “distante”, “deserto”, “selvagem”, “inculto”, em oposição ao litoral, visto como espaço de povoamento, onde se localizavam os poderes instituídos, portanto, uma região afeita ao progresso e ao desenvolvimento. Segundo Erivaldo Neves e Antonieta Miguel (2007), na atualidade

propaga-se a ideia de sertão vinculada a uma vasta área do interior brasileiro, como “expressão da pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, numa equiparação à ideia de ‘região’” (NEVES; MIGUEL, 2007, p.15). Nessa visão caracterizam-se esse espaço, as relações sociais que a população estabelece com a natureza e os tipos de produção material e cultural de trabalho. Portanto, para o autor, como categoria analítica da divisão espacial, o sertão “exprime condição de território interior de uma região, ou de uma comunidade administrativa interna” (NEVES; MIGUEL, 2007, p.15-16). Elementos como a extensão territorial e as suas diversidades geográficas, econômicas, culturais, sociais e políticas tornam a região heterogênea, mas com especificidades próprias. Portanto, não se pode falar em sertão, mas em “sertões da Bahia”, parafraseando Guimarães Rosa.

A região denominada de Alto Sertão da Bahia, lócus do nosso estudo, correspondia a uma vasta área do sudoeste da Bahia que, “partindo do Médio São Francisco, se limita ao sul com o estado de Minas Gerais; ao norte, abrange as Lavras Diamantinas, limitando-se ao leste com a região de Vitória da Conquista” (ESTRELA, 2003, p.35-46). A respeito dessa região, Estrela (2003) ressaltou, ainda, a necessidade de questionar os elementos e fatores determinantes no processo de regionalização, identificando não somente aqueles que a particularizam, mas, sobretudo, as percepções e o imaginário dos homens e das mulheres que ali habitam⁴⁸. Principalmente após ter constatado que não havia, nos órgãos governamentais, registro da denominação “Alto Sertão”.

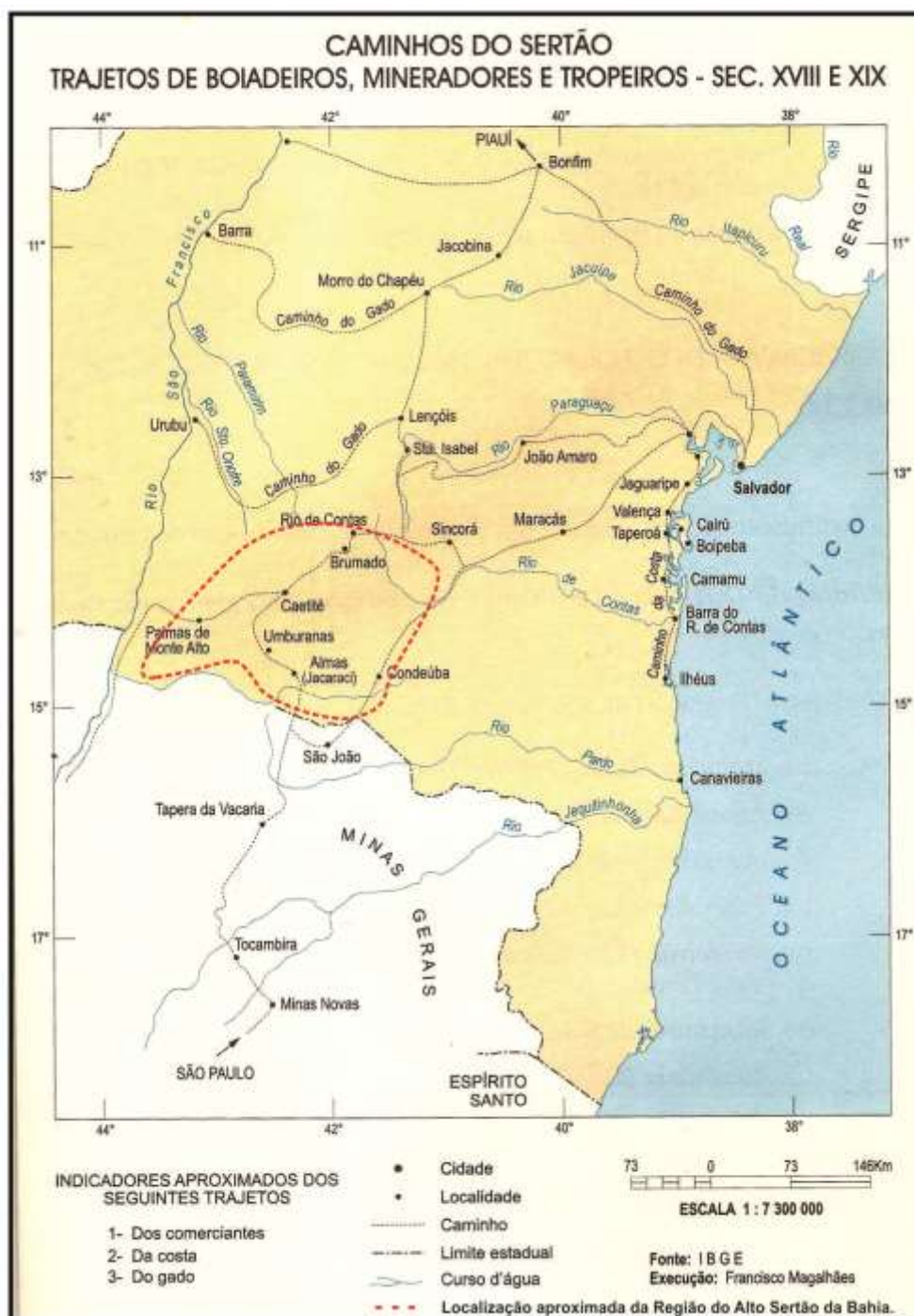
Durante a colonização da região, os “caminhos do Alto Sertão da Bahia [que], por exemplo, serviram ao tráfico de ouro e diamantes de Minas Gerais e de Rio de Contas no século XVIII e da Chapada Diamantina, no século XIX” (NEVES, 2007, p.21). Em torno dessas atividades econômicas, muitas famílias construíram fortunas que possibilitaram acessar bens culturais, tanto no Brasil como no exterior, como, por exemplo, a prática de enviar os filhos para estudarem na capital do estado e no Recife⁴⁹. Os contatos que se estabeleceram com outras regiões em virtude das atividades mineradoras, bem como de outras atividades econômicas e culturais, contribuíram para alargar os caminhos do Alto Sertão da Bahia. No mapa a seguir, a delimitação do Alto Sertão da Bahia é uma tentativa de se definir a área aproximada do que correspondia à região. Como destaca Estrela (2003), deve-se atentar para o fato de que a sua delimitação não se ateve apenas aos aspectos geográficos, mas também às construções

⁴⁸ Ver Neves (1998, 2007), Ivo (2008) e Pires (2003, 2007).

⁴⁹ Caetiteenses que se formaram em Direito pela Faculdade de Recife, em Pernambuco: Plínio Augusto Xavier de Lima (1847-1871) e Aristides Spínola, em 1871 (A PENNA, 03/10/1929, p.3).

imaginárias dos seus habitantes. A representação mostra-nos, ainda, os percursos utilizados em benefício das atividades econômicas da região, mas que também serviram para conectar diferentes povos, culturas, modos de falar, de ler e de escrever.

Figura 1: Mapa do Estado da Bahia



Fonte: NEVES & MIGUEL. *Caminhos do Sertão* (2007, p.209).

O município está localizado na zona fisiográfica da Serra Geral, situado na encosta da Serra do Espinhaço do Alto Sertão da Bahia, a 826 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Quanto ao tipo de vegetação, a região divide-se em duas zonas distintas: a da caatinga e a dos gerais. A cidade encontra-se a 757 quilômetros de Salvador, a capital do Estado.

Em Caetité, a instalação da Câmara Municipal ocorreu em 1810. Entretanto, anteriormente à criação da Vila⁵⁰, o local já funcionava como entreposto, isto é, como região de passagem, que se ligava às Lavras Diamantinas, ao Norte de Minas e à região de Rio de Contas⁵¹. Segundo Pedro Celestino da Silva (1932, p.282), o nome Caetité é de origem tupi: *Caa-ita-eté*, que significa Mata da Pedra Grande.

No século XX, com a nova regionalização do estado da Bahia feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na década de 1980, a região passou a ser denominada de sudoeste da Bahia. Em 2007, o governo estadual realizou nova divisão, considerando o aspecto de produção, e estabeleceu no estado 26 regiões potencialmente econômicas. Assim, Caetité e as cidades circunvizinhas passaram a compor o “Sertão Produtivo”. Nas pesquisas históricas, entretanto, tem-se mantido a utilização da expressão “Alto Sertão da Bahia”. O uso e a apropriação dessa designação implicam pensar uma forma de reafirmar a identidade e o pertencimento à região⁵², definindo, sobretudo, um movimento de resistência que busca recuperar a dimensão histórica do termo.

Sobre a urbanização da região, pesquisas⁵³ destacam que Caetité, desde os primórdios, reunia algumas condições que favoreciam esse processo, fato que a colocava como um centro regional. Essa característica foi mantida e ampliada e, no final do século XVIII, a cidade já dispunha de Igreja Católica; no final do século XIX contava com teatro, Sociedade dramática (1884)⁵⁴, imprensa (1897), Escola Normal (1898) e telégrafo (1896), entre outros órgãos.

⁵⁰ O arraial de Sant’Anna do Caetité foi elevado a freguesia por Alvará régio de 1754 (SILVA, 1932).

⁵¹ A freguesia de Caetité pertenceu à Vila de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas – atual município de Rio de Contas –, da qual foi separada no ano de 1810. Em homenagem ao príncipe regente, passou a ser denominada Villa Nova do Príncipe e Santa Anna do Caitité (SILVA, 1932).

⁵² A criação do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) é, em parte, resultado desse processo de apropriação e afirmação de pertencimento à região. As mobilizações da comunidade em torno da instalação do Museu se iniciaram em 2011. Sua sede é em Caetité, mas a tipologia é de um museu de território, que engloba os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã. O MASB é um marco significativo na política de identificação e definição da região, porque busca reforçar os diferentes pertencimentos identitários do Alto Sertão da Bahia, uma vez que tem o “potencial de comunicar também os saberes e fazeres, práticas religiosas, ofícios, memórias, paisagens, celebrações, arquitetura popular, identidades, pluralidade e referências culturais e linguagens de um território multicultural, no âmbito imagético, geográfico e histórico” (LIMA, 2016, p.117).

⁵³ Ver Santos (2014), Guimarães (2012), Carneiro (2011).

⁵⁴ A Sociedade Dramática (1884) foi fundada por um grupo de literatos que adquiriu o prédio do antigo mercado, lá estabelecendo o Teatro Dois de Julho. Como afirma o jornal, o teatro foi resultado da “boa vontade e iniciativa dos seus fundadores” (A PENNA, 06/09/1912, p.1).

No que se refere às atividades econômicas, Silva (1932) comenta que, na agricultura, o algodão era uma das maiores riquezas na época. Em Caetité, a cana também era (e ainda é) cultivada com sucesso desde os tempos coloniais. Além desses, a mandioca, os cereais, a mamona e as frutas em geral tiveram destaque na economia local. A pecuária era considerada a mais relevante atividade econômica para o município, ao passo que “a extração de ametistas, que já foi uma das maiores fontes de renda, no passado, quando a extração e exploração eram feitas pelos alemães, ficou reduzida a uma pequena produção” (GUMES, 1975a, p.19). Por sua vez, parece não haver um consenso entre os escritores locais quanto ao início da atividade mineradora no município; todavia, desde o final do século XIX, o jornal *A Penna* já noticiava a sua exploração, quando publicou: “Descobriu-se ultimamente uma nova jazida de pedras amethysta de superior qualidade e o povo deu ao local o nome de Nova Hollanda” (A PENNA, 20/06/1897, p.4). Em torno da sua exploração nas primeiras décadas do século XX, estabeleceu-se um intenso fluxo comercial entre a vila de Brejinho das Ametistas e a cidade de Caetité, fato que possibilita afirmar que, por um longo período, as ametistas de Brejinho tiveram como destino a Alemanha. Vale destacar que esse comércio teve a efetiva atuação do coronel Deocleciano Teixeira como agente facilitador das relações econômicas entre o garimpo e os comerciantes alemães⁵⁵ (COTRIM, 2015).

2.2 Condições de urbanização de Caetité e as instâncias de produção e circulação da escrita

As primeiras décadas do século XX aparentam ser de forte movimento na vida social urbana de Caetité, o que pode ser observado a partir do número de instituições em funcionamento na cidade, como, por exemplo, as educacionais, as religiosas e outras, as quais contribuíam com a produção e a circulação da escrita na região. Vejamos quais eram elas.

Quadro 01: Instituições que funcionavam em Caetité no início do século XX

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DATA DE FUNDAÇÃO | PERÍODO DE FUNCIONAMENTO |
|-----------------------------------------------------|------------------|--------------------------|
| Igreja Católica | + ou – 1754 | Dias atuais |
| Correios | 1832 | Dias atuais |
| Telégrafo | 1896 | Dias atuais |
| Centro Psychico | 1905 | 1905 |
| Estação Meteorológica | 1908 | 1908 – dias atuais |
| Biblioteca da Associação União Operária Beneficente | 1912 | – |

⁵⁵ Pode-se afirmar que a atividade mineradora contribuiu com a vinda e a instalação de estrangeiros para o município de Caetité; esse fato é comprovado com dados do Censo de 1920, segundo os quais entre a população havia a presença de 15 imigrantes, sem se definir a naturalidade (BRASIL, 1929, p.50-51).

| | | |
|--------------------------------------------------------|------|--------------------|
| Colégio São Luís Gonzaga (Colégio dos Jesuítas) | 1912 | 1912 – 1924 |
| Escola Americana (Escola Protestante Presbiteriana) | 1912 | 1912 – 1925 |
| Bispado | 1913 | 1913 – dias atuais |
| Colégio Imaculada Conceição (Colégio das Irmãs) | 1915 | 1915 – 1925 |
| Biblioteca Magalhães | 1916 | cerca de 1927 |
| Biblioteca do Centro Espírita | 1919 | 1919 – dias atuais |
| Casa de Caridade | 1919 | 1919 – dias atuais |
| Biblioteca do Club Literário Caetiteense | 1922 | – |
| Teatro Centenário | 1922 | 1922–1960 |

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações de Silva (1932) e Santos (1995).

Citamos no quadro 1 algumas das instâncias que estavam vinculadas a uma maior produção e circulação da escrita. Neste capítulo optamos por destacar, apenas, os Correios e as bibliotecas. Apesar de não se constituírem como objetos desta investigação, essas instâncias indicam que havia na cidade espaços que favoreciam a aproximação e o contato dos sujeitos com a cultura escrita.

Os Correios desde a fundação em 1832 foi uma instituição que ocupou lugar de destaque na vida da população do Alto Sertão, pois era basicamente a única via de comunicação a longa distância. Por meio dessa instituição, a população local enviava e recebia as correspondências, objetos de leitura, valores pecuniários e outros, provenientes de diferentes estados do Brasil e do exterior. A relevância dos Correios foi abordada num romance de João Gumes, no qual se destaca que:

Um dos pontos da Cidade frequentados pelos sampauleiros⁵⁶ ou pelos parentes e credores que aqui deixaram é o Correio, onde vão indagar por cartas que para cá escreveram ou que não foram recebidas, as quaes muita vez traz [sic] algum pecúlio. No dia de sabbado, quando se dá a feira semanal, ha enorme concorrência, n’essa repartição, dos lavradores de redor da Cidade, que aproveitam a occasião para procurarem cartas que esperam de S. Paulo [...]

No dia e hora do costume lá estava [...] com o grupo de camponios que se agglomeravam em frente ao guichet da repartição, attentos todos à leitura

⁵⁶ Designação atribuída aos trabalhadores que deixavam a região durante os períodos de secas prolongadas e partiam para São Paulo em busca de trabalho. João Gumes destaca os motivos que levaram à criação do termo e seu propósito de diferenciar esses trabalhadores dos demais, designando-os de forma positiva, “Em respeito da significação pejorativa do vocábulo em questão, negamol-a, porque a sua criação era urgente e indispensável. O emigrante dessas paragens em busca da riqueza e prosperidade do Estado de São Paulo (...) é typico e não deve confundir-se com o emigrante em geral, nem tão pouco com aquelles bahianos que dispendo de recursos ou por qualquer outra circunstância, fazem uma excursão pelo grande Estado ou alli vão estabelecer o seu domicilio” (GUMES, 1922, Prefácio). Descreve ainda o sampauleiro como um homem forte e destemido que já realizou diversas viagens ao estado, portanto, conhece as oportunidades de se ganhar dinheiro, familiarizou-se com muitos fazendeiros que já conhecem a honestidade desses trabalhadores (GUMES, 1932, vol. II, p.44-45).

das sobrescriptas, que ia fazendo em voz alta um empregado. [...] Terminada a leitura da correspondencia simples, passou o empregado a ler os endereços das cartas registradas [...] (GUMES, 1928, p.138).

No sábado, dia de feira local, era considerável o número de pessoas na cidade. Aqueles que residiam no campo se dirigiam aos Correios em busca de notícias dos familiares que moravam em outros estados do País. Conforme descrito no fragmento acima, o processo de entrega das cartas ou encomendas era feito por meio da oralização dos nomes dos seus remetentes, considerando-se a forma de registro da missiva: primeiro liam-se as de postagem simples, depois as de postagem registrada (mais caras). No caso dessas últimas, o destinatário, ao receber a correspondência, devia assinar uma lista de controle da entrega. As pessoas que não sabiam escrever solicitavam ajuda a um conhecido que assinasse por elas. Após o recebimento, essas pessoas recorriam ainda ao auxílio dos “compadres”, que desempenhavam o papel de leitores, bem como de escreventes das respostas às missivas recebidas (GUMES, 1928). A função de escreventes de cartas tem sido analisada em diversas pesquisas. O estudo realizado por Kalman (2003), por exemplo, na plaza de Santo Domingo, no México, identificou o trabalho dos escribas, pessoas que desempenhavam a função de redatores de cartas, sobretudo porque atuavam como mediadores, transformando os relatos orais dos sujeitos em textos escritos.

Para endossar a relevância dos Correios na vida da população caetiteense, a literatura memorialista mostra como o fato a seguir marcou de forma positiva as reminiscências de Flávio Neves; ao rememorar a infância, ele lembra a expectativa que gerava a chegada das malas dos Correios, situação que se transformava num momento festivo:

O correio chegava duas vezes por semana. Os postilhões faziam-se anunciar à entrada; um deles, ‘o correio alegre’ como se chamava, denunciava a sua chegada com três foguetes. As pessoas mais apressadas, aguardavam, à porta da agência postal, a abertura das malas recheadas de jornais da capital, que traziam as fresquíssimas notícias das novidades ocorridas, 15 ou mais dias antes (NEVES, 1986, p.6).

Ao considerar a importância dos Correios na vida da população, não se podem omitir as limitações e as deficiências dos serviços por eles prestados. Nos jornais locais, como, por exemplo, *A Penna*, foram publicados artigos e notas reclamando, denunciando e reivindicando das autoridades competentes melhores condições de trabalho, devido à falta de agentes postais, o que gerou “um amontoado de malas nas repartições à falta de quem as

conduza”⁵⁷. Assim, comentam que o prejuízo disso é que “ahi envelhecem privando os assignantes da leitura de suas gazetas, os negociantes da sua correspondência commercial, a família de noticias do parente, a desamparada do recurso pecuniário [...], quantas facturas a pagar [...]”⁵⁸. As reclamações denunciavam ainda os ínfimos salários pagos aos funcionários, os recorrentes atrasos e as demoras da chegada dos malotes com as encomendas. Sobre isso, o jornal publicou: “Devido à irregularidade do correio, acha-se a Cidade privada de noticias circunstanciadas do resto do mundo”. Duas décadas depois, e os Correios continuavam sendo motivo de reclamações pela imprensa; o jornal *Arrebol*⁵⁹ também publicou denúncias com relação à demora e aos atrasos nos serviços prestados pelo órgão, informou as condições em que chegava o material postado “[...] uma enorme quantidade de correspondencia deploravelmente atrasadas, não raro dilaceradas e amarrotadas, a ponto de ficarem illegiveis alguns jornaes e revistas” (ARREBOL, 20/05/1920, p.2). Esse tipo de denúncia feita pelo jornal reafirma a importância que os Correios tiveram na vida da população, pois, como afirmavam, “[...] apesar de termos o telegrapho, nem por isso dispensamos esse outro meio de comunicação [correio]” (ARREBOL, 20/05/1920, p.2).

Fica evidente que, no Alto Sertão da Bahia, os Correios foram uma instância de intensa circulação da cultura escrita, contribuindo significativamente com a sociabilidade dos materiais escritos e servindo para aproximar e intensificar o contato da população com a leitura e a escrita, especialmente, os trabalhadores do campo, os “sampauleiros”, que tinham pouco ou quase nenhum domínio da leitura e escrita. No sentido de pensá-los como uma instância de produção e circulação do escrito, Ana Galvão e Isabel Frade (2017) declaram que os Correios e o telégrafo são indicadores que favoreceram a proximidade dos sujeitos com a cultura escrita. Entretanto, tal assertiva ainda carece de uma investigação mais ampla.

⁵⁷ A Penna, 20/09/1897, p.2.

⁵⁸ A Penna, 20/09/1897, p.2.

⁵⁹ Desse periódico foram encontrados apenas sete exemplares referentes a três anos de produção. Em 1914 há um que se identifica como “Orgam da Mocidade”, constando como redatores: José Terisco e Alvaro Neves. De 1918 há cinco exemplares, e somente um de 1920. Os primeiros exemplares não informam o nome da tipografia em que foram impressos. Os exemplares de 1918 passam a ser identificados como “Orgam de interesses geraes”, tendo como redator-gerente Antonio Neves, e foram publicados pela tipografia de *A Penna*. No periódico encontram-se notícias do mundo, do Brasil e de Caetité, destacando-se questões sobre a instrução primária em âmbito nacional. Quanto às questões locais, trazia notícias variadas de ordem política, econômica, social e educacional. A partir dos exemplares encontrados, pode-se afirmar que o jornal circulou por sete anos.

As bibliotecas⁶⁰ podem ser consideradas outra instância que favoreceu a circulação da escrita na cidade. Elas estavam vinculadas a instituições públicas, a associações, a clubes literários e, entre as particulares, destacam-se aquelas pertencentes a professores, médicos, entre outros profissionais. Vejamos algumas das bibliotecas existentes na cidade e como se estruturava essa instância que contribuiu para a divulgação da leitura⁶¹ no local.

A Biblioteca Magalhães, a julgar pelos indícios encontrados, presume-se que tenha funcionado como uma associação, conforme o cartão destinado a Deocleciano Teixeira, que o identifica como sócio benemérito da instituição⁶². Fundada em 1916, a biblioteca funcionava em espaço próprio, localizado na rua Dois de julho, centro de Caetité (REIS, 2013). A biblioteca parece ter obtido reconhecimento mais amplo, pois foi “premiada pelo Presidente da República, pelo Governador do Estado da Bahia, pelo Ministro da Agricultura, pelo Governo do México e por S. S. o Papa Pio XI”⁶³. A suposta menção recebida pela instituição indica que se tratava de um espaço socialmente e politicamente referendado.

No geral, os dados referentes à sua existência são lacunares e escassos. Possivelmente a biblioteca Magalhães também foi visitada por pessoas de diferentes níveis econômicos e sociais. Em notícia veiculada pelo jornal *A Penna*, registrou-se que, a partir daquele momento, a biblioteca disponibilizava o seu acervo para uso da comunidade local, destacando-se também que nela “já consta grande numero de obras, algumas de valor, (...), assim como recebe muitos jornnaes de differentes estados (...)” (A PENNA, 16/10/1926, p.1).

Outra biblioteca existente no período foi a do Club literário Caetiteense⁶⁴. Conforme apontam os indícios, a instituição era aberta ao público e mantida pelos associados. Todavia, não foi possível localizar fontes que permitam conhecer as especificidades ou mesmo o seu período de funcionamento. Em ata do Poder Legislativo, registrou-se que os diretores do Club

⁶⁰As informações ainda indiciárias acerca dessas bibliotecas foram encontradas em notas divulgadas na imprensa local, em atas do Poder Legislativo Municipal e em outros documentos de acervos particulares, que se encontram no APMC.

⁶¹ Sobre as bibliotecas como espaços de leitura, veja-se estudo realizado pela autora desta tese (REIS, 2013), em que foram investigadas a circulação da cultura letrada e a formação da comunidade de leitores em Caetité, no período de 1897 a 1930.

⁶² Cartão da Biblioteca Magalhães, 11/12/1927. Fundo: Acervo família de Deocleciano Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/ Remetentes, notação: caixa: 1, maço:1.

⁶³ Informações contidas num cartão timbrado da Biblioteca Magalhães, destinado ao sócio benemérito da instituição, Deocleciano Teixeira, parabenizando-o pela passagem do seu aniversário. Fundo: Acervo da família de Deocleciano Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/ Remetentes, notação: caixa: 1, maço:1.

⁶⁴ Faltam-nos dados mais consistentes para definir o nome exato da instituição; nas atas do Poder Legislativo, menciona-se Club Literário; num livreto produzido pela Typografia de *A Penna* para uma sessão literária, denomina-se, apenas, por Club Caetiteense – ambas as produções referem-se ao ano de 1922. Portanto, acreditamos tratar-se da mesma instituição, possivelmente denominada Club Literário Caetiteense.

Literário enviaram petição à Câmara Municipal solicitando autorização para a transferência da biblioteca, que se encontrava em um dos salões do Paço Municipal, para a sede do Club, “comprometendo-se os peticionários a tratarem com o máximo cuidado os livros recebidos, zelando por sua conservação” (ATA PODER LEGISLATIVO, 09/04/1922, p.366)⁶⁵.

A partir desse trecho, pode-se constatar que existia uma biblioteca funcionando em um dos salões do prédio da prefeitura. Além disso, presume-se que tal espaço era aberto ao público, considerando que a ata faz referência aos empréstimos de livros no sentido de “catalogarem e darem recibo; promoverem o recebimento dos que acharem extraviados”⁶⁶. Entretanto, a nota não explicita se a biblioteca pertencia ao município, e a partir daquele momento ficava sob a responsabilidade do Club Literário, ou se foi por ele constituída. Além de promover a circulação dos materiais de leitura, o Club promovia a realização de sessões literárias que tinham como objetivo “comemorar as datas nacionais, os grandes e felizes acontecimentos da história, não só para despertar os sentimentos cívicos [...]” (GUMES, 12/10/1922, p.1)⁶⁷. No discurso do seu presidente, fica evidente que as sessões também visavam promover a sociabilidade entre os pares.

A biblioteca da Associação União Operária Beneficente⁶⁸ foi outra que também contribuiu com a circulação dos materiais de leitura entre seus membros. Notas publicadas no jornal *A Penna* durante todo o ano de 1912 informavam sobre a concessão de “diploma” aos novos sócios da entidade, que era composta por membros da elite política e econômica, a exemplo de Lima Júnior, Deocleciano Teixeira e outros. As notas traziam, ainda, dados referentes ao seu movimento mensal, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 02: Movimento da biblioteca União Operária em 1912

| Mês | Número de visitas | Obras consultadas | Obras emprestadas | Obras recebidas | Obras não devolvidas |
|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|----------------------|
| Fevereiro | 180 | 107 | 45 | 42 | 03 |
| Abril | - | 34 | - | - | - |
| Julho | 104 | 106 | 18 | 12 | 06 |
| Novembro | 210 | 128 | 47 | 38 | 9 |

Fonte: Elaborado pela autora com dados do jornal *A Penna* 04/02/1912; 25/03/1912; 12/05/1912.

⁶⁵ Fundo: Intendência Municipal, Grupo: Conselho Municipal, Série: Atas do Conselho Municipal, Data-limite: 1892-1922, maço: 05, Caixa: 01.

⁶⁶ Ata Poder Legislativo, 09/04/1922, p.366. Fundo: Intendência Municipal, Grupo: Conselho Municipal, Série: Atas do Conselho Municipal, Data-limite: 1892-1922, maço: 05, Caixa: 01.

⁶⁷ Livreto produzido pela Typografia de *A Penna* para uma sessão literária do Club caetiteense realizada em 10/12/1922. Acervo particular de Belma Gumes Fernandes.

⁶⁸ Não tivemos acesso a informações que permitissem conhecer como se constituiu a Associação União Operária e a sua biblioteca, ou mesmo dados que ajudem a compreender a relação que a biblioteca estabeleceu com a cidade.

De acordo com os dados, pode-se considerar que a biblioteca era frequentada, assim como havia a consulta e o empréstimo dos livros. Embora os números possam não ser precisos, não foram encontrados os cadernos de registros que nos permitiriam fazer o cruzamento dos dados publicados. De acordo com a indicação das fontes, aquela era uma instância bem estruturada e cobrava o cumprimento do seu estatuto no sentido de estabelecer que os membros com atraso em três mensalidades poderiam ser desligados da sociedade. Estabelecia ainda que os sócios podiam ter acesso à leitura das obras e realizá-la no próprio Club, assim como tomá-las de empréstimo. Informava também que os livros pertenciam a diferentes áreas do conhecimento e, geralmente, provinham de doações oriundas de diversos lugares do Brasil. Era recorrente que a direção das bibliotecas publicasse notas no jornal⁶⁹ *A Penna* com a relação de livros recebidos por doação: as notas agradeciam as ofertas, especificavam o nome dos doadores e os títulos das obras. Essa estratégia visava dar visibilidade tanto à biblioteca quanto ao seu benemérito, incentivando, de certa forma, o ato da leitura e, sobretudo, o gesto da doação.

A Biblioteca do *Centro* foi fundada oficialmente em 1919, numa sala do próprio edifício onde funcionava o Centro. Tinha como objetivo possibilitar o acesso dos membros e demais interessados às obras espíritas. Tal função já fora assegurada no Estatuto do Centro, em seu Artigo 2º, § 3º, no qual se afirmava que a propaganda da Doutrina Espírita também fosse feita “por meio de uma biblioteca de livros e revistas espirituais”⁷⁰. Contudo, o cargo de bibliotecário só foi criado em 1928, quando passou a fazer parte da composição da diretoria⁷¹. Tal fato, portanto, evidencia a relevância que esse espaço teve no âmbito da formação do leitor, bem como das ações de propagação da fé espírita.

O projeto de formar uma biblioteca no Centro data da criação da própria instituição. Desde o seu estabelecimento, em 1905, já se comentava a necessidade de se constituir uma biblioteca – as condições financeiras da instituição teriam dificultado a sua instalação naquele momento. Desse modo, tendo em vista a sua montagem, a direção adquiria livros, assinava jornais e revistas para, no futuro, concretizar tal projeto. Visto que a Federação Espírita Brasileira orientava os centros a criarem bibliotecas destinadas à leitura e ao estudo da doutrina que contribuíam com a formação dos adeptos, a sugestão de Aristides Spínola ao presidente do

⁶⁹ Prática semelhante ocorreu em outros lugares do Brasil, como demonstrou o estudo de Tânia Ferreira (1999) sobre bibliotecas particulares no Rio de Janeiro, no final do século XIX (FERREIRA, 1999).

⁷⁰ Estatutos do Centro Espírita Aristides Spínola, 18/06/1931.

⁷¹ Acta, 07/12/1928.

Centro Psychico em Caetité revela tal intenção: “[...] sempre que me for possível, mandarei algumas publicações para o ‘Centro’, que precisa formar uma pequena livraria”⁷².

Notas divulgadas pelo jornal *Lux* convidavam os interessados a frequentarem a biblioteca à noite, dando destaque ainda de que havia “grande número de obras de valor sobre o Espiritismo, assim como muitos jornais e revistas espíritas do Brasil e estrangeiro” (LUX, 25/01/1930, p.3). Algumas desses jornais e revistas foram preservados e estão entre as obras citadas neste trabalho que foram utilizados no Centro como objetos para as práticas de leitura que aconteciam no Centro.

Outro espaço de leitura foi a *Biblioteca da Escola Normal*⁷³, formada no final do século XIX e início do XX. O seu acervo⁷⁴ foi constituído, também, por meio de doações feitas por moradores da cidade, de outras localidades e por instituições. Embora fosse uma biblioteca escolar, as obras que possuía não se restringiam a assuntos pedagógicos e para fins didáticos. As notas publicadas no jornal *A Penna* nos anos de 1900 a 1902 indicam que a biblioteca era frequentada pela comunidade e que recebeu doações de livros das mais diversas áreas do conhecimento.

As bibliotecas particulares⁷⁵ foram instâncias privadas que também propiciaram a circulação dos materiais de leitura. Um relato do memorialista Flávio Neves (1986) informa que havia livros nas residências familiares, o que permite inferir sobre os seus usos, visto que havia uma elite culta, letrada, que cultivava o gosto pela leitura como uma forma de entretenimento. Essas leituras aconteciam também em função das atividades profissionais desempenhadas pelos donos dessas bibliotecas, bem como pela necessidade de se manterem informados. Para os leitores, os livros inscreviam-se em “relações de saber, poder e prazer”⁷⁶ que demarcavam, também, as redes de sociabilidade entre os sujeitos. Merecem destaque algumas coleções

⁷² Aristides Spínola. **Carta para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1906. APMC, Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

⁷³ A Escola Normal de Caetité foi criada em 1898 e funcionou até 1904, quando foi fechada por questões políticas. Voltou a funcionar apenas em 1926, por influência de Anísio Teixeira, no período em que ele ocupou o cargo de inspetor geral do ensino no estado da Bahia, a partir de 1924 (SANTOS, 1995).

⁷⁴ Notas publicadas no jornal *A Penna* em 1900 e 1902 revelam o processo de formação desse acervo (A PENNA 05/02; 20/02/; 10/05; 20/06; 17/08; 14/09; 26/10; 31/12/1898; 16/05/1902).

⁷⁵ Como já mencionado, partes dos acervos das bibliotecas particulares que pertenceram às famílias de Deocleciano Teixeira, do coronel Lima Júnior e do professor Alfredo José da Silva encontram-se no Arquivo Público Municipal de Caetité.

⁷⁶ Villalta (2007).

particulares como, por exemplo, a que pertenceu a João Gumes⁷⁷. O acervo dessa biblioteca era formado por livros das mais diversas áreas do conhecimento, principalmente Direito, Literatura nacional e estrangeira, História, Doutrina Espírita, entre outros. Outra importante coleção foi a de Marcelino Neves, que era colaborador do jornal *A Penna* e professor de pedagogia da Escola Normal. Sobre o acervo, Marieta Gumes (1975a) relata: “com boa biblioteca, mesa redonda onde se espalhavam os seus papéis, livros, dicionários, jornais, lápis, tinteiros, canetas, um candeeiro de centro de chama forte, enfim, tudo que o homem intelectual e escritor precisa ter à mão [...] (GUMES 1975a, p.22). De certo modo, a posse de um quantitativo de livros no final do século XIX e início do XX concedia a seu proprietário certa distinção social, *status* e reconhecimento perante a comunidade, o que implica, também, a posse de capital cultural.

Outro destaque pode ser dado à biblioteca que pertenceu à família de Deocleciano Teixeira, já mencionado, que mantinha um amplo conjunto bibliográfico, composto por diversos títulos e periódicos. Os contatos com pessoas na capital do estado da Bahia e no Rio de Janeiro colaboravam para manter o seu acervo atualizado⁷⁸, o que se confirma com a presença de materiais de leitura, cuja prática foi bastante comum no cotidiano das famílias caetiteenses no final do século XIX. Na residência que pertenceu ao coronel Cazuzinha⁷⁹ encontram-se vários livros que datam desse período e do início do século XX⁸⁰. Corrobora com a afirmativa da presença de objetos de escrita na instância familiar, especialmente das elites, conforme se pode observar na figura n.2 a existência de um modelo antigo de estante livreiro, em madeira, tipo giratória. A posse de móveis destinados especificamente à guarda e armazenamento de livros reafirma como esse grupo cultivava o gosto e os interesses pela leitura.

⁷⁷ A biblioteca que pertenceu a João Gumes acabou sendo desfeita após o seu falecimento, em 1930. Do acervo original restaram alguns livros que se encontram no acervo do Centro Espírita Arisitides Spínola (REIS, 2010).

⁷⁸ “Deocleciano Teixeira recebia também livros de familiares que residiam em Salvador e no Rio de Janeiro, como o enviado pelo sobrinho Clóvis de Salvador em 21/07/1916: ‘[...] Remetto-lhe um livro novo que tem feito sucesso extraordinário, ‘Exaltação’ de Albertina Bertha [...] Com páginas de literatura finamente buriladas e dignas de figurar [...]’” (REIS, 2013, p.10).

⁷⁹ Segundo informações de Santos (1995), José Antônio Rodrigues Lima, conhecido como Coronel Cazuzinha, estudou em São Paulo, porém, antes de concluir os estudos teve que retornar para o sertão. Em Caetité, tornou-se comerciante e manteve grande empório comercial que comercializava com os municípios vizinhos e até com os do norte de Minas, juntamente com seu irmão Otacílio Cincinato. Ocupou por duas vezes o cargo de Intendente Municipal (1896-1903 e 1912-1916). Foi chefe político local de prestígio até 1919, quando divergiu do governador José Joaquim Seabra, logo abandonando a política (SANTOS, 1995, p.227-228).

⁸⁰ Para um aprofundamento no estudo sobre bibliotecas particulares, no século XIX, e conhecer o perfil dos seus leitores, ver Villalta (2007).

Figura 2: Estante livreiro giratória



Fonte: Residência que pertenceu a Otton Koehne

Por fim, a coleção particular do professor Alfredo José da Silva, que tinha um maior número de objetos de leitura instrucionais e pedagógicos: “O acervo total da biblioteca teria algo em torno de 3.580 volumes das mais diversas áreas do conhecimento, como educação, psicologia, filosofia, saúde, higiene e comunicação, prevalecendo, entretanto, livros de literatura e língua portuguesa” (REIS, 2017, p.277), haja vista que seu proprietário era professor de Língua Portuguesa e Literatura.

As características de cada tipo de biblioteca – pública, associativa, particular – permitem pensar que as leituras ali realizadas aconteciam de modos e formas variados, uma vez que seus leitores tinham perfis e interesses distintos, além de desempenharem funções diferentes. Assim, as leituras atendiam a interesses e funções diversas, dependendo dos sujeitos envolvidos e do local em que aconteciam. Assim, os modos, as formas e os interesses pela leitura também estavam relacionados com as especificidades da comunidade de leitores, podendo acontecer tanto de forma coletiva, quanto individual ou mediada. Podia ser por “fruição” ou prazer, informação, formação e para se manter a sociabilidade. Nessa perspectiva, sobre as práticas de “escutar ler” que aconteciam na Europa do século XVIII,

Chartier (1991) afirma que envolviam diferentes modos de leitura e de relações com o livro, podendo, portanto, acontecer de forma solitária e pessoal, como também em sociabilidades mais amplas.

Acreditamos que, em Caetité, o círculo de pessoas letradas não se restringia, apenas, àquelas com elevado poder aquisitivo, visto que a circularidade cultural, como apontam Bakhtin ([1979]1999) e Ginzburg (1987), nos ajuda a pensar a propósito da frequência de sujeitos que não possuíam o domínio da leitura e da escrita, mas participavam na condição de leitores/ouvintes⁸¹. Nessa direção, o estudo realizado por Villalta (2007) demonstrou que predominavam entre os proprietários de bibliotecas em Mariana-MG, no século XVIII, sujeitos com um perfil elitizado; entretanto, ressalta que tal fato não suprime a possibilidade de indivíduos situados em posição inferior da escala social serem proprietários de bibliotecas. Por sua vez, é necessário relativizar o acesso dos sujeitos a esse espaço, visto que a existência dessas bibliotecas não garante que elas realmente funcionaram, como também não se pode afirmar que ali havia uso e acesso amplo de leitores (GALVÃO; FRADE, 2017).

Em Caetité, essas bibliotecas revelam ainda que havia, no início do século XX, certo grau de urbanização aliada a fatores como a existência de atividades comerciais, educacionais, religiosas, políticas. Podemos afirmar, portanto, que, de alguma forma, essas instâncias contribuíram para aproximar e intensificar o contato de parte da população com a cultura escrita.

2.3 Produção e circulação de impressos em Caetité

Na região do Alto Sertão Baiano, desde as décadas iniciais do século XIX, havia circulação de impressos⁸² que eram publicados na capital do estado e no Rio de Janeiro. Em Caetité, a partir do final do século XIX, os jornais eram parte do cotidiano de parcela da população, sobretudo aquela que habitava a área urbana. Isso não significa dizer, entretanto, que os

⁸¹ Tomamos o termo leitura/audição, a partir do estudo de Ana Maria Galvão, *Cordel: leitores e ouvintes* (2006b). Nele, a autora constatou que os sujeitos participavam da sociabilidade do escrito também na condição de ouvintes, visto que a leitura pode compreender a audição. Nessa direção, Darnton (1990, p.216) afirma que os “livros tiveram mais ouvintes que leitores. Foram mais ouvidos do que vistos”. Vê-se que, ao longo da história da humanidade, os sujeitos têm participado, de formas variadas, das sociabilidades em torno do escrito, mas, especialmente, na condição de leitores/ouvintes.

⁸² Sobre a dimensão social e formativa dos impressos que circularam em Rio de Contas, nas primeiras décadas do século XX, o estudo de Frutuoso (2016) revelou a importância dos jornais para a população, visto que eles tanto influenciaram os indivíduos por meio da divulgação das ideias, quanto colaboraram para ampliar o vocabulário político dos seus leitores. Portanto, os impressos foram uma instância de formação e mobilização social no período pós-independência (FRUTUOSO, 2016).

moradores do campo estivessem excluídos dessa vivência com a cultura escrita⁸³. A presença do impresso no dia a dia da população caetiteense pode ser percebida por meio da publicação feita pelo pároco local, o Cônego Bastos, informando sobre as disputas políticas para os cargos do executivo: “Estamos no início da intitulada ‘reação sertaneja’ que sempre se me afigurava uma luta mais de gazetas e de telegrammas, do que de realidade” (BASTOS, 1920, p.3)⁸⁴. Essa afirmação leva-nos a pensar como os impressos retratavam a realidade do sertão, considerando que eles faziam parte das vivências da população, quer fosse no âmbito das questões políticas, religiosas ou de outra natureza.

No Brasil, a imprensa surgiu no início do século XIX efetivamente com a chegada da corte portuguesa, em 1808, quando foi criada a Imprensa Régia. O seu surgimento está relacionado e vinculado às mudanças das estruturas mais amplas que mobilizavam o País naquele momento, notoriamente as mudanças políticas, que acabaram por propiciar transformações na cultura, sobretudo por meio de implantação de instituições, movidas pelas ideias de modernização nos espaços públicos, e vinculado também ao processo de independência e de construção do Estado nacional. Após a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, entre os anos de 1820 a 1822, houve um salto considerável na produção de impressos – de apenas uma publicação periódica, em 1820, passa-se, no ano seguinte, para 11 publicações (MOREL; BARROS, 2003, p.25).

Em Caetité, a tipografia *A Penna* foi fundada por João Gumes, em 1896:

Em 25 de setembro de 1896, editou e fez circular o primeiro periódico da região⁸⁵. Um ano depois fundou o jornal *A Penna*. Mesmo com poucos recursos financeiros, Gumes conseguiu, com auxílio do governo municipal, um prelo para montar sua tipografia, que, em 5 de março de 1897, fez circular o jornal *A Penna*, publicação quinzenal que, apesar das várias interrupções por questões financeiras, sobreviveu até 1943 (REIS, 2010, p.54).

Em 1898, João Gumes narra as dificuldades e a demora em receber uma máquina e relata, ainda, a necessidade de um espaço maior para a instalação da tipografia; outro desafio encontrado refere-se aos aprendizes que, por não conhecerem essa atividade, deveriam ter seu

⁸³ Marcos Profeta Ribeiro (2009) mostra-nos que, em Caetité, Celsina Teixeira utilizava a correspondência como um dos meios de administração das suas propriedades localizadas no campo. No acervo particular da família de Deocleciano Teixeira, que se encontra no APMC, há um número considerável de cartas de vaqueiros e administradores das propriedades, prestando contas da movimentação nas fazendas.

⁸⁴ APMC. Fundo: Acervo particular do Professor Alfredo José da Silva, caixa n.2.

⁸⁵ *O Caetiteense*, primeiro jornal editado por Gumes, teve vida efêmera: edição única. *O Caetiteense*, Caetité, 25/09/1896.

treino realizado na própria *A Penna* (A PENNA, 25/01/1898, p.1). Interessa-nos recuperar as condições que viabilizaram a instalação da tipografia na cidade.

Como principal fator para esse empreendimento, pode-se considerar o fato de que Gumes já era escritor, tipógrafo, jornalista, trabalhava na intendência⁸⁶ e se envolvia na proposição e execução de atividades culturais na cidade, estabelecendo relação de proximidade com a elite política, econômica e cultural de Caetité. Como exemplo de seu envolvimento em questões de ordem política e cultural, pode-se citar a elaboração da planta arquitetônica⁸⁷ do Mercado Público e do Teatro Centenário, bem como a sua participação na fundação de outros espaços, como o Club literário de Caetité. O que se verifica é que a sua atuação profissional foi condição essencial para que tivesse acesso à elite local, da qual obteve apoio para instalar e manter a tipografia no município.

A aquisição de um novo prelo, o “prelo Marinoni” para a tipografia de *A Penna*, em 1919, foi resultado das intermediações estabelecidas entre Gumes e Deocleciano Teixeira, que por sua vez interveio junto a seu irmão Rogaciano Teixeira, deputado federal que residia no Rio de Janeiro. Por meio de telegrama⁸⁸, Rogaciano informa que havia adquirido a máquina tipográfica para Gumes. Em um telegrama seguinte, o deputado solicita que recebam a máquina em Pirapora-MG, a fim de que o prelo chegue a João Gumes em Caetité.

No que se refere ao pagamento do novo prelo, João Gumes solicitou ao coronel Deocleciano Teixeira que enviasse ao seu irmão parte do valor que fora empregado na sua aquisição, como forma de amortização da dívida. Por carta⁸⁹, Gumes pediu desculpas e informou o coronel sobre as dificuldades que naquele momento o impediam de saldar as suas dívidas. Vê-se que as relações que o fundador de *A Penna* construiu com pessoas de prestígio econômico,

⁸⁶ Sobre a atuação de João Gumes como funcionário público, consta nas atas do Poder Legislativo registro de reconhecimento pelos serviços prestados, especialmente no que se refere à escrituração municipal, conforme solicitação feita pelo Conselheiro Ovidio Antunes: “voto de aplausos ao Thesoureiro do Município João Gumes pelos bons serviços prestados e pela correção da actual prestação de contas; notando-se nas mesmas e nos livros toda perfeição e maximo cuidado. Em Camara, 27/01/1916, Ovidio Antunes APMC. Acta da Camara Municipal, 27/01/1916. Fundo: Intendência Municipal, Grupo: Conselho Municipal, Série: Atas do Conselho Municipal, Data-limite: 1892-1922, maço: 05, Caixa: 01.

⁸⁷ Informações de memorialistas locais como Santos (1995), Neves (1986) e Silva (1932) atribuem a João Gumes a autoria do projeto arquitetônico do Mercado Público Municipal e do Teatro Centenário, ambos já demolidos.

⁸⁸ APMC. Fundo: Acervo particular da família de Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/Remetentes, notação: caixa: 1, maço:1.

⁸⁹APMC. Fundo: Acervo particular da família de Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Data-limite: 1897-1930, caixa:2. maço:5.

político e cultural na cidade foram determinantes na ampliação da tipografia, com a aquisição do novo equipamento.

Diante do exposto, pode-se verificar a existência da prática política denominada coronelismo⁹⁰, que se estabeleceu entre o proprietário de *A Penna*, João Gumes, e as lideranças políticas locais. Essa política era baseada na troca de favorecimentos; o coronel, com o intuito de manter a liderança e o prestígio político, conservava um “espírito público” comprometido com o progresso do município, pois lidava com a coisa pública como se fosse algo que privadamente lhe pertencesse. Em Caetité tal conduta foi recorrente, como aconteceu, por exemplo, na instalação da tipografia.

Em 1921, João Gumes tornou a antiga tipografia *A Penna* em uma sociedade formada por ele e seus dois filhos – Sadi Rútilo dos Santos Gumes e Luiz Antônio dos Santos Gumes –, passando a constituir-se em uma “empresa mercantil e comercial, cujo nome era “Empreza Tipopháfica d’ A Penna”, e utilizando a razão social “Gumes & Filhos” (REIS, 2010, p.59).

Pedro Celestino da Silva (1932) informa que a Typographia d’ *A Penna* foi a primeira a ser instalada no sertão da Bahia. No seu espaço, também eram editados outros periódicos. Tal fato nos instiga a saber quais foram os impressos que circulavam em Caetité a partir da instalação da tipografia *A Penna*, no período entre 1897 e 1930. No quadro a seguir estão enumerados os impressos que circularam na cidade.

Quadro 03: Periódicos que circulavam em Caetité no início do século XX

| NOME | PERÍODO DE PUBLICAÇÃO | LIGADO AO ÓRGÃO/ IDEIAS DIVULGADAS | PERIODICIDADE |
|--------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <i>A Penna</i> | 1897-1943 | “Interesses do Alto Sertão da Bahia” | Mensal |
| <i>A Evolução</i> | 1917-1918 | “Orgam Independente Propriedade da Sociedade Evolutiva e Protectora da Lavoura” | Mensal |
| <i>Boletim Inter-Parochial</i> | 1926-1930 | Diocese de Caetité/religiosas | Mensal |
| <i>Correio de Caetité</i> | 1916 | “Orgam Catholico-Social” | Mensal |
| <i>Democrata</i> | 1928 | “periódico crítico e Noticioso” | - |
| <i>Filhinha</i> | 1900-1901 | “Orgam dos interesses do bello sexo sertanejo” | - |

⁹⁰ Prática política que vigorou durante a Primeira República (1889-1930), cujo objetivo era garantir a estabilidade política até o final da década de 1920. O fenômeno do coronelismo está vinculado à questão agrária, que fornece a base de sustentação do poder privado. Do acordo entre o poder privado (os proprietários de terra) e o poder público (governador de Estado), resultam as trocas de favores e o progressivo fortalecimento do poder público. Entre as características que marcam o sistema “coronelista”, destacam-se: “o mandonismo”, “o filhotismo”, “o falseamento do voto”, “a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1997, p.41).

| | | | |
|----------------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------|
| <i>Lapis</i> | 1903 | Particular/notícias diversas | - |
| <i>Lux</i> | 1913-1933 | Divulgação da doutrina espírita | - |
| <i>O Horizonte</i> | 1916- 1918 | “Orgam noticioso, critico e literario” | Quinzenal |
| <i>O Ideal</i> | 1930 | “Orgam humorístico” | - |
| <i>O Bem-Ti-Vi</i> | 1912 - 1914 | “Orgam da Infancia” | Quinzenal |
| <i>O Arrebol</i> | 1914-1920 | “Orgam de interesses gerais” | Mensal |
| <i>Pharol</i> | 1917-1918 | “Orgam dos interesses religiosos e sociaes do Alto Sertão” (Católico) | Mensal |
| <i>Revista de Educação</i> | 1927-1928 | Escola Normal de Caetité/educacionais | Bimestral |
| <i>Tesoura</i> | 1927 | Particular/humorístico | - |

Fonte: Elaborado pela autora⁹¹.

Os dados do quadro permitem visualizar que em Caetité circularam 15 impressos a partir da instalação da tipografia de *A Penna*. Desse total, apenas dois deles, *O Bem-Ti-Vi* e *O Arrebol*, não foram nela impressos (SILVA, 1932, p.183), sendo que o primeiro se voltava para assuntos relacionados à infância, tais como questões literárias, e o segundo era voltado para assuntos diversos em nível local e nacional. Posteriormente, o *Arrebol* passou a ser impresso pela tipografia de *A Penna*. Os demais eram jornais que se destinavam à discussão de questões sociais específicas e variadas como, por exemplo, religiosas, educacionais, literárias, as relativas à infância, à agricultura, além de variadas notícias. Entre eles, prevalecem os impressos confessionais, em um total de quatro, que são o *Lux*, o *Correio de Caetité*, o *Pharol* e o *Boletim Inter-Parochial*. O *Lux* era um impresso vinculado ao *Centro Psychico*, ao passo que os outros três produziam conteúdos da Igreja Católica. Vê-se que a mesma máquina imprimiu periódicos⁹² de diversas naturezas, que eram destinados a públicos diferentes. Geralmente as pessoas encarregadas de sua produção estavam envolvidas em mais de uma publicação, como foi, por exemplo, o caso de João Gumes⁹³. Essa prática também ocorreu em outros lugares do Brasil (GALVÃO; FRADE, 2017). Isso se deve ao fato de que havia poucas tipografias em funcionamento, assim como tipógrafos responsáveis pelas impressões.

A instalação da tipografia de *A Penna* em 1896 corrobora a afirmação de que havia produção⁹⁴ e circulação da cultura escrita na cidade. Acreditamos que parte considerável da

⁹¹ Esse quadro foi inicialmente produzido em minha dissertação de Mestrado (REIS, 2010, p.60) e atualizado neste estudo com base nas novas fontes encontradas.

⁹² No 4º capítulo deste estudo, retomaremos a discussão sobre a produção e circulação dos impressos em Caetité.

⁹³ João Gumes esteve envolvido em pelo menos três publicações: *A Penna*, *Filhinha* e *Lux*.

⁹⁴ Galvão e Frade (2017), em estudo para mapear o lugar ocupado pela cultura escrita no estado de Minas Gerais, nas primeiras décadas da República, elegeram os impressos como um dos indicadores que evidenciam a produção e circulação do escrito. As autoras consideram como intensa rede de produção a “existência de mais de cinco títulos [jornais] por cidade” (GALVÃO; FRADE, 2017).

população participava de alguma forma na condição de leitor/ouvinte desses impressos. Como afirmam Galvão e Frade (2017), “os impressos são um dos indicadores mais utilizados para se apreender a cultura escrita em determinada época e lugar” (GALVÃO; FRADE, 2017), haja vista que a instalação da tipografia e a circulação do jornal demandam a existência de um público leitor/ouvinte.

Os jornais produzidos no final do século XIX e início do XX apresentavam alguns aspectos, como, por exemplo, efemeridade de produção, circulação instável, tamanho pequeno e poucas páginas. Marcos Morel e Mariana Barros (2003) apontam aspectos comuns aos impressos no Brasil do século XIX, como o fato de serem redigidos por um grupo restrito de pessoas. Esse dado indica que, na época, “os jornais eram mais doutrinários que informativos, redigidos em geral por uma só pessoa, vinculados a uma liderança ou facção política, com linguagem veemente, formato pequeno e periodicidade irregular” (MOREL; BARROS, 2003, p.46). Geralmente as tipografias produziam diversos impressos, entretanto, essas publicações se caracterizaram pela curta duração, sendo que algumas delas se restringiram apenas a uma edição.

O quantitativo dos impressos existentes na cidade leva-nos a pensar nos seus leitores/ouvintes. Qual era a proporção de pessoas que sabiam ler e que não sabiam ler na época em estudo?

Quadro 04: População recenseada quanto ao domínio da leitura e da escrita em 1920

| Localização | Nº de pessoas que sabiam ler e escrever | % de pessoas que sabiam ler e escrever | Nº de pessoas que não sabiam ler nem escrever | % de pessoas que não sabiam ler nem escrever | Nº total da população |
|-------------|-----------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------|
| Brasil | 7.493.357 | 24,5% | 23.142.248 | 75,5% | 30.635.605 |
| Bahia | 613.475 | 18,4% | 2.720.990 | 81,6% | 3.334.465 |
| Caetité | 4.364 | 12,0% | 31.813 | 88,0% | 36.177 |

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Censo 1920 (BRASIL, 1929).

Para responder a esse questionamento, recorreremos aos dados do Censo de 1920, segundo o qual o município de Caetité tinha uma população de 36.177 habitantes. De acordo com o quadro, a porcentagem da população da cidade que sabia ler e escrever era de 12,0%; o Brasil, na época, apresentava uma taxa de 24,5%; e a Bahia, 18,4%. Vê-se que o índice da população

alfabetizada no município de Caetité se encontrava abaixo tanto em relação ao País, como em relação ao Estado. Quanto às pessoas que não sabiam ler nem escrever em Caetité, a taxa era de 88%; a Bahia apresentava o índice de 81%; e o Brasil, 75%. Sobre os dados, deve-se considerar que os índices referem-se ao município de Caetité, o censo não traz informações referentes, apenas, à área urbana, o que nos possibilitaria confrontar as condições de sua urbanização em relação aos índices de pessoas que sabiam e que não sabiam ler nem escrever na época. Considerando que, desde o início do século XX, havia na cidade o funcionamento de instituições⁹⁵ educacionais, possivelmente o índice de pessoas com domínio da escrita fosse mais elevado.

Os dados do censo demonstraram que no município de Caetité o índice da população que sabia ler e escrever era apenas de 12% em relação ao total, conforme vimos na contextualização. Portanto, as evidências reforçam a ideia de que havia na cidade uma valorização da cultura escrita por parte da elite, uma vez que, além das instâncias que existiam, na área urbana, o grupo buscava, também, criar novos espaços de sociabilidade destinados à sua produção e circulação.

Acredita-se que o acesso de uma parcela da população (elite) a diferentes tipos de literatura também colaborou para que esses sujeitos se tornassem receptivos às leituras sobre a Doutrina Espírita, alguns, possivelmente, movidos pela curiosidade em torno dos preceitos do Espiritismo. Somando-se a essa questão, têm-se as mobilizações de ordem espiritual que movem as pessoas pela busca das leituras religiosas.

Feitas essas observações, podemos, agora, inquirir sobre os fatores que possibilitaram a instalação de um *Centro Psychico* no Alto Sertão da Bahia, no início do século XX.

Como já sinalizado anteriormente, a elite letrada de Caetité manteve intenso contato com a literatura francesa e com as produções científicas da época, fato que permitiu que parte dessa classe estivesse sintonizada com as proposições teóricas baseadas no racionalismo científico do século XIX. Possivelmente esse aspecto também contribuiu para despertar o interesse pela Doutrina Espírita, visto que se insere nos ideais de “modernização”, “ciências”, “progresso” e “evolução” presentes no pensamento de filósofos da época, como, por exemplo, no

⁹⁵ Além das instituições educacionais relacionadas no quadro n.1 deste trabalho, informações em Santos (1995) e nos relatos de Silva (1932) mostram que existiam ainda na cidade, no período de 1900-1930, o Colégio Bom Pastor, a Eschola Municipal, a Eschola Parochial, a Eschola Estadual do sexo feminino e a Eschola Estadual do sexo masculino.

positivismo de Augusto Comte e no evolucionismo de Charles Darwin, construções teóricas que marcaram sobremaneira o pensamento brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Há que se salientar que, para a sistematização da doutrina, Kardec utilizou os referenciais da racionalidade baseada na observação dos fenômenos, rompendo assim com alguns dogmas religiosos, como salienta Lewgoy (2000), colocando a ciência a serviço da fé. O autor destaca também que o modelo elaborado por Kardec assemelha-se, na sua estrutura, ao positivismo de Comte, embora tenha sido utilizado de forma invertida. Isso se deve ao fato de que para o Espiritismo “o patamar superior que rege o universo é de ordem teológica, mas as realidades espirituais e morais são tidas como perfeitamente experimentais. Dessa maneira o uso da linguagem cientificista de ‘lei’ é de ‘conhecimento’ aplicada à religião” (LEWGOY, 2000, p.75).

Por sua vez, outra parte da elite letrada de Caetité, guiada pelos referenciais da Igreja Católica, apresentou certa resistência em aceitar as novas proposições de leituras espíritas. Em notícias de jornais, essa ideia fica melhor evidenciada em publicações como “O Clamor da Salvação”⁹⁶ (s/d, p.38). O artigo tece ferrenha crítica aos “pretensos intelectuais modernos”, pois os considera pseudorracionalistas que negam a fé. Em outra publicação denominada “Sciencia Espirita” (s/d, p.65), o autor busca desconstruir a Doutrina Espírita a partir da negação dos princípios que a fundamentam. Esse fato revela como o clero se posicionava por meio da imprensa escrita diante das questões de fé, buscando orientar as leituras dos fiéis católicos⁹⁷.

Para o Espiritismo, as leituras apresentavam novas formas de se relacionar com a dimensão espiritual e estabelecer contato com os mortos. Antes da fundação do Centro, existia um grupo de espíritas que promoviam reuniões com leitura e realizavam as sessões “práticas” nas residências. Em uma carta remetida ao coronel Lima Júnior, Gustavo Fagundes escreve: “Como conversamos, e combinamos com os espíritas desta cidade, tomamos a deliberação de fazermos, hoje, uma sessão em casa de minha mana Adelina, a qual terá principio as 7 e meia da noite, eis a razão de fazermos esta avisando”⁹⁸.

⁹⁶ Esse artigo encontra-se no Livro formado por recortes de jornais, s/d, que compõe o acervo da Igreja Católica.

⁹⁷ Abordaremos essa questão no 4º capítulo.

⁹⁸ Gustavo Fagundes. **Carta para Lima Júnior**. Caetité, 29 de dezembro de 1903. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

Anteriormente à fundação do Centro na cidade, um grupo de pessoas realizava as reuniões espíritas em casas particulares – prática comum também em outras localidades. Ubiratan Machado (1997) informa que, após aderir ao Espiritismo, o escritor Coelho Neto⁹⁹ passou a organizar sessões em sua própria casa, no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro. “O antigo cético reunia espíritas, amigos e escritores, que entravam pela madrugada dialogando com os espíritos. Os resultados dessas reuniões eram cochichados nos meios literários, mas sem muito alarde” (MACHADO, 1997, p.225). O pesquisador indica também que certamente outros escritores conhecidos na época participavam dessas reuniões, a exemplo do poeta Luís Murat. Conclui-se, portanto, que no Brasil, a realização de reuniões espíritas em residências era uma prática recorrente no final do século XIX.

Para apreender os interesses que mobilizavam a adesão de escritores, políticos e outros à Doutrina Espírita, é necessário conhecer como se deu a estruturação do Espiritismo no campo religioso. Vejamos, então, quais os princípios em que essa doutrina se baseia.

2.4 Situando a Doutrina Espírita

O Espiritismo surgiu na França em meados do século XIX e foi sistematizado por Allan Kardec¹⁰⁰. A doutrina fundamenta-se nos ideais científicos, filosóficos e religiosos em voga na Europa nesse período, tendo como princípio básico a crença no progresso espiritual individual e coletivo da humanidade, que seria realizado por meio de uma série de reencarnações. Segundo *O livro dos espíritos*, “disso resulta que todos nós tivemos muitas experiências e que ainda teremos outras que, aos poucos, nos aperfeiçoarão, seja na Terra, seja em outros mundos” (KARDEC, [1857]1999, p.20). Assim, a Doutrina Espírita considera, também, que o progresso¹⁰¹, mesmo que pensado para o mundo dos espíritos, poderia fazer os homens evoluírem quando pusessem em prática a moral e a caridade.

⁹⁹ O escritor Coelho Neto, de ex-detrator do Espiritismo, tornou-se adepto da doutrina. Fato semelhante, também, teria ocorrido com outros literatos do final do século XIX e início do XX. Além de se tornar adepto, ele tratou, nas tramas dos seus romances, das dificuldades e dos dilemas que a Doutrina Espírita enfrentava para se manter no cotidiano do Rio de Janeiro, a exemplo do que expôs no romance *Turbilhão*, de 1906 (ISAIA, 2007).

¹⁰⁰ Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869) nasceu em Lyon – França – e morreu em Paris. Antes de se dedicar à organização da Doutrina Espírita, exerceu na França, durante trinta anos, a função de educador. Tornou-se discípulo de Pestalozzi, de quem adotou o método pedagógico. Bacharel em Letras e em Ciências, era poliglota. A formação de Rivail teve influência da filosofia do século XVIII e, sobretudo, de Rousseau, que contribuiu para a formação do seu espírito e também serviu de “modelo à edificação do Espiritismo no seu ideal de tolerância, de fraternidade e de universalidade” (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990] 2009, p.38).

¹⁰¹ A ideia de progresso da Doutrina Espírita proposta por Kardec encontra suas bases teóricas no pensamento dos filósofos enciclopedistas do século XVIII, como, por exemplo, Condorcet. Para ele, a história da humanidade passa por sucessivas etapas de desenvolvimento, que acontecem de forma progressiva, mas não

Para os estudiosos adeptos da doutrina, Kardec teve papel fundamental na estruturação do Espiritismo, pois teria sido incumbido pelos espíritos de codificar os conhecimentos que lhe foram transmitidos por meio dos médiuns; portanto, ele deveria divulgar esses ensinamentos ao mundo, uma vez que uma missão lhe havia sido confiada pela Providência (DOYLE, s/d). Estudos como o de Sandra Stoll (2003) questionam as limitações do termo “codificador”, no sentido de pensar que a ação de Kardec não se restringiu a uma mera transcrição e compilação das mensagens recebidas, podendo essa contribuição ser notada, principalmente, “no modo como construiu a acomodação das informações ‘dos espíritos’, as ideias, modelos e princípios que têm origem em outro campo - o da ciência” (STOLL, 2003, p.48). A autora considera que a forma como Kardec sistematizou e interpretou os conhecimentos que foram “coletados” sobre a manifestação dos espíritos colaborou para que se estabelecesse em torno da doutrina o mito de ciência, cuja responsabilidade foi atribuída ao seu organizador. Nesse sentido, Stoll defende que a participação de Kardec na elaboração da doutrina foi muito mais ampla do que ele sugere (STOLL, 2003).

Aubrée e Laplantine¹⁰² ([1990]2009) também defendem a relevância de Kardec na estruturação da doutrina, visto que ele foi o responsável por definir as dimensões científica e filosófica do Espiritismo. Nessa direção, o papel que Kardec desempenhou como sistematizador foi reconhecido pelos seus discípulos Léon Denis e Gabriel Delanne, que o denominou de “codificador da doutrina”.

Segundo Doyle (s/d), no processo de sistematização das escritas mediúnicas, Kardec recebeu diversos materiais escritos que lhe foram enviados por médiuns de diferentes lugares. As mensagens, além de oferecerem o conteúdo para a obra, teriam informado ainda que ela deveria se chamar *O livro dos espíritos*, sendo publicado então em 1857 por Kardec. A obra teve inúmeras edições, alcançando ampla repercussão e tornando-se o livro¹⁰³ básico da

linear; considera que os estágios posteriores estão em condições de superioridade se comparados aos estágios anteriores. Defende também que o processo civilizatório é uma sucessão de etapas, em constante evolução (NASCIMENTO, 1993).

¹⁰² Os antropólogos franceses Marion Aubrée e François Laplantine são os autores da obra *La table, le livre et les esprits*, que foi publicada na França em 1990, e, no Brasil, traduzida em 2009, com o título *A mesa, o livro e o espírito*. O livro é considerado um dos estudos pioneiros sobre a formação histórica e antropológica do Espiritismo, além de apresentar como principal tese a importância da escrita e da leitura para a doutrina.

¹⁰³ O escritor espírita Canuto Abreu (2012) afirma que *O livro dos espíritos* foi impresso em Saint-Germain-en-Laye pela Tipografia De Beau e que, na manhã do dia 18 de abril de 1857, foram entregues pacotes do referido livro à Livraria Dentu, tradicional estabelecimento localizado na Rue Montpensier, defronte da Galerie d'Orléans, no Palais Royal, em Paris. Quando Allan Kardec chegou, à tarde, à livraria, foi informado pelo gerente de que, até aquele momento, haviam sido vendidos mais de 50 volumes de *O Livro dos Espíritos* (ABREU, [1957] 2012, p.14-44). Esse fato reforça a ideia de que, desde o lançamento, *O livro dos espíritos* tem sido considerado sucesso de vendas. Além disso, demonstra que existe um público leitor que se interessa pelas

filosofia espírita. Em seguida, foram publicados também *O livro dos médiuns* (1861); *O evangelho segundo o espiritismo* (1864); *O céu e o inferno* (1865) e *A gênese* (1868). Ao considerar a ideia de visão iluminada de Kardec, Aubrée e Laplantine ([1990] 2009) sugerem que *O livro dos espíritos*   resultado de um trabalho de “classifica o e de síntese”, realizado a partir de uma vasta quantidade de mensagens que foram enviadas por espíritos a um grupo de médiuns de diferentes localidades, constituindo um acervo formado por 50 cadernos de anota es (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990] 2009, p.44). Portanto, para os autores, “o Livro dos Espíritos não foi, como se afirmou, ditado pelos Espíritos – pois Kardec nunca foi m diun – mas foi elaborado em colabora o com eles” (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990] 2009, p.44). Pode-se destacar que, ao secundarizar o seu papel no processo de sistematiza o da doutrina na produ o do *Livro dos espíritos*, Kardec buscou atribuir o “poder simbólico” ao campo religioso, uma vez que as mensagens foram enviadas pelos espíritos. Esse fato nos remete a mesma lógica da Bíblia de que Deus “inspirou”, portanto não foi obra de um homem. Isso também pode ser pensado como tendo sido uma “estratégia” utilizada por ele para “legitimar” a nova doutrina.

Além das obras que constituem o “Pentateuco” da doutrina, Kardec publicou, ainda, tratados sobre o Espiritismo¹⁰⁴. A vincula o da doutrina ao livro, ao texto escrito e   oralidade pode ser observada também por meio de outras atividades realizadas pelo sistematizador ao fundar a Sociedade de Estudos Psicológicos, as quais visavam   comunica o com os espíritos através da psicografia (STOLL, 2003).

Os impressos constituíram dimensão relevante na produ o escrita do Espiritismo. Desde que a doutrina foi sistematizada, ocorreram a produ o e a circula o dos seus materiais escritos. A leitura desses jornais e de revistas era essencial   forma o dos adeptos, conforme explicitado na epígrafe desta tese: a dedica o e a continuidade dos estudos são condi es básicas para se manter na doutrina. Uma das primeiras publica es foi a *Revue Spirite*, um periódico mensal, ainda em circula o, criado por Allan Kardec e por ele editado até 1869. A revista tinha como finalidade estreitar o contato com o público espírita, além de propagar as

obras espíritas. Aubrée e Laplantine ([1990]2009, p.44), ao analisarem o sucesso que a publica o obteve na França, consideram-na um “best-seller” que se tornou a “pedra fundamental do edifício espírita”.

¹⁰⁴ Segundo Sylvia Damazio (1994), Kardec publicou também: “Instru es Práticas sobre as Manifesta es Espíritas (1859); O que   Espiritismo (1859); Carta sobre o Espiritismo (1860); Resposta   Mensagem dos Espíritos Lioneses por ocasião do Ano Novo (1862); Viagem Espírita (1862); Resumo da Lei dos Fen menos Espíritas ou Primeira Inicia o (1846); Cole o de Composi es Inéditas (1865); Cole o de Preces Espíritas (1866); Estudo acerca da poesia Median mica (1867). Em 1890, a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas publicou Obras Póstumas, a partir de uma compila o de escritos deixados por Kardec (DAMAZIO, 1994, p.47).

conferências realizadas por Kardec nas províncias francesas, onde também se iniciou a prática dos círculos de estudos da doutrina. Ressalte-se também que, a partir daí, foram recorrentes a produção e a ampliação de jornais e revistas sobre o assunto, sendo que foi também nesse processo de expansão da produção impressa que as ideias espíritas chegaram ao Brasil (DAMAZIO, 1994).

2.5 A Doutrina Espírita no Brasil

A Doutrina Espírita enfrentou desafios e tensões para conseguir se estabelecer no Brasil. O uso do termo Espiritismo já gerava certa resistência, pois remetia à designação também utilizada por grupos que praticavam as religiões de matrizes africanas. Assim, falar de Espiritismo no Brasil é “colocar-se sobre um terreno minado de ambigüidades, imprecisões e, sobretudo, de polissemias” (GIUMBELLI, 1997, p.32). Giumbelli afirma que provavelmente o termo “Espiritismo” tenha sido introduzido no País pelos seguidores da doutrina de Kardec. Entretanto, o termo também pode ser utilizado de forma genérica para designar uma ideia ou prática que remeta “aos espíritos” e da sua intervenção no mundo cotidiano, portanto, pode ser extensivo a qualquer prática que recorra à intervenção dos espíritos.

Possivelmente em 1863, após o seu surgimento na França, a Doutrina Espírita chegou ao Brasil¹⁰⁵, mais especificamente ao Rio de Janeiro, sendo acolhida por grupos de imigrantes franceses que se dedicavam ao comércio livreiro. Esses sujeitos passaram a se dedicar ao estudo como uma forma de se apropriar da doutrina. Na Bahia, o movimento teve uma “ação vanguardista”, iniciada pelo jornalista e professor Luiz Olímpio Teles de Menezes¹⁰⁶, com a constituição do Grupo Familiar do Espiritismo em 1865. Foi também em Salvador que aconteceu a fundação daquele que, possivelmente, foi o primeiro jornal espírita do Brasil, *O Echo d’Além-túmulo- Monitor d’o Spiritismo no Brazil*, uma produção bimestral que circulou de 1869 a 1871, publicada pela Typografia de Camillo de Lellis Masson & C. (FERNANDES, 2010). Num trecho do discurso de Luiz Olímpio, publicado no referido

¹⁰⁵ Sobre o processo de chegada do Espiritismo ao Brasil, ver: Damazio (1994); Machado (1997); Aubrée e Laplantine ([1990]2009); Arribas (2010); Stoll (2003); Fernandes (2010) e Del Priore (2014).

¹⁰⁶ Teles de Menezes (1825-1893), natural da Bahia, era proveniente de uma família de classe média e católica. Segundo Ubiratan Machado (1997), na trajetória profissional, iniciou-se na carreira militar por influência do pai, mas a abandonou por falta de aptidão. Tornou-se professor primário e de Latim, período em que publicou o compêndio *Ortoépia da Língua Portuguesa*. Como jornalista, colaborou em vários órgãos da imprensa baiana, escrevendo inúmeros artigos. Desempenhou a função de oficial na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, cargo no qual se aposentou. Teles de Menezes mantinha contatos e redes de sociabilidade com sujeitos que tinham intensa participação na cultura escrita, como, por exemplo, professores, médicos, escritores e outros, provenientes das famílias mais abastadas da cidade. Esses contatos de certa forma lhe possibilitaram disseminar as ideias espíritas, com a fundação do Grupo Espírita e do jornal *O Écho d’Além Túmulo*. Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro (MACHADO, 1997, p.88-89).

jornal, pode-se observar que os espíritas reconheciam a relevância da imprensa na divulgação da doutrina:

[...] incumbe, pelos meios que de mister é serem empregados, propagar essa crença regeneradora e cristã, fazendo-a chegar, indistintamente, a todos os homens; e o meio material que a Providência sãbiamente nos oferece para levar, rapidamente, a palavra da verdade à inteligência e ao coração de todos os homens, é a -Imprensa¹⁰⁷ (MENEZES, 1869, *apud* FEBNET, 2012, p.10).

Apesar da duração efêmera, o jornal *O Écho d'Além-túmulo* contribuiu para difundir os preceitos da doutrina e buscou, sobretudo, responder publicamente às tensões iniciadas e às divergências que surgiram no bispado da Bahia, as quais foram desencadeadas pela instalação, na cidade, do grupo espírita e do jornal.

O Écho d'Além-Túmulo constituiu-se, à época, como “a única folha informativa e doutrinária do Movimento Espírita Nacional” (LOUREIRO, 1994, p.83). E o seu fundador, Teles de Menezes, foi considerado o pioneiro da imprensa espírita no Brasil. A respeito da revista, destaca-se que se tratava, inicialmente, de uma produção bimestral com 56 páginas, no formato in-oitavo¹⁰⁸. A partir de 1871, a revista passou a ter periodicidade mensal, e a sua circulação não se restringiu apenas à Bahia, tendo chegado também a outros estados brasileiros e a algumas cidades da Europa (LOUREIRO, 1994).

Com a intenção de ratificar a ideia de que a expansão do Espiritismo esteve vinculada ao desenvolvimento do jornalismo e à circulação de informações, Aubrée e Laplantine ([1990]2009) citam os exemplos de dois impressos: a revista paulista *Verdade e Luz*, fundada em 1890, que tinha, no início, uma tiragem de 2.000 a 3.000 exemplares, mas chegou a atingir 15.000 exemplares em 1897; e a *Revista Espírita nº 2*, de fevereiro de 1900, com uma tiragem de 24.000 exemplares. Segundo os autores, “estes eram, em sua maioria, distribuídos gratuitamente para todo o país” (AUBRÉE; LAPLANTINE [1990]2009, p.158). Sobre a tiragem, afirmam ainda que, “no Brasil, em 1900, nenhum jornal diário ultrapassava a tiragem de 6.000 cópias” (AUBRÉE; LAPLANTINE [1990]2009, p.158). Os dados tornam evidente, portanto, que esses materiais impressos circulavam pelos centros espíritas no Brasil e, sobretudo, que a leitura religiosa proposta pelo Espiritismo estava conquistando e ampliando

¹⁰⁷ Disponível em: www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Teles-de-Menezes.pdf. Acesso em outubro de 2015.

¹⁰⁸ O formato chamado *in-folio* refere-se ao número de dobras feitas no papel para obtenção de páginas. Por exemplo, uma folha dobrada ao meio obtém quatro páginas, dobrada duas vezes terá oito páginas, sendo chamado *in-oitavo* (in-8°).

o número de leitores. Apesar disso, não significa dizer que esses leitores eram, especificamente, leitores espíritas, mas sujeitos interessados nas questões que envolviam as dimensões do sobrenatural e do “além”.

No Rio de Janeiro ocorreu uma fragmentação no interior da Doutrina Espírita, surgindo diversos grupos; a divisão deu-se em função das múltiplas influências e das divergências entre a forma de se ler e se interpretar a doutrina, vinculada à sua prática social (PRIORE, 2014). Da cisão inicial entre os espíritas surgiram três segmentos: o “científico”, que enfatiza a parte experimental da doutrina; “o espiritismo puro”, ou os que defendem a parte filosófica da doutrina; e o “místico”, que prioriza as questões religiosas. Foi em meio a esses embates que o Espiritismo se consolidou, a partir da fundação da Federação Espírita Brasileira (FEB), em 1883. De acordo com Damazio (1994), na Federação a vertente religiosa, voltada para as práticas assistencialistas e de caridade, destacou-se em detrimento da vertente científica, e houve ênfase nas práticas acima mencionadas. Tal movimento proporcionou maior coerência e homogeneidade na difusão da doutrina. Assim, nas primeiras décadas do século XX, o Espiritismo expandiu-se para além das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, seus polos iniciais.

Para Célia Arribas (2010), na contemporaneidade as produções acadêmicas sobre o Espiritismo no Brasil, provenientes da Antropologia, Sociologia e da História, podem ser distribuídas em dois grupos: o de pesquisadores que consideram que o Espiritismo na França possuía um caráter mais filosófico e científico, diferente do Espiritismo que é praticado no Brasil hoje, visto que aqui sobressai o lado religioso. Esse fato é atribuído ao “misticismo da tradição cultural brasileira”; portanto, as particularidades e idiosincrasias da forma como a doutrina é praticada no País levaram à perda da sua dimensão científica, o que teria levado a um “abastardamento” do movimento espírita francês. O outro grupo abarca estudos que consideram o espiritismo brasileiro como uma “reconstrução original do original” (ARRIBAS, 2010, p.32). No geral, mesmo utilizando argumentos diferentes, para Arribas, o último grupo de estudiosos não considera o Espiritismo brasileiro como uma simples deturpação do original, mas defende que a doutrina passou por um processo de transformação e adaptação às condições específicas de cada região do Brasil, impulsionado pelas injunções de ordem policial, judiciária, social e cultural. Essas condições fizeram com que os grupos espíritas desenvolvessem estratégias de adaptação ao novo contexto como forma de preservação dos seus princípios. Assim, Arribas afirma que esse grupo de pesquisadores

defende que o Espiritismo no Brasil é uma “construção original” que foi possibilitada tanto pelas condições histórico-sociais do País, quanto pelo confronto entre os grupos espíritas.

Nesse ponto, discordamos, em parte, do termo “reconstrução original do original”, utilizado pelo grupo de pesquisadores para designar o Espiritismo que ocorreu no Brasil. De acordo com o dicionário Aurélio, o termo “original” significa “inicial”, “feito pela primeira vez”, “inédito”, “que não ocorreu nem existia antes”, “novo”, “sem ser copiado de nenhum modelo” (FERREIRA, 1986, p.1233). Dessa forma, a utilização do termo gera um paradoxo, pois estabelece a ideia de hierarquia e diferenciação, na medida em que se atribui maior legitimidade ao Espiritismo praticado na França, e a partir dele se define o grau de “originalidade” do Espiritismo que é praticado em outros lugares. Portanto, a utilização do termo limita a compreensão do Espiritismo como prática religiosa e cultural que, embora embasada pelos princípios filosóficos, tem formas e modos de praticá-los modificados a depender da ação dos sujeitos que estão neles envolvidos. Concordamos com a pesquisadora ao defender que o Espiritismo praticado no Brasil assumiu um caráter, se não total, ao menos parcialmente distinto daquele que era realizado na França, sem, contudo, querer atribuir originalidade a um ou a outro.

Célia Arribas (2010, p.34) considera ainda que alguns dos estudos sobre a Doutrina Espírita são frágeis, na medida em que desconsideram a relevante contribuição dos sujeitos envolvidos na produção e reprodução das ideias e postulados e que definem as ações da doutrina no Brasil, ou seja, as suas “práticas do fazer” que caracterizam a doutrina localmente.

A nossa análise aproxima-se de Arribas (2010) quando ela destaca as mutações que a doutrina experimentou no Brasil. Diante disso, é pertinente utilizarmos em nossa interpretação o conceito de mestiçagem cultural, de Gruzinski (2001), o qual nos ajuda a pensar como a Doutrina Espírita foi-se conformando e assumindo nova configuração nas terras além-mar. No Brasil, a doutrina tanto influenciou o novo espaço geográfico, como por ele foi influenciada. Os preceitos que a fundamentam são mantidos, mas as influências da dimensão religiosa estão vinculadas a alguns grupos ou pessoas que ocupam posição de poder na instituição¹⁰⁹.

Compreender as práticas do Espiritismo no Brasil não se restringe a pensar em que medida ele assumiu feições total ou parcialmente distintas da abordagem francesa, mas é, sobretudo, questionar as condições e o processo através dos quais se deram tais distinções. Além de

¹⁰⁹ Sobre as disputas dos grupos no interior da FEB, ver o citado trabalho de Damazio (1994).

investigar as produções escritas, é preciso conhecer os sujeitos que estavam envolvidos nas práticas espíritas locais, bem como as ideias por eles defendidas, e conhecer especialmente as especificidades dessas localidades. Vejamos, então, quais foram as particularidades do Espiritismo em Caetité.

2.6 A Doutrina Espírita em Caetité

A fundação de um Centro Espírita em Caetité, o *Centro Psychico*, aconteceu em 25 de dezembro de 1905, em uma reunião realizada no Paço Municipal, sob a presidência de Aristides de Souza Spínola, conforme mostra a primeira ata. O evento contou com a presença de nove iniciantes na doutrina: João Antônio dos Santos Gumes, Octacilio Rodrigues Lima, Manuel Rodrigues Lima Júnior, Mário Spínola Teixeira, Emílio Elysio da Silva, Antônio Neves, Francisco Fernandes Sobrinho, Armindo Públio Cintra e Hermínio Públio Teixeira. Deve-se ressaltar que a reunião de criação do Centro ocorreu na sede do governo municipal, onde também foram realizadas as primeiras reuniões. A partir desta constatação, podem-se analisar algumas questões, como o fato de os seus fundadores serem, na maioria, políticos locais ou pessoas que exerciam liderança, ocupavam cargos públicos, entre outros. Esses sujeitos tinham, portanto, boas condições econômicas e se destacavam na sociedade caetiteense. Uma segunda questão refere-se ao fato de o Centro surgir vinculado a pessoas que possuíam divergências políticas¹¹⁰ com o coronel Deocleciano Teixeira. Tal fato leva-nos a pensar numa dimensão político-partidária inerente à instituição. Essas condições indicam que a instituição surgiu com certa legitimidade e possuía aceitabilidade, pelo menos, para um determinado grupo.

Nas reuniões iniciais foram discutidas questões estruturais para o funcionamento do Centro, como o nome que se daria a ele, ficando acordado que, provisoriamente, seria chamado de *Centro Psychico de Caetité*. Segundo um dicionário de época, a palavra “Psýchico” (ki), adj. designa questões relativas à “alma ou ás faculdades intellectuaes e moraes” (SÉGUIER, 1928, p.930). O emprego desses termos indica que, de alguma forma, a escolha do nome demonstrava a busca da legitimidade pautada nos referenciais científicos da época, ou seja, a permanência das discussões que ainda ocupavam os seguidores da Doutrina Espírita no início

¹¹⁰ Com a morte do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, no início do século XX, o coronel Cazuzinha tornou-se politicamente o seu substituto, o que evidenciou uma divisão dos partidos políticos locais. Assim, até 1923, os prefeitos de Caetité pertenciam ao grupo liderado pelo coronel, a exemplo do seu sobrinho, Lima Júnior (1º presidente do *Centro Psychico*), sendo, na época, os “maiores inimigos [políticos] dos Teixeira” (SANTOS, 1995, p.263).

do século XX. Essa preocupação repercutiu também nas produções escritas, a exemplo da designação da *Revista Espírita de Kardec, Jornal de Estudos Psicológicos*, fundada em 1868, na França (REIS, 2010, p.88). Como já mencionado, em 1926, com a morte do seu fundador e presidente honorário, o Centro alterou o nome como forma de homenageá-lo, passando a chamar-se Centro Espírita Aristides Spínola.

A estrutura organizacional do *Centro Psychico* evidenciava quais eram as funções e os papéis que os sujeitos desempenhavam em seu cotidiano. A diretoria era formada por um grupo de sete cargos: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, tesoureiro, zeladora e bibliotecário, sendo o último criado somente em 1928. Geralmente as pessoas que ocupavam os cargos já desenvolviam funções vinculadas à leitura e à escrita, como, por exemplo, de professor, jornalista, escritor e funcionário público. Os dirigentes normalmente eram os membros responsáveis pela instituição, bem como pela preparação e organização das reuniões ordinárias e de eventos, de modo geral. No Centro, eles estavam comprometidos com a produção das atas, conferências, palestras, edição do jornal, entre outras atividades que envolviam a socialização da escrita. Na hierarquia organizacional, a figura dos médiuns merece destaque. Ainda que, em alguns casos, eles não tivessem o domínio da escrita, a elevada mediunidade garantia que fossem pessoas portadoras de autoridade, na medida em que a “autoridade que exerce no plano terreno deriva do contato com o plano espiritual” (CAVALCANTI, [1983] 2008, p.53).

Como já mencionado, a conformação e a adequação das práticas e dos modos de estruturação da doutrina dependeram, de certa forma, dos sujeitos que atuavam no Centro. A sua formação, seus valores e posicionamentos políticos repercutiram de alguma maneira na instância. Isso permite apreender as mobilizações que motivaram os sujeitos com distintos pertencimentos sociais a aderirem ao Espiritismo. Para compreender tais influências, recorreremos ao conceito de disposições de Bernard Lahire (2004, p.26-27), ao afirmar que as disposições são “propensões, inclinações, hábitos e tendências, persistentes maneiras de ser que se manifestam nas práticas, nos comportamentos, nas opiniões dos indivíduos, podendo variar em função do momento no percurso biográfico e em função do contexto de socialização”.

Entende-se que, de alguma maneira, cada indivíduo é depositário de disposições resultantes das múltiplas experiências socializadoras que foram desenvolvidas ao longo do seu percurso formativo. Deve-se ressaltar que as experiências podem resultar em disposições de cunho homogêneo ou heterogêneo, uma vez que os sujeitos vivenciam experiências variadas ao

longo da sua trajetória, podendo ocorrer variações tanto diacrônicas quanto sincrônicas, a depender do contexto ou da situação em que eles se encontram. No primeiro tipo de variação, as disposições se alteram ou mudam, em virtude do momento e da trajetória do indivíduo. Por outro lado, a sincronia ocorre de acordo com a variação do contexto em que o indivíduo se encontra. Enfim, pode-se dizer que as disposições são resultados das múltiplas experiências socializadoras às quais os sujeitos estiveram expostos (LAHIRE, 2004).

Assim, para entender as disposições que levaram os sujeitos a atuarem no *Centro Psychico de Caetité*, torna-se necessário traçar uma breve trajetória de cada um deles. É preciso, portanto, responder às seguintes perguntas: quem foram esses sujeitos? Quais eram os seus pertencimentos sociais? Que relações possuíam com a cultura escrita? E com a Doutrina Espírita?

2.7 Sujeitos que agregaram legitimidade ao Espiritismo em Caetité

Pode-se dizer que a maioria dos adeptos do Espiritismo kardecista, no período a que se refere este estudo, era letrada, o que significa dizer que pelo menos alguns desses indivíduos já se haviam constituído como leitores antes de se tornarem adeptos da doutrina. Todavia, a constituição do *Centro Psychico* em Caetité contou também com homens e mulheres com pouca ou quase nenhuma participação na cultura escrita, conforme dados das fontes que serão explorados ao longo desta tese, além de contar, também, com a presença de crianças; ou seja, houve quem encontrou, na instituição, o espaço de aproximação com a leitura e a escrita.

Com base na documentação do Centro, destacamos a atuação de alguns sujeitos que colaboraram com a sua fundação e manutenção. A escolha pautou-se no critério de elencar pessoas que tiveram atuação mais efetiva, ou seja, nomes que apareceram com mais frequência na documentação e que, portanto, contribuíram para a consolidação do Espiritismo na cidade. Desse modo, vale lembrar que toda escolha possui algum grau de arbitrariedade e está vinculada a relações de poder, pois acreditamos que outros sujeitos não identificados possam ter contribuído de forma direta e indireta para a criação da instituição. Na impossibilidade de nomear a todos, traçamos uma breve trajetória daqueles que, por meio de nossas fontes, foi possível identificar em seus diferentes pertencimentos sociais, além de apreender as mobilizações que os conduziram à Doutrina Espírita.

Aristides de Souza Spínola (1850-1925) foi um dos responsáveis pela institucionalização da Doutrina Espírita na cidade. Dirigiu e coordenou as reuniões iniciais de fundação do *Centro*

Psychico de Caetité, em 1905. Aristides era natural de Caetité, filho do coronel Antônio de Souza Spínola e de Constança Spínola, família de elevado poder econômico e prestígio político na região. Aristides formou-se em Direito e entrou para a política, exercendo os cargos de deputado provincial pela Bahia e deputado federal no Império e na República, radicando-se no Rio de Janeiro. Foi também presidente do estado de Goiás. Foi um dos fundadores do *Jornal do Brasil*. Além de jornalista, foi também escritor, tendo publicado livros¹¹¹ sobre questões políticas, históricas e sobre a Doutrina Espírita. Elegeu-se deputado em 1909 e, dois anos depois, afastou-se da política para se dedicar à causa espírita. Ingressou na Federação Espírita Brasileira (FEB) em 1905, quando foi eleito vice-presidente da entidade, cargo em que se manteve até sua eleição para o cargo de presidente, em 1914. Na FEB, fez parte de um grupo de espíritas que “formularam, durante o século XX, as decisões importantes relacionadas às recomposições do movimento” (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990]2009, p.165). Ainda se considera que Spínola fez parte do grupo dos presidentes da Federação responsáveis por manter a “ortodoxia” da doutrina. Aristides passou 21 anos na FEB, alternando entre os cargos de vice-presidente e presidente da Federação.

Como jornalista e espírita, Aristides Spínola colaborou com a revista *Reformador*, escrevendo artigos de fundo doutrinário: “Fez parte da equipe editorial desse periódico, exercendo os seguintes cargos: redator-chefe, em 1914; diretor no período 1916-1918 e entre 1922 a 1925” (LOUREIRO, 1994, p.318). Como hábil advogado, atuou em questões polêmicas para a Doutrina Espírita, “foi o defensor natural da Federação e dos médiuns perseguidos pelo exercício da mediunidade, perante os tribunais, como ocorreu com Domingos Filgueiras, em 1905, e Inácio Bittencourt, em 1923” (LOUREIRO, 1994, p.318). Conforme se pode verificar na documentação consultada, Aristides Spínola tinha uma ampla e consolidada trajetória na cultura escrita, assim como na cultura espírita. Foi ele quem mobilizou o grupo para a formação do Centro em Caetité. Visando assegurar a continuidade do projeto, buscou a participação e o apoio de sujeitos que possuíam certa afinidade com as ideias espíritas e, sobretudo, de pessoas de distinção social, que detinham capital econômico e político.

¹¹¹ Entre as várias obras produzidas por Aristides Spínola, além de escritos inéditos ou publicados em periódicos espíritas e leigos, são de sua autoria: “Presidência do Barão Homem de Melo; Excursões administrativas, Bahia, 1879; Relatórios sobre a administração da Província de Goiás, Goiás, 1879-1880 (2 volumes); Estudos sobre os índios que habitam as margens do Rio Araguaia, memória em que estuda os índios carajás e que se acha anexa ao relatório de exploração desse rio pelo engenheiro J. R. de Moraes Jardins, Rio de Janeiro, 1880; Orçamento do Ministério da Agricultura, discurso proferido na Câmara de Deputados, em 13 de julho de 1882, Rio de Janeiro; Elemento Servil, discursos proferidos em sessões da Câmara, de 22 de junho a 4 de julho de 1883, Rio de Janeiro. Em 1889, publicou uma tese que apresentaria no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, tratando sobre direitos do comerciante no exercício de sua profissão. Em 1902 traduziu a obra do Dr. E. Gyl: Ensaio de Revista Geral e da interpretação sintética do Espiritismo. Em 1915, produziu um memorial de recurso criminal, Caridade perseguida” (LOUREIRO 1994, p.318).

Um dos participantes do grupo foi **João Antônio dos Santos Gumes Júnior** (1858-1930), natural de Caetité, filho de Anna Luísa Neves e João Antônio dos Santos Gumes. João Gumes, como ficou conhecido, estudou na escola particular de primeiras letras do seu pai, além de ter estudado Latim em Caetité. “A atividade de tradutor foi outra das atividades profissionais que João Gumes desempenhou ainda no período em que trabalhou como mestre-escola, ao traduzir o livro de Ferdinand Denis – *Le Brésil*” (REIS, 2010, p.50). Tal manuscrito é resultado de um trabalho manual bem acabado.

João Gumes pode ser definido como um homem de letras¹¹² que desempenhou diversas funções vinculadas à cultura escrita, como, por exemplo, a de escritor. Produziu romances¹¹³, alguns dos quais permaneceram inéditos, enquanto outros foram editados ou publicados em formato de folhetim nas páginas do jornal *A Penna*. Conforme mencionado anteriormente, Gumes foi responsável pela instalação de uma tipografia na cidade, em 1896. Era um homem provido de capital cultural e que tinha reconhecimento social na cidade e no meio espírita: o “contato contínuo e sistemático com a literatura específica, principalmente com os livros fundantes da doutrina na França, o teria favorecido pela sua condição de leitor em língua francesa (REIS; GALVÃO, 2016, p.13)”, mesmo antes da fundação do Centro. Essas condições forjaram o seu capital de autoridade na Doutrina Espírita.

É notória a personificação de João Gumes no Centro, fato que pode ser percebido desde a questão espacial, pois, além de ter doado o terreno localizado ao lado da sua residência para a construção da sede, há a proximidade afetiva, visto ter exercido o cargo de presidente da instituição de 1907 a 1930, ano do seu falecimento. Depois disso, os filhos assumiram a direção; atualmente um neto exerce essa função e um bisneto já está sendo preparado para substituí-lo.

O membro fundador do *Centro Psychico*, **Joaquim Manoel Rodrigues de Lima Júnior** (?1870-1929), natural de Caetité, filho de Joaquim Manoel Rodrigues Lima (1845-1903),

¹¹² Utilizamos o conceito de homens de letras de João César Rocha (2000). Segundo ele, até meados do século XVIII, o termo designava “um autêntico artesão da palavra, uma máquina de produzir textos”. Já no século XIX, ele se especializa nas belas-letas. “O homem de letras deixa de cuidar de todos os discursos, concentrando na produção de textos criativos, ele não trata mais de todas as áreas do conhecimento ou da experiência” (ROCHA, 2000, p.215-216).

¹¹³ *Os analfabetos* (1928); *O sampauleiro*, volumes I (1922) e II (1932); *O caso Gumes* (1923), um relato autobiográfico. Esses trabalhos foram editados, o primeiro pela tipografia dos Salesianos em Salvador; e os outros dois, pela tipografia de *A Penna* em Caetité. As demais produções manuscritas são: *Uma Insurreição de negros*: pequeno esboço da escravidão no Brasil, (1874); *Seraphina* (188?); *Pelo sertão*: narrativa de costumes rurais do sertão baiano (1913); *Vida campestre* (1926), narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia; *A abolição* (1889-1920), revisto e remodelado em 1920, considerado pelo autor como uma “comédia-drama”.

casou-se com Alzira Teixeira, filha de Deocleciano Pires Teixeira. O coronel Lima Júnior, como ficou conhecido, exerceu liderança política na cidade e região e ocupou o cargo de intendente do município no período de 1908 a 1911. Sobre sua trajetória profissional, lecionou História e Geografia e foi, também, diretor da Escola Normal de Caetité (1898), fundada por seu pai, governador do Estado à época; por questões políticas, a escola foi fechada em 1904 (SANTOS, 1995, p.51-52).

A adesão de Lima Júnior à Doutrina Espírita fez parte de um processo de convencimento realizado por Aristides Spínola, conforme se pode constatar no conjunto da correspondência analisada. Logo, foi bastante oportuna a escolha do coronel para ocupar o cargo de diretor da instituição (1905-1907). Nas atas, pode-se verificar que Lima Júnior não era um membro assíduo às sessões do Centro, talvez em função dos inúmeros compromissos de trabalho e das constantes viagens que realizava; mas isso não o impediu de contribuir e colaborar financeiramente com as atividades que eram empreendidas. Assim, por solicitação pessoal, pediu afastamento da direção e deixou também de comparecer às reuniões. Não se sabe quais foram os motivos que o levaram a se afastar. Apesar disso, continuou simpatizante da doutrina.

Os livros e os materiais escritos presentes no seu acervo bibliográfico demonstram que Lima Júnior possuía uma longa trajetória de leitura na Doutrina Espírita. Era um homem afeito às letras e às leituras, considerando-se a quantidade de material que subsistiu da biblioteca pertencente à sua família, e especialmente dos livros registrados com seu nome. Obviamente que o simples fato de dispor de um amplo e diversificado acervo literário não garante que o seu proprietário o tenha lido. As fontes nos mostram que Lima Júnior, além de leitor, era escritor. Existem, no acervo, cadernos escritos por ele, com poesias, “florilégios” e cópias de textos literários. Na coleção, destacam-se também impressos, tanto jornais e revistas, que foram produzidos nas esferas local, estadual, federal e internacional e que tratavam sobre política, economia, espiritismo, teatro e outros, como partituras musicais.

Ao observarmos os vários pertencimentos de Lima Júnior na sociedade caetiteense, fica evidente que a sua participação no *Centro Psychico*, apesar de ter sido breve, contribuiu para agregar prestígio à agremiação, principalmente em seus anos iniciais. Nas atas que registraram a passagem de sua morte, destaca-se que ele foi um “antigo socio fundador do nosso Centro, um daquelles que muito fizeram pelo seu progresso na ocasião da sua

fundação, um caetitense muito amigo de todos e que Deus o chamou ainda jovem” (ACTA, 13/12/1929).

Otacílio Rodrigues Lima (? -1944), outro fundador da instituição espírita, era natural de Caetité, filho de Joaquim Manoel de Lima e irmão de Joaquim Manoel de Lima Júnior. Também conhecido como coronel, ele não parece ter tido a mesma atuação política dos irmãos, mas era visto como um “homem culto e estudioso, gostava de livros, tinha boa biblioteca, lia bem o francês. Foi guarda-livro da casa comercial do seu irmão Cazuzinha e depois seu associado” (SANTOS, 1995, p.227). A sua atuação no Centro foi semelhante à do seu irmão, o coronel Lima Júnior, tendo-se restringido aos momentos iniciais. Apesar de restritas e pouco expressivas, foram significativas as contribuições dadas por Otacílio Rodrigues Lima no sentido de agregar legitimidade à sociedade recém-criada, especialmente no tocante ao uso de seu nome, sobretudo porque era proveniente de uma família que tinha o poder econômico e o prestígio político na região.

Natural de Caetité, **Priscila de Souza Spínola** (? -1910) formou-se pela primeira Escola Normal de Caetité (1898-1904), atuou no Instituto São Luiz Gonzaga e também manteve uma escola particular no município. Não se casou e possivelmente exerceu o papel de tia-mãe dos sobrinhos Mário Spínola Teixeira e Alzira Teixeira, após o falecimento da sua irmã, a segunda esposa de Deocleciano Teixeira. Em decorrência da proximidade de Priscila com os sobrinhos, ela teria influenciado a adesão deles ao Espiritismo, especialmente a de Mário Spínola Teixeira (SANTOS 1995, p.148). As cartas enviadas por Aristides Spínola, seu irmão, demonstram que Priscila já era espírita antes da fundação do Centro em Caetité, onde atuou como médium escrevente¹¹⁴ e foi incentivadora da expansão da doutrina na cidade.

Além de escrever como médium, Priscila também se dedicava à escrita como lazer e entretenimento. Produziu cadernos “onde copiava textos de terceiros, poesias, músicas, diálogos, discursos e monólogos” (NOGUEIRA, 2015, p.77). Essa forma de escrita era comum a algumas mulheres na época. Com o falecimento, os cadernos, de escritas variadas, ficavam sob os cuidados das mulheres da família. Há no APMC um caderno escrito por

¹¹⁴ Utilizamos as categorias de mediunidade propostas por Allan Kardec. Para o Espiritismo kardecista, o médium psicógrafo ou escrevente age a partir da manifestação de um espírito que se utiliza da sua mão como um instrumento para transmitir uma mensagem escrita. O médium escrevente tanto pode agir de forma mecânica – nesse caso, a ação ocorre involuntariamente sem que ele tenha controle do seu ato; como pode ser intuitivo, quando age sob inspiração de um espírito – nesse caso, ele tem consciência do que escreve. Há ainda o médium semimecânico, que sente o movimento da escrita feita pela mão, mas também tem consciência do que escreve. As três categorias de médium escrevente são as mais comuns, embora existam outras (KARDEC, [1861]2003).

Priscila e datado de 29/07/1895, que esteve sob a guarda da sobrinha Alzira Teixeira e posteriormente aos cuidados de Zelinda e Elvira, filhas de Alzira (NOGUEIRA, 2015, p.77). Com relação a essas práticas, pode-se questionar: que sentidos podem ser atribuídos aos gestos de guardar e preservar materiais de leitura e escrita de ordem familiar? Eliane Lopes (2007, p.155) comenta que tal ação comprova a relevância da guarda, conservação e preservação dos materiais de leitura e escrita para quem os produziu e posteriormente para os seus descendentes, que também deram continuidade a esse costume. O motivo final é que todos querem, de alguma forma, guardar, preservar a memória do seu ente querido. Assim, esses acervos, que a princípio tinham, apenas, uma dimensão íntima, pessoal e familiar, assumem uma dimensão mais ampla, na medida em que eles retratam e informam sobre a época de sua produção.

Mário Spínola Teixeira (1880-1958) também fez parte do grupo fundador do Centro. Natural de Caetité, filho de Deocleciano Teixeira. Formado em Agronomia, foi responsável, em 1918, pela instalação de uma empresa de eletricidade na cidade¹¹⁵. No início do século XX, fixou residência em Guanambi, cidade vizinha a Caetité, e lá se tornou político, envolvendo-se em acirradas disputas pelo poder local, tendo sido eleito intendente municipal no período de 1924-1927. Em Guanambi, Mário Spínola Teixeira instalou uma usina para processar caroços do algodão para a produção de sabão e óleo.

Nas atas do Centro, Mário aparece como um sócio assíduo às reuniões; mas, com a mudança de domicílio para a cidade de Guanambi¹¹⁶, passou a frequentá-las esporadicamente, embora tenha mantido efetiva contribuição à instituição, através de auxílio financeiro e moral para a consolidação e o reconhecimento da “irmandade”. Sobre sua atuação no Centro, assim se manifestou o jornal *Lux*:

Do nosso muito presado amigo e distinto confrade Dr. Mario Spinola Teixeira, que foi um dos mais influentes fundadores do nosso humilde Centro Espirita de collaboração com seu illustre tio o nosso bondoso director Dr. Aristides Spinola, recebemos uma affectuosa carta que com suas amistosas phrases vem nos animar para as luctas a que nos atiramos em prol da verdade.

¹¹⁵ A Penna, 28/02/1918, p.1.

¹¹⁶ Em conversas informais com adeptos do Espiritismo em Guanambi, fomos informada de que Mário Spínola Teixeira e o seu filho Edgar Teixeira, que era médium, realizavam reuniões mediúnicas em sua residência. Em 1948, ambos participaram da fundação do Núcleo Espírita Obreiros do Porvir, na mesma cidade. Edgar Teixeira também teria colaborado com a instalação de outros centros espíritas em cidades da região, a exemplo de Bom Jesus da Lapa.

Gratos pelo seu bondoso gesto de solidariedade, com a qual contamos sempre, dado o conhecimento que temos da lealdade de tão distinto irmão em crença.

Que Jesus o esclareça sempre (LUX, 25/04/1930, p.3).

É notório que Mário Spínola Teixeira, como membro que era da elite política, econômica e cultural da região, fez parte do grupo que agregou capital simbólico ao Centro. Ressalte-se que ele era, na época, o único filho de Deocleciano Teixeira a se declarar espírita. Poderíamos especular acerca da sua adesão ao Espiritismo, se ela não esteve inicialmente vinculada às incompatibilidades que tinha com o pai, haja vista que Deocleciano era um homem católico, com marcada influência junto ao clero do estado da Bahia.

Virgílio Cotrim (? –1925)¹¹⁷ morava em Caetité e tornou-se sócio da instituição em 1907, por indicação de João Gumes. Ao que parece, Virgílio Cotrim não provinha de uma família de destaque social, como também não tinha relação com a cultura escrita. Então, que fatores permitiram que Virgílio Cotrim fosse convidado a participar do grupo dos espíritas? Acredita-se que o convite para parte do grupo deve-se, possivelmente, ao fato de que, ele possuía algum nível de mediunidade: entre outras atividades desenvolvidas por Virgílio, destaca-se vasta produção de escrita mediúnica resultante da manifestação da fala, haja vista que ele era médium falante¹¹⁸. Além de médium, Virgílio desempenhou outras funções vinculadas à produção da escrita, atuando, por exemplo, como tesoureiro do jornal *Lux*. Os registros das atas mostram que ele era rigoroso na prestação de contas (abordaremos essa questão no capítulo 4). O seu nome aparece em notas publicadas no referido jornal, solicitando aos leitores doações para a realização da festa de Natal das crianças. No Centro, também foi vice-diretor, cargo para o qual foi escolhido, embora argumentasse não possuir as condições necessárias para desempenhá-lo. Apesar de admitir que, como espírita convicto, estava sempre disposto a contribuir para o crescimento da instituição, ressaltava, entretanto, o desconforto que tinha em desempenhar a função de diretor nos momentos da ausência do titular, quando se dizia “incapaz de exercel-o, pois como todos sabem ser elle um pobre analfabeto e não ter conhecimentos elevados para poder ocupar a cadeira do presidente, mas

¹¹⁷ Não tivemos acesso aos dados biográficos de Virgílio Cotrim. As informações sobre ele restringem-se às que foram registradas nas atas do Centro. Presume-se que se tratava de um homem de origem popular, que não possuía pertencimento social ou econômico de destaque.

¹¹⁸ Sobre o médium falante, Kardec nos diz que ele “geralmente se exprime sem ter consciência do que diz e muitas vezes diz coisas completamente estranhas às suas idéias habituais, aos seus conhecimentos e até fora do alcance de sua inteligência. Embora esteja perfeitamente acordado e em estado normal, raramente guarda lembrança do que diz. Em suma, nele a palavra é um instrumento de que se serve o Espírito, com o qual uma terceira pessoa pode comunicar-se, como pode com o auxilio de um médium audiente” (KARDEC, [1861] 2003, p.242).

conta como sempre com o auxílio dos bons espíritos para desempenhar a sua tarefa” (ACTA, 03/10/1923). Vemos, portanto, que, embora Virgílio Cotrim tenha realizado diversas atividades veiculadas à produção da escrita, ainda assim se considerava “analfabeto”¹¹⁹; tal postura revela, de certo modo, o pensamento presente na sociedade brasileira do início do século XX, associando o analfabeto à condição de incapacidade. Tal discurso estava tão enraizado nas relações sociais que os sujeitos, por sua vez, o reproduzia e os legitimava.

A participação de Virgílio Cotrim permite-nos pensar que a instituição não era formada apenas por sujeitos já inseridos no mundo da escrita, mas contou com a participação de pessoas que, até certo ponto, podiam ser consideradas pouco letradas e que, ao se tornarem adeptas do Espiritismo, tiveram, no Centro, o espaço de intenso contato com as práticas das culturas do escrito. Nesse sentido, as mensagens mediúnicas destacavam que o domínio da leitura e da escrita não deveria determinar a participação da pessoa no Centro, como demonstra a mensagem emitida por um espírito, quando diz: “eu sou um ignorante que nem sei ler, mas pouco a pouco fui compreendendo a verdade. Eu já compreendia alguma coisa do Espiritismo [...]”¹²⁰. A mensagem leva-nos a apreender alguns aspectos: foi oralizada por um médium que, para a época, era considerado um “analfabeto”, como ele se autodesignava. Nela, o “espírito” identificou-se como um “ignorante” por não saber ler, entretanto essa condição não o impediu de conhecer a verdade (os preceitos da doutrina).

A partir do exposto, pode-se constatar que a presença e a participação desses sujeitos no estabelecimento da instituição religiosa foram cruciais para agregar legitimidade ao novo espaço. No processo em questão, cada indivíduo pôde colaborar para a criação e consolidação do Centro, sendo que alguns membros puderam dispor de recursos financeiros ou com a prestação de serviços: alguns com a autoridade literária, outros com a autoridade carismática, e outros com a autoridade institucional. Nessa perspectiva, Bourdieu (1992) nos diz que o capital de autoridade da instância religiosa depende da “[...] força material e simbólica dos grupos ou classes que ela pode mobilizar oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, [...]” (BOURDIEU, 1992, p.58). Portanto, a natureza dos bens simbólicos está vinculada ao capital de autoridade de que cada um dispõe.

¹¹⁹ Referente à construção histórico-social do preconceito com o analfabeto no Brasil, ver Galvão e Di Pierro (2007).

¹²⁰ Acta, 04/01/1918.

No Centro, além da participação de homens e de mulheres, também foi significativa a participação das crianças¹²¹, conforme registros nos livros de atas. A presença de algumas crianças em reuniões ou sessões noturnas ocorria desde a mais tenra idade. É possível verificar que, ainda no colo, elas já iam às reuniões, levadas por mães como “D. Enedina Silva, com uma filhinha” (ACTA, 18/05/1929). Consta nas atas que a referida senhora esteve presente em quase todas as sessões do Centro, a partir de abril de 1929, sempre acompanhada por uma ou duas de suas “filhinhas”. Sobre a frequência dos pequenos durante as sessões, as mensagens emitidas pelos guias espirituais aprovavam e estimulavam tal prática. É o que se pode observar no comunicado recebido pelo médium Virgílio, que diz:

[...] o nosso ‘Centro’ não morre; porque somos meia duzia, porém devemos ser um só em pensamentos, que o anno passado houverão grande numero de membros na Sessão Solenne e que este anno o numero foi de creanças e que estas creanças devem frequentam as sessões, pois serão as que teem no futuro de ocupar estas cadeiras, que tenhamos muito amôr, fé e tolerancia, o nosso “Centro” não morre (ACTA, 25/12/1912).

Acreditamos que a frequência de algumas mães às reuniões do Centro ficava condicionada à presença das crianças, considerando que elas não tinham com quem deixar os filhos. Naquela época, era comum as famílias terem um maior número de filhos¹²², de forma que a saída dessas mulheres de casa ficava, de certa forma, condicionada a levar as crianças consigo, o que acabava por inserir os pequenos nas reuniões. Tal fato foi ressaltado pelo diretor da instituição, ao falar “sobre a necessidade de serem admittidas a assitirem crianças, mesmo que não sejam socios, as sessões do Centro” (ACTA, 26/06/1917). Assim se manifestou o espírito Santa¹²³ Júlia, por meio do médium Virgílio, orientando sobre a frequência das crianças:

¹²¹ As crianças são aqui abordadas enquanto categoria social permanente de qualquer estrutura geracional, conforme reflexões propostas por Jens Qvortrup (2010). Entende-se que o termo criança é resultado de uma construção histórica da idade infantil, vista como um período de vida distinto cognitiva e afetivamente do adulto, em que acontece a realização de aprendizagens sociais. Como propõe Cristina Gouveia (2004), ao se “designar o indivíduo por criança circunscrevem-se suas ações numa teia de significados remetidos à condição infantil” (GOUVEIA, 2004, p.276), por se tratar de uma fase geracional que possui as suas próprias especificidades, mas, sobretudo, depende da tutela de um adulto.

¹²² Para ratificar a ideia de que parte das famílias no início do século XX tinham uma prole extensa, podemos citar, por exemplo, João Antônio dos Santos Gumes: “Casou-se, aos 26 anos de idade, com sua prima Antônia Dulcina Pinto (1869-1922), com quem teve 16 filhos: Maria Sophia, Júlia Adelaide, Laura Luzia, Ana Rufa, Sadi Rútilo, Luís Antônio, Huol, Cármen Dolores, Heloísa, Cândida Stela, Dulce Áurea, Eponina Zita, Célia, Celina, João Kardec e Antônio” (REIS, 2010, p.41). Vale ressaltar que quase todos os filhos de João Gumes participavam, desde crianças, das atividades do Centro.

¹²³ É possível observar que nos anos iniciais de funcionamento do Centro foi intensa a presença de algumas práticas que remontam ao Catolicismo, como, por exemplo, acender velas em determinado momento da sessão ou colocar-se de joelhos durante a oração, mas logo essas práticas foram abandonadas. A influência da religião católica permaneceu na utilização de “Santa” no nome do guia Júlia, considerado de destaque na instituição.

‘Deixai vir a mim as criancinhas, diz Jesus’ [...]. As creancinhas não nos perturbam nas nossas manifestações. Com estas que aqui trazeis, com os seus brincar infantis, vos não deveis vos distrahir, porque assim vós nos perturbareis, porem ellas por si não. Não é melhor que aqui estejam ellas em silencio se educando nos principios da nossa santa doutrina, do que la fora a brincar? Deveis trazel-as sempre aqui para que se instruem na verdade. Não são ellas que nos perturbam aqui são aquelles de vós que não trazeis o espirito calmo, que não concentram o seu pensamento em Jesus [...] (ACTA, 31/07/1917).

Na mensagem emitida pelo médium falante Virgílio, ao endossar o posicionamento do diretor, ele o faz revestido da autoridade e do poder espiritual que o guia lhe conferia. Assim, para demonstrar a relevância da participação das crianças, o médium questiona: “não é melhor que aqui estejam ellas em silencio se educando nos principios da nossa santa doutrina, do que la fora a brincar? Deveis trazel-as sempre aqui para que se instruem na verdade” (ACTA, 31/07/1917). Integrar as crianças às atividades do Centro gerou certa resistência por parte de alguns membros da agremiação porque, como afirma Jens Qvortrup, (2010) “se trata de um desafio para qualquer sociedade socializar as crianças às suas normas, com o objetivo de integrá-las completamente ao meio – isto é, à sociedade adulta” (QVORTRUP, 2010, p.634).

Como vimos, as crianças fizeram-se presentes no Centro desde a sua fundação, e os registros demonstram, ainda, que essa presença não se limitava às sessões festivas. O redator das atas, ao se referir a esse grupo geracional, utilizava pronomes indeterminados ou adjetivos, sobretudo na tentativa de quantificar esse contingente: “[...] e algumas creanças [...]” (ACTA, 08/06/1906); “[...] e diversas creanças [...]” (ACTA, 15/06/1906); “[...] e mais crianças ‘livreiras’ de ambos os sexos” (ACTA, 19/06/1906), “e ainda muitas outras pessoas, inclusive crianças [...]” (ACTA, 25/12/1906).

Não conseguimos localizar estudos do período que abordem a presença de crianças em sessões de Centros Espíritas. Assim, acreditamos que o silenciamento se deve aos poucos registros que sobre elas foram produzidos, uma vez que determinadas narrativas históricas consideraram as crianças como as “mudas da história”, sobretudo no que se refere à escassez de fontes que tratam das crianças das classes menos favorecidas. Devem-se considerar as diferentes formas de abordar a infância ao longo dos tempos. Sobre tal aspecto, Eliane Lopes e Ana Galvão (2010), no estudo sobre a infância, afirmam que “não se pode dizer que os sujeitos da pesquisa estão mudos. O que acontece, muitas vezes, não é que a criança seja um objeto de pesquisa mudo, a sociedade que a cerca que é surda” (p.50). Assim, acreditamos que as crianças sempre estiveram presentes nas instâncias religiosas, mas, no geral, essa

presença foi omitida e silenciada nas fontes, possivelmente por se tratar de sujeitos considerados dependentes de pessoas adultas, não dispendo, ainda, do livre arbítrio.

Como já comentado, um dos motivos de as crianças participarem desde a tenra idade das sessões do Centro era, sobretudo, pela dependência em relação à figura materna. Conseqüentemente, elas deveriam ser educadas de acordo com os princípios morais da doutrina e, naturalmente, continuariam como adeptas. Na instituição, a participação delas nos eventos de letramentos acontecia especialmente nas sessões comemorativas, conforme demonstrado numa ata: “Ocuparam a tribuna tres neophitos menores Sadi Gumes, Luiz Gumes e José Rebouças que recitaram esplendida e inspirada poesia de Francisco Fagundes” (ACTA, 25/12/1908). Infere-se que esses momentos fossem aguardados com certa ansiedade pelas crianças, considerando que, nessas sessões, elas eram também protagonistas do evento. Assim, ficou registrado: “recitaram poesias e musicas ao aniversario de Kardec, as crianças: Alda Brito, Eponina Moraes, Everaldo de Castro, Zenaide Moraes, Marietta Lobão, Evangelina Lobão, sahindo-se todas belissimamente” (ACTA, 03/10/1920). A participação das crianças dava-se, portanto, por meio das ações que envolviam oralidade e escrita, como apresentar cartazes com frases escritas, recitar poesias, cantar músicas, ler jograis e outras.

Identificamos no Centro alguns momentos em que acontecia a produção da leitura e da escrita. Conforme mencionado acima, denominamos tais momentos de eventos de letramentos. Então, quais foram e como funcionavam os eventos de letramentos?

2.8 Momentos de letramentos no *Centro Psychico*

A produção da escrita, da leitura e do gestual encontrava-se presente e imbricada nas diferentes atividades realizadas no Centro. Com o intuito de analisar como acontecia a produção da leitura e da escrita no cotidiano da agremiação, mapeamos, por meio das atas, das cartas, do jornal *Lux* e de outros documentos, algumas atividades significativas dessa produção.

No Centro, havia três momentos principais que envolviam a produção da escrita, do oral e do gestual: as sessões ordinárias, as conferências públicas e as sessões comemorativas. O Estatuto do Centro definia, no seu artigo 2º, § 1º, que as sessões ordinárias eram momentos destinados à formação na Doutrina Espírita e que tinham como escopo estudar o Espiritismo de forma teórica e prática, segundo os preceitos propostos nas obras de Allan Kardec. Por se

constituírem de momentos de intensa presença da escrita, do gestual e do oral, neles os eventos de letramentos aconteciam com mais frequência.

Um dos momentos, as sessões ordinárias, eram encontros semanais que aconteciam à noite, normalmente às terças e sextas-feiras, às 19h30min (ESTATUTO CEAS, 1928, ART.2º, §1º). A direção da instituição era responsável por planejar e coordenar o momento, que deveria contar com a presença de, no mínimo, dois representantes da direção: o diretor e o secretário. A sessão era dividida em duas partes: uma “teórica”, de estudo, que consistia na leitura de livros e textos da doutrina; e a outra, “prática”, que era quando ocorriam as manifestações. Para a primeira parte, geralmente o dirigente escolhia um dos livros básicos da doutrina para o estudo e para o qual se costumavam dedicar várias reuniões. Conjuntamente, podia ocorrer também a leitura – em voz alta, seguida de explicações e discussões – de artigos dos impressos espíritas que chegavam ao Centro. A outra parte era considerada o ápice das reuniões, em que os médiuns, por meio da manifestação dos espíritos, recebiam mensagens espirituais de forma oral (falante) ou escrita (psicografia). Esse momento era marcado pela presença do oral, do escrito e do gestual. Conforme a descrição contida na documentação, o médium, ao receber a manifestação espiritual, apresentava significativas mudanças de comportamento, como, por exemplo, na seguinte fala: “O médium fallante Virgilio Cotrim [...] com uma voz bastante fina como de mulher começou o communicado, que desde logo comprehendemos ser da nossa saudosa confrade desencarnada D. Priscilla” (ACTA, 04/10/1912).

Para entender a dimensão do gestual e sua relação com a escrita mediúnica, recorreremos ao estudo de Zumthor (1993) sobre “literatura” medieval em que ele analisou as instituições e sujeitos dessa sociedade e constatou como o gestual estava entranhado e a simbolizava. Assim, quando diz da “linguagem gestual do corpo”, ele destaca que, entre os elementos que compõem a performance, o gesto é essencial, como argumenta: “o *gestus* dá conta do fato de que uma atitude corporal encontra seu equivalente numa inflexão de voz, e vice-versa, continuamente” (ZUMTHOR, 1993, p.244). Nessa perspectiva, temos uma ratificação dessa assertiva na descrição de que o médium falante Virgílio, ao receber a manifestação espiritual, demonstrou alterações de comportamento ao apresentar uma “voz bastante fina como de mulher”, que logo foi identificada pelo grupo como sendo de um membro do Centro, já falecido. Assim, por meio do gesto, é possível identificar nas sessões mediúnicas o momento da manifestação de um “outro”, ou seja, de um espírito. Os gestos emitidos pelo médium permitem, ainda, que sejam identificadas características inerentes a determinados sujeitos,

como também podem auxiliar na compreensão e no deciframento de determinadas mensagens. Isso confirma o que disse Zumthor (1993) sobre a “capacidade que tem o gesto de simbolizar” (p.244).

As conferências públicas eram outro momento em que ocorriam vários eventos de letramentos e tinham como objetivo divulgar a Doutrina Espírita para pessoas que ainda não frequentavam o Centro. Deveriam ser realizadas, segundo o estatuto do CEAS, “em dias previamente designados, sendo livre a discussão sobre o assumpho de antemão assentado” (ESTATUTO 1928, ART. 2º, §2º). Essas reuniões costumavam acontecer quinzenalmente, geralmente aos domingos, e eram identificadas nas atas como sessões extraordinárias. Iniciava-se com a oração em voz alta, feita pelo diretor; em seguida, outro membro da diretoria apresentava a palestra que fora preparada antecipadamente, a qual costumava se basear na leitura de um texto escrito, abordando temáticas pertinentes à doutrina. Como se pode perceber no seguinte relato, houve ocasião em que o vice-presidente “leu uma bem feita e organizada conferencia sobre assumphos espiritas, que muito agradou a todos os presentes”¹²⁴. As conferências eram mediadas pela escrita, por meio do texto designado para o momento, assim como pela sua leitura em voz alta, conforme orientação feita pelo médium Virgílio quando “aconselhou o preparo antecipado e a calma compatível com a propaganda benéfica da doutrina” (ACTA, 31/03/1916). Consta nas atas que as manifestações espirituais orientavam que, nos momentos dessas sessões, as portas do Centro estivessem abertas para o público¹²⁵; essa estratégia funcionava como uma forma de convidar os transeuntes para adentrar o espaço.

As sessões comemorativas ou solenes podiam acontecer em qualquer data que fosse significativa para a doutrina, mas ocorriam, especialmente, em 3 de outubro, dia em que se comemora o nascimento de Allan Kardec, e em 25 de dezembro, dia do nascimento de Jesus Cristo, quando também se comemora a fundação do Centro em Caetité. O Estatuto da instituição considerava que, nessas efemérides, era obrigatória a realização das sessões comemorativas e definia que era facultativa a realização dessas sessões em outras datas consideradas notáveis da evolução do Espiritismo (ESTATUTO CEAS, 1928, ART. 13). A sessão comemorativa costumava ser um evento festivo com a participação de crianças, em que se apresentavam várias atividades orais, como a declamação de poesias, apresentação de jograis e músicas. Na sessão de 25 de dezembro, dia de Natal, havia ainda distribuição de presentes para as crianças “carentes”. Era um evento de letramento que reunia diferentes

¹²⁴ Acta, 07/09/1930.

¹²⁵ Acta, 19/04/1907.

gerações e no qual se utilizavam diversos recursos de produção da leitura e da escrita, como os citados anteriormente, que visavam, além da formação do pretendido adepto, divulgar os princípios da doutrina.

Para a realização das sessões comemorativas, publicavam-se notas no jornal *Lux* solicitando contribuição dos leitores. Na festa do Natal das crianças, descreve o redator sobre o “festival dos pequeninos desprotegidos dos bens materiaes, [...] no qual serão distribuidos presentes” (LUX, 02/11/1922, p.4). A direção do Centro recorria aos “Amados leitores, aquelles que desejarde tomar parte n’essa festa tão justa e christã” (LUX, 02/11/1922, p.4). Solicita, ainda, que seja enviado para os “irmãos pobres”, “qualquer objecto, mesmo dos que não vos façam falta, como roupas, um chapéo usado, um chale ou outro qualquer objecto que agasalhe, aqueça e conforte a tantos pobrezinhos enregelados pelo frio e sem abrigo” (LUX, 02/11/1922, p.4). O redator reitera o seu pedido, dirigindo-se genericamente a todos os leitores, possivelmente adeptos e simpatizantes do Espiritismo, e assim solicita:

Peço a todos em cujo amavel coração toque esse meu appélo e queiram concorrer para o bom exito desse nosso santo idéal, enviarem as suas offertas ao subdescriptor dessas linhas até o dia 20 de dezembro afim de se poder pôr em ordem a distribuição para o dia do natal de Jesus [...] Virgilio Cotrim (LUX, 02/11/1922, p.4).

O redator utiliza-se de recursos de oratória, apelando a uma dimensão sentimental, por meio da qual busca sensibilizar os leitores, a fim de que eles possam contribuir para a realização do evento filantrópico organizado pelo Centro. A dimensão caritativa¹²⁶ é inerente à Doutrina Espírita, mas também se encontra presente em outras religiões cristãs. Vê-se que as sessões solenes tinham como objetivo atualizar a memória de fatos marcantes para a doutrina – como o nascimento de Jesus Cristo e de Allan Kardec – e, sobretudo, divulgá-la e propagá-la. O registro a seguir evidencia essa ocorrência: “Fala o Vice Director sobre a sessão solenne de 3 de outubro em commemoração ao nascimento de Allan Kardec, a qual será na segunda-feira vindoura. Péde a todos para convidarem pessoas que se interessem pelo espiritismo” (ACTA, 30/09/1921). Vê-se que a doutrina se utilizava tanto da oralidade como da escrita para divulgar a oferta dos “bens simbólicos”, como, por exemplo, a autoajuda, o consolo para a morte dos entes queridos e a compreensão da própria morte.

¹²⁶ Maria Laura Cavalcanti ([1983] 2008) utiliza-se da terminologia de Weber para afirmar que a caridade constitui um dos meios de salvação do espiritismo, pois, como definiu Kardec, “fora da caridade não há salvação”. A autora considera que é na relação entre o eu e o outro que “a caridade ocupa um lugar central. Toda tarefa espírita é, em sentido amplo, caridade, pois é um serviço *de amor ao próximo*. Receber Espíritos sofredores na reunião de desobsessão é caridade, dar um passe num freqüentador é caridade” (CAVALCANTI, [1983] 2008, p.55).

Diante do exposto, pode-se dizer que Caetité, por ter sido uma região de trânsito de pessoas, de comércio e de intercâmbio de diferentes culturas, apresentava certas condições de urbanização aliadas a outros fatores que favoreceram a produção e a circulação da escrita, tanto de forma manuscrita como a impressa. Pode-se afirmar que a circulação da leitura e da escrita na localidade se insere num quadro mais amplo associado às práticas comerciais, políticas, religiosas, educacionais e culturais da cidade. Vimos também que as transformações ocorridas no Brasil, no final do século XIX e início do XX, mobilizadas pela abolição do trabalho escravo e a proclamação da República, repercutiram na conjunção de fatores de ordem política, econômica, social e cultural que favoreceram a instalação da Doutrina Espírita no País, bem como na cidade. Para o estabelecimento da doutrina em Caetité, foi decisiva a participação de sujeitos que possuíam distinção social, econômica e política, sobretudo porque eles agregavam capital simbólico à nova instância religiosa. Assim, o *Centro Psychico* tornou-se um dos espaços responsáveis pela produção e circulação de objetos de escrita, que contou com a presença de homens, mulheres e crianças adeptos da doutrina. Conforme visto, as sessões ordinárias, as conferências públicas e as sessões comemorativas eram momentos em que aconteciam vários eventos de letramento fortemente mediados pelo oral, pela escrita e pelo gestual.

Para analisar as especificidades das produções escritas ali realizadas, vamos nos ater aos seus tipos, aos usos e às funções, bem como aos seus suportes materiais, tema que será desenvolvido no próximo capítulo.s

CAPÍTULO 2: PRÁTICAS DO ESCRITO NO *CENTRO PSYCHICO*: TIPOS, FUNÇÕES E USOS

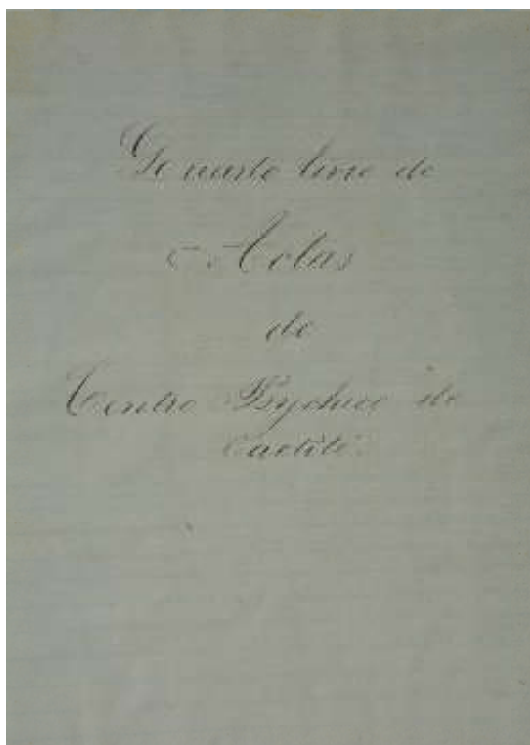
No capítulo anterior, localizamos a região do Alto Sertão da Bahia, identificando as suas especificidades. Em seguida, mapeamos quais foram, em Caetité, as instâncias que colaboraram para a produção e a circulação da escrita, destacando, entre elas, os Correios, as bibliotecas e a imprensa. Em seguida, identificamos os fatores que colaboraram para o estabelecimento da Doutrina Espírita no Brasil, em meados do século XIX, e, em Caetité, no início do século XX, evidenciando, para tanto, as questões de ordem religiosa e política que possibilitaram a instalação do Centro Espírita. Para entender a sua configuração na cidade, tornou-se necessário traçar o perfil de sujeitos que nele atuaram e conferiram legitimidade ao seu funcionamento, além de perceber como estavam organizados os eventos de letramentos no cotidiano da instituição.

Neste capítulo, no primeiro momento, busca-se identificar e analisar os tipos, as funções e os usos da escrita nas sessões ordinárias, nas conferências e nas sessões comemorativas do *Centro Psychico*. Era nessas atividades que ocorriam os eventos de letramento religioso e por meio das quais pudemos observar como se dava a relação entre o oral, o gestual e a escrita. Para isso, foi necessário identificar o que se escrevia, como se escrevia e quem eram os protagonistas dessa escrita. No segundo momento, mapeamos quais foram os instrumentos utilizados na produção dessa escrita, destacando as formas de acesso e os usos. Foram utilizados como fontes de pesquisa atas, cartas, o Estatuto do Centro, livros de Kardec, o jornal *A Penna* e outros documentos que nos permitiram conhecer que escrita era produzida no Centro e quais as suas especificidades. A partir da premissa de que a escrita feita no *Centro Psychico* atendia a diversas e variadas funções, procuramos destacar a escrita mediúmica, além das escritas produzidas com o objetivo de prestar assistência social e espiritual e de difundir os saberes da homeopatia. Essas escritas foram importantes para se propagar a Doutrina Espírita, funcionando, portanto, como uma forma de proselitismo religioso, ou seja, uma estratégia para atrair novos adeptos.

Em primeiro lugar, é possível afirmar que dois tipos de suportes de escrita eram os mais comuns no cotidiano do Centro: as atas e as cartas. A leitura da documentação permite-nos afirmar que os associados compreendiam a relevância da escrituração para a existência legal da instituição, principalmente no que concerne à produção das atas, consideradas um documento jurídico, conforme explicitado na introdução deste trabalho. Por se tratar de uma

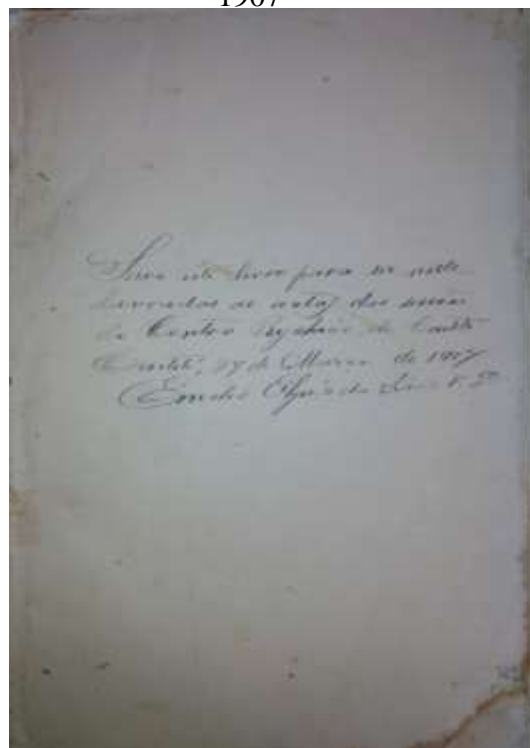
escrita manuscrita de cunho oficial, seguia as normas e as regras definidas para esse gênero textual, que traz uma síntese das discussões referentes à vida da agremiação.

Figura 03: Abertura do Livro de atas – 1907



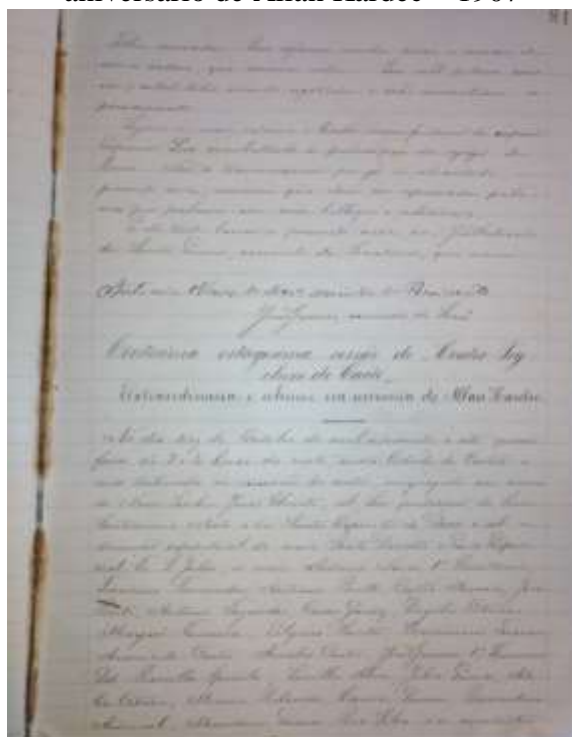
Fonte: Livro de atas.

Figura 04: Abertura do 4º Livro de atas – 1907



Fonte: Livro de atas.

Figura 05: Ata comemorativa do aniversário de Allan Kardec – 1907



Fonte: Livro de atas.

Normalmente, nas atas ordinárias que eram elaboradas no dia a dia, assinavam apenas o secretário, responsável pela sua redação, e o diretor ou outro membro da diretoria que estava encarregado de conduzir a reunião. Nas sessões solenes ou especiais, assinavam todos os membros presentes, especialmente as pessoas que tiveram os seus nomes mencionados na reunião. Uma das ocorrências que se dá no registro das atas trata-se da produção de rascunhos para que se fizesse o registro definitivo e oficial no livro. Nos rascunhos encontrados no interior dos livros de atas do Centro, constavam a data, nomes das pessoas presentes, principais pontos abordados na reunião, atividades de leitura realizadas, livros lidos; em alguns consta o valor da coleta do dia, etc. Esses rascunhos eram, pois, uma seleção dos pontos que o redator considerava relevante registrar e foram feitos com o objetivo de lembrar e impedir que as informações se perdessem. Na imagem abaixo, observa-se como era esse tipo de registro:

Figura 06: Rascunhos da escrita das atas (1929-1930)



Fonte: Livro de atas.

As imagens acima mostram como o suporte material de folha de papel era utilizado para fazer o rascunho das atas. Inicialmente, dividia-se a folha ao meio na vertical, transformando-a em

quatro partes, onde eram registrados os principais dados da reunião. Dos usos do papel, podemos concluir que a divisão em colunas e a utilização da caligrafia pequena revelam um aproveitamento criterioso do material. Os riscos feitos sobre as anotações, possivelmente *a posteriori*, alguns em formato de X, indicam, também, que os dados foram utilizados para a redação final das atas. Os documentos revelam, ainda, que era uma escrita feita com a intenção de exercer controle daquilo que era considerado importante, tanto para se preservar a memória ou história do grupo, quanto para atender as normas jurídicas da produção desse escrito.

As cartas também foram outro gênero textual de registro manuscrito utilizado como meio de comunicação. Elas cumpriram a função precípua de manter o contato não somente entre os sujeitos e o *Centro Psychico*, mas também entre a instituição e outros centros espíritas do País e do mundo. Esse gênero textual de caráter público assumiu formas discursivas distintas, com uma infinidade de usos. A prática de envio e recebimento de missivas remonta ao século XIX e se pautou nos valores da sociedade burguesa ocidental, na qual “refletir e falar sobre si tornou-se comum; enviar os resultados das programações a terceiros deu origem a uma cultura epistolar específica, codificada e submetida a regras de etiqueta” (MALATIAN, 2009, p.196). Nelas, além das informações e notícias, revelam-se as ações de cordialidade e gentileza que alimentam as redes de sociabilidade, principalmente em torno de uma comunidade de leitores.

Para compreender as funções da escrita no Centro, foi necessário definir as categorias de análise, apesar de se considerar que nessa escolha ocorre um certo grau de “arbitrariedade, na medida em que não são intrínsecas ao objeto, mas exteriores; não são contemporâneas a ele” (BATISTA; GALVÃO, 2009, p.36). Assim, as categorias contribuíram para organizar e sistematizar os dados da pesquisa de forma a torná-los objetivos para a análise e interpretação do problema proposto, sem perder de vista a complexidade, sem engessar nem limitar a análise do objeto.

Ao se pensar a “funcionalidade interna da escrita” (VIÑAO FRAGO, 1993) no Centro, interessa-nos identificar o que essa instância religiosa fez com a escrita, “como” e de que forma ela foi utilizada. A escrita cumpria apenas a finalidade proselitista? Ela conseguiu

expressar outras dimensões do seu cotidiano? Vejamos, então, quais foram algumas das funções¹²⁷ e os usos que a escrita teve no Centro.

3.1 Função mediúnica

Na Doutrina Espírita, a escrita mediúnica ocorre excepcionalmente por meio de uma manifestação espiritual, feita por intermédio de um médium, conforme já referido. Allan Kardec ([1861] 2003) define, no *Livro dos médiuns*, que os “medianeiros” têm uma aptidão para fenômenos de diversas ordens, fato que resulta em tantas variedades quantas são as espécies de manifestações. O codificador da doutrina considera que as principais manifestações são: “a dos médiuns de efeitos físicos; a dos sensitivos, ou impressionáveis; a dos audientes; a dos videntes; a dos sonambúlicos; a dos curadores; a dos pneumatógrafos; a dos escreventes, ou psicógrafos” (KARDEC, [1861] 2003, p.235).

No processo de produção da escrita mediúnica era necessário que se estabelecesse um ambiente de oração e concentração, para que acontecesse a manifestação dos espíritos, a qual poderia se dar por meio da incorporação dos guias¹²⁸ do próprio Centro ou de outros espíritos, no momento em que acontecia a comunicação,¹²⁹ ou também por meio da oralidade e de

¹²⁷ As categorias estabelecidas emergiram a partir da leitura e releitura das fontes. Inicialmente, buscava-se definir categorias que estavam diretamente relacionadas com a dimensão espiritual da doutrina, como mediúnica, assistência social, homeopática. Entretanto, no decorrer das leituras, ficava nítido que, além das funções vinculadas à dimensão espiritual, a escrita desempenhou, também, outras funções que foram significativas para o grupo, considerando a recorrência com que apareciam nas atas. Assim, houve a necessidade de se definirem outras categorias. Para tanto, tomou-se como critério de definição para a ordem de classificação o quantitativo de vezes em que apareciam nas atas. Assim, foram nomeadas civil e pessoal, normativa, formação de redes de publicações entre os periódicos, política e administrativa ou contábil. Deve-se ressaltar que essas categorias não são vistas, aqui, como uma condição fixa, nem como expressão verdadeira da realidade. No entanto, a sua definição e análise auxiliaram-nos a compreender que tipo de escrita foi produzida pelo/no Centro.

¹²⁸ Augusto foi o nome de um dos primeiros espíritos que se manifestaram, dizendo que ali estava mandado por Cristo, portanto, a partir daquele momento seria o guia espiritual do Centro (ACTA, 13/01/1906). Posteriormente, manifestou-se o espírito Sta. Júlia, revelando sua condição de Guia Geral (ACTA, 27/03/1906). Além desses, o Centro tinha outros guias, a exemplo de Aristides Spínola, que, após a sua morte em 1926, tornou-se, também, guia da instituição.

¹²⁹ Cavalcanti identifica a sessão mediúnica como um “ponto de encontro entre o Mundo Visível e o Mundo Invisível. Nela o invisível se toma visível através dos médiuns e de suas diferentes mediunidades” (CAVALCANTI, [1983] 2008, p.103). Esse ponto de encontro entre o mundo visível e o invisível comumente é expresso e materializa-se por meio da escrita mediúnica, como também pela oralidade e outras formas de comunicação. Ao descrever a realização da sessão mediúnica e sua forma de organização espacial, a autora comenta que em toda sessão existe uma distinção entre os médiuns que se sentam à mesa e os de sustentação. Os últimos costumam sentar-se em cadeiras mais afastadas, geralmente são iniciantes. Já os médiuns que se sentam à mesa são os que receberão os espíritos através da psicografia e da psicofonia. Quanto aos de sustentação, informa que eles permanecem a maior parte do tempo em oração, pois são encarregados de manter um clima de paz e amor no ambiente, emitindo vibrações positivas (CAVALCANTI, [1983] 2008, p.103). A autora destaca ainda que a sessão, como um ritual, compõe-se de três momentos distintos, sendo o primeiro voltado para a psicografia. Sobre o desempenho do médium nesse processo, diz que eles “permanecem eretos com o lápis na mão pousada sobre o papel. Imóveis, com os olhos cerrados, prontos para escrever. O transe inicia-se às vezes

práticas gestuais. Alguns médiuns em algumas situações escreviam com certa facilidade; em outros, as manifestações podiam ocorrer em meio às tensões e conflitos com os espíritos, o que poderia dificultar o ato de escrever dos médiuns. Essas duas situações podem ser percebidas nos seguintes relatos:

O Medium escreveu desembaraçadamente uma pagina e continuou em seguida [...] começou a ler e, subitamente, foi apossado por um espirito que fel-o erguer-se do choque e denunciar que tratava-se de uma mystificação da medium, revelando a falsidade das pretensas manifestações em termos energicos, e rasgando-a (ACTA, 08/06/1906).

O relato revela aspectos particulares da doutrina ao trazer questões sobre a disputa entre as “manifestações espirituais”, possibilitando-nos, além disso, conhecer as condições de produção dessa escrita. Ao explicar o ocorrido, o redator demonstrou como se davam as manifestações mediúnicas durante a produção da escrita e revelou que os embates e atritos não se restringiam apenas ao plano terreno, mas estavam presentes e se manifestavam, também, no plano espiritual.

Essas tensões exteriorizavam-se no médium que recebia um espírito obsessivo, parecendo ser condição passível de ocorrer, conforme consta no *O livro dos médiuns*: “tais efeitos demonstram sempre a presença de Espíritos imperfeitos” (KARDEC, [1861] 2003, p.256). Elas são reveladas, também, por meio dos gestos e comportamentos que podem ser materializados fisicamente, como mostra o relato: “ao terminar cahiu exausto sobre a cadeira passando por momentos de grande sofrimento que felizmente passou com auxilio e protecção de nossos santos Guias e Protectores” (ACTA, 08/06/1906). Apesar de conter poucos detalhes, esse relato revela as tensões provocadas por espíritos em sofrimento no momento da manifestação espiritual na qual se dava a escrita mediúnica.

No *Centro Psychico* o processo de produção dessa escrita demandava uma organização e estruturação espacial, conforme demonstra o longo relato feito pelo diretor:

com uma ligeira alteração no ritmo respiratório: uma inspiração mais profunda ou respirações mais rápidas. A mão começa a movimentar-se. Escuta-se no silêncio o ruído do lápis deslizando no papel e o tique-taque do relógio de parede. A dirigente pode ou não fazer uma prece. Os médiuns de sustentação circulam, dando passes nos demais. Alguns escrevem muito, alguns pouco, outros nada. Passados uns 15 minutos, a dirigente orienta os médiuns para irem ‘se desligando’. O segundo momento é voltado para a psicofonia; comenta também que a transição de um momento a outro é marcada pela oração. Na segunda fase, podem ocorrer até três manifestações simultâneas, e o terceiro momento identifica-se como o encontro com o mentor, que pode não acontecer necessariamente, mas apenas uma aproximação espiritual; alguns médiuns descrevem esse momento como de paz, amor e tranquilidade” (CAVALCANTI, [1983] 2003, p.103).

Collocamos no centro da sala a mesa especial que mandamos fazer para esse fim, de forma elyptica, um pouco alongada. Em torno d'esta mesa formamos o primerio circulo ou circulo interno. Ficando collocados nos dous extremos, em frente um do outro, a medium D. Priscilla Spínola e o medium Herminio Teixeira, – os dous mediuns praticos escreventes do nosso centro; – do lado direito da medium, tomaram logar tres mediuns praticantes; do lado esquerdo do medium, ficaram mais tres praticantes (...), ficando assim completo o circulo interno, com seis mediuns principiantes e dous praticos, todos em numero de oito. Em torno d'este circulo tomaram parte todos os socios presentes (...) De mãos em torno da superficie da mesa, a corrente fluidica... Depois de encerrados os trabalhos, foi preciso que se retirassem da sala a maior parte dos socios, para que, diminuindo a força das correntes fluidicas, pudessem despertar o medium Antonio Britto, que afinal voltou ao seu estado normal (ACTA, 09/08/1907).

Esse relato reporta-nos aos tempos iniciais do Espiritismo, em que um grupo restrito de praticantes se reunia em torno das mesas volantes para testarem a emissão dos fluidos energizantes (DEL PRIORE, 2014). Pode-se observar, também, que nas reuniões que aconteciam no *Centro Psychico* os médiuns escreventes ocupavam os lugares estratégicos nas extremidades da mesa, e em torno deles sentavam-se os médiuns praticantes, seguidos dos demais membros. Isso evidencia a configuração do espaço para a produção da escrita mediúnica e revela que as relações entre os médiuns escreventes e os praticantes estão perpassadas pela hierarquização e pelas relações de poder, embora estejam todos em torno de uma mesa.

A necessidade de o Centro dispor de mais médiuns, especialmente o receitista, levou alguns membros a propor a criação de uma escola¹³⁰, que seria um espaço destinado exclusivamente ao exercício da mediunidade. No entanto, essa proposta enfrentou algumas dificuldades para a sua concretização. Sobre a formatação dessa escola, uma mensagem espiritual orientava:

[...] Deveis trabalhar e fundamentar a escola dos mediuns, mas nessa escola não devem todos fazer parte, não zanguemos com o nosso pobre guia, mas, ha entre vós, muitos que não comprehendem ainda o seu dever nas sessões. Essa sessão de mediunidade, poderá ser em qualquer dia designado por vós e nelas poderá adquirir mediuns receitistas, que farão a caridade aos seus irmãos soffredores [...] (ACTA, 15/08/1919).

¹³⁰ No Rio de Janeiro, quando Bezerra de Menezes propôs, em 1890, a criação da Escola de médiuns, o objetivo era formar os próprios ‘sacerdotes’ espíritas, necessários e responsáveis pela propaganda do Espiritismo em terras brasileiras, além de buscar um “método de salvação capaz de produzir o auto-aperfeiçoamento”. Assim, a mediunidade tornava-se um meio de salvação espírita, devendo, entretanto, pautar-se por alguns princípios como, por exemplo, “ser mais educada”. A utilização desses recursos visava, sobretudo, produzir uma mediunidade “de modo a se distinguir propositalmente dos êxtases das religiosidades indígenas e afro-brasileiras, um método planejado era caminho certo e indispensável (ARRIBAS, 2010, 263-264). Vê-se que os espíritas buscavam, então, adotar modos e práticas de mediunidades mais “polidas”, “controladas” e “instruídas”, de forma a conferir certa “distinção” às suas práticas e gestuais, se comparadas às outras formas de manifestações espirituais existentes no campo religioso brasileiro.

Durante uma sessão no Centro, após a leitura e explicação de partes de *O livro dos espíritos* e *O livro dos médiuns* de Kardec, o diretor e outros membros propuseram: “devíamos todos experimentar se desenvolvia entre nós alguma mediunidade, mesmo aquelles que já tivessem feito sem conseguir resultado, pois que entre nós era possível apparecer um bom medium” (ACTA, 17/02/1910). O incentivo para a prática da mediunidade por meio da escrita justificava-se, pois, de acordo com Kardec, “para o médium, a faculdade de escrever é, além disso, a mais suscetível de desenvolver-se pelo exercício” (KARDEC, [1861] 2003, p.255). A fala de Kardec ratifica a condição da escrita como uma habilidade que “se aprende”, portanto ela pode ser adquirida por meio de exercícios contínuos e sistemáticos. A seguir, explicita-se o modo como eram as práticas da escrita na escola de médiuns:

Em conformidade com o conselho que nos deu o nosso Mestre e Guia invisível, tomaram papel e lapis diversos dos presentes para experimentarem a mediunidade. Nada conseguiram escrever, excepto o confrade Antonio Britto, que já [havia] praticado e obteve a seguinte mensagem escripta: ‘A minha opinião é que deveis fazer em dias particulares esses exercicios, é justo que façam, porem em dia designado para este fim. Convem todos os vossos confrades e os assistentes tambem experimentar, pois pode ser que alguns tenham boas faculdades. Experimentar com vontade e firmeza. Podereis vós mesmos designar um dia da semana para estes exercicios ou, melhor, fazer escolas de mediuns, porem com grande criterio, pois do contrario, vós bem sabeis... Os vossos exercicios não devem ser de mais de meia hora, e em hora certa (ACTA, 09/05/1916).

Na perspectiva de orientar os trabalhos formativos da escola dos médiuns, o guia espiritual destacou a necessidade de se entender o que é e qual o sentido da mediunidade:

A mediunidade, meus bem amados, é uma coisa sublime. Mas vós ignoraes o que é medium. Medium é o medianeiro entre os espiritos e os homens, portanto, se este medium é bem intencionado, poderá atrahir bons espiritos que venham dar os seus conselhos. Esses espiritos são os transmissores da santa doutrina de Jesus que ha dois mil anos foi trazida para vós, por isso é preciso que haja de nossa parte bôa vontade e muita concentração, pois só assim baixarão entre vós estes espiritos para vos doutrinar (ACTA, 15/08/1919).

A fala do guia demonstra que o médium se encontra numa posição hierárquica elevada em relação aos demais membros da instituição, considerando que ele possui a capacidade ou dons de fazer a mediação com os espíritos, seja por meio da fala, da escrita ou de outros modos de comunicação. Na mesma direção, *O livro dos médiuns* diz: “Todo aquele que sente, num grau qualquer, a influência dos Espíritos é, por esse fato, médium. Essa faculdade é inerente ao homem; não constitui, portanto, um privilégio exclusivo” (KARDEC, [1861] 2003, p.234). Allan Kardec afirma, ainda, que “raras são as pessoas que dela [mediunidade] não possuam

alguns rudimentos. Pode, pois, dizer-se que todos são, mais ou menos, médiuns” (KARDEC, [1861]2003, p.234). Entretanto, Kardec ressalta que, comumente, para que a pessoa seja qualificada como médium, é necessário que a sua “faculdade mediúnica se mostre bem caracterizada e se traduza por efeitos patentes, de certa intensidade, o que então depende de uma organização mais ou menos sensitiva” (KARDEC, [1861]2003, p.234).

As mensagens mediúnicas que teriam sido recebidas no Centro destacavam que o médium devia: “estudar muito a si mesmo a fim de conhecer quando está influenciado por um espírito das trevas; e por que isso acontece? Porque se não estuda; não compreende” (ACTA, 20/01/1914). Segundo as orientações, o estudo é relevante para os médiuns, pois são eles que recebem as mensagens, portanto “devem estudar muito desde o A, B, C a fim de compreender os phenomenos de escrita e da falla (...)” (ACTA, 20/01/1914). Conforme evidencia a mensagem espiritual, a oralidade e a escrita são fenômenos de fundamental relevância no desenvolvimento da mediunidade.

Na escola de médiuns, com o intuito de desenvolver e estimular a mediunidade em outras mulheres, foi iniciado um grupo de cinco senhoras no exercício dessa escrita. Do desempenho do referido grupo, consta: “Apezar de estarem com muito pouco desenvolvimento e pratica nos trabalhos da escripta, escreveram com bem rapidez [algumas] e com algum trabalho se distinguia uma ou outra palavra; pelo que deram lisonjeiras esperanças” (ACTA, 25/01/1907).

Com relação à qualidade da escrita mediúnica, o trecho transcrito na ata nos diz: “Muitas vezes o mediun escreve mal e nós attribuímos a elles a causa, quando ella está em nossa falta de concentração, no meio máu [...]” (ACTA, 05/12/1916). Ao que tudo indica, a mensagem mediúnica atribui apenas às condições propiciadas pelo ambiente a responsabilidade sobre a qualidade dessa escrita, visto que nela interferiam e até definiam a sua qualidade. Parece que, de alguma forma, o espírito quer censurar o comportamento de determinados adeptos e, assim, omite a participação dos guias no processo da escrita.

O *Centro Psychico* contou desde o início com a presença de sujeitos envolvidos na produção da escrita mediúnica. Entre as mulheres¹³¹, distinguiram-se as médiuns Priscila Spínola¹³² e Eponina Gumes, entre outras. Com relação aos homens que atuaram na fase inicial do Centro,

¹³¹ Com relação à participação feminina no Espiritismo no início do século XX, ver Santos (2017) e Brito (2013).

¹³² Sobre Priscila Spínola, ver capítulo 1.

destacam-se: Antônio Neves, Virgílio Cotrim e Antônio Brito. Vejamos a atuação de alguns desses sujeitos responsáveis pela produção da escrita mediúnic.

Sobre a participação da médium Priscila Spínola consta que ela “prestou relevantes trabalhos mediúnicos” nos anos iniciais de funcionamento do Centro, juntamente com Antônio Neves. A ausência de um dos médiuns às sessões prejudicava a realização dos trabalhos “práticos”; daí a necessidade de incentivos para que outros adeptos da doutrina também pudessem trabalhar e desenvolver a sua capacidade mediúnica. A ausência de Priscila Spínola chegou a ser lamentada por um dos guias espirituais:

Mais uma vez fez-nos ver o nosso Santo Protetor e Guia que a ausencia da medium D. Priscilla perturbava e cortava as correntes fluidicas privando-nos de recebermos uma elonquentissima lição; que se tivéssemos fé, bastante amor, se fossemos unidos, caridosos e abandonassemos os vicios conseguiriamos, mesmo assim, obter bases e resultados, mas os nossos crimes e vicios nos vedam de receber os santos ensinamentos dos espiritos (ACTA, 24/07/1906).

No que diz respeito à presença feminina no Espiritismo, Kardec preconizou que, “se a igualdade de direitos da mulher deve ser reconhecida em algum lugar, com certeza deve ser entre os espíritas e a propagação do espiritismo impulsionará infalivelmente a abolição dos privilégios que o homem se arrogou pela lei do mais forte” (KARDEC, 1862, p.93-94 *apud* AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990]2009, p.96). O posicionamento de Kardec revela a influência do pensamento moderno e liberal do século XVIII, que defendia direitos iguais para as mulheres, especialmente as ideias de Comenius, Rousseau e Pestalozzi, de quem ele era discípulo. Estudos como os de Silva (2009) e Prata (2016) mostram que a participação das mulheres nas questões sociais foi uma das contribuições do Espiritismo para a cultura no Brasil, visto que, diferente de outras religiões que se organizam de forma hierárquica, na Doutrina Espírita as mulheres assumiram a direção dos centros, principalmente nas cidades interioranas.

No *Centro Psychico de Caetité*, as mulheres estiveram presentes, embora algumas vezes tenham sido invisibilizadas, como, por exemplo, na sessão de sua fundação, em 1905; conforme visto, na ata não houve referência à presença feminina. O registro dessa participação aconteceu somente a partir da 15ª sessão, uma vez que o secretário comunica que se achavam presentes na condição de assistentes Júlia e Laura Gumes, ambas filhas do secretário João Gumes. Nas atas registram-se primeiro os nomes dos homens presentes à reunião, seguidos dos nomes dos assistentes e, por último, das “excelentíssimas Senhoras”. A

configuração do lugar que os nomes femininos ocupam nas atas revela, de algum modo, os valores de uma sociedade que se pautava pelas práticas patriarcalistas. Diferentemente da situação de Caetité, as mulheres estiveram presentes na fundação da Federação Espírita Brasileira, no Rio de Janeiro, em 1883. Essa participação “prefiguraria a importância do papel que o sexo feminino teria na propagação posterior, mas, sobretudo, na ação cotidiana de benemerência [...]” (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990]2009, p.96).

Outros estudos, como os de Leite (2004) e Ribeiro (2009), evidenciam que historicamente a religião estabeleceu a relação entre a figura feminina e as virtudes naturais; entre essas, destaca-se a caridade, como uma forma de justificar os “papéis sociais convenientes” que foram atribuídos à mulher. Em Caetité, a função caritativa contou com a participação das mulheres, especialmente as da elite, a exemplo de Celsina Teixeira, que era católica e foi responsável por fundar e dirigir a “Casa de Caridade”. Como ela informou, a instituição tinha como finalidade prestar assistência aos “pobres, “enfermos” e “desvalidos”, ressaltando ainda que “[...] quasi todos os dias mandamos aviar receitas para os doentes pobres, e sempre estamos auxiliando com esmolas avulsas em din^o e roupas a mto. pobrezinhos que procuram a nossa associação”¹³³. No *Centro Psychico*, as mulheres desempenhavam, também, a dimensão caritativa e formativa, além de serem responsáveis pela organização e estruturação do seu espaço, principalmente no que se refere à confecção dos livros de escrita¹³⁴. Vê-se que o envolvimento da mulher com as ações de caridade fez parte dos “papéis sociais” que lhe foram histórica e culturalmente atribuídos, independentemente do pertencimento religioso, econômico, social e cultural.

Por sua vez, no que se refere à atuação de médiuns homens, destaca-se a figura de Virgílio Cotrim, que exercia a mediunidade por meio da fala. Sobre a sua biografia, como vimos no Capítulo 1, as informações restringem-se apenas às que estão nas atas. Não sabemos afirmar, por exemplo, qual o seu grau de escolaridade. Entretanto, pode-se dizer que sabia assinar o seu nome e teve intensa participação nos eventos de letramento no Centro, sobretudo nas conferências e nas sessões comemorativas. Acreditamos que, na condição de médium falante, Virgílio Cotrim aperfeiçoou a oralidade, visto que, nas atas, ele aparece sempre associado ao pronunciamento de discursos bem elaborados, como na sessão comemorativa do nascimento de Kardec, quando Virgílio Cotrim teria falado “[...] sobre o natal de Allan Kardec. Inspirado

¹³³ Celsina Teixeira. **Carta para o conselheiro Bráulio Xavier**. Caetité, 01/04/1929. APMC. Fundo: Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira, Grupo: Celsina Teixeira Ladeia, Série: correspondências, caixa:01, maço:01, número: 45.

¹³⁴ Informações obtidas a partir de conversas informais com descendentes da família de João Gumes.

como sempre, o medium Virgílio produziu um bellissimo discurso homenageando o lúcido espirito do mestre” (ACTA, 03/10/1921).

Em outros momentos, Virgílio Cotrim apresentava-se sempre propondo questões para a melhoria do funcionamento da instituição. Acreditamos que ele vivenciou intensamente a produção da escrita no Centro, fato que lhe permitiu apropriar-se da leitura e da escrita nos eventos de letramento. Para entender a vivência do médium com as culturas do escrito na agremiação, retornamos à citação de Chartier para quem “cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do livro que recebe” (CHARTIER, 1998, p.19). Chartier propõe que sigamos Michel de Certeau, para quem “o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção – uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção” (CHARTIER, 1998, p.19). Pode-se pensar que Virgílio, a seu modo, se apropriou das práticas do escrito e lhes tribuiu sentidos, obviamente a partir dos pressupostos estabelecidos pela doutrina, fato que pode ser observado tanto por meio das atas, como pelas publicações que realizava no jornal *Lux* – essas ações demonstram que ele foi atuante na instituição até falecer, em 1925.

A seguir, apresentamos escritas mediúnicas produzidas no *Centro Psychico*, no início do século XX.

Figura 07:

Escrita mediúnic (1907)



Fonte: Livro de receitas e despesas.

Figura 08:

Escrita mediúnic (1909)



Fonte: Livro de receitas e despesas.

Figura 09:

Escrita mediúnic (s/d)



Fonte: Livro de receitas e despesas.

A primeira escrita é de 08/10/1907; a segunda é de 17/08/1909 e a terceira não tem data. Pode-se observar que cada uma delas possui um modelo de grafia diferente das outras, podendo-se ver diferenças até em uma mesma mensagem. Infere-se que as variações e alterações na grafia das escritas mediúnicas devam-se às diferentes situações a que o médium estaria sujeito no momento de sua produção. O *Livro dos espíritos* de Allan Kardec adverte sobre esse tipo de ocorrência: “ocorre uma mudança radical na caligrafia, conforme o Espírito que se manifesta; porém, cada vez que o mesmo Espírito retorna, sua escrita se reproduz”. (KARDEC, [1857] 1999, p.17). Informa ainda que a caligrafia de pessoas mortas há pouco tempo, no geral, costuma permanecer semelhante à que elas tinham quando estavam vivas, de forma que a escrita contribui para identificar o possível espírito que se manifesta. Assim, na escrita mediúnica a constância de um tipo de caligrafia é uma das condições que permitem identificar a sua possível autoria¹³⁵.

A psicografia é considerada como parte do conjunto de crenças e práticas que se inserem no campo restritamente religioso. As mensagens e os textos provenientes desse processo são resultado da ação conjunta de médiuns e dos espíritos que encaminham mensagens de cunho religioso ou de edificação moral (SOARES, 2016). Nessa produção, o médium pode recorrer ao uso de caracteres distintos e a estranhos movimentos gestuais, conforme relato que descreve a manifestação. Um exemplo desse tipo de ocorrência é o de um espírito sofredor que se utilizava também da linguagem matemática para se expressar: “[...] escrevia algarismos e fazia contas [...] Advindo [ilegível] n’isso falava, fazia calcular, lastimava sem prestar atenção em outros assumptos [...]” (ACTA, 31/07/1906). Segundo o relato, o médium escrevia rapidamente, colocando entre palavras algarismos e cálculos. Os gestos e os movimentos bruscos de inquietação demonstravam algum nível de sofrimento. Ainda conforme o relato, ele “exaltava-se, rasgava papeis, dava pancadas na banca, procurava ocultar dinheiro, trancar; mostrava temer ladrões, examinava todos os recantos; falava [...]” (ACTA, 31/07/1906).

Na produção da escrita mediúnica, o médium responsável por receber a mensagem e por transformá-la em texto escrito pode, também, receber outras comunicações enviadas por diferentes guias espirituais, como se observa nas escritas mediúnicas assinadas por Augusto, Santa Júlia, Lux e outros, conforme mostrado anteriormente. Nesse caso, os nomes referem-se aos guias que acompanhavam e orientavam os trabalhos do Centro.

¹³⁵ A autoria do texto psicográfico será abordada no próximo capítulo.

Na escola para médiuns do *Centro Psychico*, destacou-se a figura emblemática de Rosa Silva. Apesar de ela não ter conseguido desenvolver a escrita mediúnica, sua história permite conhecer melhor as relações envolvendo a leitura e a escrita no espaço da agremiação¹³⁶. Rosa foi admitida como sócia da instituição em 1907. Ao efetivar seu ingresso como membro do *Centro Psychico*, ela deveria assinar o próprio nome na ata da reunião que consta da sua admissão. Esse ritual ratificava a adesão de novos membros à sociedade. No entanto, no espaço designado em ata para a sua assinatura, registra-se: “[...] sendo que a neophita Rosa Silva, não sabe escrever, assigno eu, secretario, que sou seu filho (Emilyo Elisio da Silva), a pedido da minha mãe Rosa Angelica de Jesus e Silva” (ACTA, 18/06/1907).

Interessante considerar que o fato de Rosa não ter o domínio da escrita não inviabiliza a sua participação no Centro. Ao contrário, da leitura das atas depreende-se que ela era assídua e atuante, seja transmitindo, informando ou justificando a ausência de confrreira, seja na condição de paraninfa de criança recém-nascida. Nessa situação, no dia do comunicado, também era exigida a assinatura do nome em ata. Como não sabia escrever, registrou-se: “E como D. Rosa Silva não saiba assignar, pediu a confrreira Maria da Conceição Rebouças que por ela assignasse” (ACTA, 31/08/1917).

A falta de domínio da escrita também não a impediu de participar da escola de médiuns. Sobre o seu desempenho nessa escola, registra-se: “a socia Rosa Silva tem feito exercicios mediunicos e que nada conseguiu alem de traços e rabiscos desarranjados” (ACTA, 11/02/1913). Pode-se dizer que a insuficiente habilidade com a escrita não a desestimulou de prosseguir com os exercícios, conforme o registro: “Tomaram papel e lapis, os praticantes Rosa Silva e Antonio Britto, por este ultimo manifestaram diversos espiritos nos saudando pela resolução que tomamos para a vida do ‘Centro’ [...]” (ACTA, 20/08/1915). A repetição de exercícios parece ser um método comum nas diferentes práticas religiosas. Essa foi a constatação feita por Street (2014) ao estudar uma comunidade rural do Irã, nos anos de 1960 e 1970. Em sua pesquisa, Street percebeu que os fundamentos do letramento local se davam

¹³⁶ Diferentemente da experiência de Rosa Silva, em que a instância religiosa foi o espaço responsável por aproximar e intensificar o seu contato com as culturas do escrito, existem casos em que a instância religiosa não potencializa essa ação. Vejamos, por exemplo, o estudo realizado por Galvão, Jinzenji e Queiroz (2013) sobre as instâncias que favoreceram a socialização do escrito nos primeiros anos da trajetória de vida de mulheres provenientes dos meios populares. A pesquisa revelou que a família, a escola e o espaço urbano funcionaram como agentes de letramento e em diferentes medidas colaboraram para a participação dessas mulheres nas culturas do escrito. Sobre a participação dessas mulheres na instância religiosa, as pesquisadoras relatam que a presença da religião, “embora intensa na socialização das mulheres, também não se revelou como um agente significativo de promoção do letramento” (GALVÃO; JINZENJI; QUEIROZ, 2013, p.12).

por meio do conhecimento básico do Corão feito através de exercícios de repetição destinados aos alunos menores.

Além da atuação constante na prática dos exercícios na escola de médiuns, Rosa Silva esteve presente em momentos relevantes da vida da instituição, que foram marcados pela intensa produção da escrita, como, por exemplo, o ato da redação final do estatuto da entidade. O documento ratifica a sua participação, por meio da frase que a identificava: “A pedido de minha mãe Rosa Silva, por não saber ler nem escrever” (ESTATUTO DO CEAS, 05/06/1928). O uso da expressão “por não saber ler nem escrever” como forma de identificá-la pode ser associado a uma prática do pensamento oral, visto que ele utiliza termos ou “epítetos” que associam os sujeitos a determinadas condições ou características, o que revela, de certa forma, uma marca da oralidade presente no texto escrito. Segundo Ong (1982), o pensamento oral caracteriza-se pela repetição do “já dito”; no caso de Rosa Silva, por exemplo, os membros do Centro tinham conhecimento de que ela não sabia ler nem escrever. Ainda, assim, as atas mencionam reiteradas vezes a sua condição.

Os relatos sobre Rosa Silva aos quais tivemos acesso são parcos e esparsos, mas não podem ser ignorados. Merece destaque, sobretudo, o fato de ela ter participado de um centro espírita que, *a priori*, era acessível apenas a pessoas que tivessem algum domínio da leitura e da escrita, embora na época não saber ler nem escrever fosse a condição da maior parte da população de Caetité e do Brasil, conforme demonstraram os dados do censo. Deve-se ressaltar, portanto, que o caso dessa associada contribui para desconstruir o mito do letramento – de acordo com Harvey Graff (1990), o analfabetismo é “profundamente mal entendido” (GRAFF, 1990, p.32), pois o entendemos e o vinculamos à condição precípua para o progresso e o desenvolvimento, e condenamos o iletrado a condições pouco prováveis de sucesso. Para sujeitos como Rosa Silva, com pouco ou quase nenhum domínio da leitura e da escrita, fazer parte de um grupo formado por pessoas com níveis diferentes de participação na cultura escrita conferia certo respaldo ao grupo, no sentido de trazer outros sujeitos que se encontravam em condição semelhante à de Rosa. Isso mostra, também, que ela se utilizou de outras “táticas” para manter e preservar essas relações sociais¹³⁷ que, embora fossem hierárquicas, no sentido de que alguns sabiam ler e escrever e outros não, na verdade não eram dicotomizadas. O fato demonstra, ainda, a forma ativa e autônoma como as pessoas “se

¹³⁷ Estudos como o de Galvão (2006) mostram como é complexa a relação entre indivíduos e grupos sociais e a cultura escrita, visto que, tradicionalmente, os discursos que foram produzidos sobre os grupos vinculados à oralidade tendiam a homogeneizá-los, quando, na realidade, esses grupos buscavam táticas e formas particulares de participação em práticas de letramento, como, por exemplo, no cordel.

apoderam” de um modo específico de letramento e o utilizam em suas convenções orais, mas não como mero processo de imitação e repetição. Assim, a presença e a participação de Rosa no Centro evidenciaram que a cultura escrita e a cultura oral repercutem uma na outra sem constituírem esferas divergentes da linguagem.

O domínio da escrita não parecia ser uma condição limitadora para uma pessoa se tornar um/uma médium escrevente. Uma mensagem recebida de um dos guias do Centro pelo médium falante Virgílio versa sobre a maneira pela qual os médiuns traduzem, por escrito, os pensamentos dos espíritos que entram em contato com eles:

Se o medium não fôr instruído, a comunicação – sahirá eiváda de erros grammaticaes. Mas nós não devemos nos apegar a taes veleidades e sim encarar nos dictados que recebemos dos nossos guias e amigos o seu fundo moral. Muitas vezes vêm-nos communicados n’uma linguagem muito empoláda e cheia de palavras bonitas, mas quem fôr ater-se ao seu fundo de verdade nada encontrará que possa ser aproveitado. É verdade que se o medium fôr preparado nas letras os espiritos encontrarão mais facilidade em se exprimirem. Todas as vezes que recebemos communicados com erros de gramatica, devemos passal-os á limpo concertando taes erros e depois estudal-os com interéssse áfim de vermos se elles têm algum valor moral. Fála longamente neste assumpto (ACTA, 11/04/1924).

A partir da mensagem espiritual, observa-se que ter o domínio da escrita¹³⁸ não era condição básica para se tornar um médium escrevente, apesar de que o seu domínio facilitaria ao médium o processo de registro da mensagem. Tendo em conta que o nível de letramento não determina a condição da mediunidade, Lewgoy (2000) diz que, no ato da produção da escrita psicográfica, é um “Outro que se insinua transcendendo a individualidade do médium em momento de ‘inspiração’” (LEWGOY, 2000, p.40). O autor destaca também que a “produção de mensagens nada tem de expressão desregrada espontânea de estados da alma, mas inscreve-se numa experiência ritualizada e codificada pela tradição kardecista” (LEWGOY, 2000, p.40). Sobre a escrita mediúnica, *O livro dos médiuns* reflete o seguinte:

De todos os meios de comunicação, a escrita manual é o mais simples, mais cômodo e, sobretudo, mais completo. Para ele devem tender todos os esforços, porquanto permite que se estabeleçam, com os Espíritos, relações tão continuadas e regulares, como as que existem entre nós. Com tanto mais

¹³⁸ Na Doutrina Espírita, há alguns casos de médiuns que não tinham domínio da escrita, mas ficaram mundialmente conhecidos, como Eusápia Paladino (1854-1918). Em nota, o jornal *Lux* noticia a morte da médium italiana, em 1918, a ela se referindo como “nascida do povo, mulher ignorante e analfabeta, taes eram as suas faculdades mediunicas que se tornou celebre nos annaes do Espiritismo colaborando com sabios da estatura de W. Crookes e outros para a demonstração da realidade dos phenomenos psychicos” (LUX, 23/08/1918, p.4). O tom da notícia parece indicar que os adjetivos atribuídos a Paladino como uma “mulher nascida do povo”, “ignorante” e “analfabeta” determinavam e definiam a sua condição. Nessa situação, essa mulher dispor do domínio da escrita é visto, portanto, como obra da mediunidade.

afinco deve ser empregado, quanto é por ele que os Espíritos revelam melhor sua natureza e o grau do seu aperfeiçoamento, ou da sua inferioridade. Pela facilidade que encontram em exprimir-se por esse meio, eles nos revelam seus mais íntimos pensamentos e nos facultam julgá-los e apreciar-lhes o valor (KARDEC, [1861]2003, p.255).

Na perspectiva de Kardec, a mensagem mediúnica escrita é a forma mais simples e completa de comunicação entre os que vivem na dimensão terrena e os que habitam outras dimensões. Ressalta-se também a relevância da materialidade do texto mediúnico, sobretudo porque permite que se evidenciem vários elementos do discurso presentes na mensagem recebida.

A escrita psicografada tem importância singular para o Espiritismo; por meio dela se orienta acerca de decisões a serem tomadas em prol da doutrina, em diferentes circunstâncias. Um exemplo disso é o do processo de instalação do Centro Espírita Paz dos Sofredores, em 1960, na cidade de Feira de Santana (BA), uma vez que o nome do Centro foi escolhido por meio de uma mensagem psicografada pela médium Petronília da Silva, que era considerada analfabeta (MORGADO, 2016). Embora ser alfabetizada pudesse facilitar o processo da psicografia, “a prática de escrever mesmo não tendo, aparentemente, conhecimento necessário para executá-lo se insere no rol de práticas mediúnicas valorizadas no Espiritismo” (MORGADO, 2016, p.66). Casos de pessoas que se tornaram médiuns escreventes, sem possuir o domínio da escrita, ficaram famosos e tiveram ampla repercussão, pois para os espíritas essa era uma forma de demonstrar a veracidade da doutrina.

Quanto a Rosa Silva, pode-se dizer, de acordo com os preceitos do Espiritismo, que ela não apresentava um nível de mediunidade que fosse suficiente para desenvolver a escrita. Entretanto, não se pode negar que o *Centro Psychico* possibilitou-lhe ampliar o seu convívio com as culturas do escrito. Tamanha proximidade contribuiu para que ela aprimorasse a habilidade da oralidade, fato que possivelmente teria concorrido para a sua longa permanência no Centro e, sobretudo, permitido a ela adquirir certa emancipação em relação ao meio social, condição assimilada, em parte, nas vivências com o grupo de pessoas letradas. Nessa perspectiva, Magda Soares (2006) informa que “letramento não é pura e simplesmente um conjunto de práticas individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 2006, p.72). Ao pensar as relações entre letramento e sociedade numa perspectiva ampla, acreditamos que os contatos e as trocas colaboraram para que Rosa Silva participasse dessa dimensão social do letramento.

Pode-se dizer que, no Centro, a escrita mediúnica foi um dos “bens simbólicos” responsáveis por aglutinar os novos adeptos na dinâmica do campo religioso espírita em Caetité, em função do seu “capital de autoridade”. A oferta dos bens simbólicos pelo Centro era uma forma de:

[...] lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um habitus religioso (BOURDIEU, 1992, p.57).

Assim, as mensagens que teriam sido obtidas por meio da escrita mediúnica buscavam imprimir nos adeptos os preceitos e valores da doutrina. Nessa direção, Bourdieu enfatiza, também, que o bem simbólico é o responsável por inculcar os princípios de uma representação religiosa dentro de uma visão política do mundo social. Segundo o autor, a produção do capital religioso depende de duas condições:

1 – da demanda religiosa e da oferta religiosa que as instâncias religiosas são compelidas a produzir e a oferecer. 2 – O capital religioso determina tanto a natureza como a forma em que são mobilizados os recursos da satisfação dos seus interesses religiosos (BOURDIEU, 1992, p.57).

Em Caetité, a procura dos sujeitos pelo amparo espiritual proporcionado pelo Centro Espírita é prova incontestável de que os “bens simbólicos” oferecidos, a exemplo da escrita mediúnica, agradavam especialmente àqueles que a eles recorriam em busca de auxílio e conforto físico e espiritual.

3.2 Função de assistência social e espiritual

As funções de assistência social e espiritual estavam presentes na produção escrita do Centro. Aqui vamos abordar dois aspectos dessa escrita, que são as ações de assistência caritativa e as de assistência espiritual desenvolvidas pela instituição. Na dimensão da função da assistência social, eram recorrentes os pedidos de auxílio financeiro e espiritual que chegavam ao Centro, como mostra o recebimento de uma carta enviada por uma senhora “honestas, na qual pede um auxílio semanal, por achar-se lutando com dificuldades para se manter” (ACTA, 17/02/1914). Em seguida, há o registro de que a instituição não podia assumir esse compromisso, visto “não ter o Centro rendimentos que bastem mesmo para as suas despesas, que consultava a casa a deliberar no assunto. Assentou-se que o director marcasse uma quantia, que desse uma vês ficando o Centro sem compromisso” (ACTA, 17/02/1914).

Quanto às ações caritativas da instituição e ao investimento de parte dos recursos adquiridos, alguns sócios sugeriram que deveriam investir na aquisição de materiais escolares para crianças cujos pais estivessem desprovidos de recursos financeiros, conforme o registro na ata:

Communicou o socio João Gumes que tendo entendido com o socio Otacilio Lima, projectou empregar parte dos recursos do centro para aquisição de roupas e livros para os meninos d'esta cidade que a falta de recursos dos seus paes impedia de frequentar as escolas publicas, começando-se com o preparo de um numero pequeno de crianças que se irá aumentando de accordo com os recursos obtidos pelo centro. Os socios abraçaram unanimemente o projeto como digno de ser instituido pelo Centro (ACTA, 15/03/1907).

Não foi possível verificar, pelas atas, ou mesmo no Livro de receitas e despesas do Centro, se o projeto teve continuidade, embora conste o registro de auxílio financeiro feito a famílias “carentes” da cidade. A opção por ajudar crianças a frequentarem a escola endossa a relação que existe entre o Espiritismo, a caridade e a educação escolarizada.

No que se refere à caridade, há o registro de uma manifestação espiritual obtida por meio do médium Virgílio Cotrim, apresentada pelo redator da ata como “explendido e instrutivo comunicado”, cujo tema era “Servir de pae aos orphãos”. Segundo o registro feito em ata, o médium falou longamente sobre a especulação que as pessoas fazem a título de caridade:

[...] tomam para criarem os pobres orphãozinhos, fazendo-os verdadeiros escravos. Aconselhou-nos, que, sendo como é, tomar-se á protecção de um pobre orphãozinho, numa verdadeira caridade, devemos tratá-los como se fossem nossos proprios filhos. Desenvolveu longamente esse assumpto, fez grandes explanações sobre a caridade [...] (ACTA, 05/04/1920).

Essa comunicação é provocativa, fazendo-nos pensar como eram tratadas as crianças adotadas pelas famílias caetiteenses e saber quais os serviços desempenhados por essas crianças. Pode-se especular ainda que a adoção parece ter sido uma prática regular na cidade, fato que justificava ter-se tornado tema de uma manifestação espírita em que se questiona a forma de se fazer caridade. Ao fazer alusão à adoção dos órfãos para tratá-los como escravos, de alguma forma a mensagem posicionava-se ao lado de um projeto social e político que circulava no Brasil republicano, buscando vincular a moralização da sociedade ao princípio espírita de "Progresso moral".

Os relatos das correspondências da família de Deocleciano Teixeira indicam que a adoção de crianças era uma prática comum em Caetité¹³⁹, no final do século XIX e início do XX. Essa prática podia ocorrer em função das constantes secas, uma vez que os pais costumavam emigrar para as grandes cidades, como, por exemplo, São Paulo, e entregavam os filhos aos cuidados de famílias com melhores condições financeiras. Havia, ainda, as crianças que ficavam órfãs¹⁴⁰. Sobre a situação desses meninos(as), Giane Carneiro (2011) afirma que as crianças eram entregues a famílias na condição de “adotadas” e ficavam sob os seus cuidados; deviam, portanto, retribuir os cuidados e os gastos despendidos com elas, desempenhando afazeres domésticos.

A função de assistência social não se restringiu apenas ao auxílio financeiro concedido às pessoas “carentes”. Ao Centro também eram direcionadas outras solicitações de contribuições, como mostra, por exemplo, um ofício recebido que fora “acompanhado de uma subscrição para serem angariados donativos para a construção do novo edifício da Escola de Directo, na Bahia” (ACTA, 08/10/1929). Esse registro permite constatar que as funções sociais desempenhadas pela instituição eram mais amplas, englobavam diferentes causas e não se circunscreviam à assistência de pessoas necessitadas da cidade de Caetité e região, mas chegavam à capital do estado e a outros tipos de organizações. Esse fato evidencia que o Centro paulatinamente adquiria reconhecimento e legitimidade junto a instituições diversas no Estado.

Na dimensão da função da assistência espiritual, também foram recorrentes as solicitações que chegavam ao Centro por meio de cartas. Estas geralmente tratavam de casos de pessoas que diziam estar “obsediadas”¹⁴¹, “possuídas”, necessitando, portanto, da intervenção espiritual dos médiuns para ajudá-las a resolver os problemas. Na maioria das vezes, tais pessoas encontravam-se “perturbadas mentalmente” e, em crises “convulsivas”, “se batiam”.

¹³⁹ As cartas que fazem parte do Acervo da família de Deocleciano Teixeira, e que se encontram no APMC. Elas descrevem as condições das crianças órfãs, relatam sobre sua adoção e o envio para orfanatos e conventos em Salvador. Com a fundação na cidade da Associação das Senhoras de Caridade (1919), por Celsina Teixeira, a referida Associação passou também a acolher crianças órfãs. Atualmente, tais serviços são prestados pela associação denominada “Lar das crianças Celsina Teixeira Ladeira”.

¹⁴⁰ No livro *Luz entre os Roseirais*, a memorialista Áurea Silva (1992), natural de Caetité, relata a sua experiência como criança que foi adotada por sua madrinha.

¹⁴¹ Para Calvacanti, no Centro a sessão de desobsessão é “considerada ‘o ponto alto dentro do grupo espírita’. Se todas as sessões são dirigidas pelo Plano Espiritual, a desobsessão o é totalmente, nela ‘mais do que nunca os médiuns assumem o papel de instrumentos’” (CAVALCANTI, [1983] 2008, p.113). Informa também que o trabalho dos médiuns consiste em buscar doutrinar esses Espíritos. Portanto, é necessário “ensinar-lhes alguns princípios e conduzi-los ao arrependimento. A desobsessão é um ‘trabalho de Socorro aos sofredores’. Ela é feita em nome dos obsidiados que procuram o centro. Seu alvo são os Espíritos obsessores” (CAVALCANTI, [1983] 2008, p.114).

Os pedidos de assistência espiritual eram provenientes da cidade de Caetité, Minas do Rio de Contas, Monte Alto, Guanambi, Bonito (Igaporã), Bom Jesus da Lapa e de outras cidades da região do Alto Sertão da Bahia.

Em reunião no Centro, o vice-diretor informou acerca de uma “consulta que lhe veio de Monte Alto, do professor Antonio Loureiro Alves, sobre um cretino que elle julga obsedado” (ACTA, 04/11/1921). É registrada então uma manifestação de Virgílio, um dos guias do Centro, informando:

Infelizmente, o espiritismo no nosso meio ainda não se acha bastante desenvolvido. Muitas vezes apparecem individuos com todos os symptomas de obsessão. O caso de que se trata a vossa consulta, é um d'estes, em que um espirito fraco sente-se desequilibrado. Para que os espiritos superiores venham até vós é preciso que tenhaes muita moral. Quando um espirito muito superior não póde baixar em nosso meio, manda outro que possa servir em seu lugar. O caso da vossa consulta nada tem com o espiritismo. Estes que fazem sessões espiritas onde se reúnem scepticos, para experiencias, estão muito sujeitos a serem obsedados. Deveis aconselhar-lhes para estudarem primeiro o espiritismo, e depois reunirem-se em sessões espiritas (ACTA, 04/11/1921) (grifos nossos).

A mensagem emitida pelo guia repreende a realização de tais práticas, pois, segundo argumenta, as pessoas envolvidas não possuíam o devido preparo espiritual. A orientação revela também não reconhecer o fato como resultado de uma comunicação mediúnica e assim afirma: “O caso da vossa consulta nada tem com o espiritismo” (ACTA, 04/11/1921). Esse posicionamento procura assegurar que o Centro buscasse se distanciar de práticas espirituais não fundamentadas no estudo dos princípios da Doutrina Espírita.

Um outro tipo de solicitação aos guias espirituais do Centro referia-se aos “phenomenos espiritas que se dão em Bonito na residencia do Coronel Joaquim Fagundes” (ACTA, 09/05/1922). Após a solicitação feita pelo sócio Sadi Gumes, o vice-diretor pediu que os presentes na sessão se concentrassem, a fim de que os guias pudessem se manifestar. Assim teria se manifestado um guia: “Se os phenomenos se dão, é porque alli existe um medium, certamente. Dizei-lhe que se reúna com duas ou três pessoas da sua familia e faça uma sessão, perguntando ao espirito o que deseja. Recomendai-lhe muita união de pensamentos” (ACTA, 09/05/1922). A resposta obtida por meio da manifestação espiritual indica tratar-se de pessoa, na residência do coronel, que possui a mediunidade num grau mais avançado.

Da cidade de Guanambi houve uma solicitação de auxílio espiritual feita ao médium Virgílio Cotrim pelo sócio Mário Spínola Teixeira. Este pede para “evocarmos nesta sessão um

espírito que de ha muito perségue uma pobre velha em Guanamby. Apresenta-se tambem Maria de Tal que deseja saber a razão de seu sofrimento” (ACTA, 22/04/1924). A resposta foi registrada como manifestação de um espírito pelo médium Virgílio:

“Agora?! Para que me arrastariam?! Soltem-me que eu quero ir embóra”. Arguido pelo Vice Director sobre quem era, respondeu: ‘Meu nome! Não adianta nada a vocês! Eu vivo em Guanamby onde tem uma pobre velha a quem eu gósto muito atentar para me rir. A questão é que trouxeram-me aqui e eu acho-me preso. Coitada da velha! Ella, agora mesmo está rindo. Coitadinha! Perguntou-lhe o Vice Director para que faz isto. Assim está comettendo um grande peccado. Respondeu: ‘Não sei! Ai, meu Deus! Mas, eu acho graça da velha! Coitada da velha! Eu rio tanto d’ella! Estão me segurando aqui’. ‘[...] Soltem-me. Quero ir d’aqui. Vou ver se largo aquella bruxa velha. Eu prometto não ir mais lá’ (ACTA, 22/04/1924).

Esses exemplos de pedidos de auxílio espiritual que chegavam ao Centro permitem-nos fazer algumas considerações: os solicitantes¹⁴² acreditavam que o local dispunha de um “bem simbólico” a lhes oferecer, que seriam as mensagens espirituais, as quais esperavam que pudessem de alguma forma aliviar o seu sofrimento, por manter contato com um ente falecido ou, ainda, intervir em situações que fugiam do controle da medicina convencional. Nos exemplos acima citados, ficam explícitas as especificidades das funções de registros que eram produzidas no Centro, os quais exerciam a função de assistência social e espiritual, inerente à doutrina. Essas solicitações mostram também que o Centro encerrava certa “legitimidade” e respaldo junto à população local e regional.

3.3 Função de difusão de saberes da homeopatia¹⁴³

Difundir os saberes foi outro tipo de escrita no Centro, especialmente a prática da homeopatia por meio da prescrição de remédios¹⁴⁴. Damazio destaca que a “expansão do Espiritismo no

¹⁴² Sobre a busca que as pessoas fazem ao Espiritismo com o intuito de sanar os problemas de ordem pessoal, Thales de Azevedo, analisando a realidade do Brasil na década de 1940, comentou: “Não é pequeno, por todo o país, o número de pessoas que pensam conciliáveis a sua profissão de adesão ao catolicismo com crenças do espiritismo de Alan Kardec, as quais têm alcançado uma extraordinária difusão; os ‘centros espíritas’ são freqüentados por muitas pessoas, especialmente dos estratos médios e inferiores da população, desiludidas de encontrar a cura para as suas moléstias ou a solução para as suas dificuldades morais, econômicas e psicológicas” (AZEVEDO, [1954] 2002, p.38).

¹⁴³ Método terapêutico alternativo criado pelo médico alemão Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755-1843), que tem como princípio básico: “curam-se os semelhantes, pelos semelhantes”. O espiritismo adota a homeopatia e a torna uma prática de caridade, oferecendo atendimento médico homeopático aos necessitados. Esse foi um dos meios utilizados pelos espíritas para se legitimar, tanto em relação aos enfrentamentos internos, quanto aos externos ao movimento espírita (DAMAZIO, 1994).

¹⁴⁴ As pessoas que não eram espíritas também recorriam à indicação da cura por meio de remédios homeopáticos, como, por exemplo, o caso de Celsina Teixeira, católica praticante que escreveu para seu tio Aristides Spínola, no Rio de Janeiro, solicitando que enviasse medicamentos para tratamento da doença do seu esposo. Em resposta, Aristides comenta: “Devo informar-lhe que, aqui, em casos de enfermidade igual a de seu marido, com symptomas muito mais graves, a cura se tem effectuado com as prescrições do nosso medico

Rio de Janeiro deveu muito à prática da homeopatia pelos médiuns, prática que iria se intensificar nas décadas seguintes” (DAMAZIO, 1994, p.96). *No Centro Psychico de Caetité*, essa prática também se fez presente e era vista pelos espíritas como uma oportunidade de alavancar o crescimento da doutrina, na medida em que os resultados das possíveis curas serviam para propagá-la e divulgá-la:

[...] sobre as medidas a tomar relativamente ao desenvolvimento do Centro, sendo lembrado para isso, organizar uma comissão para procurar e trazer ao centro médiuns videntes, auditivos etc, mandar-se vir como já tratou-se aqui anteriormente um scriptoscopia¹⁴⁵ [...], fazer a aquisição de uma pequena pharmacia homeopathica como já foi também lembrado há tempo, para, como o auxilio de algum medium receitista dar-se alguns medicamentos aos necessitados; tudo isso foi discutido nada ficando assentado (ACTA, 22/02/1910).

Os relatos demonstram a preocupação dos membros em dispor no Centro das condições espirituais (médiuns específicos), materiais e recursos tecnológicos da época, necessários à prática do Espiritismo. O interesse do Centro em adquirir um aparelho como o “scriptoscopia” revela de certa forma um dos valores que mobilizavam o grupo em torno das questões de ordem psíquica que demandavam investigação e experimentação dos fatos. Seria essa uma estratégia utilizada pelo Centro como uma forma de atrair adeptos para a doutrina?

Entretanto, a instituição também enfrentou dificuldades para implementar a prática da homeopatia, haja vista as suas limitações orçamentárias e principalmente a falta de um médium receitista¹⁴⁶ capaz de fazer as indicações dos medicamentos. Além disso, essa

invisível” (RIO DE JANEIRO, 31/07/1915). Para tanto, o tio pergunta: “Quererá o doente submeter-se ao tratamento e a dieta?” (RIO DE JANEIRO, 31/07/1915). Em seguida, orienta como ministrar adequadamente os medicamentos: “É preciso observar, rigorosamente, – as prescrições. Além das doses homeopathicas, as lavagens intestinaes, como irão indicadas, não podendo ser dispensadas. O mesmo, quanto a dieta. Os remedios seguem pelo correio. Aristides Spínola” (RIO DE JANEIRO, 31/07/1915). ARISTIDES SPÍNOLA. **Carta para Celsina Teixeira**. APMC. Fundo: Acervo particular da família de Deocleciano Teixeira. Grupo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: correspondências pessoais, caixa 01, maço 04.

¹⁴⁵ Em consulta a sites espíritas, foram encontradas as seguintes definições de escriptoscópio – “vulgo aparelho Arnold, dispositivo destinado a comunicações mediúnicas e que funcionaria como robô psíquico” (www.terraespiritual.org/espiritismo/sapesp/glossário.html). Outra definição diz ser um “aparelho destinado a captar as radiações bioenergéticas de um organismo” (www.lemma.not.br/). Na banca de qualificação desta tese, a professora Marion Aubrée relatou desconhecer o termo, entretanto, acredita-se corresponder ao que no começo do Espiritismo se chamava “ouija”, uma espécie de tábua onde estavam escritas as letras do alfabeto e os números de zero a nove; segundo a pesquisadora, esse objeto foi muito utilizado quando o Espiritismo passou dos golpes dados pelas mesas, que eram ligados à tecnologia telegráfica, para as mensagens escritas através do “ouija” e depois para método mais prático e rápido, que foram as psicografias, ou as falas diretas dos médiuns (2017, dez). Para Aubrée, no Espiritismo, como no resto da cultura, as práticas religiosas se adaptaram às tecnologias do momento. Interessante destacar que as atas seguintes não informam se o Centro adquiriu tal aparelho; os recursos destinados à sua aquisição, ao que tudo indica, foram revertidos para a compra da farmácia homeopática.

¹⁴⁶ Sobre a função dos médiuns receitistas, Kardec informa que eles “têm a especialidade de servirem mais facilmente de intérpretes aos Espíritos para as prescrições médicas” (KARDEC, [1861] 2003, p.266).

dificuldade estava inscrita numa condição conjuntural que envolvia a prática da homeopatia no Brasil. Frente a essas contingências, numa breve e incisiva manifestação espiritual, o guia Santa Júlia aconselhou “montar a pequena pharmacia homeopathica tratada acima” (ACTA, 25/02/1910). Como já visto em outros momentos, as mensagens mediúnicas demonstravam que os guias exerciam poder e autoridade. Portanto, deles emanavam as orientações e as decisões a serem tomadas pelos membros da instituição. Assim, como o posicionamento do guia foi favorável, o grupo decidiu “indagar no Rio o preço de uma pequena pharmacia homeopata que tenciona-se mandar vir” (ACTA, 25/04/1910).

No sentido de viabilizar a aquisição da referida farmácia, os membros com melhores condições econômicas intermediaram o processo da compra, pois também dispunham de redes de contatos com pessoas no Rio de Janeiro:

O Director communicou à Casa que achava-se comprada a Pharmacia homeopathica que o confrade Mario Spinola Teixeira encarregou-se de adquirir para o Centro, segundo idéou e promoveu o nosso irmão e consocio Antonio Teixeira. Que a pharmacia ficou a fora o frete, por 193.000 reis. Consultou se devia-se lançar mão de saldo existente nessa thesouraria e da subscrição aberta para adquirir um escriptoscopio visto ter-se aberto mais d’esta ultima ideia que a subscrição aberta pelo irmão Antonio Teixeira e mais 10.000 que deu o nosso Digno Presidente Honorario apenas montava em 96.500 reis. [...] Deveriam consultar os consocios ausentes que subscrevem a lista... Se concordavam em transferir a quantia adquirida do escriptoscopio para completar a compra da pharmacia, todos concordaram (ACTA, 02/08/1910; 05/08/1910).

A criação da farmácia homeopática inseria-se nas proposições estabelecidas pelo Instituto Homeopático do Brasil, que possuía uma farmácia central, localizada no Rio de Janeiro, e era considerada um centro irradiador da homeopatia para o País. O local funcionava, sobretudo, como um espaço para preparação dos medicamentos homeopáticos, que ficavam sob a responsabilidade de uma ‘comissão de médicos’ para que houvesse mais controle na manipulação das substâncias (LUZ, 2014, p.90). Essa farmácia central distribuía os medicamentos para as filiais pelo Brasil, como no caso da farmácia do *Centro Psychico*, em Caetité.

A escrita contábil da instituição identificou que foram realizadas despesas em abril de 1921 com a farmácia homeopática, mas não há discriminação do tipo. Posteriormente, em 1930, há registro de gastos com aquisição de remédios que também não são especificados; e, a partir de 1930, intensificam-se os registros de compra de remédios para a farmácia homeopática. Esses

dados nos induzem a pensar que nem toda indicação de remédio estava registrada no Livro de distribuição de medicamentos.

Após a aquisição da farmácia, o Centro continuava com o desafio de encontrar um médium receitista autorizado a fazer a prescrição de remédios para cura de alguns males. Como não dispunham de tal pessoa, as consultas costumavam acontecer durante as sessões mediúnicas. Em algumas delas, os guias espirituais eram interpelados sobre determinado caso e, dependendo da situação e da sua condição, poderiam ou não indicar o medicamento, como declarou um deles, ao se manifestar durante uma sessão de leitura: um guia afirmou que “não podia indicar um remédio para o nosso Presidente por falta de um médium receitista e reprovando-nos também por ainda não termos feito a escola de médiuns para desenvolvimento dos mesmos [...]” (ACTA, 21/04/1911).

Em outra solicitação, o diretor do Centro, João Gumes, pede conselhos ao guia espiritual acerca da doença do seu neto, o pequeno João; e solicita ainda que, se possível, indicasse algum medicamento. Em resposta, a mensagem enviada pelo guia, por meio do médium Antônio Brito, orientou:

Ja vos disse que depende de vós obterdes receitas para a cura de doentes em nosso meio. Como é de grande instancia vossa, vamos ver, o caso não é grave, porem requer cuidado. ‘Hyossianim para combater o mal. Depois que achar melhor o doente, podereis dar chamomilla, – esta por alguns dias, mas com muito cuidado em empregar as doses. Mais tarde então podereis dar China, – isto é o preciso’. Meus amigos, depende de vós a pratica do receituário. Para isso é preciso vós abandonardes os vossos defeitos e cuidardes somente da pratica do bem. Sta. Julia (ACTA, 16/01/1917).

Percebe-se que a falta de um médium receitista para a prescrição das receitas gerava certo transtorno, além da demora em conseguir com precisão a indicação adequada, com o nome e a quantidade correta do princípio ativo a ser ministrado ao paciente, como pode ser observado a seguir:

O Director consultou o espirito de Sta Julia sobre um remedio indicado para o seu netinho, o qual não foi encontrado. Pelo medium Britto, escreveu nosso Guia ao Director: Se não é facil obter, pode usar então colocyntés. É preciso que vós cuideis de vos supprir de remedios e tambem de fazer, em dias que não for de trabalhos praticos, mais desenvolver a faculdade receitista, pois, como vos disse, depende somente de vós. Sta. Julia (ACTA, 23/01/1917).

Vê-se que o Centro enfrentou dificuldades com as indicações e usos das receitas homeopáticas, mas isso não arrefeceu a sua prática. Na Bahia, a homeopatia foi instituída em

1847, com a instalação da Sociedade Homeopática Baiana. Essa instituição seguia os princípios estabelecidos pelo Instituto Homeopático Brasileiro, no Rio de Janeiro, de “propagação e ensino da homeopatia, de ajuda aos mais pobres e de divulgação da sua arte de curar” (ARAÚJO, 2015, p.11). As práticas iniciais da homeopatia na Bahia, ainda no período imperial, não tiveram um movimento organizado e progressivo, ao contrário, foram marcadas pela interrupção e descontinuidade, sem um grupo que assumisse a responsabilidade pela atividade (ARAÚJO, 2015). Ao estudar a trajetória do espírita e homeopata baiano Alfredo Soares da Cunha, a autora identificou as dificuldades por ele enfrentadas para exercer a função, no início do século XX, pois era acusado pela Diretoria de Saúde Pública da Bahia de prática indevida, por não possuir o diploma de médico.

No geral a homeopatia enfrentou dificuldades semelhantes na medida em que a incorporação da prática pelos médiuns receitistas desencadeou fortes tensões e embates com a medicina alopática, desejosa de manter o controle do campo de atuação. Igualmente houve embates com a polícia, encarregada de cumprir o Código Penal de 1890, que, em seu Capítulo III (“Dos crimes contra a saúde pública”), artigos 156, 157 e 158, estabelecia penalidades e proibições quanto à prática do espiritismo, da magia e outros sortilégios, assim como à prática da medicina por leigos¹⁴⁷.

Pode-se considerar que a prática da homeopatia, aliada a outros fatores de ordem social, cultural e, principalmente, a ações dos sujeitos envolvidos nesse processo, contribuiu para a formação de um Espiritismo religioso¹⁴⁸ no Brasil (ARRIBAS, 2010). Diferentemente de outros países em que o Espiritismo era fundamentado no tripé ciência, filosofia e religião, no Brasil a incorporação da homeopatia fez parte do processo de “mestiçagem cultural” pelo qual passou a Doutrina Espírita. Vê-se que, apesar de ser regida por um conjunto de preceitos e normas, ela não permaneceu “estável” e “invariante” em relação ao meio em que estava inserida.

Alguns pesquisadores defendem que a dimensão religiosa do Espiritismo no Brasil vinculou-se à forte presença no país da crença no poder de cura por meio da espiritualidade. Para Machado (1996) a maioria considerável dos espíritas preferia enfatizar o aspecto religioso, ressaltando “à parte mágico-mística da doutrina e acentuando, sobretudo, o seu poder curandeirístico” (MACHADO, 1996, p.125). Já Célia Arribas (2010) afirma que o Espiritismo

¹⁴⁷ Sobre essa questão, ver: Damazio (1994), Del Priore (2014) e Arribas (2010).

¹⁴⁸ Ver Damazio (1994), Machado (1997), Aubrée e Laplantine ([1990]2009), Stoll (2003), Arribas (2010) e Del Priore (2014).

religioso foi resultado de uma série de investimentos com o intuito de “organizá-lo, elaborá-lo, sistematizá-lo e, sobretudo, de inculcá-lo na vida dos adeptos” (ARRIBAS, 2010, p.258). Nesse sentido, destaca que não se pode pensar a dimensão religiosa da doutrina, apenas, como produto de um discurso externo a ele, vinculando a adoção de um Espiritismo religioso cristão a uma tentativa de escapar das imposições do Código Penal, ou ainda a uma estratégia da doutrina que visava atuar sem a interferência de instituições fiscalizadoras. Segundo Stoll (2003) é com as práticas mediúnicas de Chico Xavier, a partir de 1930, que o Espiritismo brasileiro assume, definitivamente, as feições religiosas. Portanto, o predomínio da vertente religiosa da doutrina deve-se a questões de diversas ordens, tanto aos elementos internos, como aos externos, fazendo parte de um processo de mestiçagem cultural.

Figura 10:
Livro de distribuição de remédios
homeopáticos (capa)



Fonte: Centro Psychico de Caetité, 1911.

Figura 11:
Relação de beneficiários de remédios
Homeopáticos

| Nº | Nome | Endereço | Prazo |
|-----|--------|---------------------|---------|
| 1 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 2 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 3 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 4 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 5 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 6 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 7 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 8 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 9 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 10 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 11 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 12 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 13 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 14 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 15 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 16 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 17 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 18 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 19 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 20 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 21 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 22 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 23 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 24 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 25 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 26 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 27 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 28 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 29 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 30 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 31 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 32 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 33 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 34 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 35 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 36 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 37 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 38 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 39 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 40 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 41 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 42 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 43 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 44 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 45 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 46 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 47 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 48 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 49 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 50 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 51 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 52 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 53 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 54 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 55 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 56 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 57 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 58 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 59 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 60 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 61 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 62 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 63 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 64 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 65 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 66 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 67 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 68 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 69 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 70 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 71 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 72 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 73 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 74 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 75 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 76 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 77 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 78 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 79 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 80 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 81 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 82 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 83 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 84 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 85 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 86 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 87 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 88 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 89 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 90 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 91 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 92 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 93 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 94 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 95 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 96 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 97 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 98 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 99 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |
| 100 | Amãdas | Paradeias - Caetite | 15 dias |

Fonte: Centro Psychico de Caetité, 1911.

3.4 Função de ordem civil e pessoal

A escrita de ordem civil e pessoal atendia a diferentes usos relacionados aos sujeitos que participavam da agremiação. Na função civil, identificamos os comunicados referentes a

nascimentos¹⁴⁹, casamentos e falecimentos, ritos que marcam determinadas fases da vida, alguns dos quais foram construídos histórica e culturalmente pelas práticas da comunidade e que servem para definir o início, a passagem ou o final de uma fase. A cultura ocidental, sob influência do Catolicismo, imprimiu algumas práticas rituais que foram incorporadas e disseminadas pelas comunidades locais, a exemplo do batismo da criança recém-nascida. No *Centro Psychico* também existia o interesse dos sócios em registrar o nascimento da criança. Geralmente a iniciativa partia da própria direção, como no caso em que o diretor João Gumes:

expoz para á Casa o desejo que tinha de fazer em sessão a declaração de nascimento de seu filhinho, com o nome do recém-nascido e dos paranynphos, este que seja o seu desejo foi apoiado por todos os socios presentes (ACTA, 20/09/1907).

Na referida ata, nota-se também que, apesar do consentimento dos presentes, os confrades sentiram a necessidade de consultar o guia espiritual do Centro, conhecido pelo nome de Santa Júlia, que teria aprovado tal solicitação, conforme mostra o registro:

Tendo sido approved pelo Santo Guia o projeto do socio João Gumes¹⁵⁰, declarou este que nasceu no ultimo dia dezenove do corrente mez de setembro, às quatro horas da tarde, João Kardec, o seu filho legitimo e de sua mulher Antonia Dulcina Pinto Gumes, ambos espiritas; e que são paraninphos do recém-nascido o irmão Antonio de Britto Cotrim e Laura dos Santos Gumes (ACTA, 20/09/1907).

Registrar em ata o nascimento da criança e indicar os nomes dos seus “paraninfos” evidencia uma ritualização desse momento para o grupo dos espíritas. Essa prática reporta ao sacramento do batismo utilizado pela Igreja Católica, que simboliza o início da vida cristã do indivíduo. Entretanto, esse registro não foi isento de tensão em relação aos valores defendidos pela Doutrina Espírita. O anúncio do nascimento de uma criança, a seguir, mostra a preocupação em se definir qual o sentido que os adeptos da doutrina em Caetité atribuíam a essa prática:

[...] o nosso confrade Francisco Fernandes communicou a todos o nascimento do seu filho Carlos, e em seguida consultou à casa se poderia apresentar ao Centro o recém-nascido, dando como paraninphos os consocios Francisco Cotrim e D. Laura Gumes. Apoiada unanimemente a sua proposta,

¹⁴⁹ Havia na comunidade caetiteense práticas culturais que envolviam diferentes formas de registro de uma escrita específica para essa fase da vida. Ver o já citado trabalho de Carneiro (2011).

¹⁵⁰ Acreditamos que, embora já tivesse contato com as leituras espíritas, João Gumes submete quase todos os filhos ao sacramento católico do batismo. Apenas os quatro últimos filhos não foram batizados. Em estudo por mim realizado (REIS, 2010), constatou-se que o último batismo de sua prole aconteceu depois de 13 de janeiro de 1906, data do nascimento de sua filha Eponina Zita. Segundo informações contidas numa árvore genealógica da família, elaborada por Sylvio Gumes (texto manuscrito, s/d), a partir de 1907, João Gumes deixou de levar os filhos à pia batismal, dedicando-se, exclusivamente, ao Espiritismo.

mandou o director que se consignasse na acta, ficando assim o registro do nascimento do pequeno Carlos e os seus paraninhos, que, embora não seja este registro um acto symbolico, que a nossa doutrina repelle, fica entretanto de alguma forma a obrigação de encaminharem o pequeno confiando a sua protecção espiritual, no itinerario dos principios da doutrina espirita (ACTA, 21/02/1908).

Da atitude do comunicante, ao dizer: “[...] embora não seja este registro um acto symbolico, que a nossa doutrina repelle [...]” (ACTA, 21/02/1908), pode-se concluir que o redator quis ressaltar que o comunicado do nascimento da criança, seguido dos nomes dos paraninhos, não guarda proximidade com o ato do batismo realizado pelos católicos. Todavia, o registro revela que há uma tensão entre uma prática que se aproximava de um ritual simbólico, utilizado pelos católicos, e o sentido que esse gesto tinha para os espíritas. O registro evidencia, também, a relevância da dimensão pública dessa escrita para esse grupo de espíritas, uma vez que, no Brasil, o documento do batismo da criança, batistério, teve durante muito tempo valor jurídico¹⁵¹, substituindo o próprio registro de nascimento.

A escrita na ata comunicando o nascimento de uma criança e os nomes dos seus paraninhos não foi uma questão resolvida de forma tranquila entre os espíritas. Havia, por parte dos participantes do Centro, o receio de que essa ação deparasse com as críticas provenientes dos católicos, dando a entender que os espíritas estavam se apropriando de uma prática utilizada por eles, embora, para a religião católica, o batismo, além de ser um ato civil, é também um sacramento. Em uma das atas, registra-se a consulta feita aos guias espirituais sobre a realização do batismo de filhos de espíritas, ou ainda, o batismo feito pelos espíritas. Segundo a “manifestação”, os guias espirituais não condenavam a prática, entretanto destacavam que “ao baptizarmos uma creança daremos armas aos nossos adversarios para nos combaterem” (ACTA, 25/07/1916). Ressaltavam, porém, que qualquer um poderia batizar o seu filho e seguir o rito que melhor lhe conviesse, “mas que um espirita convicto deve abster de dar armas aos inimigos” (ACTA, 25/07/1916).

O registro em ata comunicando o nascimento de uma criança também poderia acontecer por meio de uma solicitação encaminhada pelos pais. Assim, registrou-se: “Communicou ao Centro o Director que o nosso consocio Dr. Antonio Freire Hughes, residente em Macahubas,

¹⁵¹ Maria Luiza Marcilio (2004), ao tratar dos registros paroquiais no Brasil, destaca que, sendo o catolicismo a religião oficial, “o estatuto do Padroado Régio no Brasil até pelo menos a Constituição Republicana, de 1891 (quando foi separado, o Estado da Igreja) deu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira (excluídos apenas os protestantes que surgem principalmente no Segundo Reinado e dos índios e africanos pagãos, ainda não batizados)” (MARCILIO, 2004, p.16).

pede-lhes para comunicar ao Centro o nascimento do seu filhinho Osmar às 14 horas do dia 14 de outubro passado” (ACTA, 30/12/1921).

Consideramos essa prática resultado de um processo de mestiçagem cultural, pois “[...] nada é inconciliável, nada é incompatível, mesmo se a mistura é por vezes dolorosa” (GRUZINSKI, 2001, p.28). Isso mostra a capacidade que têm os grupos de eleger e de combinar certos elementos entre as culturas, sobretudo as condições de se adequarem e se adaptarem a uma nova realidade. Assim, registrar em ata de reunião do Centro o nascimento da criança, acompanhado dos nomes dos paraninfos, apresenta relação com um pertencimento religioso. Entretanto, essa prática não se restringe, apenas, a um único espaço, mas pode se apresentar num outro lugar sob uma nova configuração. Foi o que os espíritas fizeram ao incorporar e ressignificar alguns elementos do batismo realizado pela Igreja Católica, atribuindo a ele um novo sentido, como, por exemplo, não utilizando os termos batismo e padrinho. Em seu lugar, optaram pelo uso de “comunicado e registro do nascimento da criança” e “paraninfos”. Dessa forma, pode-se dizer que essas práticas sociais estavam imbricadas nos indivíduos em função das instâncias formadoras às quais estavam vinculados, se considerarmos que os sujeitos influenciam os processos de socialização dos quais participam e por eles são influenciados. Portanto, acabam por reproduzir e ressignificar esses processos, sendo o seu comportamento e ações construídos coletivamente; portanto, necessitam do respaldo do grupo, pois estão submetidos aos seus regulamentos sociais.

O casamento¹⁵² também foi outro marco referencial da vida civil tratado na documentação, em que adeptos da doutrina queriam partilhar aos seus pares a auspiciosa notícia:

Comunica a irmã e socia Mariana Gumes, que havia realizado consorcio com o Sr. José Soares também crente, que se acha presente, D. Mariana que serviu durante tres anos como zeladora de forma sempre presente [...] (ACTA, 09/09/1910).

Além do comunicado do enlace matrimonial, a adepta da doutrina informa ainda que “agora irá mudar-se de cidade, necessitando eleger-se outra zeladora para ocupar a função” (ACTA, 09/09/1910). Os comunicados referentes aos marcos temporais da vida dos sujeitos adeptos da

¹⁵² Sobre a realização da cerimônia do casamento religioso no Brasil na década de 1940, Azevedo (1954) informa que “o casamento perante a Igreja foi, outrora, uma pedra de toque da religiosidade brasileira” (AZEVEDO, [1954] 2002, p.40). Todavia, destaca que a “situação mudou bastante”, considerando o contexto da época. Destaca ainda que, na “alta sociedade”, somente o casamento religioso continuava a ser celebrado com solenidade. Para o autor, “de qualquer modo, vale a pena reparar que o casamento religioso oferece mais oportunidade que o civil para um cerimonial capaz de sublinhar ou de aumentar o prestígio social e o *status* das famílias envolvidas” (AZEVEDO, [1954] 2002, p.40).

doutrina na maioria das vezes atravessavam as gerações de uma família, como, por exemplo, o do vice-diretor, Marcelino Neves, que “participou o casamento de sua filha Maria Regina Neves com o Sr. José Troiano de Freitas [...]” (ACTA, 02/02/1915). Posteriormente, a filha comunica o nascimento dos filhos e depois o casamento destes. Existe ainda nota que informava a não realização de evento que fora previamente noticiado, conforme o registro de uma ata:

Communicou-nos o Vice Director, que achava-se desfeito o contracto de casamento de sua filha com Luis Philogonio Vieira; que julgava ser seu dever participar aos confrades este occorrido por há mezes ter communicado o contrato entre os mesmos (ACTA, 14/07/1911).

Na função pessoal da escrita, há os registros de despedidas, falecimentos e relativos à própria participação na instituição. As escritas que registram as despedidas dos confrades e das congreiras o fazem em função de: mudança da cidade, viagens temporárias, doença, passeio, trabalho e outros. Entre os registros encontra-se o comunicado do irmão Aristides Público, em que este pede à plenária permissão “para despedir-se, pois tendo de ausentar-se por muitos dias d’esta Cidade, em uma viagem á Bahia [Salvador] em procura de melhoras para o seu sobrinho Everardo que acha-se doente” (ACTA, 01/08/1924). No mesmo registro, os presentes declaram: “[...] fazemos votos ao Todo Poderoso para que façam feliz viagem e que o pequeno consiga voltar são ao nosso meio” (ACTA, 01/08/1924).

Os informes ou comunicados, antes de serem inscritos em ata, eram submetidos à aprovação da assembleia, conforme se evidencia: “Propoz o director e foi aprovado que constasse em acta a desencarnação do capitão Pedro Castro, pai de nosso confrade Arnobio Castro, um ancião digno de respeito e acatamento pelas suas excelentes [ilegível]” (ACTA, 25/04/1910). Os registros não se restringiam às pessoas próximas, ou que possuíam vínculo de parentesco com membros do grupo. Por vezes, abrangiam sujeitos que, de alguma forma, prestaram algum serviço relevante à Doutrina Espírita ou à sociedade de uma maneira em geral, conforme nota de falecimento de Antônio Gonçalves da Silva Batista, fundador da revista *Verdade e Luz*:

O director comunica a Casa a desencarnação de nosso confrade e incansavel campeão das ideias espiritas, o renomado Antonio Gonçalves da Silva Batista, fundador e director da excellente revista espirita “Verdade e Luz”, o qual libertou-se dos laços da vida terrena na cidade de São Paulo. Comunicando-nos este acontecimento, que, embora se deva considerar feliz e auspicioso para o desencarnado, constitui entretanto numa sensibilissima perda para a propaganda da doutrina espirita, que tinha no desencarnado um dos mais decididos e esforçados apóstolos, o director propos e submeteu a

aprovação da casa que se consignasse esse fato na acta, como homenagem tributada ao presado confrade que na expressão da sua revista, passou d'este para o mundo da verdade, e ao mesmo tempo com um voto de pezar e saudade pela perda de tão valente defensor do espiritismo. A proposta do Director foi aceita por unanimidade, e aqui fica constatado n'esta acta essa decisão da casa (ACTA, 02/03/1909).

As citações acima mostram como as ações da oralidade e da escrita estão fortemente entrelaçadas nesse espaço. Antes de ocorrer o registro escrito, o pensamento era expresso em voz alta, comentado pelo grupo e, quando aprovado, a depender dos interesses em questão, era posto em ata.

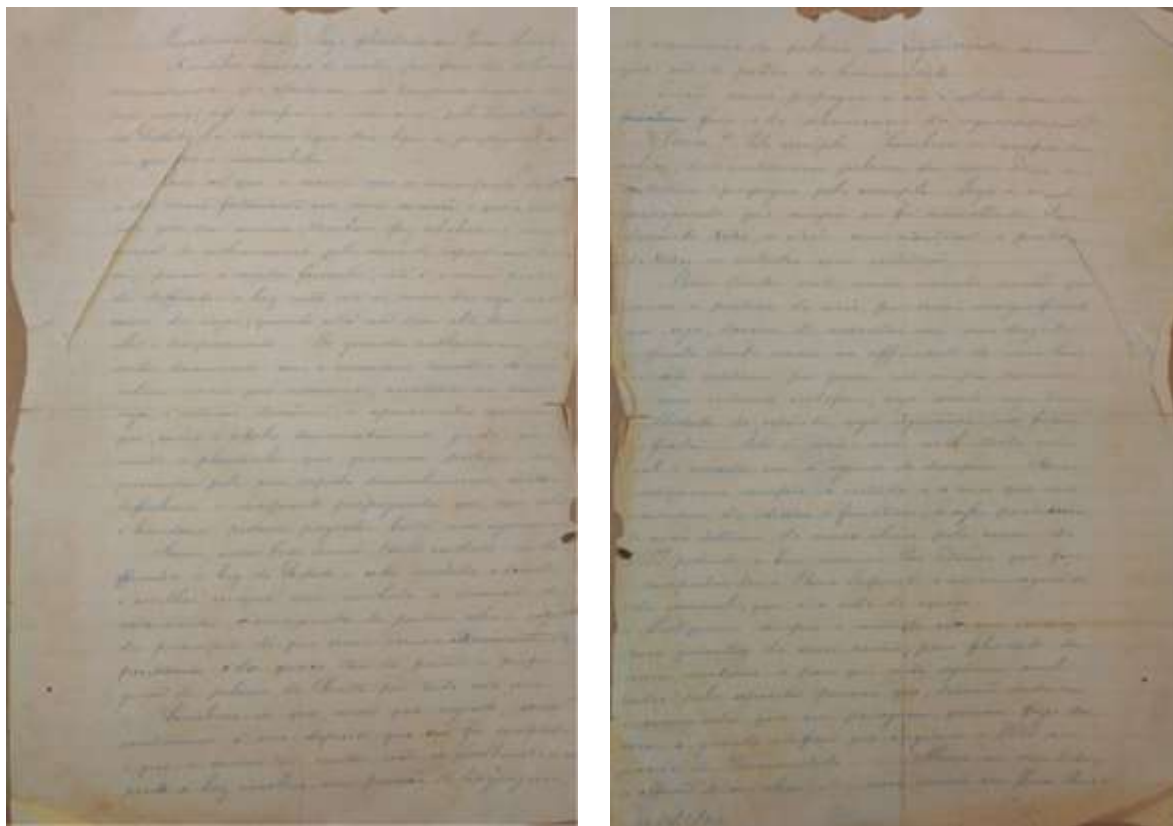
Outros usos da escrita na dimensão pessoal serviam para justificar a ausência de membros às sessões. As atas informam que ao Centro foram enviadas dez missivas¹⁵³. Dessas, cinco atribuíam a ausência a motivos particulares, três alegavam ausência por motivo de doença, e duas por motivo de viagem. Apenas uma delas foi conservada dentro do livro de atas. Escrita em 1906, a missiva do secretário do Centro, João Gumes, explica o motivo e a justificativa da sua ausência nas reuniões, que se deu por “forças das dolorosas circunstancias que afastaram-me temporariamente do vosso meio, mas isso não arrefece o meu amor pela Santa causa da verdade e o interesse que devo ligar à propaganda de que fomos incumbidos¹⁵⁴ [...]”. Assim, numa longa narrativa, o redator fala do seu ânimo em ver como a doutrina em Caetité estava avançando e se enraizando nos corações dos adeptos. Entretanto, destaca as dificuldades que enfrentavam para a divulgação do Espiritismo: “[...] bem sei; porem o modus faciendi, isto é, o meio practico de diffundir a luz não está as mais das vezes ao alcance da razão, quando está alto o dominio sobre o temperamento¹⁵⁵” (grifos no original). Veja-se carta a seguir:

¹⁵³ Vale destacar que, nas atas de reunião do Centro, há o registro do conteúdo das referidas cartas, sendo algumas transcritas na íntegra.

¹⁵⁴ João Gumes. **Carta enviada ao Centro Psychico**. Caetité 18 de novembro de 1906. Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola

¹⁵⁵ João Gumes. **Carta enviada ao Centro Psychico**. Caetité 18 de novembro de 1906. Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola

Figura 12: Carta de João Gumes ao *Centro Psychico de Caetité* (1906)



Fonte: Livro de atas.

Assim, além de utilizar a carta para justificar a ausência, João Gumes também a usou como forma de proselitismo religioso, visto que alertava os adeptos quanto aos entusiasmos efusivos e às apaixonadas controvérsias, uma vez que esse comportamento não contribuía para o crescimento e a divulgação da doutrina, ao contrário, fazia definhar a incipiente propaganda. A par das devidas precauções na promoção do Espiritismo, questiona: “[...] como propagar, si nos é vedado usar da força e da vehemencia da argumentação? Como?¹⁵⁶”. Continuando, ele mesmo responde:

Pelo exemplo. Lembrai-vos sempre das sabias, das santissimas palavras dos nossos Guias e Protectores: propague pelo exemplo. Fazei a muda propaganda que sempre vos foi aconselhada, abandonando todos os vícios sem ostentação e praticando todas as virtudes sem restricções¹⁵⁷ (grifos no original).

Ainda na perspectiva da dimensão pessoal, os membros da instituição utilizavam a escrita para renunciar aos cargos e se desligar do Centro. Assim, identificamos cinco cartas de

¹⁵⁶ João Gumes. **Carta enviada ao Centro Psychico**. Caetité 18 de novembro de 1906. Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola.

¹⁵⁷ João Gumes. **Carta enviada ao Centro Psychico**. Caetité 18 de novembro de 1906. Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola.

renúncia e duas de desligamento. Entre as de desligamento, quatro são de membros que agradecem pela votação e pela escolha de seus nomes para ocuparem cargos na agremiação, mas dizem que, infelizmente, não se acham em condições de exercê-los. Em uma das missivas, além de se desligar do Centro, o autor Edésio Santos abjura da Doutrina Espírita, constando em ata que: “[...] depois de narrar uma porção de sandices, concluiu confessando de ter abjurado a crença, e pouco satisfeito com isto, ainda aconselhava com toda energia ao nosso irmão Elgino para com elle desencaminhar-se; [...]” (ACTA, 29/09/1911). Com relação à atitude do ex-confrade Edésio Santos, há a indicação da manifestação de um espírito, por meio do médium Virgílio, que os aconselhou a “dar graças à Deus pelo afastamento desse irmão dizendo que esses corações endurecidos nada fazem a favor do Espiritismo, fazendo a comparação da má arvore, não produz sinão maos frutos” (ACTA, 29/09/1911). A mensagem enviada pelo espírito como uma forma de justificar a perda de um membro manifestou a concordância com o afastamento de Edésio Santos, argumentando que a sua presença não colaborava com o crescimento da religião espírita.

Quanto ao desligamento das atividades do Centro, o vice-diretor escreve uma carta em 1911, em que justifica ser o seu desligamento temporário e por questões particulares. Outra carta, remetida pelo ex-confrade Francisco Fernandes Lima, afirma que o motivo da sua saída é “a execranda perseguição que me faz o representante do catholicismo jesuitico n’esta cidade, [...]” (ACTA, 30/08/1912). Ao final da longa missiva, Francisco Lima solicita: “Peço para exarar essa [carta] na acta a fim de que no futuro conheçam o motivo da minha deserção do mesmo” (ACTA, 30/08/1912).

Outras escritas na dimensão pessoal trazem ainda o relato de querelas e imbróglios entre membros. Fatos que parecem irrelevantes conduziram a desentendimentos; tem-se, por exemplo, o registro integral de duas cartas de abril de 1913, em que o diretor e o confrade Antônio Marcellino Neves são envolvidos numa contenda. Ambos buscam, nas suas narrativas sobre o acontecido, explicar o que os levou a tal desentendimento. Fica evidente que são questões de ordem pessoal e subjetiva. Marcelino declara, ao final da carta, que a partir dali se afasta das atividades do Centro, assim explicando: “esta minha indispensavel retirada não importa em uma deserção, impropria da sinceridade da minha solida crença espirita, que nem de leve sinto abalada; e que em quanto for sã a minha razão, cada vez será mais convicta e arraigada em meu coração” (ACTA, 21/04/1913). Gumes, por sua vez, questiona a carta de Neves: “O que valem libellos sem provas? O que valem acusações que não tem base nem certezas, mas a suspeita, a duvida? [...]” (ACTA, 29/04/1913).

Os motivos que levaram a tal desentendimento não foram mencionados nas cartas. Talvez pela falta de algo plausível, o desentendimento tenha sido temporário, uma vez que Marcelino das Neves continuou assíduo às reuniões do Centro. O fato revela ainda que os registros em ata não selecionavam apenas as boas e notáveis ações dos sujeitos, mas demonstram, também, os conflitos em torno dos “micropoderes” presentes nas relações dos seus membros.

A preservação da carta (materialidade) escrita por João Gumes em 1906, em detrimento de tantas outras, leva-nos a questionar: por que somente essa carta foi conservada? Qual a sua representatividade? Para nos ajudar a pensar sobre essas questões, Giselle Venâncio pondera:

Uma carta expressa mais que o texto que ela contém. Sua materialidade denota a condição de sua redação, a análise de sua trajetória e a identificação de seu(s) destinatário(s) – se individual, institucional ou familiar; permite a compreensão dos mecanismos de sua articulação e sua pertença num arquivo, isto é, o conhecimento dos gestos em prol de sua conservação deixa entrever os critérios que definiram sua importância (VENÂNCIO, 2002, p.222-223).

Como vimos, os registros em ata tratam, sobretudo, de questões referentes à atuação de pessoas que contribuíram com o reconhecimento, a divulgação e a expansão do Espiritismo kardecista. Fica evidente também que, seja na produção das atas, seja na produção das cartas, há um espaço destinado para o registro das questões pertinentes à comunidade que envolvem as dimensões do “fazer” e do “viver” (CERTEAU, 2001), reveladoras das pulsações das dinâmicas vividas em toda a sua intensidade. Esses relatos revelam o cotidiano dessa comunidade, mostram as tensões, os conflitos, as divergências, as vaidades e os dilemas que permeavam as relações dos sujeitos, relações essas marcadas pelas disputas e interesses, quer de ordem pessoal, social, política ou religiosa que se refletiam no espaço do Centro.

3.5 Função normativa

No Centro, a escrita normativa ocupava lugar de destaque, sobretudo porque nela se definiam as normas legais, os comportamentos e as ações que regulavam e orientavam o seu funcionamento. Uma das primeiras proposições nessa perspectiva foi a elaboração de um estatuto¹⁵⁸ para a agremiação, conforme relato: “[...] pelo Secretario foi apresentado um esboço de estatuto para o Centro que lido, a pedido do apresentante, será submettido a um

¹⁵⁸ Acessamos o Estatuto do Centro através do Livro de Registros – Livro A1, fls 01/01, sob o n. 1, que se encontra no Cartório Civil em Caetité-BA, visto que não conseguimos localizar um exemplar impresso. O documento informa que o Estatuto foi aprovado em 05 de junho de 1928. Entretanto, o seu registro civil foi realizado apenas em 18 de junho de 1931.

estudo previo, afim de emendado e alterado como convier, ser justo a estes” (ACTA, 06/03/1906). A redação desse documento demandou um longo processo de discussão, que prosseguiu nos anos posteriores à sua fundação.

No processo de estruturação e normatização da “agremiação”, as contribuições de Aristides Spínola tanto de ordem material, financeira, quanto espiritual foram significativas. Em carta por ele enviada ao diretor Lima Júnior, no ano de 1906, consta o seguinte:

caso o número de socios se alargar, será conveniente formular Estatutos, e os registrar, nos termos da Lei 173 de 10 de setembro de 1893, para que a associação adquira personalidade jurídica, podendo filiar-se a Federação Espírita Brasileira, cujos Estatutos seguem pelo correio¹⁵⁹ (ARISTIDES SPÍNOLA, 1906) (grifos no original).

O remetente confere destaque especial à elaboração de um estatuto para o Centro, tanto que destaca a ação de registrar o documento com o intuito de que a instituição adquirisse “personalidade jurídica”. Foram intensos os estudos e debates até a aprovação de um texto que atendessem às necessidades do grupo, conforme consta do registro em ata:

O Director falou sobre a necessidade inadiável de organizarmos definitivamente os nossos estatutos, para que a nossa sociedade possa ser legalmente registrada e tenha vida civil ao abrigo das garantias da lei: disse que para sua redacção final, devem os estatutos ser lidos e discutidos perante toda a Casa e propôs que ao projecto existente se acrescentasse mais uma disposição, que é a de admitir os neophytos na qualidade de associados provisoriamente, com os direitos e obrigações dos socios effectivos, podendo porem retirarem-se da agremiacção, se a doutrina não lhes convier [...] depois de ouvida a proposta foi geralmente aceita pela casa accordando-se que o proprio Director elaboraria de novo o projecto dos estatutos, com a modificação proposta, e outras que parecem-lhes preciosas, de accordo com as exigencias do nosso meio, e no que for possivel, em harmonia com os estatutos da Federação Espirita Brasileira (ACTA 28/02/1908).

A redação do primeiro estatuto ficou sob a responsabilidade do diretor João Gumes, o que não significa dizer que os demais membros se isentaram do processo, haja vista que as discussões para a aprovação do texto final demandaram avanços e recuos, conforme nos é mostrado nesta passagem: “Passou o Director a ler e a discutir com os confrades presentes, os dois primeiros capitulos do projecto dos nossos estatutos, nos quaes assentou-se fazer algumas ampliações, que ficaram anotadas” (ACTA, 14/07/1908). As atas informam que, até a aprovação final do

¹⁵⁹ Aristides Spínola. **Carta enviada a Lima Júnior**. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1906. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

estatuto, aconteceram várias discussões, e que o texto sofreu algumas alterações até ser definitivamente aprovado em 1928, como pode ser observado:

Pelo Vice presidente, foram apresentadas as bases dos estatutos que devem reger o Centro, para, especialmente poder ser feita sua adesão a Federação Espirita Brasileira no Rio de Janeiro. Lidas e apreciadas devidamente, foram aprovadas, passando a constituir os Estatutos do Centro, sendo logo assignados (ACTA, 13/06/1928).

Constata-se que o Centro elaborou o seu estatuto desde os anos iniciais de funcionamento, ainda que o registro jurídico tenha se efetivado apenas em 1928. A demora em efetivar o registro parece não ter interferido na relação da FEB com a instituição, uma vez que o Centro seguia as orientações definidas pela Federação desde a sua fundação, conforme se verificou nas cartas enviadas por Aristides Spínola.

Outra ação que envolveu a escrita normativa foi a prescrição e definição de ações, comportamentos e atitudes considerados adequados aos adeptos da doutrina. Essa escrita também foi orientada pelas mensagens espirituais, como define a ata da primeira sessão “para o conhecimento d’quelles que ainda não tinham ouvido, na qual acham-se transcritas as regras de conducta que devem ser observadas por aquelles que assistirem as sessões” (ACTA, 06/02/1906). A leitura da ata feita em voz alta de forma coletiva era retomada sempre que necessário, como uma forma de relembrar, rememorar e atualizar uma norma que havia sido emitida, em outro momento, pelos guias do Centro. Assim, os espíritos detentores de “autoridade” eram os responsáveis por indicar as ações do núcleo religioso.

As mensagens enviadas pelos espíritos foram enfáticas em observar a frequência e a pontualidade dos adeptos às sessões no Centro. Um relato em ata revela que, independentemente da ausência do diretor e do vice, a sessão ordinária iniciou-se conforme o horário previsto, às 19h30min, e informa que um dos membros evocou um espírito auxiliar para conduzir os trabalhos mediúnicos: “manifestaram-se trez espíritos que, cada qual, recomendava muita ordem, respeito e amor, lastimando o arrefecimento que vai lavrando, patenteando a nossa ignorancia da verdadeira doutrina e a necessidade de instruirmo-nos [...]” (ACTA, 14/04/1911). O seguinte relato notifica uma interrupção durante a manifestação e destaca:

Nesse interim, chegando o diretor Lima Júnior, bateu na porta, dando lugar a desviar-se-nos a atenção do trabalho, sendo suspensa a terceira revelação, facto que o espirito explicou avisando-nos a aproximação de espiritos que tentavam embaraçar os nossos trabalhos, o que até o presente não puderam

conseguir. Aconselhando mais respeito e ameaçando abandonar-nos caso não guardássemos ordem e preceito, despediu-se [...] (ACTA, 14/04/1906).

O registro do fato em ata evidencia a relevância de se seguirem as prescrições, principalmente com relação ao horário, como também a necessidade de que a pontualidade fosse respeitada e cumprida por todos, independentemente da hierarquia do cargo que o membro ocupava na instituição. Isso se deve porque o chegar atrasado promovia alteração no ambiente e causava certa dispersão de pensamentos e perda da concentração entre os presentes naquele espaço.

Na “regulação” dos comportamentos, os espíritos advertiam, ainda, quanto à “ausência e a negligência dos associados”, numa manifestação do espírito Santa Júlia, que censurou “brandamente a ausencia dos associados que não compareceram a esta sessão solenne, [...]” (ACTA, 14/04/1911). Na mesma direção, outra mensagem enviada pelo guia Augusto também reitera qual deveria ser a forma adequada de se comportar durante a sessão:

E por último manifestou o nosso Santo Guia Augusto, que depois de chamar-nos a nossa atenção para o mau procedimento e doutrinar-nos à cerca d'elle e deu-nos normas a seguir de ora avante. Recomendou-nos que na proxima sessão, só admittirmos os socios; pois trata-se de um ensino¹⁶⁰ particular, que considerassemos nossa irmã e socia do Centro D. Priscilla, que guardamos muito respeito e acatamento, que não levantassemos dos nossos lugares fosse para o que fosse, e que nós reformassemos o nosso modo de proceder (ACTA, 19/06/1906).

As manifestações atribuídas aos guias espirituais, bem como aos dirigentes, demonstravam preocupação explícita em doutrinar os comportamentos dos membros, a partir do controle da fala, do corpo¹⁶¹ e dos gestos, como mostra a passagem: “[...] mais uma vez chamou-nos atenção para a falta de respeito e atenção notou-se tratarmos aqui no Centro de assumptos alheios ao Espiritismo, o que nos acarretaria maus resultados” (ACTA, 27/07/1906). Segundo a perspectiva da doutrina, no processo de educação e controle dos comportamentos, as

¹⁶⁰ Segundo *O livro dos médiuns*, entende-se por ensino o processo que “todo aquele que procura persuadir a outro, seja pelo processo das explicações, seja pelo das experiências. O que desejamos é que seu esforço produza frutos e é por isto que julgamos de nosso dever dar alguns conselhos, de que poderão igualmente aproveitar os que queiram instruir-se por si mesmos” (KARDEC, [1861]2003, p.42).

¹⁶¹ Maurice Agulhon (1989, p.54), ao descrever as práticas de sociabilidade do chamado Século das Luzes, recorre ao conceito de Norbert Elias de “civilização dos costumes”, extensivo a comportamentos como “manter contato”, “conversar com polidez”. O termo sociabilidade é empregado no sentido de uma “sociabilidade normativa, maneira de ser civilizada, isto é, verbalizada, ritual, pacífica”, que compreende um sistema ritual extensivo a relações sociais cotidianas. Pode-se pensar que a doutrinação dos comportamentos dos adeptos do *Centro Psychico* se insere no conjunto de propostas mais amplas, como as apresentadas pelo Estado Brasileiro do final do século XIX e início do XX, que tinham como propósito civilizar a população. Veiga (2002) analisa como o Estado se apropriou dos saberes elementares, a fim de fazer com que a escolarização pudesse impor “modelos de comportamentos” característicos de uma “sociedade aristocrático-burguesa” e adotar novas práticas “civilizatórias” extensivas a toda a sociedade, transformando “coerções externas em coerções internas”. Nessa perspectiva, além da escola, outras instituições, como as religiosas, a exemplo, o *Centro Psychico*, também cumpriam esse papel civilizatório, educativo e disciplinador.

mensagens enviadas pelos espíritos cumpriam função essencial. Afinal, tratava-se de entidades que se encontravam num nível mais elevado em relação aos adeptos da doutrina, por isso detinham poder e autoridade: “Os espíritos disseram-nos que devemos ser mais cautos com a nossa língua, pois que o Espiritismo não precisa de espíritos falladores, e o que se passar no centro não precisa ser conhecido pela população ignorante e profana” (ACTA, 12/07/1907). Da relação entre corpo e linguagem, os estudos de Bourdieu (1983) mostram que o capital linguístico é incorporado. O aprendizado da língua vincula-se a um aprendizado de um esquema corporal, visto que ele, assim como a língua, faz parte das experiências imediatas. Portanto, a linguagem reflete uma determinada postura corporal que indica uma relação de pertencimento a uma classe social. Nesse sentido, a Doutrina Espírita exercia certa forma de “regulação” e controle da “linguagem” e da “postura corporal” dos seus adeptos, visto que não bastava apenas ter domínio dos seus princípios, mas o domínio do conhecimento religioso, que implicava a forma correta de se utilizar a linguagem, bem como o uso de uma determinada “postura corporal” considerada adequada pelo grupo. A fim de que tais comportamentos fossem adquiridos, as manifestações espirituais insistiam na necessidade de que houvesse mais estudo e instrução por parte dos adeptos, conforme relato da fala de um espírito:

Não admito que já vos acheis perfeitamente sabios e instruidos; não admitto que estejais suficientemente preparados para a vida de além-tumulo, acho até impossível! Por acaso julgar-se-hão alguns muito perfeitos? Não precisam de ouvir os nossos ensinamentos? Todos careceis de vos instruídes, pois agora é que começastes a estudar, e não se aprende n’um dia. O que é feito muito rapidamente é contrario à nossa doutrina, é contrario ao que pensamos e (ilegível). Compreende a minha intervenção? Espero-vos numa melhor ocasião. Onde não há ordem, eu não posso estar. Antonio Costa (LIVRO DE MANIFESTAÇÃO DOS ESPÍRITOS, 09/01/1906).

As questões sobre “educação”, “estudo”, “instrução”, “progresso”, tão presentes nos debates travados pelos intelectuais, assim como na imprensa, desde o final do século XIX e início do XX, davam a dimensão da sua relevância. Essas questões permeavam os discursos, tanto dos políticos como de instituições religiosas. No Livro de manifestações dos espíritos são recorrentes os termos “instruir” e “educar”; o uso denota a dimensão pedagógica da Doutrina Espírita e nos remete aos ideais educativos de Allan Kardec, conforme citado em uma das atas: “[...] instruí com amor e caridade os vossos irmãos que quiserem abraçar essa crença”; “cuidar muito em instruir todos aqueles que desejam ser admitidos como sócios” (ACTA, 09/01/1906).

Denipoti e Fonseca (2011), após pesquisarem os significados atribuídos no século XVIII aos termos “instruir” e “educar”, ponderam que “instrução e educação nem sempre são claramente definidos, conforme os sentidos em diferentes tipos de textos” (DENIPOTI; FONSECA, 2011, p.148). Assim, os autores indicam que, desde o século XVII, os termos já eram utilizados nos tratados educacionais de forma geral, como “processo formativo dos indivíduos, com vistas a prepará-los adequadamente para a vida em sociedade” (DENIPOTI; FONSECA, 2011, p.148). Dessa forma, “a instrução, por sua vez, aparecia identificada à aquisição de conhecimentos, muitas vezes associada a um sentido mais prático para a vida” (DENIPOTI; FONSECA, 2011, p.149). Embora esse estudo tenha se voltado para o uso dos termos no século XVIII, os seus significados no século XIX não parecem ter se modificado substancialmente. No caso do Centro, a ideia do “instruir” e “educar” se coaduna com as proposições de formação do indivíduo em um âmbito geral, indicando, portanto, o objetivo de preparar os sujeitos para a vivência do que se considerava adequado para a doutrina.

3.6 Função de formação de redes de publicações entre os periódicos

A função de formação das redes de publicações entre os impressos foi outra dimensão igualmente relevante assumida pela escrita no Centro, em Caetité. Os laços formados entre a direção do Centro e pessoas, instituições, jornais espíritas de vários estados do Brasil e do mundo eram alimentados por meio do envio e recebimento de cartas, de convites ou exemplares de jornais.

A dimensão social da escrita é revelada pelo intenso e profícuo contato que o Centro manteve com outros centros, tanto no Brasil como fora do País. Os contatos deram-se basicamente por meio de cartas, as quais somaram um total de 152. Desse total, 86 foram enviadas por grupos espíritas de diferentes estados do País, comunicando a eleição e posse da nova diretoria, como pode ser observado: “foram lidas pelo Vice Director, as seguintes cartas: do Centro Espirita ‘Seara de Jesus, de Juiz de Fóra’, Minas Gerais, comunicando a eleição e posse da sua diretoria; da União Espirita com séde em Bello Horizonte, agradecendo comunicação” (ACTA, 02/04/1929). O *Centro Psychico* manteve, ainda, relações com centros espalhados por mais de dez estados do Brasil; o maior número de correspondências recebidas vinha do Rio de Janeiro (21 missivas), seguido de São Paulo e Espírito Santo, com 13 de cada um, e Minas Gerais, com 7. Dos demais estados foi enviado um número menor de missivas. Do Maranhão, por exemplo, foi recebida apenas uma correspondência.

Vale destacar que as redes de sociabilidade mantidas pelo Centro não se limitavam às instituições espíritas, envolviam também outras agremiações, como, por exemplo, associações literárias. Consta nas atas o recebimento de correspondência enviada pelo “‘Club Rio Contense’ da cidade de Minas do Rio de Contas em nosso estado, communicando-nos a sua nova Directoria” (ACTA, 20/01/1931).

3.7 Função política

Nessa função, identificamos a escrita relacionada a fatos de ordem política e econômica que impactaram de alguma forma a vida da população caetiteense, seja em nível local, nacional ou internacional, como pode ser observado pelo trecho a seguir:

[...] propoz e foi aceita que constasse da acta a noticia auspiciosa que chegou hoje a esta cidade depois de ter sido assignado o decreto federal que autoriza a construção de diversas estradas de ferro do Estado entre as quaes está contemplado o prolongamento da Central Bahia a esta cidade, sendo que os trabalhos serão iniciados com brevidade. Obra de progresso que muito concorrerá para diffusão da luz e da civilização em nosso meio, é com certeza um elemento preponderante em concomitancia com tantos outros que concorrem para o desnudamento da Verdade (ACTA, 01/11/1910) (grifos nossos).

Interessante observar que, ao ressaltarem a proposta de construção da estrada de ferro, os adeptos da doutrina se utilizavam de referenciais explicativos presentes nas teorias pós-revolucionárias do século XIX. Segundo o historiador Artur Isaia, esses ideais aparecem na codificação da Doutrina Espírita, o que evidencia que Allan Kardec “apresentou uma capacidade notável de composição com uma constelação de idéias que ia do liberalismo às utopias socialistas, passando pelo positivismo e pelo evolucionismo” (ISAIA, 2007, p.285-286). Seguir a perspectiva da doutrina implica pensar que, com a construção da estrada, a população, enfim, desfrutaria das benesses advindas do “progresso”, da “difusão da luz”, da “civilização”. Assim, a divulgação da notícia procurava estabelecer uma vinculação do fato a uma ação direta entre causa e efeito, visão que se aproxima dos padrões da compreensão evolucionista do mundo.

Fatos de ordem política distantes também compuseram os assuntos abordados no Centro, como a mudança na forma de governo em Portugal, com a derrubada da Monarquia e a instauração da República: “[...] foi proposto pelo irmão Antonio Neves e approvedo que se fizesse constar da acta um voto de congratulação ao povo lusitano por terem adotado nova forma de governo mais consentanea – a Republica” (ACTA, 04/11/1910).

Desde a sua instalação, o *Centro Psychico* esteve aliado às orientações da Federação Espírita Brasileira. A relação de proximidade com a FEB deveu-se à figura de Aristides Spínola, que à época da fundação do Centro em Caetité exercia o cargo de vice-presidente da Federação, no Rio de Janeiro, havendo contato bastante intenso entre eles. Mesmo antes de morrer, Aristides teria sido uma espécie de guia espiritual da instituição, fato que pode ser verificado pelas missivas enviadas a Lima Júnior, presidente à época (1905-1907), e a João Gumes, secretário. Na condição de médium, Aristides enviava as mensagens que recebia sobre a agremiação:

[...] envio, nesta data, ao Gumes copia de uma comunicação espontanea, hoje recebida, dirigida ao nosso Centro¹⁶². [...] “Nella V. encontrará resposta a um dos topicos da sua carta, relativo a conversas e discussões sobre a causa do espiritismo, que deve ser, não só estudado, como praticado com calma, reflexão, criterio e respeito¹⁶³.

Em outra correspondência, informava que enviava ao “nosso amigo João Gumes uma extensa carta, que pode ser considerada carta aberta, já comentado anteriormente, ao nosso *Centro Psychico*, a proposito de comunicações, que aqui obtive, sobre os trabalhos d’aquella associação¹⁶⁴”. Ao finalizar, dizia a Lima Júnior que contava com a sua boa vontade e dedicação em:

[...] favor da nossa incipiente sociedade encarregada de promover a propaganda nessa região, onde tantos espíritos avidos de luz, dela têm sido privados. Seja o ‘Centro’ sob a proteção e direcção dos guias espirituais, um foco para espargil-a.¹⁶⁵

A relação de proximidade entre o *Centro Psychico de Caetité* e a FEB no Rio é evidenciada pelo registro em ata de dez cartas enviadas pela Federação ao Centro. Por meio delas, foram feitos comunicados sobre diversos assuntos, como eleição e posse da diretoria, assinatura do jornal o *Reformador*, envio de livros e a compra do livro *Os quatro evangelhos*. As cartas constituíam um dos meios de comunicação mais utilizados. Por seu intermédio, a FEB mantinha contato com os dirigentes dos centros espíritas de todo o Brasil e também com os

¹⁶² Aristides Spínola. **Carta enviada a Lima Júnior**. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1906. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, caixa: 01.

¹⁶³ Aristides Spínola. **Carta enviada a Lima Júnior**. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1906. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, caixa: 01.

¹⁶⁴ Aristides Spínola. **Carta enviada a Lima Júnior**. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1906. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01

¹⁶⁵ Aristides Spínola. **Carta enviada a Lima Júnior**. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1906. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, caixa: 01.

participantes da doutrina (SILVA, 2017). No caso do *Centro Psychico*, as cartas foram um meio de intermediação entre Aristίδes Spínola, deputado federal no Rio de Janeiro, e políticos locais em Caetité, a exemplo de Lima Júnior. Também por meio das missivas, o vice-presidente da FEB conseguiu mobilizar a participação de sujeitos detentores de poder econômico, político e social. Dessa forma, a escrita produzida no Centro também refletiu os interesses da dimensão política local e nacional.

3.8 Função administrativa ou contábil

A função administrativa ou contábil diz respeito à escrituração dos registros dos recursos para a manutenção do Centro. Esses registros mostram a origem das doações em espécie feitas pelos adeptos, dos pagamentos da joia pelos associados, das coletas quinzenais, da assinatura do jornal *Lux*, dos gastos com aquisição de materiais diversos e do auxílio financeiro a pessoas carentes. Com relação a essa escrita, além das informações contidas nas atas, existe um Livro de receitas e despesas do período de 1907-1957. Nele estão os valores das contribuições recebidas e as despesas efetivadas. Percebe-se que, nos anos iniciais de funcionamento do Centro, há um cuidado em especificar as despesas realizadas; posteriormente, os registros vão se tornando escassos, havendo a preocupação de registrar apenas os valores arrecadados nas coletas e as doações recebidas.

Figura 13: Livro de receitas e despesas (1907-1957)



Fonte: *Centro Psychico de Caetité*.

Os recursos para a manutenção da associação deveriam vir das contribuições dos sócios. O Estatuto do Centro, no seu artigo 7º, define que os sócios inscritos são obrigados, a partir da sua admissão, ao pagamento de uma joia no valor de 5\$000 réis e a contribuir mensalmente com a coleta; estipula, ainda, no art. 7º, §2º, que a “quantia não seja inferior a 500 reis por cada uma, ou quando não estiverem presentes as sessões de collectas, recolher 1\$000 por cada mez” (ESTATUTO DO CEAS, 05/06/1928). O grupo dos membros do Centro era formado por pessoas de diferentes condições econômicas; as atas evidenciam que essas diferenças também eram consideradas nos momentos de decisões que envolviam a contribuição financeira dos membros:

[...] Passando-se a deliberar qual a joia que devia pagar não só os socios já admitidos como aquelles que no futuro fossem admitidos, depois de longa discussão, assentou-se que seria de cinco mil reis, ficando aquelles socios que não pudessem pagal-a de prompto a faculdade de recolhel-a por prestações na medida de suas forças. Discutindo-se mais sobre a contribuição ordinaria que deveria ser lançada sobre os socios afim de acudir-se as necessidades materiais do centro, ficou assentado que na primeira sessão de cada mez fizesse-se uma collecta contribuindo cada socio com o que pudesse em ordem a não haver vexame nem pressão sobre os bons irmãos que destituídos de recursos ou dispondo de poucos, não o pudessem contribuir ou o pudessem mesquinamente. Ficou mais assentado que os socios mediuns que escrevem no centro é facultado contribuir ou não à sua vontade com a joia ou na collecta, uma vez que prestam relevantes serviços como intermediarios entre o centro e o mundo invisivel (ACTA, 19/01/1906).

Na escrita contábil da instituição é possível verificar que, nos anos iniciais de seu funcionamento, as contribuições eram frequentes e de valores elevados, o que possibilitou a construção de um novo edificio para a sede, executada no período de um ano. Concomitante com a construção, houve a realização de projetos sociais. Posteriormente, a instituição passou por um período de dificuldades financeiras, talvez em função da diminuição do número dos frequentadores e, conseqüentemente, de contribuintes. Nesse ínterim, foi relevante, para a continuidade das atividades, o auxílio financeiro proveniente das famílias espíritas, principalmente as de maior poder econômico.

Visto que no *Centro Psychico* havia uma diversidade de tipos de escrita, o que nos permitiu perceber os cuidados que eram atribuídos à elaboração dessa escrita, isso nos leva a questionar: qual a materialidade utilizada em sua produção? Como se dava o acesso a esses materiais?

3.9 Materialidades da produção escrita: acesso e usos

No Centro, o processo de produção da escrita e da leitura utilizou-se de determinados objetos, que se revestiam de usos e funções específicos, sobretudo para a escrita manuscrita, que tinha maior demanda. Assim, identificar quais eram os insumos e a materialidade dos instrumentos utilizados nos permite compreender as suas especificidades, como, por exemplo, entender a dinâmica de acesso e aquisição desses objetos na cidade; ou perceber que a existência do trabalho de encadernador sinaliza os avanços e as limitações da produção para a época. Dessa maneira, interessa-nos saber: quais eram esses objetos, que usos e funções eles tinham no processo de produção da escrita e da leitura?

A produção da escrita no Centro requeria a utilização dos seguintes objetos: blocos de papel linho, blocos de papel ordinário, lápis bons, livro para atas, papel para livro, papel ordinário, penas, tinta, tinteiro. Esses insumos aparecem na relação do Livro de receitas e despesas do Centro como materiais adquiridos para a escrita, especialmente o papel, que era o suporte básico para a sua produção. Na relação das despesas, aparecem como objetos de consumo “blocos de papel linho”, “blocos de papel ordinário”, “lápis bons”, “livro para atas”, “papel para livro”, “papel ordinário”, “penas”, “tinta” e “tinteiro”¹⁶⁶. Nos materiais listados, discriminam-se diferentes tipos de papéis, que eram utilizados para finalidades específicas. O papel linho, por exemplo, por ser de melhor qualidade e mais resistente, era utilizado para a confecção de convites, capas de opúsculos, cartas e outros suportes que eram produzidas para as ocasiões formais. O papel ordinário era comumente empregado em atividades da escrita cotidiana, como nos rascunhos das atas, na psicografia das manifestações espirituais, exercícios mediúnicos, etc. Para ratificar o uso intenso do papel, as atas revelam que, numa sessão por meio do médium Hermínio, foram utilizadas 42 páginas de bloco¹⁶⁷; em outro momento, o mesmo médium teria escrito com “rapidez incrível e vertiginosa, 25 páginas de bloco”¹⁶⁸. A ênfase no quantitativo de folhas de papel utilizadas na escrita evidencia o quanto se produziu da escrita mediúnica. Entretanto, deve-se ressaltar que essa intensa produção psicográfica não ocorria em todas as sessões mediúnicas. O papel para livro foi outro tipo também utilizado; tratava-se de um papel vendido por folha, usado para as compilações e produção de livros.

¹⁶⁶ Livro de receitas e despesas do Centro (1907-1957).

¹⁶⁷ Acta, 30/03/1906.

¹⁶⁸ Acta, 28/06/1907.

Jean Hébrad (2000), ao historicizar o processo de confecção do suporte caderno ou livro a partir do século XVI e até pelo menos meados do século XIX, destacou que os objetos de escrita, por exemplo, os cadernos eram produzidos pela aquisição avulsa das folhas de papel. Dessa forma, o trabalho podia ser feito pelo encadernador tanto após a escrita das folhas, ou antes da sua utilização. Assim, a forma final do suporte dependia da utilidade para a qual o livro se destinava. Essa forma de confecção de livro também foi realizada pelo *Centro Psychico*, em Caetité. Os materiais conservados evidenciam que, na cidade, essa prática perdurou até o século XX, como mostra, por exemplo, a encadernação da revista *Reformador*, do Livro de distribuição gratuita de remédios da farmácia homeopática e de outros materiais que foram produzidos, especialmente por João Gumes, a exemplo dos seus romances manuscritos.

Para a escrita manuscrita, também se fez intenso uso da pena¹⁶⁹, do tinteiro e do lápis, instrumentos indispensáveis à sua produção. A coexistência do uso da pena e do lápis permite pensar a necessidade de se tomar alguns cuidados em sua utilização. A pena demandava uma escrita meticulosa, exigindo certa destreza por parte do escrevente. Por sua vez, o lápis, pela facilidade do manuseio, foi utilizado para várias funções, entre elas, nos rascunhos das atas e anotações nas sessões mediúnicas. Ao considerar as condições de produção dessa escrita no Centro, principalmente a mediúnica, sabe-se que ela poderia ocorrer de forma adversa, podendo existir situações em que se quebrava o lápis, por isso o uso de material resistente era aconselhável. Portanto, a especificação para se comprar “lapis bons” sugere ser útil para evitar situações como a ocorrida em uma sessão: “[...] manifestou um espirito sofredor [...] rasgou papel, quebrou lapis [...]” (ACTA, 31/08/1906).

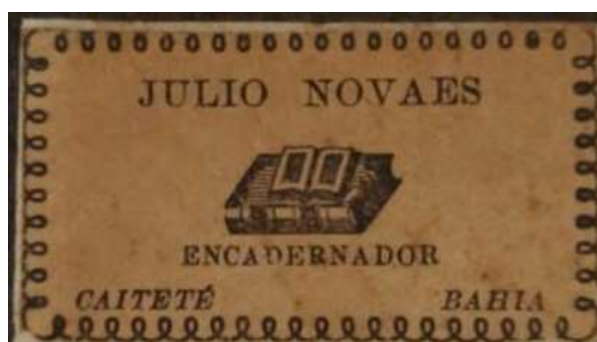
Para a produção de livros ou de outros tipos de compilações, existia na cidade demanda pela função de encadernador. Anúncios publicados¹⁷⁰ no jornal *A Penna* destacavam a

¹⁶⁹ O Livro de receitas e despesas do Centro não define o tipo de pena que era utilizada para escrita. Com relação ao seu uso numa sessão mediúnica, Souto Maior (2013), no livro que trata da biografia de Kardec, reproduz uma reportagem publicada por um jornal francês em 02/08/1860; nela o jornalista descreve as respostas emitidas por um médium e evidencia as condições em que se deu a escrita: “sentada à mesa, caderno aberto à sua frente, pena de ganço à sua mão – ‘e não uma pena metálica, pois os espíritos têm horror aos metais’, explicava o jornalista – [...]” (MAIOR, 2013, p.154). Até o momento não encontramos outra referência sobre o uso da pena metálica pelos médiuns; acreditamos que a utilização desse suporte de escrita não fosse adequado para a sessão mediúnica, na medida em que a psicografia nem sempre acontecia de forma tranquila – em alguns momentos, o médium é tomado por movimentos bruscos, e a força que imprime ao papel por meio desse tipo de material de escrita pode facilmente perfurá-lo ou rasgá-lo.

¹⁷⁰ Segundo Alessandra El Far (2004), no Rio de Janeiro as livrarias, além de publicarem nos jornais as listas de livros que eram anunciados a preços “baratíssimos”, também publicavam notas com frases de impacto; isso funcionava como parte das estratégias de venda para despertar a curiosidade do leitor (EL FAR, 2004, p.79).

disponibilidade de um “Encadernador – PESSOA HABILITADA E PRACTICA encarrega-se da encadernação de livros. Pode ser procurada na Typ. D’A Penna”¹⁷¹. Interessante observar que a nota confere destaque especial às habilidades do sujeito. A condição de ser uma “pessoa habilitada e practica” é característica que reforça a ideia de que havia, na cidade, uma produção de livros e outros materiais que necessitava de tais serviços. A divulgação desse trabalho era feita por meio do jornal e de cartões personalizados com o nome do encadernador, conforme consta na contracapa de alguns livros de atas do Centro, como, por exemplo, o do encadernador Júlio Novaes, de Caetité-Bahia, conforme mostra a figura n.13. Percebe-se, assim, que a instalação de uma tipografia na cidade não determinou de imediato o fim da produção de livros manuscritos, visto que havia a coexistência entre a produção manuscrita e a produção impressa. Dessa forma, eles continuaram sendo produzidos concomitantemente aos impressos, o que mostra a permanência desse tipo de produção.

Figura 14: Cartão divulgando a função de encadernador



Fonte: Livro de atas do *Centro Psychico de Caetité*, 1911.

Em Caetité, desde meados do século XIX havia espaços destinados à venda dos insumos para a escrita, espaços que eram conhecidos como “armazéns” ou “vendas”. Neles comercializava-se um pouco de tudo o que a população necessitava, como insumos secos e molhados, tecidos, utensílios domésticos, entre tantos outros produtos. O armazém de D. Theodora ofertava, além dos mais variados objetos de consumo, alguns vindos de outras regiões; vendia também material de leitura, como dicionário e Código Criminal utilizados na Escola Particular de Primeiras Letras de João Antônio Gumes¹⁷². Tudo isso compunha a gama de produtos dispostos ao consumidor caetiteense. A designação das casas comerciais como “armazéns” ou “vendas” não foi restrita apenas a Caetité, mas esteve presente em outros estados do Brasil.

¹⁷¹ A Penna, 10/02/1927, p.4.

¹⁷²Fonte: Livro de Matrícula da Escola Particular de Primeiras Letras de João Antônio dos Santos Gumes. Acervo: Particular de João Antônio dos Santos Gumes, Caixa: 03, maço: 07.

No Rio de Janeiro, o livro tanto podia ser comercializado por profissionais da área, como ser negociado entre as mercadorias expostas nesses locais (DEAECTO, 2010, p.420).

A tipografia de *A Penna* foi o espaço responsável pela impressão de jornais, além de materiais diversos como revistas, livros e folhetins de diferentes instituições. Os seus serviços tipográficos não se restringiam a Caetité, atendendo também a encomendas dos municípios vizinhos. A tipografia funcionou ainda como livraria¹⁷³, ofertando livros destinados a crianças, jovens e adultos. Os anúncios¹⁷⁴ ainda revelam a venda de livros em francês: “Aos que estudam o francez, recommendamos a aquisição das ‘Nouvelles narrations françaises’”¹⁷⁵ (A PENNA, 20/09/1928). Notas publicadas na própria gazeta propagavam a venda dos seguintes materiais:

A Typ. D’A PENNA

Communica à sua distincta freguesia, que nesses últimos dias recebeu não só da Bahia como também do Rio de Janeiro, um variado sortimento de cartas e cartões com envelopes para luto; cartas finas, de linho para convites e participações, cartões em profusão para visitas, felicitações, envelopes comerciais e muitos outros artigos de papelaria, o que tudo vende por preços convenientes (A PENNA, 10/02/1927, p.4).

Dessa forma, percebe-se que a tipografia funcionava também como uma papelaria, e vendiam-se “notas promissórias em grande profusão, aos centos e milheiros” (A PENNA, 10/02/1927, p.4), bem como cadernetas para notas escolares, cartões de visita, “papéis de toda espécie” e obras da Doutrina Espírita.

Outro local de venda dos insumos era o “Armazem 1º de janeiro”, fundado em 1898, de propriedade de Frederico Dantas de Castro¹⁷⁶. Essa casa comercial doou livros para a escrita das atas do *Centro Psychico*; essa doação ficava identificada na contracapa de alguns deles. Em um livro de atas foi encontrado o seguinte cartão de propaganda do estabelecimento:

¹⁷³De acordo com El Far, no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX, com a proliferação do comércio livreiro, nas livrarias, além da venda de livros, podiam-se acessar outros serviços, como a edição, impressão e encadernação (EL FAR, 2004).

¹⁷⁴ Nota-se que a imprensa no Brasil, em meados do século XIX, foi um dos espaços de divulgação de materiais literários. No Rio de Janeiro, as livrarias, além de publicarem nos jornais as listas de livros, anunciados a custos “baratíssimos”, também publicavam notas com frases de impacto; isso funcionava como parte das estratégias de venda para “despertar a curiosidade do leitor” (EL FAR, 2004, p.79).

¹⁷⁵ Novas narrações francesas (tradução livre).

¹⁷⁶Será abordado no capítulo seguinte.

Figura 15: Cartão do Armazém 1º de Janeiro

Fonte: Livro de atas do *Centro Psychico* de Caetité (1908).

Figura 16: Carimbo do Armazém 1º de Janeiro

Fonte: Livro de atas do *Centro Psychico* de Caetité (1910).

Figura 17: Contracapa do Livro de atas (1918).

Fonte: Livro de atas.

Figura 18: Cartão do Armazém 1º de Janeiro (1915)

Fonte: Livro de atas.

Os diversos tipos de cartões e o carimbo de publicidade do “Armazem 1º de Janeiro”, inscritos e preservados no interior do *Livro de atas* da instituição, são indícios de relações de troca entre as instituições em Caetité. A doação de materiais úteis ao *Centro Psychico* pode ser entendida como estratégia do proprietário do armazém para divulgar e propagar o seu estabelecimento, conforme se explicita em um dos anúncios dos cartões – “vendas sem exceção” – e num tom meio que de desafio diz: “ver para crer”. O ato de colaborar com o Centro, ofertando esse tipo de material, ainda poderia lograr algum êxito ao seu proprietário diante dos consórcios da instituição espírita.

Conforme visto em Caetité, a existência de espaços como “armazéns”, “lojas”, tipografia, que também funcionavam como livraria, favoreceu o acesso a diferentes materiais para a produção e diversificação da escrita. Isso permite-nos entender “o que os sujeitos faziam com a escrita” no Centro, e não apenas o que “a escrita fazia com as pessoas”, segundo proposição de Olson e Torrance (1995). Assim, o acesso a esses insumos viabilizou algumas condições

para a produção dos registros. Esses elementos revelam, de certa forma, o lugar que os membros dessa instância religiosa delegavam a cultura escrita.

É possível afirmar que a escrita produzida no *Centro Psychico* atendeu a uma “funcionalidade interna” (VIÑAO FRAGO, 1993), visto que ela partia de uma necessidade gerada por seus adeptos, ao atender às funções de ordem civil e pessoal, normativa, formação de redes de publicação entre os periódicos, política e contábil. Infere-se, assim, que os registros produzidos nas diferentes atividades do Centro, como nas sessões espíritas, nas conferências, nas sessões comemorativas, entre outras, caracterizou momentos marcados por diversos eventos de letramentos, nos quais prevalecia a escrita manuscrita, que era, por vezes, mediada pelo oral e pelo gestual. Em tais eventos, foram utilizados diferentes tipos de suportes como o livro, folhas avulsas, papel linho, e outros. Entre os gêneros textuais, notou-se a presença de cartas, atas, estatutos, rascunhos, registros de despesas e de distribuição de remédios. Ficou evidente que a escrita produzida no *Centro Psychico* também atendeu a uma “funcionalidade externa”, ou seja, a funções mais amplas que são inerentes à doutrina religiosa, especialmente ao produzir a escrita mediúnica, de assistência social e espiritual e a difusão de saberes da homeopatia. Assim, além de cumprir os objetivos aos quais se destinavam esses saberes, buscava, sobretudo, difundir o proselitismo religioso e conquistar adeptos para a doutrina.

CAPÍTULO 3: A LEITURA NO *CENTRO PSYCHICO*

(...) o livro é o ovo, do qual nasce todo o nosso movimento, saem os pregadores, abrigos, asilos, escolas, associações, porque o livro é o ilustrador da doutrina, o renovador constante da fé. São os Guias que os lançam; é o instrumento de que se servem êles. Realmente, um movimento científico, filosófico, religioso que tem por finalidade transformar o mundo pela instrução dos indivíduos, pela preparação de uma nova cultura e com ela de uma nova mentalidade, tal movimento, como é o nosso, espírita, tem necessidade crescente de livros.

(BRAGA, 1945, p.08).

No capítulo 2, mapeamos os tipos e funções das escritas que foram produzidas no/pelo *Centro Psychico*. Vimos que a produção manuscrita teve destaque, principalmente, com a redação das atas e das cartas. Na produção das atas, destacaram-se os registros de presença dos sócios, discussões pertinentes ao funcionamento da instituição, estudos formativos na doutrina e mensagens enviadas pelos guias espirituais orientando as ações dos dirigentes e dos membros da agremiação. Além disso, essas atas trouxeram à tona questões de ordem pessoal dos membros, da política e de aspectos sociais, muitas vezes, relacionados à cidade. Assim, tentamos nos aproximar das práticas de escrita realizadas nessa instância religiosa, o que nos levou a constatar algumas das várias funções da escrita – civil e pessoal, normativa, assistência social, espiritual, formação de redes de publicações entre os periódicos, política, administrativa, saberes da homeopatia e a mediúncia. Entre esses tipos de escrita destaca-se a mediúncia, que tem papel central na instituição, sobretudo porque, por meio dela, ocorre a comunicação entre o mundo espiritual e o mundo dos vivos, além de servir, também, para divulgar e propagar o Espiritismo. Para entender os cuidados com a produção e a organização dessa escrita, foi necessário identificar quais os insumos utilizados na sua produção e onde eles eram adquiridos.

Neste terceiro capítulo, o objetivo é reconstituir a leitura no Centro, identificando, a partir das proposições feitas por Darnton (1990), *o que se lê, como se lê, quem lê e o modo de ler*. Mapear esses elementos nas práticas de leitura propiciou-nos os “indícios sobre a natureza de sua experiência” (DARNTON, 1990, p.56). Primeiramente, discutimos o papel do leitor-mediador, principalmente, o diretor¹⁷⁷, ou outro membro da diretoria que era o portador de uma leitura autorizada. Em seguida, identificamos os seus tipos e como eram realizadas. Para isso, elencamos quatro grupos de leitura/audição: ordinárias; fundantes da doutrina; indicadas

¹⁷⁷ Na documentação da pesquisa, os termos diretor e presidente são utilizados de forma correlata para designar o cargo.

pela FEB e as literárias. Observamos a importância que assumiam no contexto de surgimento e de prática da Doutrina Espírita em Caetité. Nessa reconstrução, tomamos como fontes para a análise, particularmente, atas, cartas, cartões, Livro de receitas e despesas e livros do acervo inicial do Centro. Embora as leituras realizadas na instituição estivessem orientadas pela FEB, pressupomos que o diretor ou outro membro da diretoria, com a função de leitor-mediador “autorizado” para fazê-las, imprimia nelas os sentidos, os usos e as apropriações considerados legítimos à interpretação dos textos lidos.

Então, como acontecia a leitura no *Centro Psychico*? Individual ou coletiva? Qual a função do leitor-mediador?

4.1 O papel do leitor-mediador “autorizado”

Para mapear quais e como eram realizadas as leituras no *Centro Psychico*, partimos do princípio de que elas “[são] sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos” (CHARTIER, 1994, p.13), ou seja, os elementos que fazem parte do ritual estável do grupo praticante nos dizem muito sobre as condições históricas em que foram produzidos, assim como da sua comunidade de leitores¹⁷⁸. Com relação à forma de recepção e apropriação desses textos, consideramos que vários elementos interferem nesse processo. No caso dos textos religiosos, em especial, a liberdade de interpretação dos sujeitos é controlada pela modalidade partilhada do ler, visto que as leituras realizadas na comunidade são feitas em voz alta e, principalmente, pela figura do leitor-mediador, que busca imprimir a elas um sentido “autorizado”. Passamos, então, a historicizar como isso acontecia e identificar quem era e qual a função do leitor-mediador.

No Centro, a sessão ordinária, conforme visto, acontecia às terças e sextas-feiras e podia ser dividida em alguns momentos: num primeiro momento, o presidente, na figura de dirigente, era o responsável pela abertura da reunião e pela condução dos trabalhos. Ele saudava os presentes e em seguida fazia uma oração em voz alta, que era acompanhada pelo grupo em silêncio. Depois, acontecia a leitura da ata da reunião anterior, que também era feita em voz alta¹⁷⁹ para a coletividade, seguida de sua aprovação, conforme visto no capítulo inicial.

¹⁷⁸ Segundo Chartier (1994), a comunidade de leitores é formada, no geral, por sujeitos que estão submetidos a determinadas práticas e regras de leituras próprias, portanto, específicas das diversas comunidades, como, por exemplo, espirituais, intelectuais, profissionais.

¹⁷⁹ Entre os diferentes modos de acesso aos textos, Chartier chama atenção para as maneiras de ler. Destaca, por exemplo, a leitura em voz alta, ressaltando a sua dupla função: “comunicar o texto aos que não sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidades imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a

Faziam-se então os comunicados e também a leitura “das manifestações da sessão passada e aquelles pontos mais essenciaes à obtenção da boa ordem e a união entre todos os socios” (ACTA, 03/04/1906). O presidente do Centro era o responsável por conduzir os trabalhos e, na sua ausência, o vice ou segundo secretário assumia o cargo. A função de leitor-mediador autorizado permite-nos questionar o que a constituía e quais os requisitos necessários para o seu desempenho. Esse papel restringia-se apenas às pessoas com elevado nível de letramento? Quais as especificidades dessa função no *Centro Psychico*?

Bastante sintomático foi o pronunciamento feito pelo segundo secretário eleito, César Garcez. Ele exemplifica uma das condições para se cumprir a função de leitor. Após agradecer a todos pela sua eleição para o referido cargo, comentou as suas limitações,

devido a difficuldade com que lueta para ler à noite julga conveniente dispensal-o, promettendo sempre trabalhar à medida de suas forças em beneficios do Centro da sublime doutrina que professamos (...) disse que não basta lel-os (os Evangelhos); é preciso estudal-os, procuremos o irmão que melhor nos sabe explicar (ACTA, 25/12/1909) (grifos nossos).

Da atitude de César Garcez, ao abdicar do cargo para o qual foi escolhido, depreendemos ao menos duas questões. Primeiro, a ação revela certo receio, por não se sentir em condições de desempenhar a função de leitor e mediador, uma vez que as leituras deveriam ser realizadas em voz alta, com fluência e segurança. A condição de não enxergar bem era limitadora para assumir um cargo que exigia domínio da leitura para que os trabalhos fossem conduzidos no Centro. Isso se justifica diante do fato de que, na ausência do presidente ou do vice, o segundo secretário deveria ocupar a função de leitor nas sessões. Em segundo lugar, e exatamente por isso, ele se sentia inibido frente a outros membros que tinham maior domínio da leitura, assim como da escrita.

Entretanto, as atas, o jornal *Lux* e o Livro de manifestação dos espíritos demonstraram que, em casos excepcionais, por meio da mediunidade, pessoas com baixos níveis de letramento podiam também desenvolver a função de leitor e expositor, a exemplo de Virgílio Cotrim, como foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Assim, a função de mediador ou leitor do texto tanto podia ser exercida por um dos membros, como também podia acontecer por meio de uma manifestação mediúnica. Uma evidência

intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada” (CHARTIER, 1994, p.16-17). No *Centro Psychico*, a leitura em voz alta cumpria a dupla função de comunicar o texto, tanto aos que sabiam, como aos que não sabiam ler, como uma maneira de informar, atualizar e construir a memória de determinados fatos. Outra função era consolidar a forma de sociabilidade em torno do Espiritismo.

dessa ocorrência refere-se à leitura de um capítulo do *Livro dos médiuns*, “o qual foi explicado por um dos nossos guias que falam pelo médium Virgílio, com frases, como sempre, repassadas de amor e carinho. Convida-nos a fazermos a nossa regeneração; arrancando de nossos corações os vícios e torpezas” (ACTA, 10/03/1922). Inferimos que essa leitura teve um significado relevante para o grupo, pois foi explicada por um “guia do Centro” através do médium (falante). Logo, a mensagem oral emitida pelo médium Virgílio, que se dizia “analfabeto”¹⁸⁰, possuía forte poder de persuasão, na medida em que se acreditava vir de um “espírito superior”, detentor de autoridade. Portanto, ela demandava, de certa forma, respeito por parte dos adeptos. A partir disso, percebe-se que, no Centro, a sociabilidade em torno da escrita possibilitou, de forma peculiar, que pessoas consideradas pouco letradas tivessem contato mais intenso com as culturas escrita, ocupando a função de leitor-mediador¹⁸¹ com “competência” e “autoridade”.

Para formar e preparar o leitor/ouvinte espírita, fazia-se necessário instituir, entre os participantes, um clima amistoso e de colaboração mútua. Em orientação enviada pelas mensagens mediúnicas aos membros da instituição, era solicitado que deixassem de “orgulho, de ambição, de rivalidade, de egoísmo”¹⁸². Orientava-se também que eles fossem mais irmãos uns dos outros e salientava-se esta necessidade: que “formeis aulas de philosophia em proveito dos iniciados na crença, para que se fortaleça na fé, pois não compreendem a nossa crença”¹⁸³. A sugestão apresentada para a criação de aulas de filosofia denota a relevância atribuída ao aspecto da formação dos adeptos para a “adequada” recepção dos textos da doutrina. Isso nos remete à ideia de Certeau (2001, p.267) quando analisa o “sentido ‘literal’ das leituras como produto de uma elite social. Na sua perspectiva analítica, a leitura fica circunscrita a uma relação de forças na qual apenas as pessoas “autorizadas” estão capacitadas a decifrar os segredos contidos nos textos, na medida em que elas são consideradas os “verdadeiros intérpretes”. Para o autor, o sentido “literal” revela o poder e o efeito social de

¹⁸⁰ Acta, 03/10/1923, como detalhamos no primeiro capítulo.

¹⁸¹ Em oposição à formação do leitor-mediador da Doutrina Espírita, outros estudos realizados em instância religiosa de diferentes pertencimentos demonstraram que sujeitos com baixos níveis de letramento também podiam exercer a função de leitores na religião. Souza constatou que, em uma comunidade rural do norte de Minas Gerais, as práticas de leitura dos folhetos da Igreja Católica contribuíram com a “formação de leitores, ainda que leitores com um horizonte de leitura relativamente restrito” (SOUZA, 2009, p.103), principalmente para que esses pudessem desempenhar a função de dirigentes do culto. Na mesma direção, o estudo de Silva e Galvão tratou da participação de sujeitos com baixa escolarização em religião pentecostal desempenhando a função de pregadores. Segundo as autoras, a igreja colaborou para aproximar e ampliar o contato deles com as práticas da leitura, uma vez que se pauta na tradição de “permitir que qualquer membro se expressasse oralmente na dinâmica dos cultos” (SILVA; GALVÃO, 2007, p.375). Já para o Espiritismo, a função de leitor-mediador, conforme visto, é exercida por aqueles que detêm um discurso “legítimo” e “autorizado” para fazê-lo.

¹⁸² 1º Livro de manifestação dos espíritos, 19/01/1906.

¹⁸³ 1º Livro de manifestação dos espíritos, 19/01/1906.

uma elite, torna-se uma lei, pois legitima o poder atribuído à interpretação de determinadas classes de profissionais e de clérigos socialmente autorizados. No *Centro Psychico* é visível a tensão entre a prática de uma fé raciocinada e o controle feito pela figura do leitor-mediador, como pode ser observado ao se proporem aulas de Filosofia: visava-se, particularmente, assegurar aos adeptos as condições necessárias para uma interpretação “correta” dos textos, consonante com os preceitos da doutrina.

Havia no Centro um grupo de leitores com uma bagagem mais intensa de leitura, em oposição a outro grupo formado pelos iniciantes, que careciam de um suporte maior que os auxiliasse na “correta” recepção das leituras. Entretanto, pode-se observar que, ao final, de forma coletiva, todos estavam submetidos a uma única interpretação autorizada. A partir das considerações que evidenciam a relevância da função do leitor/mediador para a doutrina, bem como as especificidades subjacentes ao seu processo, torna-se necessário identificar quais eram as leituras por ele mediadas. Partimos do mapeamento do *corpus* de livros, os tipos de leituras feitas no *Centro Psychico* e como elas se davam. Na tentativa de agrupá-las, estabelecemos quatro grandes categorias¹⁸⁴, cujo critério de classificação foi a ordem em que elas aconteciam durante a sessão, de maneira mais ou menos estabelecida, segundo a descrição das atas. Tal ordem, entretanto, podia ser alterada ou modificada, a depender da sessão/reunião realizada.

Assim, nomeamos a primeira categoria como as leituras ordinárias, composta por leitura/audição de atas, orações, cartas, cartões, artigos impressos e outros materiais. A segunda categoria são as leituras fundantes do Espiritismo, ou como são conhecidos os livros da Codificação da Doutrina organizados por Allan Kardec, com o auxílio de espíritos que se manifestaram pelos médiuns. A terceira são as indicadas pela FEB, composta por alguns livros de autores clássicos da doutrina, a exemplo de Léon Denis e Camille Flammarion, textos que foram publicados em periódicos e folhetos produzidos pela Federação. A quarta e última categoria foi designada de literária e engloba os romances, poesias, novelas e opúsculos de cunho doutrinário. No quadro a seguir, sistematizamos a estruturação dessas categorias de leitura.

¹⁸⁴ Como já comentado na introdução deste trabalho, algumas das categorias básicas deste estudo foram definidas desde a elaboração do projeto, as demais categorias e subcategorias foram-se configurando no decorrer das leituras, releituras e no contato com as fontes. Portanto, em cada capítulo outras categorias foram se delineando. Vale ressaltar que essa foi uma das possibilidades de agrupamento das leituras; entendemos que outras possam ser construídas.

Quadro 05: Classificação das leituras realizadas no *Centro Psychico*

| TIPOS | OBJETOS |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Leituras ordinárias | Orações, atas, cartas, cartões, não confessionais. |
| Leituras fundantes da doutrina (Pentateuco de Kardec) | <i>Livro dos espíritos, O evangelho segundo o Espiritismo, Dos Médiuns, O gênese e o Céu e o inferno.</i> |
| Leituras indicadas ou prescritas pela FEB | <i>Revista Reformador</i> , mensagens mediúnicas, livros científicos, filosóficos/outros, <i>Os quatro evangelhos de Roustaing</i> e Impressos variados. |
| Leituras literárias | Romances/novelas, poesias e opúsculos. |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas seguintes fontes: livro de atas, cartas, cartões.

Dessa classificação, passamos a identificar o que se lia e como se lia. Interessa-nos saber como se davam essas leituras no cotidiano do Centro e quais eram as suas funções.

4.2 Leituras ordinárias

Nomeamos ordinárias aquelas leituras que estavam inscritas nas ações cotidianas do Centro e que foram estabelecidas por normas gerais que definiam a dinâmica de organização e funcionamento das sessões. Elencamos, nessa categoria, a leitura/audição de materiais diversos e de suportes variados, podendo ser confessional ou não. Portanto, nela se inscrevem as leituras feitas a partir das escritas manuscritas ou impressos produzidos no seu espaço, cujo conteúdo era posteriormente lido em voz alta durante as sessões, a exemplo das orações, atas, cartas, cartões e as não confessionais. Faziam parte também desse quadro os materiais impressos, vindos de outros lugares, que foram publicados em jornais, revistas ou livros e tinham como objetivo mais amplo formar e informar o leitor acerca da Doutrina Espírita.

A oração inicial acontecia no primeiro momento da sessão, mas, no seu decorrer, podiam também acontecer outros tipos de orações e, no seu encerramento, a oração final. Elas faziam parte das leituras ordinárias implícitas à doutrina, entretanto, havia ainda as que só eram oralizadas caso houvesse necessidade, considerando-se que se destinavam a situações específicas. A oração fazia parte do ritual de abertura da sessão e geralmente era proferida pelo dirigente – o diretor ou vice-diretor –, acompanhada pelo público presente. Na ausência dos dois, o secretário costumava assumir a função. As atas geralmente mencionam que foi “lida a oração do começo” (ACTA, 30/03/1906). Nos anos iniciais de funcionamento do Centro, era comum que os membros se colocassem de pé nos momentos destinados à oração.

Outro tipo de leitura ordinária era a da ata da sessão anterior, feita em voz alta. Tal condição era imprescindível para a sua aprovação, ocorrendo logo no início da reunião. O momento da leitura servia para relembrar e retomar os assuntos tratados na sessão/reunião anterior. Tal

procedimento era importante para que os participantes aprovassem a ata, concordando ou sugerindo alteração do registro escrito. Conforme se observa, foram ínfimas as ressalvas propostas; tem-se, por exemplo, a sutil correção feita por Aristides Spínola, segundo a qual propunha que, onde se lia “Federação Spirita do Rio de Janeiro devia-se ler Federação Espírita Brasileira”¹⁸⁵. Assim, percebe-se que a oralização do texto escrito e a sua confrontação com as lembranças da reunião anterior permitiam fazer a reflexão das falas. Esse procedimento mostra como as dimensões oral/escrito/gestual/sensações estão interligadas, na aproximação da redação da ata aos acontecimentos da última reunião. Esse aspecto enseja-nos pensar na escrita como uma atividade metalinguística, “[...] da mesma forma que a fala representa o mundo, tornando-o objeto de reflexão, a escrita representa a fala e, assim, faz dela um objeto de reflexão” (OLSON; TORRANCE, 1995, p.13). A reiterada leitura das atas demonstra que havia uma ação intencionada para que os ouvintes pudessem pensar e refletir sobre as questões ali escritas. Isso torna evidente que, apesar das especificidades inerentes ao oral e ao escrito, essas dimensões não são excludentes, mas complementares.

As cartas e os cartões constituíram outro objeto de leitura e de socialização do escrito. As missivas eram um dos principais modos de comunicação utilizados pela instituição para manter contato com outras instituições ou com pessoas em particular. Portanto, as cartas atendiam a diversas e variadas funções. Os cartões, por sua vez, traziam textos mais objetivos e concisos, dada a sua formatação e tamanho. Os assuntos neles tratados eram dos mais diversos, mas, geralmente, informavam sobre algo que fora ou que iria ser realizado. Os cartões também se destinavam às ocasiões em que se pretendia felicitar, parabenizar, congratular ou se solidarizar pela morte de alguém.

Como exemplo, observa-se a ocorrência de leitura de cartão, registrada em ata: “[...] Leu-se um pequenino cartão assignado pelo Senhor Aureliano A. Neto, de Condeuba-BA, endereçado á redacção do ‘Lux’, dando os pesames pelo falecimento do nosso saudoso Presidente, João Gumes” (ACTA, 23/05/1930). Outros cartões foram enviados com o objetivo de manter contato e/ou felicitar, como demonstra o relato em ata: “Foi nos apresentado um cartão da nossa confrade D. Priscilla Spínola, que se acha na capital do estado em cujo cartão envia-nos felicitações” (ACTA, 10/04/1908). Naquela época, em Caetité, era recorrente o uso do cartão de visita¹⁸⁶ impresso e personalizado, isto é, com o nome da pessoa. Esse tipo de

¹⁸⁵ Acta, 26/12/1905.

¹⁸⁶ No APMC, em acervos particulares há cartões de visita que pertenceram a diversos sujeitos; entre eles, por exemplo, destaca-se Lima Júnior, que possuía cartões pessoais de tamanhos variados.

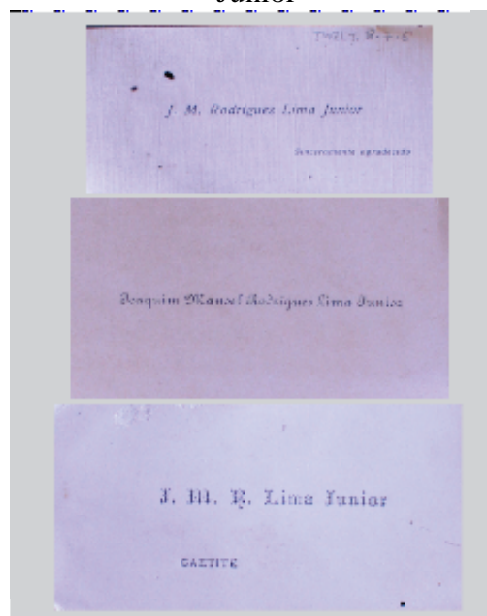
cartão, além de identificar o seu portador, comumente era utilizado com a finalidade de transmissão de um recado manuscrito. Essa prática aconteceu no Centro, conforme demonstram os comunicados que Aristides Spínola redigiu no cartão, conforme se vê abaixo (figuras 18 e 19). Assim, na cidade, era usual a circulação de cartões de identificação, tanto pessoais quanto institucionais.

Figura 19: Cartão da biblioteca



Fonte: Acervo da família de Deocleciano Teixeira, APMC.

Figura 20: Cartões pessoais de Lima Júnior



Fonte: Acervo da família do Barão de Caetité, APMC.

Por fim, identificamos as leituras não confessionais. Essa categoria engloba temas considerados externos à doutrina, mas pela necessidade podiam ser lidos no decorrer da reuniões, que eram realizadas com o intuito de embasar algum posicionamento do Centro. Temos, por exemplo, o seguinte caso: “[...] O director leu o Código Civil na parte que permite aos menores de 21 e maiores de 16 annos entrarem no gozo de seus direitos civis com relação à admissão como socios, contanto que haja aquiescencia de seus paes” (ACTA, 6/06/1917). A oralização desse documento jurídico, seguida de discussão, serviu para fundamentar a decisão do grupo quanto à solicitação encaminhada à direção pelo membro professor Antônio Públio, para que fossem incluídas como assistentes Cândida, Áurea e Carmem, apesar da menoridade das sócias inscritas. O diretor leu também o capítulo dos estatutos do Centro, no qual se tratava da classificação dos sócios e sua inclusão. A partir dele foi feita a seguinte consideração:

A assistente Carmem é menor de 14, Aurea é menor de 16 e Candida é maior de 16. Discutindo o caso a luz do estatuto, não poderia Carmem ser mesmo sócia neophita, que Aurea podia ser e Candida não poderia ser inscripta por não ter ainda passado para o segundo gráo, isto é, ainda não ter sido admittida como sócia neophita. Assim, foram admittidas por unanimidade de votos como sócias neophitas Candida e Aurea Gumes, as quaes assignarão esta acta (ACTA, 08/06/1917).

Observa-se que, apesar de Áurea ser menor de 16 anos, ela foi admitida na condição de sócia assistente, pelo fato de já ter passado, no Centro, para o segundo grau, ou seja, deixou de ser sócia “neófita”, não obstante o Código Civil da época limitar o gozo dos direitos civis aos indivíduos acima dessa idade. Entretanto, o que chama a atenção é a importância desse assunto ao ser exposto em voz alta, e que, a partir desse episódio, desencadearam-se outros tipos de leitura.

Antes de tomarem a decisão de admitir ou não Cândida, Carmem e Áurea, filhas do presidente João Gumes, como sócias assistentes no Centro, os membros da diretoria, juntamente com os sócios, procuraram se fundamentar em leituras de natureza jurídica, civil ou religiosa, de forma a embasar legalmente as suas ações. Houve membros que defenderam a admissão de Carmem como sócia assistente, apesar de a pleiteante ainda ser menor de idade. Essa ação faculta-nos observar que as leituras ocorridas no âmbito da instituição religiosa não se restringiram ao seu aspecto confessional; eram também momentos de formação política, o que implica tomada de decisões e de adoção de posicionamentos, apesar de prevalecerem os interesses vinculados a determinado grupo em disputa.

Outras leituras não confessionais também foram realizadas e, em muitos casos, oralizadas. Exemplo disso foi a notícia sobre a epidemia da gripe espanhola que assolava o Brasil, nas décadas iniciais do século XX. Essa leitura foi acompanhada de uma oração pela melhoria da situação, e na ocasião o diretor disse: “Deveis supplicar, ainda mesmo que essa terrível epidemia que se alastra por toda a parte, não venha em nosso meio, rogando com fé profunda no Pae Celeste, para que elle faça baixar a sua misericordia e a luz para toda a humanidade, que soffre esses horrores” (ACTA, 10/12/1918). Com relação a esse tipo de leitura, as atas revelaram menor ocorrência, o que não significa dizer que os temas tratados se restringiram às questões aqui apresentadas, sendo possível que ocorressem em maior número. Assim, elas também fizeram parte das leituras ordinárias que aconteciam no dia a dia das reuniões no Centro, cumprindo uma função informativa e formativa.

4.3 Leituras fundantes da doutrina

As leituras fundantes da doutrina referem-se aos livros considerados básicos¹⁸⁷, que contêm os princípios filosóficos, doutrinários e religiosos do Espiritismo. Entre eles, destacam-se o *Livro dos espíritos*, o *Livro dos médiuns*, o *Evangelho segundo o espiritismo*, o *Gênesis e O céu e o inferno*, codificados por Allan Kardec e elaborados com a ajuda dos espíritos, conforme sua definição. Esse conjunto evidencia como a presença do livro e da leitura desses textos está fortemente imbricada na constituição da Doutrina Espírita.

Além desses livros, o Espiritismo utiliza diferentes tipos de textos impressos, recursos que servem para auxiliar os adeptos na compreensão dos seus preceitos. Conforme assinalado por Braga (1945), os livros servem para a preparação de uma nova cultura e de uma nova mentalidade e não se restringem apenas às obras fundantes. Segundo o autor, precisa-se

[...] de muitos, e sempre novos livros, porque o Espiritismo não fica estacionário em uma coleção de obras, nem mesmo as que apresentamos como fundamentais da doutrina [as obras de Allan Kardec]. A essas obras básicas vão-se juntando, dia a dia, novas experiências, novos fatos e testemunhos que ampliam sempre os ensinamentos e lhes dão novo sabor em forma de romances, novelas, põem-nas, num renovar constante, cheio de vitalidade, vibrante de fé.

O Espiritismo é a Revelação permanente que nos apresenta dia a dia novos ensinamentos, à medida que os podemos assimilar, e assim reclamar renovação permanente de sua literatura (BRAGA, 1945, p. 14).

Ao destacar a presença do livro na constituição da doutrina, retomamos o ato de fundação do Centro, quando Aristides Spínola ofertou à instituição *O livro dos espíritos*. Tal obra também foi indicada pelo “guia” do Centro, o “espírito St. Julia, aconselhou-nos muito estudo, principalmente dos livros: dos Espíritos e dos Mediuns”¹⁸⁸, como uma das leituras iniciais a serem feitas pelo grupo. Esse gesto endossa o simbolismo e a relevância que essa prática tinha (e ainda tem) para a doutrina, especialmente o destaque atribuído aos livros do Pentateuco.

Para o neófito, era indispensável ler a introdução do *Livro dos espíritos*, pois nele Kardec [1857](1999) discute, entre outras questões, as implicações das palavras espírita, Espiritismo e alma. Faz uma apresentação da Doutrina Espírita, historicizando o seu processo de constituição desde as primeiras manifestações do fenômeno nos Estados Unidos, até a sua sistematização na França, em 1857, além de apresentar os principais pontos da doutrina. O

¹⁸⁷ Esses livros foram abordados no capítulo 1 deste trabalho.

¹⁸⁸ Acta, 27/12/1905.

livro divide-se em quatro partes: na primeira, abordam-se as causas primárias, ou seja, a gênese da sua formação; a segunda é intitulada “O mundo espírita ou dos espíritos”; a terceira parte, “Leis morais”, e a quarta parte, “Esperanças e consolações”.

Cada capítulo traz o tema central, os subtemas, seguidos das respectivas perguntas, que são identificadas por números, e logo a seguir as respostas, como, por exemplo: “Capítulo 2 – Elementos Gerais do Universo – Espírito e matéria – questão 23 – O que é o Espírito? – Espírito é o princípio inteligente do universo” (KARDEC, [1857]1999, p.49-50). Vê-se a forma didática da sua abordagem, com perguntas curtas e respostas objetivas, assinalando uma técnica mais fácil para serem lembradas. Apesar do elevado número de perguntas num total de 1.019 questões, elas demonstram que foram elaboradas no intuito de sanar as dúvidas e abordar os principais elementos e conceitos sobre os quais se fundamenta a doutrina.

Nas atas são recorrentes as referências ao estudo das obras do Pentateuco, notoriamente porque a elas foram dedicadas reuniões exclusivas para o seu estudo: “Foram lidos alguns capítulos do livro dos Espíritos, com algumas explicações proveitosas pelo nosso primeiro Secretario, como o Presidente, e deu o mesmo a palavra aos confrades que quizesse ler e explicar alguma cousa, a qual não foi aceita por nenhum” (ACTA, 23/08/1907).

Podemos dizer que as leituras fundantes da doutrina eram realizadas de forma intensiva¹⁸⁹, especialmente o Livro dos espíritos e o Livro dos médiuns, considerando que, nas atas, eram constantes as referências a esses livros. Isso sugere, portanto, que eram relidos. Dessa forma, a releitura dos textos colabora para que o texto seja apropriado por seus leitores, pois, de acordo com Chartier (1996), essa maneira de ler “assegura eficácia ao texto, graças ao trabalho de apropriação lento, atento e repetido” (CHARTIER, 1996, p.88). Os livros que contêm os princípios e os fundamentos básicos de qualquer religião necessitam sempre ser retomados e relidos, já que a intensa repetição possibilita que eles sejam “guardados na memória” pelo menos em suas partes principais, no intuito não apenas de atualizar e ampliar os ensinamentos, como também de fortalecê-los na crença dos fiéis.

¹⁸⁹ De acordo com Chartier (1998, p.28), na leitura intensiva o leitor era “confrontado a um *corpus* limitado e fechado de livros, lidos e relidos, memorizados e recitados, compreendidos e decorados, transmitidos de geração a geração”, cuja prática baseava-se na “escuta”, na “memória”, “reverencial e respeitosa”, dos livros religiosos, especialmente da Bíblia. Esse tipo de leitura marcou o universo de referências dos leitores da Idade Média, visto que, na época, era restrito o acesso aos livros; portanto, o contato com um número limitado de textos conduzia, normalmente, à retomada da sua leitura.

4.4 Leituras indicadas pela Federação Espírita Brasileira

As leituras que foram indicadas pela FEB tinham como finalidade definir quais os livros e autores que deveriam ser lidos, além de orientar a sua realização. Entre os materiais nomeados, destacam-se a revista *Reformador*, mensagens mediúnicas, livros científicos e filosóficos, *Os quatro evangelhos*, panfletos e outros. Essas indicações chegavam ao *Centro Psychico* por meio de panfletos, cartas e da revista *Reformador*.

A revista *Reformador* foi fundada em 1883, no Rio de Janeiro; é considerada um dos primeiros periódicos espíritas do Brasil e se encontra em circulação até os presentes dias. Inicialmente, circulou em formato de jornal, mas, após a criação da Federação Espírita Brasileira, foi transformada em revista (PRATA, 2016). O *Reformador*, como um órgão da Federação, de publicação mensal, tornou-se o principal canal de divulgação da doutrina, bem como das ações e atividades desenvolvidas pelos diversos centros espíritas a ela filiados.

Na documentação, é recorrente a referência a esse impresso, o que denota a sua importância como um dos instrumentos para o conhecimento da Doutrina Espírita; as diversas citações feitas na revista indicam que ela era um dos suportes mais lidos, depois dos livros do Pentateuco. No *Centro Psychico*, o acesso formal à revista deu-se a partir da assinatura da publicação, ocorrida em 1907 e intermediada por Aristides Spínola, conforme relata a carta dirigida ao presidente, na época, Lima Júnior:

[...] Ainda não pude fallar com o redactor do Reformador sobre as publicações, a que V. se refere. Fui, para cumprir a sua incumbencia, tomar a assignatura do Reformador para o anno corrente; mas o encarregado desse serviço informou-me que não dispunha da collecção completa. De algumas edições da folha só existem os números estrictamente necessarios para as collecções que vão ser encadernadas. Poderei obter uma dessas collecções, o que talvez seja melhor, e tomarei a assignatura, em dezembro, para 1907¹⁹⁰.

A leitura dos impressos confessionais foi uma prática recorrente no Centro. Nas atas, havia indicação de recebimento, assinatura e permuta de jornais entre as instituições¹⁹¹. O sentido atribuído à assinatura do *Reformador* mostra a importância desse periódico para compor o conjunto dos materiais impressos sobre a doutrina, como pode ser constatado no fragmento acima, ao se afirmar que a direção queria adquirir todos os exemplares do ano anterior (1906).

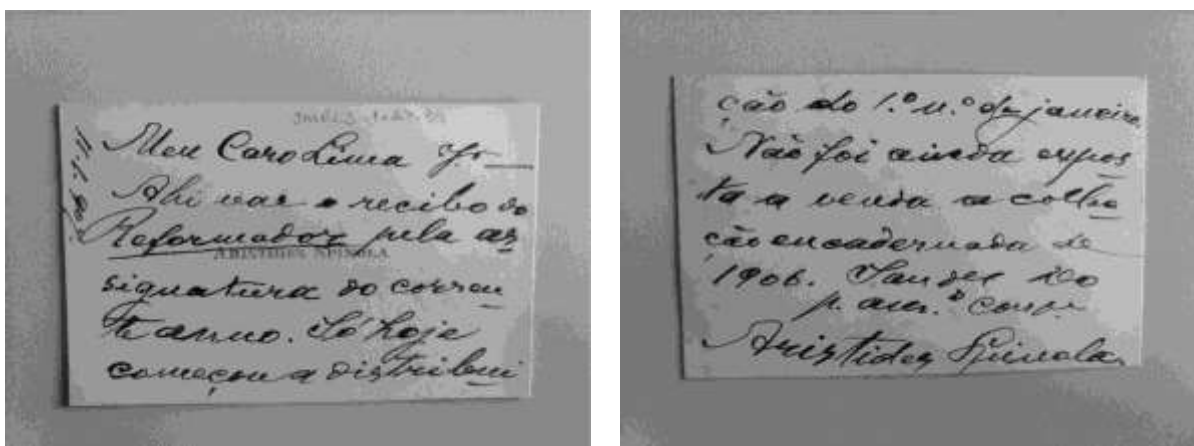
¹⁹⁰Aristides Spínola. **Carta para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1906. APMC, Fundo: Acervo da família do Barão de Caeté. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01 (grifos no original).

¹⁹¹Esse tema será retomado no próximo capítulo.

Para confirmar a realização da assinatura da revista, no ano de 1907, Aristides Spínola enviou cartão ao presidente do *Centro Psychico*, em que dizia:

Meu Caro Lima Junior –
 Ahi vai o recibo do Reformador pela assignatura do corrente anno. Só hoje começou a distribuição do 1º nº de janeiro. Não foi ainda exposta à venda a coleção encadernada de 1906.
 Saudes. Do Amigo e Con^{de}.
 Aristides Spínola – 11/01/1907¹⁹²

Figura 21: Cartão de Aristides Spínola ao presidente do *Centro Psychico* (1907)



Fonte: Acervo da família do Barão de Caetité, APMC.

Como forma de ampliar e manter o acesso dos adeptos às edições da revista, o *Centro Psychico* desenvolveu uma política de preservação e armazenamento dos materiais que compunham o acervo da hemeroteca, formado por jornais e revistas espíritas do início do século XX, publicados tanto no Brasil quanto no exterior. No conjunto desse material, a revista *Reformador* destaca-se com o maior número de edições. Ao final do ano, todas as edições desse periódico eram encadernadas em material de capa dura ou apenas costurados, formando assim um único volume (ver figura 21). A prática de encadernar indica a preocupação em preservar o periódico, visto que as edições não eram descartadas pelo fenômeno da desatualização, dada a relevância dos seus textos para a compreensão dos princípios e valores que fundamentam a doutrina. Assim, o *Reformador* apresentava, como

¹⁹²Aristides Spínola. **Cartão para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1907. APMC, Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

principais características, a periodicidade de sua publicação entre um número e outro e também a sua permanência¹⁹³.

No Centro, as edições anuais da revista *Reformador* foram encadernadas em forma de livro, o que nos leva a pensar nos usos que o impresso teve na instituição para que fosse adotada essa prática de armazenamento. Esse cuidado evidenciou que a revista não era vista como uma produção efêmera, e isso permitiu estarem todas elas conservadas nos presentes dias. A encadernação do *Reformador* visava protegê-lo da ação do tempo a que estava sujeito, dada a importância significativa do material para a propagação da doutrina. As marcas de leitura feitas nas edições da revista por meio da escrita do nome do Centro, textos com orações, pedaços de papel, fragmentos de propagandas e a dedicatória assinada pela pessoa que fez a doação da encadernação foram algumas das sinalizações deixadas pelos leitores. Esses indícios corroboram a perspectiva do uso e valorização atribuída ao impresso. Revelam, também, a intensidade do seu uso, mostrando que eram lidos e possivelmente relidos, tanto de forma intensiva quanto extensiva¹⁹⁴. As imagens a seguir mostram a encadernação e as marcas de leituras no interior da revista *Reformador*.

¹⁹³ O estudo realizado por Isabel Frade (2011, p.114) revelou que essa prática também acontece com alguns impressos pedagógicos, identificando as especificidades dessas produções e comparando-os com os impressos de informação em geral. Assim, constatou que determinadas revistas pedagógicas possuem “estabilidade”, relacionadas à atualidade do impresso e “permanência” de sua publicação. Para a autora, o que se trabalha nas revistas não é a informação em geral, mas “conceitos, práticas e ideias” passíveis de serem acessadas depois de algum tempo de publicação, pois essas ainda permanecem atuais. Outras constatações que também se assemelham ao que ocorre com a revista *Reformador* referem-se ao “armazenamento”; as edições das revistas pedagógicas ficam na biblioteca escolar para consultas e leituras, além de ser comum entre os leitores a aquisição do conjunto das revistas do ano anterior.

¹⁹⁴ O conceito de leitura extensiva é utilizado na perspectiva de Chartier e Cavallo (1998, p.28), quando afirmam que o leitor extensivo é movido por certa “obsessão de ler”. Assim, esse leitor possui especificidades próprias, “consome impressos numerosos, diferentes, efêmeros; ele os lê com rapidez e avidez, [...]”. Nesse sentido, pode-se pensar que, com o aumento e a diversificação das produções espíritas, especialmente os jornais e revistas, o leitor estabeleceu uma relação com o escrito mais “livre, desenvolta e irreverente”. Apesar de ler muito e de forma diversificada, isso não significa que o leitor extensivo não se aprofunde nessas leituras.

Figura 22: Encadernações da Revista *Reformador*



Fonte: Revista *Reformador* (1928, 1929, 1930).

Figura 23: Marca de leitura da Revista *Reformador*



Fonte: Revista *Reformador*, 1929.

Figura 24: Marcas de leitura da Revista *Reformador*



Fonte: Revista *Reformador* 1915.

Figura 25: Marca de leitura da Revista *Reformador*



Fonte: Revista *Reformador*, 1928.

As leituras da revista *Reformador* cumpriam uma função proselitista, sobretudo porque buscavam instituir certa homogeneidade na compreensão dos fatos, assim como na atuação dos espíritas. Isso pode ser observado em uma sessão realizada no Centro, na qual o vice-diretor, ao afirmar que o Espiritismo é uma escola, recorre à leitura de um texto da revista sobre o “Modo de matar as associações”. Em ata, afirma-se: “[...] este artigo vem mostrando a todos os espíritas o quanto concorrem para a queda das agremiações de estudo do espiritismo, a má vontade de uns, a incuria de outros e a pouca união de quasi todos. Fala sobre o assumpto, explicando-o e orientando como devemos agir [...]”¹⁹⁵. A perspectiva formativa da revista vincula-se ao modo como as leituras buscavam instituir o controle do comportamento e das ações dos espíritas agremiados em vários centros, de maneira pedagógica e instrutiva, principalmente por se tratar de um impresso considerado legítimo, portanto carregado de autoridade, na medida em que era o porta-voz da Federação.

Em Caetité, a circulação e a leitura da revista não se restringiram apenas ao Centro, pois constava na relação dos objetos de leitura que foram encaminhados para bibliotecas da cidade, conforme listagem publicada no jornal *A Penna* (31/11/1912, p.4). Ela também fez parte de acervos particulares tanto de pessoas espíritas, como católicas, assim como outras publicações da Livraria da Federação Espírita Brasileira.

A revista *Reformador* tinha, ainda, a função de sistematizar e orientar as leituras dos adeptos. Ana Soares (2016), em seu estudo sobre a psicografia como prática letrada, destaca que a referida revista, como uma publicação oficial da Federação, divulgava os livros indicados para leitura em uma seção intitulada “Bibliografia”. A autora salienta ainda que, a partir de 1938, a Federação passou a publicar o *Catálogo Livraria da Federação Espírita Brasileira*¹⁹⁶, que foi uma das formas utilizadas para se fazer “propaganda” da variedade de materiais e autores espíritas. Entretanto, nela “não só divulgavam, mas os enredavam numa dinâmica de prescrição e validação dos discursos” (SOARES, 2016, p.24). No preâmbulo do catálogo de 1939, o redator direciona-se ao leitor e destaca que, na então revista formada, essencialmente, por obra espírita dos “autores mais autorizados, quer nacionais, quer estrangeiros, encontrará

¹⁹⁵ Acta, 07/03/1922 (grifos nossos).

¹⁹⁶ Segundo Ana Soares (2016), é possivelmente a partir de 1938 que a Livraria da Editora da Federação Espírita Brasileira passa a publicar o Catálogo com as indicações da sua produção livreira. Assim como a pesquisadora, não conseguimos informações sobre a data inicial da sua publicação. Em contato estabelecido com a FEB, conseguimos receber por email, apenas, o catálogo de 1939. Apesar de a sua publicação inicial, ao que tudo indica, ter ocorrido em 1938, período posterior ao nosso estudo, isso não impossibilita que seja aqui utilizado. Nele podem-se identificar as leituras que a FEB continuou a indicar, revelando, ainda, como a Federação instituiu um instrumento que servia para definir o que deveria ser lido.

o leitor, além da facilidade da escolha, a certeza de adquirir em qualquer das obras inculcadas, elementos úteis à formação [...] de sua espiritualidade [...]”¹⁹⁷. Na indicação feita pelo redator, fica explícita a função da revista em direcionar ao leitor livros que estivessem coerentes com os princípios da formação na doutrina.

Essa ação evidencia que a FEB exercia controle sobre as leituras que eram realizadas em suas congêneres espalhadas pelo Brasil, ou, como se indica no próprio catálogo, o acesso do leitor podia acontecer de forma individual, haja vista que recebia e manuseava o impresso “no aconchego do lar, em momentos de lazer, as suas páginas apresentam à apreciação do leitor, em forma resumida, os assuntos tratados nos livros de que se compõe”¹⁹⁸. Isso revela, ainda, o seu poder ao instituir e legitimar quais eram as leituras consideradas adequadas e “autorizadas” para um leitor espírita. A ação de produzir um catálogo buscava também definir um *corpus* variado de leitura, de cunho formativo e pedagógico na doutrina, com a finalidade de uniformizar as práticas de leituras que eram realizadas nos Centros e entre os sujeitos vinculados à Federação.

O controle que a instância religiosa exerce sobre as leituras feitas pelos adeptos não se restringiu ao Espiritismo, conforme veremos no próximo capítulo, quando abordaremos os embates, em Caetité, entre espíritas e católicos na definição entre a “boa” e a “má” imprensa. Nessa direção, o estudo de Aparecida Paiva (1997) sobre a censura católica à leitura de romances, nas décadas iniciais do século XX, mostrou como, em determinados momentos da história a Igreja considerou a leitura uma prática perigosa e chegou a imputar a sua restrição à condição de salvação das almas. Delegou-se à figura do “erudito”, aquele que conhece os dogmas e detém os saberes instituídos, a responsabilidade de escolher e assegurar de maneira seletiva a divulgação e transmissão desses conhecimentos. De modo que, a instituição retoma a questão do discurso católico sobre o controle da leitura, a partir de outros referenciais, como, por exemplo, a circulação dos impressos, a ampliação da escolarização e o aumento dos leitores – essas condições fizeram com que a Igreja se agilizasse no sentido de acompanhar a era da imprensa (PAIVA, 1997). Assim, a Igreja Católica, por meio da publicação de um *Guia para as consciências*, impresso pela primeira vez em 1915, pelo Frei Sinzig, estabelecia a literatura adequada para a boa leitura, segundo os critérios da instituição e dos censores (PAIVA, 1997). Essa ação endossa a argumentação de que a instância

¹⁹⁷ Catálogo Livraria da Federação Espírita Brasileira (1939, p.1).

¹⁹⁸ Catálogo Livraria da Federação Espírita Brasileira (1939, p.1).

religiosa, no geral, se utiliza de mecanismos que servem como formas de exercer o controle das leituras, bem como de intervir na sua adequada recepção.

Nesse sentido, o catálogo produzido pela FEB, no final da década de 1930, também cumpria essa função. Ao analisá-lo, pode-se observar que ele estava organizado em cinco seções. A primeira seção apresentada é “Filosofia Espiritualista e Ciências Psíquicas” e é a que abre o rol das seções e que veicula um maior número de obras e de autores. É também onde se elencam as obras basilares da doutrina – os livros de Allan Kardec e aqueles considerados complementares ao Pentateuco. A segunda seção do Catálogo se intitula “Romance” enquanto as últimas são denominadas de “Biblioteca espírita infantil”, “Esperanto” e “Edições alheias”.

Sobre a impressão dos livros espíritas, antes de a FEB criar a sua editora, possivelmente até as primeiras décadas do século XX, a instituição recorreu aos impressores em Porto e Lisboa. Apesar da distância e dos custos dos transportes e outras condições adversas, ainda era mais vantajoso imprimir os livros na Europa, considerando que as máquinas no Brasil eram obsoletas, portanto, mais adequadas para impressão de jornais (HALLEWELL, 2005).

No Brasil, a editora Garnier foi a responsável pela introdução dos livros de Allan Kardec e de demais autores franceses que faziam sucesso na época com obras ficcionais. Entre eles, encontravam-se Alexandre Dumas, Victor Hugo, Júlio Verne e o escritor e divulgador do Espiritismo, Camille Flammarion. Esse último era irmão de um dos proprietários da editora, Bastiste Luis Garnier (HALLEWELL, 2005). Para a editora não faltavam, então, motivações para a impressão dos livros espíritas, somando-se a isso o “fato de um dos editores da Garnier à época ser espírita: o escritor e político Bittencourt Sampaio” (SOARES, 2016, p.95). Assim, no catálogo da editora, o livro espírita continuou presente até 1930, quando ela encerrou as suas atividades no País.

As mensagens mediúnicas também constavam das leituras indicadas pela FEB e compunham o rol das práticas orais realizadas em quase todas as sessões ordinárias. Nessas sessões, liam-se as mensagens recebidas no próprio Centro, bem como as que eram publicadas pelos impressos espíritas. As mensagens mediúnicas publicadas no jornal *Lux* eram de ordem moral e doutrinária, pautavam-se pelos princípios da resignação e tolerância, e orientavam os adeptos da doutrina para uma convivência pacífica com os adeptos de outras religiões, como veremos no capítulo posterior. As mensagens que foram recebidas no Centro eram registradas no Livro de atas, de forma concisa, constando o nome do médium, do guia e o assunto

tratado, conforme visto no capítulo anterior. Por sua vez, algumas delas foram escritas também no Livro de manifestação dos espíritos. Nesse registro eram escolhidas aquelas consideradas relevantes para o grupo e que deveriam ser lidas em voz alta pelo secretário. A prática da oralização dessas mensagens pode ser constatada pela informação de que a sessão do dia 30 de março de 1906 foi encerrada às 23 horas, após “a leitura das revelações e da oração final”¹⁹⁹. O horário de encerramento dessa sessão evidencia a intensidade dos trabalhos mediúnicos realizados naquela noite, uma vez que o término das sessões costumava ser entre as 21h e 21h30min. A leitura das mensagens mediúnicas foi prática recorrente na instituição, sendo retomada sempre que necessário, especialmente nos anos iniciais da sua fundação, conforme registro: “foram lidas as manifestações mais importantes obtidas na sessão passada e aqueles pontos mais essenciais à obtenção da boa ordem e união entre todos os socios” (ACTA, 03/04/1906). Ou ainda, “foi lida uma extensa manifestação dos nossos Santos Guias e Protectores que explica o que é o verdadeiro espirita” (ACTA, 12/06/1906). Por fim, vale dizer que as leituras de mensagens mediúnicas apresentam caráter fundamental entre as demais leituras realizadas no Centro. Tal consideração se explica pela natureza da escrita que lhe dá origem – a psicografia –, uma vez que essa constituiu uma atividade inerente à doutrina e tem como uma de suas funções orientar e ordenar os trabalhos no Centro, bem como as ações dos sujeitos.

As leituras de cunho científico-filosófico constituem outra indicação feita pela Federação. Trata-se de livros que foram produzidos por autores como os franceses Léon Denis²⁰⁰, o engenheiro-elétrico Gabriel Delanne²⁰¹, o astrônomo Camille Flammarion²⁰² e o químico e

¹⁹⁹ Acta, 30/03/1906.

²⁰⁰ Léon Denis (1846-1927) foi filósofo, médium e escritor. Aderiu ao Espiritismo aos 18 anos, passando a se dedicar aos estudos de forma autodidata e se tornou um dos principais continuadores do Espiritismo. Ele é identificado não apenas como o sucessor, continuador e propagador da doutrina da codificação, mas é considerado, depois de Kardec, o responsável pela divulgação do Espiritismo na França e no mundo (BAUMARD, 1929). Conf. Também o seguinte endereço eletrônico: <[http://www.autoresespiritasclassicos.com/Leon Denis Livros/](http://www.autoresespiritasclassicos.com/Leon%20Denis/Livros/)> Acesso em 05/02/2018.

²⁰¹ Gabriel Delanne (1857-1926) é filho de pais espíritas e em 1882 fundou a União Espírita Francesa e o jornal *Le Spiritism*. No início do século XX, participou ativamente de congressos espíritas pela Europa ao lado de Denis e Russel Wallace. Desenvolveu pesquisas com as ciências positivas em função da sua profissão, fato que o teria influenciado a realizar investigações sobre questões psíquicas e os problemas espirituais. Nessa área, realizou também estudos com outros pesquisadores espíritas de renome, como, por exemplo, Charles Richet. Assim, Gabriel Delanne tornou-se um dedicado divulgador da Doutrina Espírita. Aos 28 anos publicou a obra *O Espiritismo perante a ciência*. Posteriormente publicou *O Fenômeno Espírita* (1893), *Evolução Anímica* (1895), *Pesquisa sobre Mediunidade* (1898), *A alma é imortal* (1889), *As aparições materializadas* (1909), entre outras. Consulta feita em: <<http://www.autoresespiritasclassicos.com/Gabriel/>> Acesso em 05/02/2018.

²⁰² Camille Flammarion (1842-1925), escritor, astrônomo, filósofo e amigo de Allan Kardec, foi responsável por divulgar e popularizar a Doutrina Espírita. Fundou e dirigiu um Observatório de astronomia na França. Na sua vasta produção literária, destaca-se a *Pluralidade dos mundos habitados* (1862), que trata dos postulados da Doutrina Espírita, uma das primeiras publicações do autor que o projetou na ciência, campo no qual os franceses

físico inglês William Crookes²⁰³. Estes foram, depois de Allan Kardec, os autores responsáveis pelas obras consideradas complementares e basilares da doutrina (SOARES, 2015, p.7), além de outros que também abordaram o Espiritismo numa perspectiva científica e racional, buscando explicações para os problemas da vida e da morte. No Brasil, em fins do século XIX e início do século XX, foram comuns a circulação e a leitura de livros desses autores, em francês, ainda sem tradução (SOARES, 2015).

Em Caetité, como já referido, era comum a leitura de livros em francês, sobretudo entre os adeptos da doutrina. No Centro, a oralização dessas obras era feita principalmente por Gumes, que se encarregava de fazer a tradução do material, como destaca o registro em ata: “[...] sendo também lidas algumas bellas manifestações, das que vem publicadas na obra de Noeggerath²⁰⁴, - *La Survie*²⁰⁵, cujo texto em francez foi traduzido e lido pelo socio João Gumes” (ACTA, 08/01/1907). Em outro momento, ainda com referência às leituras nesse idioma, afirma-se: “[...] seguiu-se a leitura do Guia Practico do Medium Curador, em francez, traduzido pelo director” (ACTA, 21/06/1910). Em consulta a *sites* espíritas²⁰⁶, encontramos o Guia de autoria do belga José Lhomme, publicado, inicialmente, em francês, depois traduzido para o português em 1911. O livro trata dos princípios e ações de cura realizadas pelos

se destacavam (HALLEWELL, 2005, p.218). Conf. também: <[http://www.autoresespiritasclassicos.com/Camille Flammarion/](http://www.autoresespiritasclassicos.com/Camille_Flammarion/)> Acesso em 05/02/2018.

²⁰³ William Crookes (1832-1919) foi cientista, professor universitário e desenvolveu experimentos no campo da eletricidade e radioatividade. Realizou estudos que lograram o reconhecimento e a divulgação na área da fenomenologia espírita e foi considerado o precursor da parapsicologia. Para defender os princípios e os resultados das suas investigações espíritas, envolveu-se em acirradas polêmicas e disputas pela comprovação dos fenômenos mediúnicos. Conf.: <<http://www.correioespirita.org.br/secoes-do-jornal/biografias> Acesso em 05/02/2018.

²⁰⁴ Rufina Noeggerath (1821-1908) tornou-se, na França, uma das escritoras mais conhecidas do Espiritismo. Ela iniciou-se nos trabalhos mediúnicos na segunda metade do século XIX, numa tentativa de se comunicar com o marido falecido. Posteriormente, criou um grupo espiritualista com pessoas interessadas em estudar a doutrina. A médium buscava nos seus estudos provas da sobrevivência após a morte, numa perspectiva científica. Para isso, conferir o seguinte endereço:

<<http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores%20Espiritas%20Classicos%20%20Diversos/Rufina%20>>. Acesso em 02/02/2018.

²⁰⁵ Trata-se da principal obra publicada por Rufina Noeggerath, em 1897: *La Survie: sa réalité, sa manifestation, sa philosophie, Echos de l'au-delà*. (A sobrevivência: sua realidade, sua manifestação e sua filosofia, ecos do além) (Tradução livre). O livro teve o prefácio do escritor Camille Flammarion; nele se destacam os avanços científicos e filosóficos da época, e como as descobertas modificaram as ideias sobre a natureza. Segundo ele, o novo contexto convidava a uma análise profunda das coisas, como, por exemplo, das questões sobrenaturais. O fato de a obra ter sido prefaciada por Flammarion já indicava possuir certa legitimidade na doutrina. Na introdução, Rufina utilizou-se da perspectiva científica e filosófica para defender que “L’ étude de la survie établit les preuves de la continuité de l’existence par le transformisme ascensionnel et perpétuel. Rien ne se perd, et la matière, bien que s’allégeant sans cesse, est éternelle comme l’âme, l’esprit dont elle est inséparable (1897, p.4). (O estudo da sobrevivência estabelece as provas da continuidade da existência pelo transformismo ascensional e perpétuo. A matéria, ainda que se desembaraçando continuamente, é eterna como a alma). Para ela, o estudo da sobrevivência demonstra a continuidade da existência, por meio de sucessivas reencarnações. Assim, a matéria nas progressivas reencarnações, também, torna-se eterna como a alma.

²⁰⁶ Consulta feita ao [bvespirita.com/O%20Livro%20do%20Medium%20Curador%20\(Jose%20Lhomme\).pdf](http://bvespirita.com/O%20Livro%20do%20Medium%20Curador%20(Jose%20Lhomme).pdf) Acesso em 06/06/2018.

médiuns, que se colocam como instrumentos de “força espiritual e fluídica” na busca pelo conforto físico e espiritual dos seus semelhantes.

Em outra indicação, Aristides Spínola escreve ao diretor do Centro, comentando:

A última obra de G. Delanne versa sobre a – mediunidade. Não está ainda vertida para o português.

Vou enviar-lhe um exemplar em francez conforme o seu pedido. Devo, porém, prevenil-o de que a bôa compreensão desse trabalho do infatigavel propagandista depende de estudo sobre varias hypoteses, que têm sido aventadas por causa do fenômeno do espiritismo experimental, o qual tem desnortado os materialistas contemporâneos, cujas theorias ecoam fragorosamente, como edificios sem alicerces. A alma surgindo victoriosa dos laboratorios da sciencia experimental... Ainda bem para essa pobre humanidade²⁰⁷.

Na correspondência seguinte, Aristides Spínola pergunta ao diretor do Centro: “[...] recebeu a obra do Delanne? A do Laponi²⁰⁸ não apareceu ainda em nossas livrarias”²⁰⁹. No entanto, o vice-presidente da FEB indica que há outras obras que podem substituí-la e essas “podem ser consultadas pelos espiritistas, tais como Lescoeur, - La Science et les faits surnaturels²¹⁰; ou, donc Le Spiritisme dévoilé”²¹¹. Em consulta à introdução dos livros de Laponi, assim como do livro de Lescoeur, pode-se observar que ambos têm em comum, entre as questões abordadas, os fatos sobrenaturais que, na perspectiva do Espiritismo, eram reconhecidos como fenômenos que podem ser observados pela ciência, portanto, passíveis de serem estudados, embora, para a época, as “manifestações espirituais” fossem vistas, por alguns segmentos da

²⁰⁷ Aristides Spínola. **Carta para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1906. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

²⁰⁸ José Laponi (1851-1906) foi um médico italiano, antropólogo e estudioso do Espiritismo. Publicou o livro *Hipnotismo e Espiritismo* (1897). No Brasil, a obra foi traduzida e publicada pela Federação Espírita Brasileira em 1904. Comentários de Chaves (2011) sobre o seu autor destacam que, embora Laponi não fosse adepto da Doutrina Espírita, ele apresentou uma postura meio contraditória, pois, no primeiro momento, admite e defende os fenômenos espíritas, a partir de uma análise objetiva, histórica, bíblica e científica. Mas, na parte final do livro, o autor adota uma postura até de prevenção com relação aos fenômenos do hipnotismo e do Espiritismo, argumentando que essas poderiam ensejar fraudes e mistificações. Então, segundo Chaves, ficou uma incógnita quanto à verdadeira posição de Laponi acerca do Espiritismo. Conf. o seguinte site: <http://www.oconsolador.com.br/ano5/230/jose_reis.html> Acesso em 04/02/2018.

²⁰⁹ Aristides Spínola. **Carta para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1906. APMC, Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

²¹⁰ LESCOEUR, R. P. *La science et faits surnaturels contemporains: les vrais et les faux miracles*. (A ciência e os fatos sobrenaturais contemporâneos: os verdadeiros e os falsos milagres). Conf. o seguinte site: <<http://getthisbooks.com/lfre/B00TIUK9CM.html>> Acesso em 06/02/2018.

²¹¹ As informações do livro *Les superstitions du paganisme renouvelées, ou le Spiritisme dévoilé* (As superstições do paganismo renovadas, ou O Espiritismo desvelado) foram obtidas numa publicação do Primeiro Congresso Internacional Espírita, realizado em Barcelona em 1888. Tal publicação afirma tratar-se de uma obra de um autor anônimo, “defensor do Catolicismo”. Disponível em <<http://www.autoresespiritasclassicos.com/Historia/1%20Congresso%20Esp%C3%ADrita/Primeiro%20Congresso%20Internacional%20Esp%C3%ADrita%20de%20Barcelona%20em%201888.pdf>> Acesso em 13/05/2018.

sociedade, como práticas demoníacas. Nesse sentido, a vertente científica da doutrina buscava provar, por meio da observação, a existência desses fatos, revelando que as questões “d’alma” tornavam-se objeto de estudo e análises da “ciência experimental” surgida, como afirmou Aristides Spínola, nos laboratórios.

As leituras recomendadas por Aristides Spínola demonstravam a relevância na sua forma de recepção no Centro. Portanto, interessava-lhe indicar aos leitores um sentido, uma forma que considerava adequada para a compreensão “correta” dessas leituras. O parecer enviado por ele, sobre o livro de Gabriel Delanne, evidencia tal posicionamento: “devo, porém, prevenil-o de que a bôa compreensão desse trabalho do infatigavel propagandista depende de estudo”²¹². O ato de definir o que se deve ler, bem como atribuir juízo de valor à chamada “boa leitura”, acaba por resultar em certa imposição, como se o leitor tivesse que ficar sujeito a uma leitura ou a uma interpretação “autorizada”. Como já afirmado anteriormente, ao abordar a leitura, deve-se considerar, conjuntamente, “a irreduzível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la” (CHARTIER, 1990, p.123). Na Doutrina Espírita, também existe a tensão entre a liberdade de interpretação do leitor e os condicionantes que limitam essa liberdade, embora esses possam acontecer de forma sutil e menos impositiva. Chartier (1990) se refere à “liberdade da prática criadora do leitor”; porém, a “liberdade do leitor” fica, de certa forma, condicionada à intensidade com que as formas de controle agem sobre as leituras. No caso, por exemplo, da oralização coletiva, a leitura realizada em voz alta pelo leitor/mediador, responsável por conferir aos textos os sentidos autorizados, restringe, em parte, a liberdade criadora do leitor.

Para a Doutrina Espírita, as leituras de cunho científico e filosófico foram relevantes para a sua divulgação e reconhecimento, sobretudo as obras dos autores que já desfrutavam de certo prestígio e destaque na área em que atuavam. Entre esses autores, ressalta-se o filósofo, médium e escritor francês Léon Denis. No quadro a seguir, sistematizamos algumas de suas obras que foram utilizadas para estudo nas reuniões do Centro.

²¹² Aristides Spínola. **Carta para Lima Júnior**, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1906. APMC. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondências usuais, Caixa: 01.

Quadro 06: Obras de Léon Denis lidas no *Centro Psychico*

| TÍTULO | DATA DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO | ANO DA LEITURA NO CENTRO |
|-----------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| <i>Après la mort</i> | 1890 | 1916 |
| <i>Jeanne D'Arc a médium</i> | 1910 | 1913, 1916 |
| <i>Christianismo e Espiritismo</i> | 1889 | 1916 |
| <i>No invisível</i> | 1903 | 1910, 1921, 1927, 1928 |
| <i>O porquê da vida</i> | 1885 | 1909 |
| <i>O problema do ser, do destino e da dor</i> | 1905 | 1911, 1912 e 1913 |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas atas do *Centro Psychico* e sites da Doutrina Espírita.

Conforme mostra o quadro acima, as leituras dos livros de Léon Denis foram realizadas ao longo dos anos citados, de forma que, para cada ano, lia-se uma ou mais de uma obra do autor, podendo, ainda, ser retomadas as obras já lidas. O livro *No invisível* aparece como lido nos anos de 1910, 1921, 1927 e 1928. Informação sobre o referido livro demonstra ter sido “iniciada a leitura da portentosa obra de Léon Denis, intitulada ‘No invisível’” (ACTA, 27/12/1927)²¹³. As indicações demonstram que os capítulos eram lidos de forma sequenciada, e a cada reunião era estudado um ou mais capítulos da obra: o “director deu começo a leitura ‘O por que da vida’ de Léon Denis” (ACTA, 12/03/1909).

Portanto, as reiteradas citações a esse autor e a outros, como Flammarion e Delanne, indicam, de alguma forma, que o Centro conferiu atenção ao estudo das obras de cunho científico-filosófico de autores reconhecidos mundialmente. Por sua vez, livros como *Este mundo e o outro*, de Robert Dale Owen, de 1900, *Animismo e espiritismo*, de Alexander Aksakof, publicado em 1903, *Phenomenos psychicos e ocultos*, de Dr. Albert Coste, do mesmo ano, *Physica transcendental*, de Johann Carl Friedrich Zöllner, de 1908, além de outros que apresentam características semelhantes, também de autores reconhecidos, não aparecem como lidos nos registros das atas, mas faziam parte do *corpus* da sua biblioteca.

Como já foi sinalizado anteriormente, esses livros circularam em diferentes lugares. Após serem publicados na França, eles chegavam ao Brasil, principalmente ao Rio de Janeiro, por meio de livreiros²¹⁴. Observa-se que alguns desses títulos não demoravam a chegar a Caetité, enquanto outros demoravam mais de duas décadas. O quadro 06 permite-nos confrontar a data de publicação do livro com a data em que foi realizada a sua leitura no Centro. Entretanto, a data da leitura não significa necessariamente que o livro tenha sido adquirido nesse período.

²¹³ Há registros da continuidade dessa leitura nas seguintes datas: 30/12/1927; 03/01/1928; 06/01/1928; 13/01/1928; 17/01/1928; 20/01/1928; 24/01/1928; 27/01/1928.

²¹⁴ Ver Deaecto (2010, p.420).

Pode-se afirmar que a leitura desses livros no Centro seguia a mesma rotina estabelecida para os demais, ou seja, leitura em voz alta, seguida dos comentários por parte do leitor/mediador. Para referendar a relevância que a obra de Denis continuou desempenhando na constituição do Espiritismo, destaca-se a recomendação publicada pela FEB, no catálogo de 1939, acerca da sua obra *Depois da morte*:

Esta obra é assaz conhecida e reputada, para dispensar louvores e preconios. Basta dizer que consta inúmeras e sucessivas edições, em diversos idiomas. Leon Denis foi, a todos os títulos, na difusão da doutrina, o discípulo fiel de Allan Kardec, e mais que discípulo, um verdadeiro apóstolo na integridade e na intrepidez do exemplo. Espírito de sólida cultura filosófica, alma dotada de vibratilidade intensa e senhor de um estilo admirável, as suas obras são, depois das de Kardec, as de maior apreço e repercussão na propaganda. Entre elas o *Depois da Morte* é sua “obra prima”, que tem convertido muitos incrédulos e vale por um Evangelho de Amor, tanto quanto por uma síntese segura de todos os problemas humanos, que a Revolução espírita suscita e resolve racional e logicamente (FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, 1939, p.28).

Léon Denis é considerado um autor clássico do Espiritismo, portanto a leitura de suas obras não se restringiu a uma época específica. A FEB indicava a sua leitura praticamente no mesmo período em que os livros eram publicados na França e, posteriormente, continuou indicando através do catálogo da Federação, que se encontrou em circulação a partir de 1938 (SOARES, 2015).

No Centro, além das leituras de Léon Denis, também se liam outros autores igualmente relevantes para a compreensão e reconhecimento da doutrina, conforme se pode ver no quadro a seguir:

Quadro 07: Leituras espíritas de autores diversos

| TÍTULO | AUTOR | DATA DE PUBLICAÇÃO | ANO DA LEITURA NO CENTRO |
|----------------------------------------|----------------------------|--------------------|--------------------------|
| <i>A vida além do véu</i> | Reverendo George Vale Owen | 1920-1921 | 1930 |
| <i>O Paiz da Luz</i> | Fernando Lacerda | 1908 | 1915 |
| <i>Espírito Consolador</i> | Padre V. Marchal | - | 1916-1922 |
| <i>O Espiritismo perante a ciência</i> | Gabriel Delane | 1885 | 1917 |
| <i>A alma é imortal</i> | Gabriel Delane | 1899 | 1917 |
| <i>Roma e o Evangelho</i> | D. José Amigó Y Pellicer | 1874 | 1911 |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas atas do *Centro Psychico* e sites da Doutrina Espírita.

O livro *A vida Além do véu*, do reverendo anglicano George Owen (1893-?), faz parte de uma série de cinco obras cujo título nomeia, de forma genérica, a coleção. Esta foi resultado, como afirma o autor no prefácio da obra, de uma “escrita inspirada”, ou seja, de mensagens mediúnicas por ele recebidas e ordenadas. Nos livros, o sacerdote médium faz uma “descrição”²¹⁵ do mundo espiritual, como também trata de questões a ele pertinentes, narrando, especialmente, as condições da vida no “além”, bem como as diversas atividades que as pessoas que foram “libertas do corpo material” desenvolvem. A coleção trata ainda da evolução em que se encontra o espírito entre uma e outra encarnação, da “assistência” aos espíritos que vivem nos planos inferiores, das diferentes esferas espirituais e dos trabalhos dos abnegados missionários dos planos superiores, entre outras questões. Portanto, a obra teve como objetivo apresentar a realidade da vida “além túmulo”, provando a imortalidade da alma e a comunicabilidade dos espíritos com o plano de existência física.

O País da luz, de Fernando Lacerda (1865-1918), é formado por uma série de quatro livros. O primeiro foi publicado em 1908 e é resultado de mensagens mediúnicas que teriam sido enviadas por escritores mundialmente renomados, especialmente escritores portugueses. A obra se debruça sobre as questões inerentes ao Espiritismo, como a “imortalidade da alma” e a “comunicabilidade dos espíritos”. A tamanha procura pelo livro fez com que a primeira edição se esgotasse rapidamente no mesmo ano em que se preparava o segundo livro²¹⁶, tornando-se também uma obra de referência para o estudo do suicídio. Em 1911, Fernando Lacerda enfrentou dificuldades em seu país de origem provocadas pelo novo regime político da República portuguesa, fato que forçou a sua mudança para o Brasil, onde os seus escritos marcaram o início das publicações literárias da FEB, notoriamente nas primeiras décadas do século XX. Fernando Lacerda residiu no País até o seu falecimento, em 1918.

O livro *Espírito Consolador ou nossos destinos* foi escrito, nas décadas finais do século XIX, pelo Padre V. Marchal. A obra é composta por 40 mensagens mediúnicas que o clérigo teria recebido e são denominadas de “efusões”, que se referem às diversas “manifestações espirituais” recebidas pelo médium, por meio das quais os “desencarnados” narram os sofrimentos e as dificuldades que tiveram que enfrentar em outra dimensão. O livro aborda temas como “inferno ante a razão”, “o paraíso ortodoxo”, “mundos habitados e a morte”. Nele o autor busca encorajar as pessoas para a vida e a superar o medo da morte. As mensagens

²¹⁵ Disponível em www.luzespirita.org.br Acesso em 21/01/2018.

²¹⁶ Sobre isso, conferir informações no seguinte site: <http://www.geae.net.br/index.php/biografias-espirtas/45-fernando-de-lacerda.html> Acesso em 20/01/2018.

buscam ainda proporcionar o conforto espiritual aos que passaram pela experiência dolorosa da separação dos seus entes queridos²¹⁷.

O *Espiritismo perante a ciência* é a primeira obra de Gabriel Delanne e foi publicada em 1885. Nela, o autor defende que as relações entre o Espiritismo e a Ciência não são excludentes, mas que a doutrina se utiliza do conhecimento científico para se consolidar, reafirmando que não existe “incompatibilidade” entre ambas. O livro enfatiza também casos em que ocorreram “aparições materializadas, telepatia, transportes, visão à distância e outros”. Destaca ainda que o Espiritismo tem sido utilizado por cientistas como a “única explicação geral de todos os fenômenos investigados”²¹⁸. No livro *A alma é imortal*, o mesmo autor utiliza-se da ciência para explicar as complexas atividades que envolvem a alma, “provando que a alma não é uma entidade ideal, uma substância imaterial sem extensão, mas que é sim provida de um corpo sutil, onde se registram os fenômenos da vida mental e a que foi dado o nome de perispírito”²¹⁹.

Nas leituras diversas temos ainda o livro *Roma e o Evangelho*²²⁰, compilado por D. José Amigó Y Pellicer, em 1874. Essa obra contém os estudos filosófico-religiosos e práticos realizados pelo Círculo Cristiano Espiritista de Lérida, na Espanha. Na introdução, o autor apresenta o livro como resultado do trabalho do Círculo e defende que o Espiritismo se encontra em melhores condições de realizar uma leitura dos Evangelhos do que a Igreja Católica. Esse tipo de abordagem tinha como objeto de análise a Igreja Católica e os seus preceitos religiosos, o que era uma discussão presente tanto na produção dos livros espíritas que foram escritos tanto por autores médiums, como por autores não médiums. O objetivo dessas produções era apontar os aspectos negativos do catolicismo para depois rejeitá-los (SOARES, 2016).

Para Soares (2016), essa vertente interpretativa ressalta algumas questões como a de que os adeptos do Espiritismo que produziam essas obras geralmente eram dissidentes do catolicismo. Outra questão é que a afirmação do Espiritismo passa também pela negação da

²¹⁷ Informações disponíveis em: <http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores%20E> Acesso em 08/02/2018.

²¹⁸ Disponível em <http://www.autoresespiritasclassicos.com/Gabriel%20Delanne/O%20Espiritismo%20Perante%20a%20Ciencia/Gabriel%20Delanne%20-%20O%20Espiritismo%20Perante%20a%20Ci%C3%Aancia.h> Acesso em 05/02/2018.

²¹⁹ Disponível em www.oconsolador.com.br/linkfixo/bibliotecavirtual/diversosautores/aalmaeimortal.doc Acesso em 05/02/2018.

²²⁰ Disponível em <http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores%20Espiritas%20Classicos%20%20Diversos/Amigo%20y%20Pellicer/Amig%C3%B3%20y%20Pellicer%20-%20Roma%20e%20o%20Evangelho.htm> Acesso em 05/02/2018.

religião Católica, na medida em que a nova doutrina vem para suprir as falhas da religião considerada dominante naquele momento. O romance *Memorias do Padre Germano*²²¹, de Amália Domingues Sóler²²², foi outro livro escrito nessa perspectiva interpretativa e fez parte, igualmente, das leituras realizadas no Centro.

Ainda nas leituras indicadas pela FEB, temos *Os quatro evangelhos*²²³. Embora essa fosse uma indicação da Federação, o diretor submeteu a proposta para a apreciação da plenária, consultando “à Casa se concordavam em ler ‘Os Quatro Evangelhos’, de Roustaing; sendo unanimemente aprovado” (ACTA, 12/07/1910). Assim, nesse período, a obra foi lida em várias reuniões destinadas ao seu estudo, sob a orientação do diretor. Anos depois, a FEB enviou novamente missiva à instituição sugerindo a aquisição da referida obra:

Foi pelo vice Director lido uma carta da Federação Espirita Brasileira, acompanhada de uma subscrição, na qual pede aos irmãos deste Centro, assignaturas para a compra dos Evangelhos de Roustaing, livro utilissimo aos espiritas, o qual sahirá brevemente à luz da publicidade. Não tendo decidido os associados do Centro, resolveu o V. d. esperar mais quinze dias ficando a subscrição à disposição d’aquelle que quisesse assignal-a (ACTA, 09/08/1918).

²²¹ Sobre esse romance comentaremos a seguir.

²²² Amália Domingues Sóler (1835-1909) foi escritora, poetisa e médium espanhola. Seu trabalho foi relevante para a divulgação do Espiritismo na Península Ibérica, assim como nos países americanos de língua castelhana. Também contribuiu significativamente para “elevar bem alto o conceito da mulher no campo da divulgação [da doutrina]” (LUCENA; GODOY, 1982, p.39).

²²³ Refere-se ao autor da obra Jean Baptiste Roustaing (1805-1879), que foi um advogado francês, contemporâneo de Kardec. Segundo informações de Josué de Freitas (2015), “com a ajuda da médium Émile Collignon, Roustaing publicou ‘Os Quatro Evangelhos’ ou ‘Revelação da Revelação’, em 1866. Essas obras caracterizavam-se por apresentar graves contradições doutrinárias em relação aos princípios do Espiritismo. Na época, Allan Kardec fez algumas críticas a esses escritos, que acabaram por desagradar profundamente o advogado. Freitas destaca ainda que, no Brasil, o movimento roustanguista teve rápida acolhida no âmbito da constituição da FEB, principalmente em função das tensões internas que surgiram, provocando divergências entre os grupos (FREITAS, 2015). Disponível em: <https://espirito.org.br/artigos/jean-baptiste-roustaing-o-inimigo-de-allan-kardec-3/>. Acesso em 08/01/2018. Para Adélia Prata (2016), a polêmica entre Kardec e Roustaing “iniciou-se logo após a publicação dos comentários de Kardec sobre *Os Quatro Evangelhos* na *Revista Espírita*, publicada em junho de 1866, de onde podemos destacar duas objeções básicas apontadas pelo codificador: a primeira, em relação à tese central do livro, ou seja, o corpo fluídico de Jesus, sobre a qual o codificador retornou posteriormente em seu último livro *A Gênese*, publicado em 1868, em que condenou definitivamente esta tese; e a segunda, a prolixidade da obra, que poderia ser reduzida a apenas um único volume. Outra contradição flagrante entre as duas obras é o princípio da Metempsicose combatido por Kardec e defendido por Roustaing” (PRATA, 2016, p.75). A primeira objeção indica ser a questão central dos seus postulados, “quando o autor afirmou que Jesus era demasiado puro para utilizar um corpo de carne, partindo do princípio que todo o espírito encarnado ou já faliu ou deve falir, desta forma é culpado. Assim, Jesus não encarnou e, portanto, põe por terra um dos principais postulados do Espiritismo, ou seja, a encarnação e a reencarnação, através das quais operam as leis da evolução de causa e efeito, estabelecida em *O Livro dos espíritos*, questão 133. Uma das preocupações básicas de Kardec, no que diz respeito aos princípios do Espiritismo, ficou patente no emprego sistemático do princípio da universalidade, onde uma questão era sempre submetida a vários médiuns em diferentes lugares e ocasiões, e as respostas compiladas em busca de uma resposta com o mesmo fundo moral, o que não ocorreu com *Os Quatro Evangelhos*” (PRATA, 2016, p.75).

A hesitação dos membros em assinar a lista para aquisição do referido livro parece indicar que eles já tinham conhecimento das contradições existentes entre a abordagem feita pelo autor sobre o Espiritismo e a abordagem de Allan Kardec. No intuito de sanar tal impasse, “O espírito de St. Julia por meio do médium Virgílio, aconselhou a leitura do Evangelho de Roustaing” (ACTA, 09/08/1918). Assim, a mensagem enviada pelo espírito Santa Júlia, guia do Centro, justificava a relevância da sua leitura, afirmando que, o “estudo criterioso dessa obra sublime é que trará o desenvolvimento do Espiritismo neste mundo” (ACTA, 09/08/1918). Posteriormente, outra manifestação, realizada por meio do médium falante Virgílio Cotrim, solicita aos membros: “[...] deveis meus bem amados filhos, ler e estudar os Evangelhos. Nos dias destinados ao estudo d’elles, não haverá comunicados, pois essa sessão será especialmente para o estudo dos Evangelhos” (ACTA, 15/05/1919). A mensagem informa também que essas reuniões serão destinadas somente ao seu estudo e que pessoas da comunidade podem ser convidadas para participar desse estudo. Solicita, ainda, “paciência”, “perseverança” e “boa vontade” para com os outros que tenham dificuldades de compreensão da obra. Por fim, determina que o estudo deva continuar, ainda, nas reuniões ordinárias²²⁴.

Os quatro evangelhos foram publicados na França, em 1866. No Brasil, a editora da FEB tornou-se responsável por sua tradução e publicação. A primeira edição circulou em 1909, traduzida pelo militar e escritor Francisco Raimundo Ewerton Quadros; a segunda foi publicada em 1918, com tradução de Guillon Ribeiro; e a terceira, de 1920, foi dividida em quatro volumes, sendo editada pelo tradutor da edição anterior²²⁵ (DAMASCENO, 2010).

A FEB, cumprindo a política de promover a divulgação e a circulação da obra, além de indicar a sua leitura, enviava como cortesia um exemplar do livro às entidades que a ela estavam associadas, o que funcionava também como uma forma de estimular os membros a adquirirem o livro. Por sua vez, a instituição baseava-se nas orientações contidas no *Catálogo racional das obras para se fundar uma biblioteca espírita*²²⁶, de 1869. Essa publicação acompanhava a Revista Espírita *Jornal de Estudos Psicológicos*, ambos fundados por Allan Kardec. O Catálogo²²⁷ tinha como finalidade indicar e orientar as leituras que deveriam ser

²²⁴Acta, 15/05/1919.

²²⁵ DAMASCENO, Julio Couto. *Jean Baptiste Roustaing*, o apóstolo da fé. 54º CONCAFRAS, 2010. Disponível em: http://www.crbbm.org/_media/BIOGRAFIA%20ROUSTAING.pdf. Acesso em: 08/01/2018.

²²⁶ Ed. fac-similar bilíngue histórica. Consulta feita a [http://bvespirita.com/Catalogo%20Racional%20das%20Obras%20Para%20Se%20Fundar%20Uma%20Biblioteca%20Espirita%20\(Allan%20Kardec\).pdf](http://bvespirita.com/Catalogo%20Racional%20das%20Obras%20Para%20Se%20Fundar%20Uma%20Biblioteca%20Espirita%20(Allan%20Kardec).pdf) Acesso em 24/04/2018.

²²⁷ Na documentação pesquisada não foi encontrada referência a tal Catálogo, todavia algumas das obras que constavam na relação do catálogo foram lidas no Centro e faziam parte do *corpus* da sua biblioteca: *As obras*

praticadas pelo leitor espírita ideal e definia o que se deveria ler. Além das “Obras fundamentais da Doutrina Espírita”, o material orientava os seus leitores a ler “Obras realizadas fora do Espiritismo” e “Obras contra o Espiritismo”. Ali constava, inclusive, a indicação do livro de Roustaing com comentário sobre a obra, destacando que ele se fundamentou na teoria “da natureza fluídica do corpo de Jesus”, que foi defendida por determinados grupos dos primeiros séculos da Era Cristã. A respeito da teoria, sugeria, ainda, que se visse o *Livro da gênese segundo o Espiritismo* (KARDEC, [1869] 2014, p.12).

Todavia, o procedimento da Federação parece ser paradoxal, pois, sendo uma instituição que tinha por objetivo promover o “estudo”, a “prática” e a “difusão” do Espiritismo, promoveu a publicação e divulgação de uma obra que levantava uma questão central da doutrina – a encarnação e a reencarnação; mas, como destacou Amorim (2007), a obrigatoriedade da leitura do livro de Roustaing foi resultado dos conflitos e disputas que existiam entre os grupos no interior da FEB.

Ficou evidente que, no Centro, a leitura da obra resultou de um processo de convencimento, como demonstra o seguinte trecho: “[...] o espírito aconselhou-nos muito estudo, principalmente os livros *dos Espíritos, dos Mediuns* e os *Quatro Evangelhos*” (ACTA, 14/11/1911). Assim, com o aval dos guias espirituais, que eram favoráveis às ideias apresentadas pelo referido autor, e por meio de outras mensagens espirituais enviadas, segundo as atas de 10/05/1913 e 13/02/1917, indicava-se a leitura do livro de Roustaing. Dessa forma, podemos afirmar que *Os quatro evangelhos* fizeram parte das leituras intensivas que eram realizadas no *Centro Psychico*, ao lado dos livros de Kardec, conforme as orientações provenientes das dimensões terrena e espiritual.

Entretanto, segundo nos parece, os membros do Centro, à medida que seguiam um roteiro de leitura prescrito pela FEB, também mobilizavam outras estratégias para a leitura da referida obra. Exemplo disso é a leitura comparada com textos bíblicos: “[...] foi lida a Bíblia em confronto com os Evangelhos de J. B. Roustaing” (ACTA, 11/11/1919). A sugestão do Centro coaduna-se com as proposições feitas pelo *Livro dos médiuns*, orientando aqueles que desejassem conhecer uma ciência a fazê-lo a partir do conhecimento de tudo o que sobre ela se tem escrito “ou, pelo menos, o que haja de principal, não se limitando a um único autor.

fundamentais do Espiritismo, Os quatro evangelhos, Joana D’Arc, Pluralidade dos mundos habitados, Magnetismo animal, entre outros. Interessante observar que, nele, Kardec indicava a leitura de autores espíritas que foram consagrados pela literatura, a exemplo de Victor Hugo e Camilo Castelo Branco. Entretanto, as obras que os imortalizaram não foram indicadas, prevalecendo os livros espíritas, embora não se restringissem a eles.

Devem mesmo ler o pró e o contra, as críticas como as apologias, inteirar-se dos diferentes sistemas, a fim de poderem julgar por comparação” (KARDEC, [1861]2003, p.57). Partindo das orientações feitas por Kardec, pode-se concluir que, apesar de o livro *Os quatro evangelhos* propor uma interpretação contrária aos princípios kardecistas, a escolha dessa leitura não foi feita com a intenção de negar o pensamento de Kardec, mas, sim, para reafirmá-lo; nessa finalidade estava implícita a tal proposição, sobretudo porque a sua leitura acontecia no Centro de forma coletiva e mediada, portanto, os sentidos e a apreensão que o leitor atribuía ao texto eram regulados e controlados.

No Centro foram encontrados cinco exemplares de *Os quatro evangelhos* de 1920, somente um assinalado como cortesia da Federação, como se pode ver na imagem abaixo. Chama-nos a atenção o fato de, segundo as atas, a leitura da obra ter acontecido em período anterior a essa data de publicação; assim sendo, entende-se que a instituição teve acesso à primeira tradução realizada pela Federação em 1909. Conforme o registro em ata, a primeira leitura da obra teria acontecido em 1910. Tal ocorrência mostra que o Centro estava em sintonia com a Federação e realizava as leituras propostas pela FEB no momento da sua indicação.

Figura 26: Oferta da Federação Espírita Brasileira



Fonte: Livro *Os quatro evangelhos*.

As obras lidas no Centro faziam parte do acervo da biblioteca, para cuja montagem a aquisição de livros podia acontecer através de doações, a exemplo das ofertas feitas pela

Federação, como os livros que foram doados por adeptos da Doutrina Espírita, sendo eles o Dr. Cleophano Meirelles, João Gumes e Mário Spinola, conforme registro em obras que pertenceram ao seu acervo inicial. Os indícios revelam que as obras tinham o carimbo da biblioteca e a identificação da forma de aquisição do livro, o que podia acontecer também por meio de compra pelo Centro, constando, nesse caso, o valor pago e a data. Caso fosse doação, constava o nome do doador. A doação de impressos dos mais variados suportes para a biblioteca evidencia que os seus membros colaboravam com a ampliação do seu acervo, assim como reafirma a relevância da leitura para os espíritas.

Por último, nas leituras indicadas pela FEB, têm-se os impressos como panfletos e folhetos, produzidos pela instituição ou por centros espíritas espalhados pelo Brasil ou no exterior. O conteúdo desses materiais impressos era de cunho informativo, formativo e instrutivo. A sua leitura também podia acontecer tanto no transcorrer das sessões ordinárias, como nas reuniões de estudo.

O Director leu um panfleto (indecifrável) editado pela Federação Espirita Brasileira, com o título ‘Grupos espíritas’, o qual traz proveitosas instruções para a direcção de sessões de practicas mediunicas e bons comunicados de espiritos que faziam parte da Federação e que já se desencarnaram (ACTA, 08/10/1920).

A produção dos folhetos representava, portanto, uma forma direta e objetiva utilizada pela FEB para comunicar e instruir os seus associados: “foi lido um folheto da Federação Espirita Brasileira, que trata de assumptos sobre os Centros a ela adhesos” (ACTA, 11/01/1929). A Federação indicava ainda a leitura de artigos e folhetos sobre os autores espíritas do Brasil, sobretudo daqueles que estavam vinculados à instituição e colaboravam com a institucionalização da doutrina, como, por exemplo, Bezerra de Menezes²²⁸. Na mesma direcção, foram lidos também folhetos da “lavra de Bittencourt Sampaio²²⁹ sobre a constituição de grupos espíritas” (ACTA, 24/01/1922).

²²⁸ Bezerra de Menezes (1831-1900) era natural do Ceará, proveniente de uma família detentora de capital econômico, político, social e de formação católica. Mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de estudar Medicina. Na cidade, o envolvimento nas causas humanitárias em prol dos “humildes e necessitados” levou-o a se envolver com a política, tornando-se conhecido como “médico dos pobres”. Após sua adesão ao Espiritismo, abandonou a política, passando a se dedicar à doutrina. Foi presidente da FEB no período de 1889-1900, sendo considerado uma figura histórica do Espiritismo brasileiro, pois foi o responsável por afirmar a identidade kardecista, bem como por imprimir a ela a marca de “religião das classes médias”. (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990]2009, p.149-156).

²²⁹ Bittencourt Sampaio (1834-1895) era natural de Sergipe e fixou residência no Rio de Janeiro. Foi magistrado, jornalista, poeta e médium espírita. Em 1873 fez parte da diretoria do “grupo Confúcio”, primeira sociedade espírita do Rio de Janeiro. Nela desenvolveu a mediunidade receiptista, prescrevendo remédios homeopáticos aos

4.5 Leituras literárias

A leitura de romances, novelas, poesias e opúsculos esteve também no Centro. Nas atas é possível observar que esses objetos eram lidos por inteiro ou quase na sua íntegra, sendo destinadas reuniões seguidas para a leitura de um único material. Destacamos abaixo algumas obras citadas nas atas.

Quadro 08: Leitura de romances/novelas

| TÍTULO | AUTOR | DATA DE PUBLICAÇÃO | ANO DA LEITURA NO CENTRO | EDITORA DA PUBLICAÇÃO | AUTOR ESPIRITUAL |
|----------------------------------|------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------|
| <i>Do Calvario ao infinito</i> | Zilda Gama | 1922 | 1928 | FEB | Victor Hugo |
| <i>Marieta</i> | Daniel Suarez Artazu | 1912 | 1924-1925 | FEB | |
| <i>Memorias do Padre Germano</i> | Amália Domingues Sóler | 1909 | 1915- 1927- 1928 | FEB | Sacerdote católico |
| <i>Na sombra e na luz</i> | Zilda Gama | 1918 | 1924 | FEB | Victor Hugo |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas atas do *Centro Psychico* e sites da Doutrina Espírita.

Dos quatro romances, dois deles – *Do Calvario ao infinito*²³⁰ e *Na sombra e na luz*²³¹ – são atribuídos à autoria espiritual de Victor Hugo (1802-1885), renomado escritor francês que aderiu à doutrina espírita. Zilda Gama²³² foi a médium responsável pela psicografia dos

menos favorecidos. Posteriormente, criou a sociedade de Estudos Espíritas: Deus, Cristo e Caridade, na qual se dedicou ao estudo dos fenômenos espíritas e do Evangelho segundo a doutrina. Disponível em <www.febnet.org.br/ba/file/Bittencourt%20Sampaio.pdf> Acesso em 20/03/2017.

²³⁰É um romance dividido em sete livros, psicografado por Zilda Gama a partir de mensagens que teriam sido enviadas pelo espírito de Victor Hugo. Destaca-se que “a história apresenta diversos Espíritos que estavam ligados entre si por desacertos do passado, em expiações redentoras; este grupo passa por experiências de lutas e sofrimentos nos quais é possível perceber a Justiça Divina atuando a partir da lei de causa e efeito” (GAMA, s/d, p.8).

²³¹No preâmbulo da obra, chama a atenção a forma como Zilda Gama se apresenta para o leitor na condição de escritora, professora e diretora e também espírita e médium. Observa-se a necessidade que tem a autora de destacar os seus diversos pertencimentos sociais; isso seria uma forma de justificar a veracidade e a legitimidade da escrita? Assim, ela argumenta que o romance é resultado de mensagens psicografadas que foram enviadas por Victor Hugo. Nesse diálogo descreve o contato que estabeleceu com o espírito e todo o processo de escrita da obra. Para suprimir as dúvidas que pairam sobre o livro psicografado, ela argumenta sobre as diferenças que possam existir entre a escrita do autor dos *Miseráveis* e *Na sombra e na luz*, afirmando que nos escritos o espírito de Victor Hugo teria comunicado que “não o prende mais à Terra uma vanglória literária; seu único objetivo é pugnar, com os grandes amigos dos sofredores e dos mutilados morais, no formidável prélio que tem por lema – Regeneração humana!” (GAMA, s/d, p.15).

²³²Zilda Gama era natural de Juiz de Fora, Minas Gerais (1878-1969). Iniciou os estudos com a mãe, que era professora, e em seguida matriculou-se na Escola Normal de São João Del Rey. Desde jovem ela escrevia para jornais do seu estado, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Dedicou-se ao magistério, foi professora e diretora de escola em Minas. A autora informa que ainda jovem começou a receber mensagens de guias espirituais, a exemplo de Victor Hugo, Allan Kardec e D. Pedro de Alcântara (GAMA, s/d, p.9).

livros, ambos situados no contexto do século XIX. Apesar de cada um desenvolver uma trama específica, em ambos são tratados os princípios e os valores inerentes à Doutrina Espírita, notoriamente pela referência a temas como a encarnação, os sofrimentos vivenciados pelos sujeitos, a lei de causa e efeito, apresentando como objetivo principal trazer à tona a capacidade de regeneração dos sujeitos²³³. O romance *Marieta*, considerado um clássico²³⁴ na categoria espírita, também aborda em seu enredo temas como ‘imortabilidade da alma’, “reencarnação” e a “lei de causa e efeito”. Por sua vez, em *Memórias do padre Germano*, psicografado por Amália Domingues Sóler em um centro espírita da Espanha no final do século XIX, o espírito do padre descreve “o seu trabalho de sacerdote católico, desenvolvido durante a sua última encarnação terrena, toda ela consagrada à consolação dos humildes e oprimidos”²³⁵. Pelo menos um dos objetivos da obra é convencer o leitor de que somente através do dedicado “esforço pessoal” é que se atinge a “eternidade”.

Acreditamos que, para a época, o romance espírita funcionava como um tipo de leitura que despertava o interesse e a curiosidade das pessoas, principalmente daqueles que não eram adeptos do Espiritismo, de forma que o contato mais ou menos intenso e as experiências poderiam formar o gosto²³⁶ por leituras desse gênero, conduzindo o leitor a outros tipos de leitura espírita. Os romances podem ser entendidos, nessa perspectiva, como meio capaz de formar o gosto pela leitura espírita, sobretudo as obras que abordavam questões da vivência cotidiana e sua relação com o “além”. Essas obras eram produções com forte apelo emocional, marcadas pela presença do sofrimento, da dor e da regeneração moral na vida dos personagens. Com relação à produção dos romances, a *Revista Espírita – Jornal de Estudos psicológicos*, escrita por Allan Kardec em janeiro de 1867, dedicou uma edição aos romances espíritas:

²³³Consulta feita em: <<http://www.filosofiaespirita.org/site/sem-categoria/victor-hugo>> Acesso em: 05/02/2018.

²³⁴A definição de clássico espírita é atribuída à autora e médium brasileira Yvonne A. Pereira; no livro *À luz do Consolador*, comenta que, aos 8 anos de idade, leu o clássico romance espírita *Marieta*, embora ela reconheça não ter alcançado a compreensão da obra na época (PEREIRA, p.20, s/d).

²³⁵ Consulta feita a: <<http://www.febeditora.com.br/departamentos/memorias-do-padre-germano/#.WosonDdG3Dc>> Acesso em 05/02/2018.

²³⁶ Segundo Bernard Lahire, o “gosto pela leitura no caso de uma obra literária específica, não pode ser deduzido de uma disposição cultural e, portanto, de um volume (mais fraco ou mais forte) de capital cultural. Não é muito atribuível a um único critério social de especificação, a saber, a posição no espaço social” (2002, p.96). Para o autor, esse “gosto ou sensibilidade literária” pode ser particularmente mudado a depender do contexto social em que se encontra o leitor, de acordo com a sua condição social no momento da leitura, a sua pertença sexual, as experiências sociais, entre outros aspectos que interferem na formação do gosto pela leitura; portanto não se resume a “um simples efeito de legitimidade”, mas depende das experiências que o indivíduo incorporou ao longo da sua trajetória.

O romance pode ser uma maneira de exprimir pensamentos espíritas sem se comprometer, porque o autor temeroso pode sempre responder à crítica trocista que apenas pretendeu fazer uma obra de fantasia, o que é certo para a maioria. Ora, à fantasia tudo é permitido. Mas, fantasia ou não, não deixa de ser uma das formas graças à qual a ideia espírita pode penetrar nos meios onde não seria aceita sob uma forma séria²³⁷.

Inicialmente a publicação do romance ocorria nos impressos confessionais em formato de folhetim, servindo, portanto, para divulgar a doutrina. Na *Revista Espírita*, em 1867, Kardec afirmou que o Espiritismo ainda é “muito pouco, ou melhor, muito mal conhecido pela literatura, para ter fornecido assunto a muitas obras deste gênero”²³⁸. Ele ressaltou também que, na época, Théophile Gautier publicou, sob o nome de *Spirite*, obra considerada de destaque; entretanto, o autor enfrentou críticas por ter-se afastado em vários pontos das ideias em que se pautava a doutrina. Kardec destaca ainda que, em alguns outros romances, o Espiritismo fornece apenas o tema de alguns episódios e afirma que “o tema da reencarnação é bastante profícuo aos romancistas, revela-se efeitos empolgantes e que não se afastam da vida material”²³⁹.

No Brasil, as publicações de livros com temáticas espíritas já eram realizadas desde a segunda metade do século XIX, a exemplo dos escritos pelo romancista, dramaturgo, poeta e jornalista baiano Júlio Cesar Leal (1837-1897). Sua vasta bibliografia inclui livros sobre espiritismo, religião e maçonaria, entre outros temas (EL FAR, 2004). Segundo Célia Arribas (2010), Leal ofereceu seu livro *O espiritismo: meditações poéticas sobre o mundo invisível*, publicado em Alagoas em 1869, a Teles de Menezes. Este foi o responsável pela fundação do que consideram o primeiro jornal Espírita do Brasil, *O Echos d'Além-Túmulo* (1869), que circulou na Bahia. Sobre o romance escrito por Leal, a autora o apresenta como “a primeira obra poética de fundo espírita publicada no Brasil” (ARRIBAS, 2010, p.67). Assim, os romances, ao abordarem o espiritismo na sua trama narrativa, contribuíam para dar visibilidade ao tema, sobretudo colaborando no processo de divulgação, popularização e aceitabilidade da doutrina que, no final do século XIX, ainda enfrentava fortes resistências para o seu pleno estabelecimento.

²³⁷Revista Espírita, Jornal de Estudos Psicológicos, janeiro/1867. Disponível em: <https://www.kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/901/revista-espirita-jornal-de-estudos-psicologicos-1867/6044/janeiro/os-romances-espíritas> Acesso em 15/01/2018.

²³⁸ Revista Espírita jan/1867.

²³⁹Revista Espírita, janeiro/1867. Disponível em: <https://www.kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/901/revista-espirita-jornal-de-estudos-psicologicos-1867/6044/janeiro/os-romances-espíritas> Acesso em 15/01/2018.

As condições de escrita e a produção autoral do texto psicográfico constituem elementos indispensáveis para compreensão da psicografia como prática letrada, principalmente no que se refere ao processo de circulação e recepção pelos leitores (SOARES, 2016). No final do século XIX e início do século XX, os autores espíritas tiveram certo destaque na autoria dos textos mediúnicos, em detrimento da figura do médium. Segundo Marion Aubrée, a trajetória da literatura espírita vincula-se ao desenvolvimento histórico do Espiritismo, tanto no Brasil como no exterior. A autora considera que, nas décadas iniciais do século XX, o romance espírita publicado pela Federação Espírita começou a ascender numericamente, principalmente com a publicação dos livros de Fernando Lacerda, seguidos por Zilda Gama, em 1917. Essas obras eram chamadas na época de ‘medianímicas’, nas quais aparecem tanto o nome do médium/instrumento como o nome do(s) Espírito(s) considerado(s) pelos espíritas como autor(es) verdadeiro(s) da obra criada (AUBRÉE, 2012, p.148). Estudos atuais também corroboram semelhante compreensão em relação à questão da produção autoral dos textos mediúnicos; por exemplo, para Bernardo Lewgoy (2000), a produção da escrita mediúnica é resultado de um processo de partilha entre o "autor espiritual" e o "autor encarnado", portanto, defende que ela resulta de uma partilha de "autoria" entre o médium e o guia. Nessa direção, Ana Soares (2016) também defende a ideia de autoria compartilhada em que o médium e o guia espiritual são corresponsáveis pela produção do texto. Também defendemos que os romances mediúnicos são resultados de uma "autoria compartilhada", pois, como comentado, o médium é um "medianeiro" responsável por sistematizar, através da escrita, da fala ou de outros meios, as mensagens recebidas do mundo espiritual. Isso nos remete à ideia de que a produção do livro envolve um circuito de comunicação nos termos propostos por Darnton (1990). O processo vai desde a produção, a circulação, até o consumo dos livros; nele ocorre a interferência dos sujeitos responsáveis por cada fase desse circuito; logo, não se pode afirmar que o livro é resultado de uma única autoria.

Em Caetité, João Gumes, no final do século XIX, escreveu o romance *Seraphina* (188?), que trata da Doutrina Espírita. O texto manuscrito, cujo enredo se dá no sertão da Bahia, narra a história da sua protagonista, uma jovem senhora adepta do Espiritismo, que tinha como "fiéis companheiros os livros", especialmente, os da doutrina. O texto aborda os preconceitos que a "nova ciência" enfrentava por parte de uma parcela da população brasileira que resistia em aceitar a doutrina; assim o autor monta a sua argumentação, mostrando as bases teóricas, filosóficas e científicas que a sustentavam. Entretanto, em nível local, foram restritas as

publicações espíritas, o que indica certa reserva por parte de escritores em se assumirem como espíritas, fato que pode ser observado nos livros dos memorialistas como Neves (1986) e Lobão Gumes (1975a; 1975b).

A poesia²⁴⁰ foi outro tipo de leitura presente no Centro, geralmente apresentada de forma recitada ou lida em sessões comemorativas ou extraordinárias. Zumthor (2010) destaca a função externalizadora que a comunicação vocal desempenha no grupo social, e a poesia é um dos modos que a sociedade utiliza para pronunciar o discurso sobre si mesma, com o intuito de assegurar a sua perpetuação, no caso do Centro, através do proselitismo religioso. Além da dimensão pragmática da comunicação vocal, ela também pode, em algumas situações, suscitar sentimentos mais profundos como prazer, alegria, proteção, e outros (ZUMTHOR, 2010).

No *Centro Psychico*, as declamações de poesias podiam acontecer nas comemorações do Natal (25 de dezembro), do aniversário de Allan Kardec (3 de outubro), havendo também recitações dedicadas à “Maria a mãe de Jesus”. Nessas datas, contou-se com a significativa participação de crianças: “seguiu-se a recitação de lindas poesias analogas pelas crianças e senhoritas Elza, Nelsa e Celsina Castro, Affonso e Flavio Neves, Candida, Carmem e Eponina Gumes, [...]” (ACTA, 25/12/1915). Outra ocorrência de participação infantil nas declamações é a da sessão comemorativa dos 25 anos do Centro: “(...) Recitaram poesias allusivas à data: - Celeste Neves, e Carlota Silva; Celia Gumes, leu algumas tiras bem arrançadas, sobre thema em fóco” (ACTA, 25/12/1930).

Como já destacado, nesses eventos as crianças tiveram visibilidade e foram reconhecidas como sujeitos frequentes na instituição, sobretudo nas sessões comemorativas. Esse reconhecimento poderia significar a formação de novos adeptos da doutrina, estimulando o desenvolvimento das habilidades de fala e da oralização.

As poesias ainda podiam ser lidas após o estudo de texto mais longo ou mesmo depois de proferida uma palestra por um membro. Tal ocorrência pode ser percebida no excerto a seguir: “por fim foi recitada uma poesia por Aldo Britto [...]” (ACTA, 03/10/1918). De algumas dessas produções mencionou-se apenas o título, mas, a partir dele, é possível inferir que elas estavam embasadas nos preceitos da Doutrina Espírita e se destinavam a homenagear

²⁴⁰ Nesse item abordaremos apenas as formas de oralização das poesias nas reuniões no Centro; no próximo capítulo, serão analisados os temas e os aspectos doutrinários das poesias que eram publicadas no jornal *Lux*.

personagens da religiosidade cristã, consideradas por sua elevada espiritualidade e cujas vidas terrenas foram coerentes com os princípios adotados pelo Espiritismo.

Em outra sessão realizada com o objetivo de divulgar a doutrina, foram lidas pelo presidente “três bellas poesias da lavra do sabio poeta portuguez Guerra Junqueiro²⁴¹, insertas no livro ‘Rimas do além Tumulo’²⁴², obtidas após a desencarnação do illustre vate” (ACTA, 25/01/1930). Após a leitura, o diretor teria feito comentários sobre as poesias, destacando o modo como elas foram obtidas. Segundo Prata (2016), a poesia mediúnica surgiu movida pelo ímpeto da codificação das mensagens do “além” e assumiram um caráter simbólico em função do seu valor histórico e crítico. Portanto, no âmbito da literatura espírita, elas sempre tiveram lugar de destaque, visto que figuravam na *Revista Espírita*, fundada por Kardec, ao lado da obra da codificação da doutrina.

No Centro recitavam-se também poesias de autoria dos seus membros, a exemplo de produções de Marieta Lobão Gumes, Huol Gumes, Antônio Neves, entre outros. Teve destaque a participação da professora Maria Neves Lobão, que utilizou o púlpito para falar e, após sua apresentação, “leu uma bella e tocante poesia, intitulada – Jesus e a mulher adúltera” (ACTA, 10/08/1930). Para a autora, no fato bíblico enfocado, Jesus “demonstrou a mais tocante e edificante prova do amor pela humanidade. O gosto sublime do perdão que o Mestre teve para com aquella infeliz que foi perseguida pela multidão ignorante e má” (ACTA, 10/08/1930). Ao tomar o título da poesia “Jesus e a mulher adúltera”, podem-se fazer algumas considerações: primeiro, por ter sido produzida por uma mulher e, segundo, por o tema abordado ser o “adulterio”. Apesar de se referir a uma passagem bíblica, para a época o tema ainda era visto com certas ressalvas, principalmente numa sociedade marcada, até aquele momento, por forte mentalidade tradicionalista.

²⁴¹ Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923) nasceu em Portugal e era filho de lavradores abastados. Cursou teologia na Universidade de Coimbra, sendo que mais tarde desistiu de ser padre e voltou à Universidade para cursar Direito. Como funcionário público, ocupou vários cargos e também foi deputado em 1878. Foi autor de vários livros, tendo produzido uma intensa obra poética. (Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, p.1). Disponível em http://www.bm-ferreiradecastro.com/documentos_bmfc/autor_mes/_pdf/2010-10 Acesso em 20/05/2018.

²⁴² Trata-se de livro de mensagens mediúnicas atribuídas a Guerra Junqueiro. Uma nota publicada no Catálogo da FEB de 1939 destacou que o livro era mais uma “prova vitoriosa das realidades do Espiritismo” (p.26), considerando que o seu autor espiritual ressurgia através dos inimitáveis versos que compõem a obra. Embora destaque que o autor tenha modificado a maneira de encarar o mundo e as criaturas, permaneciam intactas, contudo, a sua “eloquência, energia e beleza”. Enfim, conclui-se que os versos eram do referido poeta, e nenhum outro escritor tinha conseguido imitá-lo.

Pode-se afirmar, portanto, que no Centro a produção e os modos de exposição da poesia oral cumpriram a função de doutrinação, na medida em que se utilizavam diferentes modos de transmissão e socialização. A oralização da poesia e dos demais textos demonstrava que havia, de certo modo, um controle coletivo dos sentidos, entre eles, por exemplo, o controle da expressão corporal, que era diferente na leitura silenciosa, como afirma Certeau (2001). Na leitura oral, o corpo do leitor se mantém preso ao texto, ou seja, acompanha a sua “configuração geográfica” (p.272), pois o texto organiza e define a atividade do leitor, como, por exemplo, impõe determinado ritmo à leitura, que pode ser feita de modo pausado e controlado para que o leitor/ouvinte possa acompanhar e absorver o conteúdo. Assim, a linguagem corporal do leitor expressa gestualmente as impressões acerca do texto. Vale ressaltar que, no Centro, esses modos de ler tinham uma abrangência intergeracional, na medida em que eram destinados tanto aos adultos, quanto às crianças que frequentavam as sessões, especialmente, as comemorativas.

O opúsculo também foi outro tipo de leitura literária utilizada no Centro. Segundo o dicionário de Jayme Séguier (1928), trata-se de uma “pequena obra sobre artes, ciência, etc. Folheto” (SÉGUIER, 1928, p.808). Esse tipo de produção espírita abordava temas variados vinculados à doutrina. Em ata, há a informação de que “[...] foi lida por ordem do Vice-Director, alguns capítulos de um opusculo intitulado ‘Os mortos vivem!! Não os choreis’ (ACTA, 30/11/1906), publicado pela Federação Espírita Brasileira, que teria encaminhado muitos exemplares ao Centro. Em opúsculo com o título “Aos que choravam e não oram” consta a identificação de que foi enviado pelo “nosso digno presidente honorario Dr. Aristides Spinola” (ACTA 30/11/1906). Sobre outro opúsculo, “Orvalho do Céu”, afirma-se que foram lidos trechos da obra na reunião de 17 de fevereiro de 1928, dando-se continuidade à leitura nas reuniões daquele mesmo mês.

No geral, as informações sobre essas leituras são lacunares, e muitos dados interessantes para compreensão do processo de sua apropriação são omitidos. Em grande parte dos registros, estão ausentes informações como nome do autor, conteúdo abordado, as discussões suscitadas, bem como a forma de recepção pelos leitores. A leitura dos opúsculos podia acontecer tanto nas sessões ordinárias como nas reuniões de estudo, pautando-se nos mesmos critérios adotados nas demais leituras ali realizadas.

O predomínio da leitura dos textos espíritas em voz alta de certa forma reafirma o que outros estudos sobre a doutrina (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1999]2009) já demonstraram: uma

intensa interação entre texto/discurso, visto que ambos coexistem e se relacionam mutuamente²⁴³ e o sentido da sua adequada recepção vincula-se ao desempenho da função do leitor/mediador. Isso nos remete a Paul Zumthor (1993) quando ele disse que, na escrita medieval, a oralidade sustentava o texto; complementamos afirmando que a leitura espírita, como leitura religiosa de modo que é sustentada tanto pelo texto e pela oralidade como por outras dimensões da linguagem, como o gestual.

De acordo com o que foi exposto neste capítulo, apresentamos e discutimos os tipos e as práticas de leitura espírita que aconteciam no *Centro Psychico* em Caetité; embora ela seja um aspecto inerente à Doutrina Espírita, é importante enfatizar que ser espírita é ser leitor e constante estudioso das obras de Kardec, bem como de autores que escreveram sobre o Espiritismo. Retomamos as proposições teóricas colocadas no início do capítulo, fundamentadas em Darnton (1990): referente ao *o que se lê*, como já citado, no Centro destacamos que se liam atas, cartas, livros, revistas e demais suportes impressos; no geral, essas leituras estavam fundamentadas nos preceitos e valores da Doutrina Espírita. Na outra questão – *como se lê* –, ficou evidente que prevaleceu um tipo de um letramento religioso, feita no interior de uma comunidade de leitores, cujo modo de ler era em voz alta, coletivo, mediado e controlado, por se tratar de uma leitura fundamentada em valores doutrinários.

As sessões espíritas, as sessões comemorativas e as reuniões de estudo foram marcadas pela leitura em voz alta, seguindo, de certa forma, uma ritualização de diferentes práticas de oralidade e do gestual, pois cada suporte requer uma entonação específica, a exemplo da declamação ou leitura de uma poesia: a performance do leitor interfere na construção de sentidos e apreensão do seu conteúdo pelo ouvinte. Por último, o quesito *quem lê*: ficou evidente que o diretor do Centro, ou um membro previamente designado para assumir a condição de leitor/mediador, era o portador de uma “língua autorizada”, não apenas no domínio da capacidade linguística e do conhecimento, mas especialmente como instrumento de poder que impõe um modelo de recepção autorizada, que confere um sentido controlado às

²⁴³ Sobre a relação leitura e oralidade em espaço religioso, o estudo de Lisa Castillo (2010) é bastante significativo, no sentido de desconstruir a visão predominante de associar as religiões afro-brasileiras, unicamente, às práticas da oralidade. A pesquisadora revelou que, desde tempos remotos, a escrita esteve presente nos candomblés. Ela, entretanto, reconhece que, de fato, a escrita nessas religiões ocupa um lugar diferente, uma vez que se encontra de forma difusa presente nas práticas e rituais. Entretanto, a relação entre o oral e o escrito é mais ampla e complexa, na medida em que as duas dimensões estão imbricadas. Assim, a sua apreensão deve ser pensada na perspectiva da multimodalidade.

leituras, conforme definem os preceitos inerentes à doutrina. Essa prática assegurava que entre os leitores houvesse uma certa homogeneidade na interpretação dos textos. Percebeu-se ainda que as leituras estavam em conformidade com as indicações feitas pela FEB, sobretudo os livros de Allan Kardec e de outros escritores já reconhecidos internacionalmente, que escreviam numa perspectiva científico-filosófico-religiosa.

Após identificar o lugar que o escrito ocupava no *Centro Psychico* a partir das suas práticas de escrita e de leitura, vejamos, por fim, os dilemas e embates para a produção do jornal *Lux*, e de que forma esse impresso contribuiu para a formação de leitores.

CAPÍTULO 4: O JORNAL *LUX*: PRODUÇÃO IMPRESSA DO CENTRO

Seja como fonte, ou objeto de pesquisa, a imprensa tem sido utilizada nas pesquisas em História da Educação, compondo uma via para o pesquisador que objetiva interpretar a educação em períodos específicos. No entanto, além de entrever processos educativos, a imprensa possibilita aproximar-se dos idealizadores de tais processos, distinguindo os personagens que cultivaram discursos ideológicos e os puseram para circular na palavra impressa (ROCHA, 2014, p.23).

O capítulo anterior teve como objetivo reconstruir a leitura que era realizada no *Centro Psychico*, a partir das proposições de Darnton (1990) sobre o *que se lê, como se lê, quem lê* e o *modo de ler*; para isso identificamos e analisamos a função do leitor mediador autorizado, que, geralmente, era desempenhado pelo presidente, ou outro membro do Centro, além de identificar os tipos e as formas de leituras: ordinárias, fundantes da doutrina, indicadas pela FEB e as literárias, e como eram realizadas. Nessa reconstrução, utilizamos como fontes documentais as atas, cartas, livros que pertenceram ao Centro. Vimos que uma das especificidades da leitura religiosa era ser realizada em voz alta, de maneira coletiva e emitida por um mediador autorizado, que imprimia aos textos um sentido considerado adequado.

Este capítulo objetiva identificar como o jornal religioso *Lux* foi utilizado na formação do leitor espírita ou do possível leitor da Doutrina Espírita em Caetité e região. Para tanto, será observado o seu processo de criação e implantação, uma vez que o seu objetivo foi expandir o Espiritismo, propagando e difundindo a doutrina. Além disso, serão tomados tanto os aspectos da sua materialidade, como as dificuldades e dilemas do processo de implantação, redatores, leitores, interesses e/ou disputas estabelecidas com outros grupos religiosos e questões de ordem financeira. Vale ressaltar que não estudamos a recepção do jornal pelos leitores, apenas as características e as condições que viabilizaram o seu uso como agente para letrar e aproximar os indivíduos da cultura escrita. Nessa análise, tomamos como fontes as atas do Centro, *Carta Pastoral*, os jornais confessionais *Lux*, *Boletim Interparochial* e *Correio de Caeteté*. Assim, partimos do princípio de que o impresso produzido pelo Centro para divulgar e propagar a Doutrina Espírita, bem como para defender o Espiritismo dos ataques publicados nos impressos católicos, funcionou também como agente de letramento; visto que serviu também para aproximar os sujeitos da cultura escrita.

5.1 Imprensa religiosa em Caetité

No Brasil, o acesso à escola e a instalação da imprensa aconteceram somente três séculos após o processo de colonização. Assim, outras instâncias, como é o caso da religião, foram responsáveis por aproximar a população da leitura e da escrita, por meio da circulação de material escrito, como catecismo, bíblia, hinários e outros. As instituições religiosas recorreram à imprensa como instrumento de propagação e de doutrinação dos fiéis. Em Caetité esse processo também se deu, uma vez que os impressos eram parte do cotidiano de uma parcela da população e contribuiu para a sua formação.

A instalação da tipografia em Caetité foi projeto de João Gumes com a publicação do jornal *A Penna*, objetivando colaborar para diminuir o analfabetismo, o qual, como afirmava, “grassa entre o povo”. Assim, ele acreditava que, ao dispor de material de leitura, com a propagação de textos escritos, estaria contribuindo para “amenizar o analfabetismo”. Essa ideia tornou-se a alavanca propulsora dos seus escritos. O próprio Gumes atribuía, em parte, à falta de educação, “de instrução”, a culpa pelo atraso do Brasil. Gumes identificou como função do jornal ser “advogado dos interesses do povo”, “trabalhar pela prosperidade e civilização do alto sertão”²⁴⁴. Vale destacar que esse era o discurso típico dos homens de imprensa da Primeira República (1889-1930), quando “a educação começa a ser percebida como o principal problema nacional que, uma vez resolvido, conduziria à solução dos demais” (PAIVA, 1987, p.26). A valorização da educação como condição de *status* e diferenciação adotada pelas classes cultas colaborava para gerar o preconceito contra o analfabeto, como já mencionado. Dessa maneira, caracterizavam-se os sujeitos que se encontravam nessa condição como responsáveis pelo escasso progresso do País e pela impossibilidade de o Brasil participar no conjunto das “nações de cultura”.

Conforme destacado no capítulo 1, o número de impressos religiosos que circulava na cidade de Caetité, nas décadas iniciais do século XX, era considerável. A Igreja Católica representava o grupo religioso com maior número de impressos produzidos, entre os quais se destacavam as *Cartas Pastorais*²⁴⁵, o jornal o *Pharol*, o *Boletim Inter-Parochial* e o jornal

²⁴⁴ A Penna, 05/03/1897, p.1.

²⁴⁵ As cartas Pastorais foram documentos escritos pelos membros do episcopado, cuja autoridade intelectual e política em alguns centros era incontestável. Tratava-se do segmento junto à hierarquia eclesiástica mais ocupado com a organização de uma “militância”, visando recompor a unidade entre Estado e Igreja, desfeita com a República (FREITAS, 2002, p.60). Pode-se dizer que essa “militância eclesiástica” atuava de forma incisiva sempre que algo representasse perigo para a Igreja Católica, fato que colaborava para que esses documentos tivessem ampla repercussão entre as Dioceses e paróquias.

Correio de Caeteté. Já o *Centro Psychico* produziu apenas uma publicação, o jornal *Lux*. Não conseguimos identificar se na cidade foram produzidos outros jornais confessionais.

Os usos do jornal *Lux* permitem considerar o seu papel de agente de letramento religioso devido aos seguintes aspectos: o tempo de circulação (1913-1933); a forma como os redatores se direcionavam aos leitores; a maneira como o jornal era mencionado pela imprensa local; o uso de textos literários e das frases de efeito doutrinário. Esses indicativos evidenciam que o impresso tinha um público leitor, o que nos permite tomá-lo como objeto para verificar que as ações de letramento havia nesse impresso.

O jornal, como uma produção do Centro, é resultado do trabalho de um grupo que objetivava propagar o Espiritismo. Dessa maneira, entendemos que a sua criação constituiu um “empreendimento que reuniu um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p.140). Embora fosse restrito o número de pessoas que se reuniram para criar o jornal *Lux*, elas partilhavam dos valores e princípios do Espiritismo. Vejamos como se deu o processo de criação e publicação do jornal *Lux*.

5.2 Processo de criação do *Lux*: entraves e dilemas

O jornal espírita *Lux* foi fundado em 1913 pelo *Centro Psychico de Caetité* e circulou até o ano de 1933 com algumas interrupções. O seu principal objetivo era difundir e propagar o Espiritismo, tendo sido, inicialmente, um projeto circunscrito a um grupo de letrados da cidade. O impresso destinava-se ao leitor que já era adepto da doutrina, mas buscava também atrair aqueles que ainda não se tinham convertido. No processo de propagação do Espiritismo, destaca-se a relevância da escrita e da oralidade, como se pode observar na mensagem espiritual:

Muitas igrejas dizem propagar o Evangelho e pregar-o, mas o Espiritismo o prega pelo espirito e não só pela letra [...] Vós, meus filhos, tendes entre vós pessoas inteligentes e litteratos. Podereis escrever tambem sobre a vossa doutrina – quantos não publicam suas gazetas²⁴⁶ combatendo o Espiritismo! Fazei propaganda pela escripta. Por que não o fazeis? Por medo ou por orgulho? (ACTA, 06/07/ 1917).

²⁴⁶ Segundo dicionário *Diccionario Prático Illustrado* assim define o vocábulo: gazeta (zê), s.f (it.gazzetia). Jornal: escrever nas gazetas.Gír. Falta à aula, à repartição, etc: fazer gazeta (SÉGUIER, 1928, p.526).

A mensagem espiritual é provocativa e desafiadora, no sentido de mostrar aos membros que o Espiritismo possui duas dimensões para a propagação dos seus princípios. A primeira pode acontecer por meio da manifestação espiritual, podendo ser de forma oral; e a segunda, por meio da escrita. Portanto, diante desses diferenciais e sendo o grupo formado por pessoas letradas, havia as condições necessárias para se criar um impresso espírita.

No *Centro Psychico*, a decisão de se criar um impresso vinculado à doutrina com o objetivo de divulgá-la demandou um longo processo de discussão, enfrentou desafios e resistências. Inicialmente, as resistências foram internas e por parte dos membros da agremiação que temiam assumir a responsabilidade de elaborar um jornal, custear a sua produção, cuidar da distribuição e da circulação, mas, sobretudo, temiam a forma de recepção do impresso pela comunidade caetiteense. Conforme consta numa ata, “o director fallou pela segunda vez sobre a Gazetinha Espirita, visto que na reunião presente tem maior numero de socios, sufficiente para deliberar sobre o assumpto” (ACTA, 14/01/1913). Havia também a necessidade de convencer os sócios quanto aos benefícios de se publicar uma gazeta. Segundo registro em ata, o diretor João Gumes posicionou-se dessa forma sobre a questão: “fez-nos ver o conveniente e inconveniente da mesma, depois de bem explicar-nos sobre o conveniente e que deverá ser mensal a Gazetinha e cada assignatura annual custara dois mil reis, foi unanimemente approvada” (ACTA, 14/01/1913). As mensagens espirituais enfatizam a necessidade da publicação de um impresso para divulgação da doutrina, independentemente do seu tamanho; por isso a denominou de “gazetinha”.

No processo de criação do impresso, as “manifestações espirituais” no Centro foram decisivas quanto ao poder de convencimento dos prosélitos. Inicialmente, os guias ressaltavam a relevância da imprensa para o mundo, conforme mostra o comunicado recebido pelo médium falante Virgílio:

Esta arte sublime, meus charos irmãos, foi como outras invenções, foi descoberta por um espirito que para isso veio. A imprensa foi inventada para propagar a verdade. Veio Guttenberg para que inventasse essa arte para espalhar a sciencia e conhecimento de todos. Veio a imprensa e, por ella, pode-se fazer toda a propaganda dos santos ensinos. Assim, do conhecimento da imprensa veio o grande progresso da humanidade. Por ela conheceis “Kardec” e suas obras. Não há lugar no mundo, por mais humilde, que não tenha jornaes de toda sorte (ACTA, 04/03/1913).

Na mensagem falada, destaca-se a ação de Guttenberg (1398-1468), o inventor dos tipos móveis, como alguém que foi designado para realizar, de certa forma, uma missão. Para o

espírito, a imprensa vem com o intuito de difundir a “verdade”, “espalhar a ciência e o conhecimento”. Portanto, constitui-se em um meio de propagar o ensino e, nesse caso, especialmente, a Doutrina Espírita: “tornar conhecido Kardec e suas obras”, uma vez que “não há lugar no mundo, por mais humilde, que não tenha jornais de toda a sorte”. A mensagem no excerto acima destaca a dimensão do papel formativo, educativo e de divulgação da imprensa, por meio da qual se podem alcançar lugares distantes e pessoas diversas.

No processo de convencimento dos adeptos do Espiritismo para a criação da “gazetinha”, pode-se perceber que as tensões e complementariedades que permeiam a relação entre a linguagem falada e a escrita evidenciam a autoridade da fala que emana dos guias espirituais. Na Doutrina Espírita, um dos princípios básicos é a crença de que as mensagens mediúnicas são emitidas por espíritos que se encontram num plano de desenvolvimento espiritual e intelectual mais evoluído do que o plano terreno. Em um segundo momento do processo de convencimento, as mensagens espirituais passam a orientar os rumos das decisões sobre a criação do jornal, sobretudo nas questões referentes ao “como” e “o quê” escrever. Assim se teria manifestado um espírito: “Uni-vos e fazei a vossa gazeta, mesmo pequena que dê notícias do nosso Centro” (ACTA, 16/04/1913). Vê-se que as manifestações dos guias continuam insistindo neste propósito: “Deveis fazer vossa Gazetinha. Tendes receio [...]” (ACTA, 24/06/1913). Os guias espirituais teriam ainda orientado: “escrevei por pouco que seja. Procurai fazer o bem da propaganda. Escrevei nas poucas linhas sobre amôr, com o amor” (ACTA, 24/06/1913). E conclui: “Vereis que a vossa Gazetinha será aceita. Virão até colaboradores de longe [...] Trabalhai pelo bem e soccorrei os vossos irmãos necessitados” (ACTA, 24/06/1913).

As mensagens espirituais recebidas, ao mesmo tempo que procuravam destacar o potencial da imprensa como propagadora e divulgadora de mensagens religiosas, enfatizavam também que outras religiões já faziam uso desse potencial de convencimento. Em uma das mensagens, verifica-se a forma pela qual os espíritas viam como a Igreja Católica pregava seus dogmas por meio de jornais e revistas: “Surge a imprensa catholica para que o emperranismo continue a pregar que a egreja é a casa de Deus. A casa de Deus é o universo meus irmãos, mas é preciso que sejais justos” (ACTA, 04/03/1913). A mensagem falada por intermédio do médium ainda continua: “Fazei esforços, meus irmãos para crear vossa Gazetinha, com ella será conhecido vosso ‘Centro’, podem ser conhecidos muitos irmãos. Sois fracos e pobres, mas têns a mim” (ACTA, 04/03/1913). Na mensagem, ressaltaram-se, ainda, as benesses

advindas com a criação de um jornal: “Criar a vossa Gazetinha, que é a força viva, a alavanca do progresso, com ella dareis noticias de muitos factos que aqui se dão. Que importa que vos combatam os cepticos? Não duvideis que o espirito progrida” (ACTA, 04/03/1913).

A criação de um jornal espírita fazia parte das proposições do grupo e foi motivada pelas manifestações espirituais. Assim, a escolha da data de 25 de dezembro de 1913 para a publicação da primeira edição do jornal *Lux* foi intencional, considerando que, para os espíritas, a data era “duplamente grata”: primeiramente, porque festeja o Natal de Jesus Cristo; e em segundo lugar, porque nessa data se “comemora hoje o oitavo anniversario da sua [do Centro] fundação” (LUX, 25/01/1913, p.1). Em nota publicada nessa edição do impresso, com o título “Lembrete”, convida-se a todos os irmãos a comparecerem à noite na sessão do Centro para a posse da nova directoria que irá administrar a sociedade. Além disso, informa-se: “não pode, por ora, ser dada à sessão a solemnidade que era de desejar; mas, em todo o caso, espera-se que não deixarão de comparecer aquelles que se interessem pelo desenvolvimento da propaganda. A Directoria” (LUX, 25/01/1913, p.4). Aqui fica evidente que o objetivo do jornal é propagar e divulgar o Espiritismo.

É possível perceber também que as mensagens mediúnicas influenciaram a escolha do nome do jornal: “coragem que a vossa gazetinha terá exito. Combatei os erros e procura defender a luz” (ACTA, 21/05/1918). Sobre a denominação de *Lux*, uma manifestação espiritual declarou que, em se tratando de um órgão da Doutrina Espírita, “Lux é um dos títulos mais apropriados: porquanto, o Espiritismo derrama luz a jorros, luz intensa, que nos mostra, em toda a sua evidencia a magnitude, as brilhantes Verdades, em que se firmam seus ensinamentos” (LUX, 26/02/1919, p.2). Nessa lógica, o termo “lux”, ao se remeter a um princípio da Doutrina Espírita, refere-se à condição da iluminação divina, o que significa defender a ideia de iluminação que se irradia a todos indistintamente. Afinal, na doutrina espera-se que a luz possa impelir a pessoa individual e coletivamente na perspectiva do progresso e da evolução espiritual.

Assim, é possível identificar uma convergência no modo pelo qual os redatores pensam o papel desempenhado pelo jornal na região e o ideário iluminista europeu do século XVIII. Segundo Pallares-Burke (1998), existe “a crença no poder das ideias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando ideias, tinha grande potencial para

educar o público”²⁴⁷. A autora ressalta ainda que “o projeto iluminista de transformar mentalidades arcaicas em ilustradas não só se revela presente como é até reforçado no jornalismo latino-americano do século XIX” (PALLARES-BURKE, 1998, p.147). Para a autora, os títulos dos jornais daquele período eram “reveladores” de sua intenção de levar luz aos menos esclarecidos e se repetiam em diversas localidades do Brasil, como: Lanternas, Despertadores, Pharol, Monitores e outros. Dessa forma, a escolha pelo título do jornal *Lux* numa menção ao princípio espírita inscreve-se igualmente no contexto de influências de ideias iluministas, pois se reporta à ideia de “iluminação”, “progresso” e de “avanço” espiritual.

A direção do Centro enfrentou vários desafios e dificuldades para manter o processo de produção do impresso. Entre os desafios, o jornal *Lux* passou por dois períodos de interrupção na sua produção, de 1915 a 1917, e de 1923 a 1925. O redator informa que, além de ter passado por dificuldades de ordem financeira, o jornal deixou de circular, fugindo principalmente das questões polêmicas com os representantes da Igreja Católica²⁴⁸, que, a partir de 1915, fizeram recrudescer a campanha de combate aos preceitos do Espiritismo na cidade. Na campanha pública de detração da doutrina, os impressos católicos *O Boletim Interparochial* e o *Pharol* tornaram-se veículos relevantes na propagação das ideias em disputa. Em 1918, o jornal *Lux* retomou a sua produção e circulação, em uma fase bastante conturbada para a Doutrina Espírita em Caetité.

Parte da sociedade caetitense demonstrou manifestação de apoio pelo retorno da circulação do jornal *Lux*. As felicitações teriam ocorrido tanto por parte da dimensão espiritual que se manifestava nas sessões do Centro quanto por parte de outros impressos. Num relato, um espírito congratulou-se, através do médium, pela retomada da circulação do impresso:

Hoje me rejubilo convosco por ter sido publicada a vossa gazetinha. Ella é a porta-voz da nossa doutrina. Deveis, porem, fazel-o com muita calma e criterio. Foi-vos dito que deverieis fazer uma gazetinha e fizestes. [...]. Tende coragem, que vossa gazetinha não morrerá. Meus amigos, não deveis esmorecer, a perseguição é certa, porem os vossos amigos do espaço estão promptos a vos defender [...] (ACTA, 24/05/1918).

As manifestações públicas de apoio e incentivo em favor da circulação do *Lux*, recebidas por parte de outros jornais da cidade, deram-se por meio de cartas remetidas ao Centro, como

²⁴⁷ Ver a esse respeito os estudos de Marco Morel (2005) e de Goodwin Júnior (2007).

²⁴⁸ Em 1915, chegou a Caetité o bispo D. Raimundo de Mello para assumir os trabalhos pastorais da nova Diocese, que havia sido criada em 1913 (MARTINELLI, 29/02/1915, p.09-11).

também por meio de notas, na imprensa local e nacional. Essas declarações escritas endossam a relevância que o jornal tinha, se não para a cidade e região, mas para os adeptos da doutrina. Observe-se a demonstração do jornal *O Arrebol*, publicado também em Caetité:

Reapareceu n'esta Cidade o Lux, bem editado periodico mensal, orgam do Centro Psychico, aqui fundado em 1905, por cujos ideaes genuinamente christãos o novo collega vae se batendo valentemente, sem embargo dos numerosos obstaculos do meio em que está agindo. Felicitando a Agremiação de convictos crentes da Doutrina Espirita que mantém o Lux, fazemos sinceros votos pela crescente prosperidade e frutuosa carreira do mesmo (O ARREBOL, 12/06/1918, p.3).

A matéria publicada no jornal *O Arrebol* em apoio ao retorno da produção e circulação do *Lux* deve-se ao fato de que o seu redator, Antônio Neves, era, também, adepto da Doutrina Espírita. Na reportagem, o redator demonstrou conhecer as dificuldades externas pelas quais passava o jornal para manter sua circulação.

No período de 1923 a 1925 ocorre nova interrupção na produção do *Lux*. No entanto, a direção do Centro, acreditando na função de propagar a doutrina junto aos diversos tipos de leitores, permanece firme no propósito de retomar a sua publicação, conforme mostra o propósito da discussão para o seu reestabelecimento:

Propoz do Centro o 1º secretario a restauração da gazeta “Lux” de propaganda espirita, concorrendo cada um dos socios que o desejar, com uma contribuição para que seja mantido o mesmo em publicação mensal, devendo o Director do Centro encarregar um dos associados da sua gerencia para que possa haver estabilidade na publicação. Fala o Director longamente sobre as difficuldádes deste empreendimento pela carencia de quem escreva para o “Lux”. Termina apresentando a idéa á casa que a aprovou unanimemente. Encarregou o Director a mim, 1º Secretario, de tomar sobre meu cargo a aquisição de meios para a publicação – isto é – ser como um gerente (Huol Gumes) (ACTA, 02/01/1925).

Conforme se observa, eram frequentes os dilemas enfrentados pela direção do Centro, que mantinha o firme propósito de continuar com a publicação do impresso. Nas discussões levantadas nas reuniões da agremiação, são sintomáticas as colocações: “trata-se novamente da restauração do ‘Lux’, para o qual todos os socios que quizerem poderão concorrer com qualquer importancia mensal. Muitos dos socios presentes compromettem-se a isto” (ACTA, 09/01/1925).

Além de solicitar contribuição em termos de recursos financeiros, a diretoria também solicitava colaboração com a escrita de artigos para sua publicação. Para tanto, os redatores impunham algumas condições na escrita dos artigos a serem publicados no jornal: “desejamos

e aceitamos colaboração, mas dentro dos moldes da conveniência, do cavalheirismo, da lealdade e que não venha a fomentar agressões, discussões e intolerantes controvérsias” (LUX, 21/06/1918, p.4). Após historicizar sobre o processo de criação e funcionamento do jornal *Lux*, interessa-nos perceber a receptividade que o jornal teve pela imprensa em Caetité: quais foram as tensões e embates gerados a partir da sua publicação e circulação?

5.3 Imprensa religiosa: espaço de embates e disputas

A disputa pelo campo religioso em Caetité e região aconteceu por parte da religião católica, que já tinha certa hegemonia, e por parte dos espíritas, que lutavam para conquistar respaldo junto à comunidade local e regional, envolvendo também, em menor grau, os protestantes.

Diante das possíveis ameaças que o Espiritismo e o protestantismo representavam para a hegemonia da Igreja Católica no Alto Sertão da Bahia, algumas estratégias foram utilizadas por essa instituição. A criação da Diocese de Caetité em 1913, por meio da Bula do Papa Pio X, é um exemplo de medidas tomadas pela Igreja Católica para barrar o crescimento de outras instituições religiosas. Naquele mesmo ano, a diocese nomeou o bispo D. Manoel Raymundo de Mello, que assumiu o cargo somente dois anos depois (1915-1925). Ao assumir a função, o referido bispo publicou, em 1915, a Carta Pastoral “Diocese de Caetité na Defesa da sua Fé”. No documento, o bispo discorre sobre a criação da nova diocese, que “desmembrou da lendária e gloriosa Diocese de S. Salvador da Bahia tres grandes regiões; e entre estas está compreendida a Diocese da cidade de Caetité, confiada ao Nosso zelo e á Nossa direcção espiritual” (MELLO, 1915, p.4). Em seguida, relata o trabalho dos missionários para levarem aos sertões a fé católica e a civilização:

[...] em todas as plagas as mais remotas, em todas as regiões as mais inhospitas onde habitam os selvagens, como nos centros onde tem ingresso a civilização, não faltam obreiros da vinha do Senhor; em todos esses logares encontrar-se-á o mensageiro do Evangelho pregando, ensinando, tornando conhecida a lei de Deus aos que a ignoram (MELLO, 1915, p.4).

A defesa da fé enunciada no próprio título do documento permite notar que a fé católica na cidade poderia estar sendo ameaçada. Nele fica evidente, também, o poder e a autoridade que emanam da figura do bispo, definindo o modo como irá exercê-los: “A nossa autoridade de bispo, muito esperamos em Deus, ha de se impor pela brandura sem molleza, pela convicção sem violencia, pelo amor, pela santa caridade [...]” (MELLO, 1915, p.9). Ainda no intuito de reforçar a sua autoridade, reporta-se a São Gregório de Nazianzo, afirmando que o bispo “deve ser pae e mãe. Deve ter por conseguinte a bondosa autoridade de pae e a ternura de

mãe; a perspicaz vigilancia de pae e a doce sollicitude de mãe [...]” (MELLO, 1915, p.10). Essas construções discursivas, ao mesmo tempo que definem o lugar de fala do autor, também mostram que ele se encontra revestido de um “poder simbólico”. Portanto, suas afirmações não deviam ser questionadas. Além disso, procura-se afirmar a sua condição profética de missionário enviado por Deus, que viria cumprir e instituir os desígnios da fé católica nos sertões da Bahia:

Tal será, pois, o Nosso principal encargo perante vós: conservae e desenvolvei a vossa Fé, tornal-a digna e consoante ao espirito temente e piedoso do sertanejo, no qual a religiosidade é uma brilhante tradição. É pelo espirito de Fé, mas de uma fé bem dirigida que se afere a grandeza moral de uma nação e a firmeza de caracter dos indivíduos. A Religião culmina tudo, porque é a ‘ultima palavra da sciencia; sem ella todos os conhecimentos humanos param a meio caminho; sem ella o homem nada é’. (MELLO, 1915, p.11).

O bispo, em um tom salvacionista e de defesa da Igreja Católica, definia a função a ser desempenhada naqueles rincões da Bahia. Em seu discurso, fica evidente que enfrentaria os desafios necessários para realizar o projeto religioso. A criação da diocese em 1913 fazia parte de um projeto mais amplo da religião católica, que tinha o objetivo de “civilizar” e difundir o Evangelho pregando a palavra de Deus aos que a ignoravam, além de buscar deter o avanço de outras religiões, como, por exemplo, os espíritas.

Outra estratégia utilizada pela Igreja Católica foi a publicação da Carta Episcopal emitida por D. Raymundo de Mello, em que se ressaltava ainda a necessidade de reforçar os laços políticos com o poder instituído, demonstrando a necessidade de uma relação harmoniosa e amistosa entre a Igreja e o Estado. No documento, o bispo procurou relatar as benesses advindas dessa relação:

A Egreja é um grande auxiliar do Estado, porque a sua doutrina ‘contribue poderosamente para fortalecer a auctoridade publica, tornar doceis e favoraveis os povos; supre a falta de conhecimentos do maior numero; tempéra as paixões das multidões com sua influencia suave, sua bondade encantadora, seus ineffaveis consolos, suas verdades sublimes, seus pensamentos de eternidade’. – [Balmes, philos. p.198]
O Estado não deve prescindir das boas relações para com a Egreja; deve, ao contrario, a ella unir-se, amparal-a contra a força, quando a perseguirem ou ameçarem seus direitos (MELLO, 1915, p.24).

A carta explicita uma relação de trocas mútuas de interesses entre a Igreja Católica e o Estado, embora, desde o final do século XIX, com o advento da República, a igreja já estivesse constitucionalmente desvinculada do Estado. Entretanto, é sabido que, na prática, as

relações não foram facilmente alteradas. Desse modo, a narrativa do bispo deixa evidente que o Estado demanda a colaboração da Igreja, requerendo uma convivência que atenda aos objetivos de ambos. A importância da relação “harmoniosa” ou de parceria entre Estado e Igreja implica o controle da ordem política, apesar das tensões que pode haver entre o poder político e o religioso. Nessa relação, ao mesmo tempo que a Igreja colabora para manter a preservação da ordem política, também conserva a ordem religiosa (BOURDIEU, 1992). As trocas de favores mútuos e o planejamento de ações conjuntas funcionam como estratégias para o fortalecimento do campo de atuação de cada um deles. Entretanto, essas ações não eliminam as tensões e os conflitos que existem entre poder político e poder religioso (BOURDIEU, 1992).

Considerando que as Cartas Pastorais definiam, regulamentavam e orientavam o comportamento e as ações dos fiéis e dos clérigos com vistas a manter o povo informado sobre as realizações da diocese, percebe-se a importância dos impressos religiosos para o estabelecimento de uma ordem religiosa e moral dentro da Igreja e para a região.

Nesse direcionamento, o bispo D. Raymundo de Mello criou o *Correio de Caetité*, em 1916. No livro *História da Diocese*, especificam-se os motivos da criação do referido impresso:

Correio de Caeteté

Compreendendo a urgente e imperiosa necessidade dum orgam que publicasse os actos officiaes do Governo Diocesano e fosse o echo do movimento religioso, bem como o forte que defendesse e guardasse os sentimentos catholicos de seus filhos espirituais houve por bem publicar uma pequena gazeta, que sob os seus auspicios se batesse pelos interesses da religião no vasto trecho do sertão baiano. E com este fim à 19 de março de 1916 publicou o 1º numero do jornalzito ‘Correio de Caeteté’, cuja vida efêmera havia de ser substituída por um ‘Boletim Diocesano’ mais apropriado aos mandatos episcopais e disciplinas eclesiasticas (MARTINELLI, 1915, p.12) (grifos nossos).

Os impressos católicos *O Correio de Caeteté*²⁴⁹ e o *Boletim Inter-Parochial* não se restringiam apenas a informar a realização dos feitos diocesanos, mas explicitavam a sua

²⁴⁹ Do impresso *O Correio de Caeteté* foram encontrados apenas dois exemplares, um de 20/08/1916 e outro de 24/09/1916. Neles, indica-se que ele foi produzido sob os “auspícios da Auctoridade Diocesana”, informando sobre as ações cotidianas da Igreja, as festas religiosas, as missões, e trazendo, principalmente, as notícias vinculadas à chegada do bispo D. Manoel Raimundo à Diocese recém-instalada. Traz, também, os registros religiosos realizados nas paróquias, as campanhas empreendidas pela Igreja Católica para a reforma da catedral. Na leitura dos dois exemplares do jornal, constata-se uma questão de fundo que nos remete às querelas religiosas na cidade, principalmente com relação aos espíritas. Numa coluna do jornal, intitulada “Palestrando: sciencia e fé”, o redator afirma: “Ha uma seita de gente obstinada no proposito satanico de matar o catholicismo” (CORREIO DE CAETETE, 20/08/1916, p.3). Esse grupo já tem com seus esforços “conseguido extinguil-o do

função de defesa e guarda dos sentimentos católicos no sertão baiano. Em nota publicada no jornal *Pharol*²⁵⁰, informa-se: “o *Correio de Caetité* desapareceu; mas, mercê de Deus, deixou como successor legal o nosso jornalsinho que terá longa existencia se lhe não faltar o apoio dos amigos das boas causas” (PHAROL, 01/07/1917, p.3) (grifos no original). Dessa maneira, o processo de criação desse impresso demonstra o receio da Igreja Católica, porque paralela e gradativamente ocorria uma certa legitimação da Doutrina Espírita na cidade, fato que colocava em jogo tanto o *éthos* religioso dos católicos quanto o poder político dos grupos em disputa.

Entre as disputas religiosas que aconteceram em Caetité, ganhou corpo e notoriedade na imprensa local um acontecimento envolvendo o bispo D. Manuel Raymundo e João Gumes, proprietário do jornal *A Penna* e presidente do *Centro Psychico*. A polêmica ocorrida em outubro de 1918 surgiu a partir da publicação, nesse jornal, de uma notícia que elogiava o trabalho desenvolvido pelos professores protestantes²⁵¹ na Escola Americana, fundada na cidade em 1912. Insatisfeito com a notícia, D. Manoel Raymundo resolveu repreender o diretor de *A Penna*, ao tornar pública uma carta por ele (bispo) redigida, solicitando aos fiéis católicos não lerem mais o jornal. O fato alcançou forte repercussão junto à população local por meio da oralidade, pois a carta foi lida durante a celebração na Igreja Católica²⁵², como também repercutiu na produção escrita. Segue a carta do bispo direcionada ao diretor do jornal e a outras instituições locais:

coração de muitas classes sociaes e principalmente no coração da juventude estudiosa, gritando aos quatro ventos que a sciencia destruiu a Fé” (CORREIO DE CAETETE, 20/08/1916, p.3). Certamente a matéria refere-se à atuação dos espíritas na cidade.

²⁵⁰ O impresso *O Pharol* identifica-se como “Órgão dos interesses religiosos e sociais do Alto Sertão” e tem como Gerente o pharmaceutico Ovidio Antunes Teixeira; o redactor era o Cônego Luís Pinto Bastos. Foram encontrados cinco exemplares desse impresso no acervo da Casa do Barão de Caetité, referentes aos anos de 1917 e 1918. Vale destacar que o referido impresso se identifica como um órgão de interesses religiosos, entretanto traz notícias de ordem política tanto em nível internacional, quanto nos níveis nacional ou local, como, por exemplo, sobre o conflito mundial A Grande Guerra, e assim comenta “[...] sempre fomos do numero dos que pensavam que á Allemanha era licito empregar todos os meios de represalias contra os que punham, e põem ainda, em perigo, a sua existencia de Nação integra e autônoma” (PHAROL, 04/11/1917, p.1). Nos artigos do *Pharol* não identificamos explicitamente referência aos embates que aconteciam na cidade entre os católicos, os espíritas e outras religiões, mas de forma sutil e até irônica podem-se perceber alguns ataques a questões que eram defendidas pelos espíritas, como, por exemplo, a dimensão da caridade entre os católicos (PHAROL, 04/11/1917, p.4). Outra questão a ser observada é quanto à autoria; os textos em sua maioria não identificam o autor, geralmente utiliza-se um pseudônimo.

²⁵¹ Para se contrapor ao trabalho educacional dos protestantes, instalou-se na cidade, em 1912, o Colégio dos Jesuítas. Sobre a atuação desses religiosos em Caetité, Fernanda Matos (2016) mostrou que, além de terem colaborado para conter o Protestantismo, foram também de suma importância para fortalecer e expandir a religião católica entre a população de toda a região (MATOS. 2016, p.102).

²⁵² *A Penna*, 31/10/1918, p.1.

Caeteté, 25 de Outubro de 1918. Senhor João Gumes.

Bastante magoado pela propaganda systematica e indigna de seu jornal em favôr dos protestantes por desdita nossa alojados n'esta cidade episcopal e que andam quaes aves de arribação não só com o intuito de derramar a sua heresia como principalmente o de prepararem o espirito de nosso povo, na sua maioria inconsciente, a fim de darem mais tarde entrada à America do Norte que visa unicamente açambarcar os productos nossos, como café, cacao, fumo, assucar, fé e sem exclusão dos nosso minerios, como ficou demonstrado em Cuba e ilhas philippinas; eu protesto como Bispo e em nome do povo catholico desta Diocese contra tal propaganda que considero vil, diabólica e torpe; e Deus permita que este nosso protesto não seja o inicio de uma reacção em desafronta. Deixo de devolver-lhe o ultimo nº do referido jornal para poupal-o de uma decepção! Não obstante, deverá o Senhor suspender a remessa do mesmo para o nosso Paço até que tome juiso o pessoal responsavel da redacção, e renuncie o infernal systema. De V^a. aTT^o servo do Senhor Manoel, Bispo Diocesano. Caeteté, 31 de outubro de 1918. Mariano Severino César, tabellião o transcrevi (grifos nossos)²⁵³.

Esse caso é bastante ilustrativo para se pensar de que forma questões religiosas reverberaram nas questões sociais e políticas no Brasil do século XX, bem como evidencia que fatores religiosos estavam interligados ao gozo ou interdição de direitos civis. No discurso, o bispo vincula a propaganda que o jornal *A Penna* fez da Escola Americana (dos protestantes) com a possível expansão imperialista norte-americana sobre as atividades econômicas locais. Esse fato não era novo. Em Carta Pastoral de 1867, emitida pelo bispo da Bahia, D. Manoel da Silveira, tratou-se da presença dos protestantes na capital do estado, levantando a “hipótese de que a propaganda protestante fazia parte de um plano dos Estados Unidos para dominar o Brasil” (JESUS, 2014, p.65). Percebe-se que o documento elaborado pelo bispo de Caetité, em alguma medida, se fundamenta num discurso apresentado na carta emitida pelo bispo da Bahia, no século XIX. Segundo Jesus (2014), “a pastoral de D. Manoel da Silveira repercutiu em várias províncias do Império” (JESUS, 2014, p.66), inclusive em Caetité, o que permitiu ao bispo local tomá-la como referência.

A atitude do bispo ao publicar tal documento, repreendendo a ação do jornal *A Penna*, sob a direção de João Gumes, e conclamando a população local a não ler o referido jornal, era revestida do “discurso de autoridade” e da “respeitabilidade” (BOURDIEU, 1989) que a função lhe conferia. Apesar das suas proibições, o jornal continuou circulando e sendo lido. Em repúdio ao ato do bispo, um jornal local, *O Arrebol*, publicou um editorial com o título “Coacção á liberdade da Imprensa – Um protesto”. Na matéria, o editor não só demonstra a sua indignação, mas fala em nome de toda a população da cidade. Segundo ele, “se elevou

²⁵³ APMC. Acervo: Poder Judiciário Série: Tabelionato de notas e protesto. Subsérie: escrituras de compra, venda e outros. Data limite: 1914-1918. Caixa:1, maço:1, em 31/10/1918, fl 116.

dos peitos de todos os caetetéenses livres, ao correr de plano a noticia do desacato de que foi victima o digno e illustrado redactor de *A Penna*, por parte da auctoridade ecclesiástica”²⁵⁴. O redator diz ser uma ação de intolerância e comparou tal ato com as “epochas tenebrosas, em que o poder theocratico accendia fogueiras para abafar a voz da liberdade de consciência”²⁵⁵. Assim, ao reprovar o ato empreendido pelo bispo, o redator posiciona-se contra a “prepotencia autoritaria do poder, que, exorbitando de sua livre e respeitada esphera de acção, invade o dominio da imprensa livre, garantida pela constituição e respeitada até nos ominosos tempos de tyrannica intolerancia politica [...]”²⁵⁶.

Em um longo discurso de defesa da liberdade de expressão, o redator de *O Arrebol* ressalta a idoneidade moral do redator de *A Penna*, João Gumes²⁵⁷. Para ele, João Gumes sempre pautou a escrita do seu jornal pela “neutralidade” e “imparcialidade”, ressaltando também o papel que o jornal *A Penna* desempenhava havia mais de vinte anos em defesa dos interesses da região do Alto Sertão Baiano:

esposando as boas causas, advogando os interesses esquecidos do alto sertão, e noticiando escrupulosamente tudo quanto occorrer digno de publicidade, - recepções, manifestações, missas solemnes, procissões, e actos outros realizados na cathedral; festas de premeação do collegio dos Jesuitas, exames das escolas estaduaes e municipaes, e por mais de uma vez as festas escolares do collegio americano; porque d’esta vez a simples noticia d’essa mesma festa, no mesmo collegio, despertou as iras sacerdotaes, alarmando a população pacifica, e desacatando uma velhice tão digna e tão respeitavel como a que mais o fôr? Porque? (O ARREBOL, 15/11/1918, p.1).

O excerto acima procura evidenciar que João Gumes, um homem de imprensa, não se omitiu da publicação de fatos relacionados à Igreja Católica local, principalmente se considerarmos que esses eventos tinham repercussão garantida na cidade²⁵⁸. No fragmento a seguir, extraído

²⁵⁴ O Arrebol, 15/11/1918, p.1.

²⁵⁵ O Arrebol, 15/11/1918, p.1.

²⁵⁶ O Arrebol, 15/11/1918, p.1.

²⁵⁷ Apesar do desentendimento com o bispo, há evidências de que Gumes cultivava relações amistosas com membros da Igreja Católica em Caetité. No jornal *A Penna*, há nota de agradecimento, por ele publicada, pelo recebimento de um mapa da região, elaborado pelo padre jesuíta Luiz Gonzaga Dialer (A PENNA, 28/02/1918, p.1). Esse fato serve para evidenciar que João Gumes, como um homem de letras e de negócios, prezava pelas boas relações pessoais, mesmo com o grupo religioso que lhe fazia oposição.

²⁵⁸ Vale destacar que as notícias referentes às ações vinculadas à Igreja Católica de Caetité ocuparam espaço de destaque nas publicações do jornal *A Penna*, como, por exemplo, as notícias sobre o Instituto São Luiz Gonzaga (1912-1925), fundado e dirigido pelos padres Jesuítas. Conforme relatou Fernanda Matos (2016), o impresso era “o meio formal de divulgação das atividades e notícias da escola, sendo uma das principais fontes de pesquisa utilizadas na execução deste trabalho; ele (o jornal *A Penna*) de fato é bem presente nos acontecimentos da escola” (MATOS, 2016, p.65). No estudo não ficou evidente se o jornal *A Penna* cobrava pela divulgação das notícias referentes ao Instituto São Luiz Gonzaga.

do livro *História da Diocese de Caetité*, é possível verificar a presença do jornal *A Penna* em acontecimentos que se referiam à Igreja.

Eleição Episcopal –

Toda a imprensa local, composta de ‘A Penna’, ‘Arrebol’, ‘Horizonte’ e o ‘Correio de Caeteté’, os quatro plumitivos da formosa cidade Episcopal, reunidos numa “polyanthea”, illustrada com fotografias do Exmo Prelado e engrandecida pela nobresa de estylo das melhores pennas de nossos belletristas, offerecem, por um orador escolhido, um esplendoroso numero, impresso em setim branco [...]. (MARTINELLI, 11/02/1915, p.15).

A participação do redator de *A Penna* e a publicação no jornal de atividades realizadas pela Igreja Católica evidenciam que o proprietário e editor da tipografia era um homem pragmático, pois sua tipografia necessitava produzir material impresso para continuar funcionando, mesmo sendo material para a religião que lhe era concorrente e que condenava as práticas dos espíritas. Já com relação ao *Centro Psychico*, o jornal *A Penna* publicou poucas notas referentes à posse da diretoria. Acreditamos que essa opção do seu proprietário era uma forma de demonstrar a suposta imparcialidade e, assim, manter as relações com a Igreja Católica.

Para manifestar a insatisfação com o posicionamento do bispo D. Manoel Raymundo ao publicar uma carta condenando as ações de João Gumes e do seu jornal, o redator de *A Penna* lançou uma edição especial em 31 de outubro, dias após a publicação da carta pelo bispo. Com o título “Coacção Injusta Agressão”, João Gumes defendia-se das acusações feitas pelo bispo, que denunciava o jornal por fazer propaganda favorável aos protestantes.

A Penna, procurando sempre manifestar-se imparcial, alheia por completo ás idéas religiosas e politicas do seu fundador e gerente, noticiava sempre e indifferentemente as solennidades de qualquer rito, abundando certamente as do catholico romano porque se repetem tão a miudo que dariam para occuparem-na inteiramente. João Gumes, Saadi Gumes, Luiz Gumes e Huol Gumes (*A PENNA*, 31/10/1918, p.1-2).

No fragmento acima é interessante observar como Gumes justifica uma suposta condição “imparcial” e completamente alheia às próprias ideias religiosas e políticas do fundador do jornal *A Penna*, enfatizando a abundância de publicações do jornal referentes ao credo católico. Ainda nessa edição especial, Gumes publicou comunicados de apoio recebidos por meio de cartas, cartões de amigos e de leitores do jornal, além de uma lista com a relação dos nomes de mulheres, homens e crianças que foram até a sua residência lhe prestar solidariedade diante da repreensão que o bispo fez aos redatores de *A Penna*.

Fatos semelhantes aconteceram pelo Brasil desde o final do século XIX, obtendo repercussão por meio da imprensa, como, por exemplo, as polêmicas envolvendo autoridades católicas e espíritas, na Bahia, em 1867, conforme já mencionado. Em represália à publicação do livro *Filosofia Espiritualista – o Espiritismo*, traduzido por Olímpio Teles de Menezes, o arcebispo D. Manoel Joaquim da Silveira publicou uma Carta Pastoral “premunindo os seus diocesanos contra os erros perniciosos do espiritismo” (FERNANDES, 2010, p.42). Em resposta às acusações do bispo, Teles de Menezes rebate as críticas do prelado e publica: *O Espiritismo. Carta ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo da Bahia D. Manoel Joaquim da Silveira*:

No prefácio à segunda edição [do livro espírita], lançada em 1867, Teles de Menezes destaca que as mil tiragens da edição anterior haviam se esgotado, destacando que isso seria uma demonstração de como a obra teria ‘merecido benévolo acolhimento [de todas as classes de nossa sociedade] pelo vivo interesse com que continuam ainda a solicitar-nos exemplares dela’ (JESUS, 2014, p.89-90).

Embora se refira a um período anterior ao deste estudo, essas ações podem ser pensadas analogamente quanto à reação católica diante do surgimento dos impressos espíritas. Esses relatos revelam os usos da imprensa como meio de comunicação desde meados do século XIX e também servem para reafirmar a relevância e abrangência da produção impressa. Nesse direcionamento, Vasconcelos (2010) mostrou que protestantes, bem como outros grupos religiosos, também se utilizaram do espaço da imprensa secular e religiosa para divulgação, propagação e defesa das suas ideias, embora o empenho na disputa pelo espaço religioso tenha se dado inicialmente com a religião majoritária - a católica.

Com a ampliação da produção e circulação dos impressos, os grupos religiosos passaram a utilizar a imprensa tanto laica quanto confessional para divulgar as suas crenças e detratar outras religiões. A Igreja Católica, na perspectiva de “controlar” a leitura dos seus fiéis, adotou a estratégia de definir o que os seus adeptos deveriam ler e o que não deveriam ler.

5.4 Os leitores entre a “bôa” e a “má” imprensa

É notoriamente presente, nos impressos religiosos do início do século XX, a função da imprensa como espaço para a formação de leitores e como definidora do teor das leituras. Em

Carta Pastoral do bispo Juvêncio de Britto, editada em 1927, é patente a direção que o líder da igreja local impõe aos fiéis em relação ao que ele denomina *bôa imprensa*²⁵⁹:

[...] amados Filhos, tendes a obrigação grave e o dever imperioso que têm todos os catholicos de sustentar, de amparar, propagar a bôa imprensa, custe o que custar. De uma imprensa de orientação verdadeiramente catholica, hoje, depende o mais rapido progresso e a propagação mais segura da fé, sob o ponto de vista de nosso concurso, já se vê. Nos ingratos tempos que correm, a nossa augusta Religião, os sacrosantos mysterios, as grandes verdades, e os dogmas sublimes da Egreja são enxovalhados, ridicularisados pela imprensa inimiga, que em geral se apresenta debaixo do titulo de imprensa neutra e independente. Á imprensa má oponhamos a bôa; contra os máos jornaes assestemos o jornal catholico. Auxiliae, amados irmãos e Filhos carissimos, a bôa imprensa, assignando alguns jornaes, propagando-os, apontando ás pessoas de vossa amizade aquelles artigos que vos despertarem attenção. Ah! Quem Nos dera a grande felicidade de ver entrando em casa de cada familia de nossa estremecida Diocese um jornal catholico! [...] Graças a Deus temos na bôa imprensa pennas magnificas, escriptores catholicos que são glorias nossas; homens de vastos conhecimentos, estylo terso, capazes de defender com soberana vantagem os direitos de Deus, da Egreja e do povo (BRITTO, 1927, p.57) (grifos no original).

O bispo impõe aos leitores católicos, explicitamente, que leiam apenas os impressos da Igreja, considerados a “bôa imprensa”, além de lhes impingir a responsabilidade pela sua manutenção e condenando veementemente a leitura dos jornais do que ele considera a “má imprensa”. O líder religioso ainda sugere aos fiéis de menor poder aquisitivo que possam assignar o *Mensageiro da Fé*²⁶⁰, cuja assignatura é de 4\$000” (BRITTO, 1927, p.58). Para as pessoas de maior poder aquisitivo, o bispo indica a leitura de outro periódico: aos que “podem mais, assignem este sympathico paladino, esta valente folha catholica *A União*, em cujas columnas escrevem pennas bem aparadas e catholicos dignos de figurarem ao lado de Luiz Veillot” (BRITTO, 1927, p.58).

Na incisiva campanha de formar a opinião do leitor para optar pelo que considerasse a “bôa imprensa”, os artigos publicados no *Boletim Inter-Parochial* eram explícitos em reprimir com

²⁵⁹ Segundo Anabelle Sangenis e Luiz Fernando Sangenis (2013), com o objetivo de “divulgar a boa imprensa” e “propagar a sã leitura” no Brasil, o Frei Pedro Sinzig funda, em 29 de janeiro de 1910, o Centro da Boa Imprensa – Sociedade Cooperativa de Produções, de responsabilidade limitada. O Centro tinha como finalidade orientar os leitores católicos sobre que tipo de leitura seria aprazível e conveniente ao espírito cristão. Tudo o que fosse publicado deveria estar de acordo com os preceitos e o discurso oficial da Igreja, além de passar pela supervisão de um representante do clero, para só então ser considerado digno de ser lido. Portanto, o bom católico deveria, então, ler apenas aquilo que era recomendado pelo index da ‘boa imprensa’, necessário à salvação de sua alma (SANGENIS; SANGENIS, 2013, p.82-83).

²⁶⁰ Impresso católico produzido em Salvador, fundado em (1889). Desde o início do século XX, o periódico publicava matérias sobre o Espiritismo de forma preconceituosa, pejorativa e equivocada, com o objetivo de desqualificar a doutrina (LOUREIRO, 1994).

veemência a leitura de determinados impressos religiosos, conforme demonstra o texto a seguir:

Si eu fosse o diabo. Com estas palavras começou o sermão um excellente vigario. Ouvindo-as os fieis ficaram assombrados (...) e continuou o pregador a enumerar os principaes meios de que o demonio se serve para perder as almas, (...) “Continuava o auditorio ancioso por saber o que faria o bom Vigario, si elle fosse o diabo... Por d’ uma só vez, dando a melhor batalha aos vossos anjos da guarda”. Continuava enfim, disse o sacerdote: ‘Si eu fosse o diabo, faria todos assignarem um máo jornal, lerem máo jornal, lerem máos livros, e em um mez teria feito mais trabalho infernal do que em vinte annos por outros meios. Filhos meus, fugi do máo jornal, do máo livro como da pior e mais perigosa peste (BOLETIM INTER-PAROCHIAL, 03/1930, p.495).

O fragmento do Boletim apresenta um discurso numa perspectiva catequética e que se impõe pelo medo, na medida em que julga a atitude de se ler um mau jornal como fruto da ação do diabo. A narrativa toma como modelo o sermão de um padre, em que o discurso estabelecido remete ao que costuma ser realizado com crianças, indicando tratar-se de um leitor que precisa ser tutelado. Além disso, o texto procura mostrar que esse mesmo leitor não possui autonomia crítica, o que exige, portanto, a predefinição do que pode ou não ser lido.

As produções impressas geradas por meio dos embates entre os espíritas e os católicos, na disputa pela legitimação dos seus espaços religiosos, indicam, de alguma forma, que os espíritas, por meio das práticas orais ou da produção impressa, estavam incomodando e perturbando a ordem estabelecida pela Igreja Católica. Em uma de suas edições, o jornal espírita *Lux* divulgou: “[...] importa que propaguemos a nossa doutrina, por toda a parte e todas as rodas, por onde nos acharmos, [...]” (LUX, 30/04/1914, p.3). Ainda que os espíritas tivessem consciência das limitações da sua atuação – conforme se verifica no seguinte fragmento em latim: “Somos fracos, é verdade mas GUTTA CAVAT LAPIDEM²⁶¹” (LUX, 25 dez. 1913, p.1) –, restava-lhes a crença de que, com persistência, poderiam romper as dificuldades e conquistar o desejado leitor.

Na carta episcopal, é insinuada a preocupação das autoridades eclesásticas com o crescimento e a expansão do Espiritismo em Caetité. Quando trata da fé, por exemplo, comenta: “É grande e tristissimo o declínio da fé, mesmo nos pequenos centros” (BRITTO, 1927, p.33). Em seguida, o bispo enumera os fatores que têm contribuído para esse declínio, entre eles: o “espírito de indisciplina, as más leituras e os maus jornaes são os principaes

²⁶¹ Tradução da frase em latim: A gota da água cava a pedra. Traduz a ideia do provérbio: água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

factores do decréscimo da fé no coração do povo” (BRITTO, 1927, p.33). Continua, afirmando: “hoje mais que em outros tempos, trabalham os inimigos de Nosso-Senhor para obstar e destruir toda a acção da nossa santa Religião” (BRITTO, 1927, p.33).

Quando o bispo Juvêncio de Britto aponta “as más leituras e os maus jornaes” (BRITTO, 1927, p.33) como os principais factores responsáveis pelo decréscimo da fé católica em Caetité, fica subentendido que se refere ao impresso espírita *Lux*, tendo em vista que esse era, à época, o único jornal religioso não católico em circulação na cidade. É notório que a Igreja exercia um poder no campo religioso que garantia a sua hegemonia em Caetité e região, mas esse mesmo poder se via ameaçado pela concorrência gerada pelos espíritas, que tinham nas produções impressas uma forma de divulgar e propagar a sua religião. Por isso, a carta episcopal prescrevia as normas para a “bôa leitura”, devendo os leitores católicos seguir *O Boletim Inter-Parochial* editado pela diocese local. Nele, eram recorrentes as mensagens de doutrinação destinadas aos leitores. Na publicação intitulada *Esclarecendo o publico*, fica evidente o posicionamento do jornal:

-Amigo, és catholico?

-Pois não: - catholico, apostholico, romano.

- Como?! E’s catholico e espirita ao mesmo tempo?

-Que tem isso?

-Que tem? Não sabes que a Egreja Catholica condenna a doutrina do Espiritismo, e prohibe terminantemente que os catholicos frequentem as sessões espiritas?

[...]

-No livrinho que me deram ler se diz que Jesus Christo era um espirito Superior; mas não se encontra a affirmação de que Elle é Deus.

- Ahi tens uma. Quem nega que Jesus Christo é Deus, nega toda a Religião Catholica. Si Jesus Christo não era Deus não podia fazer milagres. Tudo o que Elle disse e ensinou seria uma falsidade. Queres saber mais?

[...]

- Oh! Francamente não sabia que o espiritismo ensina tudo isso.

- Pois fica sabendo. Quando fallam em Jesus, em Nossa Senhora, nos Santos, o que entendem é atrair as pessoas religiosas para depois lhes inculcarem seus erros dogmaticos. É o anjo das trevas querendo transformar-se em anjo de luz, para illaquear a boa fé dos incautos...

-Ave Maria! Se eu soubesse não teria ido ás sessões espiritas. Nosso Senhor me perdôe. Não mais quero saber de negocio com espiritismo (BOLETIM INTER-PARROCHIAL,04/1929, p.412-413).

No processo de convencimento do leitor, o redator utiliza-se da estratégia discursiva de citar os preceitos da Doutrina Espírita, analisá-los a partir dos referenciais de compreensão do Catolicismo para, em seguida, negar a doutrina, condenando-a como falsa. “Então? Ahi tens uma doutrina contraria ao ensino da Egreja Catholica que affirma e prova que ha um inferno eterno, onde os condemnados não veem a Deus e soffrem a pena de fogo” (BOLETIM INTER-PAROCHIAL, 04/1929, p.412-413).

Fica evidente que um dos usos dos impressos era a censura e a proibição impostas aos leitores de realizarem atividades que tivessem relação com a Doutrina Espírita. Dessa forma, o redator esperava, por meio do discurso, ativar nos leitores a “consciência” cristã de seu pertencimento ao Catolicismo. Para tanto, impedia-os de frequentarem outros espaços religiosos e, por meio de um discurso normatizador, procurava definir um comportamento considerado ideal. Vê-se que a Igreja Católica é enfática na defesa dos ideais da instituição, portanto, suas ações pautam-se pela “conservação do monopólio de um poder simbólico” (BOURDIEU, 1992, p.61). Diante da ameaça da perda de fiéis, a instituição religiosa recorre ao seu poder de controle com o intuito de preservar a sua liderança na cidade.

Na produção dos impressos, são os redatores os responsáveis por conquistar e aproximar os leitores do discurso. No conturbado processo de produção do *Lux*, destaca-se o papel desempenhado por redatores e redatoras. Sobre esses/as profissionais, buscamos identificar os seus perfis, a maneira como se denominavam na escrita dos artigos, seu nível de proximidade com a cultura escrita, a que instituições estavam vinculados, bem como as ideias por eles defendidas.

5.5 Redatores e redatora do *Lux*

Nas primeiras edições do jornal *Lux*, poucos/as foram os/as redatores/as identificados/as. Acreditamos que a iniciativa de redigir o jornal espírita tenha ficado, em parte, sob a responsabilidade do diretor do Centro, João Gumes. Em uma das atas, os guias espirituais diziam: “Não deveis deixar somente (ilegível) sobre a responsabilidade do vosso Director, que é muito occupado. Só vos falta a vontade. Trabalhais para tornar conhecida esta doutrina consoladora. Desculpai-me, que as vezes uso termo enfadonho” (ACTA, 17/07/1917). Esse tipo de manifestação espiritual era frequente e bastante enfático, pois defendia e estimulava a continuidade da escrita do jornal, ressaltando a dimensão moral da doutrina.

Com relação aos redatores do *Lux*, interessa-nos conhecer o perfil dos sujeitos que escreviam para o jornal, e quais foram as temáticas apresentadas por eles na imprensa. Após mapear os nomes vinculados às matérias publicadas no *Lux*, elencamos quatro categorias de prováveis redatores: a primeira vincula-se à diretoria do Centro; a segunda, aos que utilizavam as iniciais do nome para assinarem os artigos; a terceira refere-se aos que não apresentam autoria, e a quarta, aos que utilizavam pseudônimo²⁶².

No primeiro grupo identificado – redatores/as vinculados/as à diretoria do Centro –, pode-se dizer que esses/as sustentavam a produção do jornal. Entre eles/as, destacam-se nomes como João Gumes, Antônio Neves, Huol Gumes, Virgílio Cotrim²⁶³ e Marieta Lobão Gumes. Parte dos membros desse grupo, além de redatores/a, também eram responsáveis pela edição do respectivo jornal.

João Gumes²⁶⁴ foi o redator que se destacou com o maior número de artigos publicados no impresso. Os artigos escritos por ele continham reflexões fundamentadas da teoria espírita, resultado dos estudos sobre a doutrina. Gumes também desempenhou as funções de editor e produtor do jornal *Lux*.

Para pensar o papel que João Gumes exerceu na Doutrina Espírita em Caetité, recorreremos aos conceitos de capital cultural, autoridade intelectual e poder carismático de Bourdieu. João Gumes, embora não tenha exercido a função de médium e não tenha realizado algo que pudesse distingui-lo como um homem “extraordinário”, destacava-se pela sua capacidade de convencimento, feito por meio da sua pessoa e do seu discurso com palavras exemplares; portanto, as suas ações evidenciavam aquilo em que ele acreditava e o que defendia (BOURDIEU, 1992). Logo, Gumes reunia as condições que lhe permitiram mobilizar pessoas em torno dos ideais espíritas. Os registros em ata mostram que, no Centro, ele era visto como uma figura que impunha respeito e confiança, tanto que, após a sua morte, foi eleito por unanimidade entre os sócios como diretor emérito da instituição. Ainda permanece na sala de reuniões o quadro com a sua foto, que foi colocado ao lado das fotografias de Allan Kardec e Aristides Spínola.

²⁶² As categorias foram definidas a partir da leitura e releitura das fontes, conforme já explicitado nos capítulos anteriores.

²⁶³ Já anunciamos que as informações sobre o redator, médium e espírita Virgílio Cotrim são restritas e foram concentradas no capítulo 1.

²⁶⁴ Sobre a sua trajetória vinculada a produção da escrita, ver o capítulo 1.

João Gumes pode ser considerado um sujeito portador de autoridade institucional²⁶⁵. Este tipo de autoridade vincula-se à sua condição de fundador e responsável pelo desenvolvimento do *Centro*, tendo por “fundamento a crença na validade dos regulamentos estabelecidos e na legitimidade do posto de chefia designado nos termos da instituição” (ARRIBAS, 2014, p.145). Para a autora, esse tipo de autoridade vincula-se à prática legalista e racional, visando fundamentalmente estruturar e expandir a doutrina e as práticas espíritas. No caso de João Gumes, a sua autoridade legal evidenciou-se pelo longo período de quase vinte e cinco anos em que assumiu a direção do Centro, escolhido por meio do voto. Outra demonstração dessa autoridade revela-se na permanência do quadro com a sua fotografia, que fica na sala de reunião do Centro.

Outro redator do *Lux*, Antônio Neves²⁶⁶, teve participação ativa no Centro desde a sua fundação, tendo atuado como membro da diretoria, como médium escrevente, além de ter desempenhado várias atividades vinculadas a leitura e a escrita. Segundo Santos (1995), Neves mudou-se de Caetité para Gentio, região próxima, onde exerceu as funções de professor de meninos e boticário. No jornal *Lux*, escreveu o artigo *Allan Kardec e o Espiritismo*²⁶⁷, demonstrando conhecimento em relação à Doutrina Espírita. Em alguns de seus artigos, é explícita a intenção de formar o leitor por meio de um diálogo direto e persuasivo; em outros, apresentava um tom ácido nas críticas à Igreja Católica.

No artigo *A cólera de Deus – as penas eternas*, Neves considera uma grave blasfêmia atribuir a Deus “cólera” e “ira”, palavras utilizadas em algumas pregações religiosas católicas, condenando veementemente essa postura. Para ele, essas “práticas tirânicas” fizeram parte dos modos despóticos utilizados pela Igreja Católica durante o período medieval. O autor menciona vários argumentos com o objetivo de desconstruir alguns preceitos firmados pelo Catolicismo e de reconstituí-los segundo a Doutrina Espírita. Dessa maneira, Neves procurou

²⁶⁵ Tomamos como referência os elementos da conceitualização utilizada por Célia Arribas (2014). Para designar o que se chama de “clero espírita”, estabelece categorias de sujeitos que, no campo espírita, têm um papel essencial na produção do discurso religioso legítimo, bem como define que “o exercício da autoridade espírita, ou o exercício de qualquer outra atividade clerical, necessita de um mínimo de um reconhecimento social que lhe assegure alguma autoridade” (ARRIBAS, 2014, p.135), de forma que, no campo espírita, o exercício de qualquer tipo de autoridade deve se fundamentar na moral evangélica e na prática da caridade.

²⁶⁶ As informações sobre Antônio Neves são bastante restritas; não tivemos acesso aos seus dados biográficos, como também não obtivemos informações de que tenha escrito outros textos, além dos espíritas. Marieta Lobão Gumes, sobrinha-neta, assim se expressou sobre Antônio Neves: “dotado de inteligência e espírito prático, era muito estimado por todos aqueles que o procuravam para solucionar-lhes os problemas de diversos aspectos, com especialidade os referentes à saúde. Ele sempre foi bom e atendia a todos com a mesma boa vontade, sendo muito respeitado como entendido em mezinhas” (GUMES, 1975, p.26). Consta que Antônio Neves não se casou, como também não deixou descendência.

²⁶⁷ *Lux*, 03/10/1928, p.1-3.

influenciar o leitor com suas palavras, na esperança de convencer os que “por ventura as lerem, de que Deus não pode ser tão fraco e imperfeito como os homens” (LUX, 23/05/1922, p.4).

Huol Gumes²⁶⁸ trabalhou como funcionário dos Correios de Caetité depois em Salvador durante trinta e cinco anos, além de ser redator, escritor e poeta. Posteriormente, com a morte de seu pai, João Gumes, tornou-se diretor do Centro e do jornal. Ao assumir a função, dedicou-se à causa do Espiritismo e batalhou por longos anos pela sua divulgação na região (LOUREIRO, 1994). Como redator, Huol escreveu alguns artigos, entre os quais se destacam: *A esperança*²⁶⁹, crônica reflexiva sobre a esperança vista como um sentimento necessário em nossa vida; para tanto destacou que esse sentimento deve estar acompanhado pela fé, pois, segundo o autor, somente a verdadeira fé em Deus anima na busca do progresso espiritual e moral; *Semper Ascendens*²⁷⁰, crônica narrativa sobre a reencarnação, relatando que as provações e as dificuldades enfrentadas na vida terrena fazem parte do processo de progressão espiritual dos indivíduos, concluindo, portanto, que o lema da doutrina é “nascer, morrer, renascer ainda, e progredir sempre”; A poesia *Por triste senda*²⁷¹ refere as agruras vivenciadas nos caminhos da vida, e para superar essas dificuldades deve-se apelar a Deus que envie “seres do invisível” ou “santos guias” para que nos fortaleçam nessa triste senda. *Hosannas a Jesus*²⁷² remete ao termo bíblico “Hosana nas alturas”, o que significa render glórias a Deus. Nele, o autor procura descrever a expectativa com que os pastores de Belém e os espíritos radiosos aguardavam a vinda do Messias, que traria paz, esperança, luz, conforto para a humanidade.

A partir dos títulos das produções de Huol Gumes, é possível inferir do que tratam esses textos: no geral são formados por palavras curtas e, de certa forma, provocam impacto. Outros títulos, por exemplo, “Semper Ascendens”, remetem aos princípios da Doutrina. Os textos apresentam, ainda, cunho instrutivo e espiritual, na medida em que buscam instruir os sujeitos ao abordar questões da vivência cotidiana, sobretudo fortalecer a crença na espiritualidade da alma. Os indícios presentes na leitura desses títulos permitem identificar que eles trazem implícitos alguns protocolos de leitura (CHARTIER, 1990). Entretanto, esse aspecto do

²⁶⁸ Huol Gumes (1898-1963) era o oitavo filho de João Gumes. Casou-se com sua prima Marieta Lobão, também espírita. Num dos seus relatos memorialísticos, a autora corroborou a identificação dele como um homem dedicado às letras, que gostava de escrever, principalmente poesias (GUMES, 1975a). Não tivemos acesso a outras produções de Huol, além das matérias publicadas no jornal *A Penna* e na gazeta espírita.

²⁶⁹ Lux, 02/11/1922, p.3.

²⁷⁰ Lux, 20/08/1922, p.4

²⁷¹ Lux, 25/04/1930, p.1.

²⁷² Lux, 25/02/1926, p.3.

texto não identifica um tipo específico de leitor visado, considerando que o jornal buscava atingir a diversos públicos de leitores, pois o seu objetivo era propagar e difundir a Doutrina Espírita.

Marieta Lobão Gumes²⁷³ foi a única mulher que se identificou como redatora do *Lux*, embora não se possa afirmar que outras mulheres não tenham escrito para o jornal, uma vez que existiam formas alternativas de identificação, bem como a utilização da escrita anônima. Ainda muito jovem Marieta tornou-se assistente no Centro, até chegar, efetivamente, em 1924, à condição de sócia da agremiação (ACTA, 24/12/1924). A partir de 1930, Marieta passou a fazer parte da diretoria, desempenhando a função de bibliotecária. Além de professora, ela também foi escritora. Publicou os livros *Caetité e o Clã dos Neves* (1975a), *Algodão de Seda* (1975b) e *Mensagens do Coração* (Oblata [1986]). Vale ressaltar que Marieta desde criança teve intenso contato com objetos de leitura e de escrita, considerando que veio de uma família em que avô e mãe foram professores e escritores e desempenharam outras atividades vinculadas à escrita na cidade de Caetité.

Em *Caetité e o clã dos Neves*, trabalho memorialístico, a autora traz informações da sua trajetória formativa no campo profissional, sendo que concluiu o curso Normal somente em 1939, aos 31 anos de idade, quando já era casada, situação justificada da seguinte maneira: “vencendo algumas resistências e obstáculos consigo realizar um dos meus sonhos – diplomar-me pela Escola Normal, o que não me fora possível logo no início do seu funcionamento” (GUMES, 1975a, p.134). Marieta afirma ter conquistado tratamento de estima e consideração por parte dos colegas e professores. No que se refere à sua formação na escola, afirma que essa lhe permitiu submeter-se aos concursos públicos, “para melhorar a situação financeira da família”, sendo aprovada em Salvador, em 1940, para onde se mudou com a família (GUMES, 1975a, p.134). A conclusão do curso na Escola Normal foi para a redatora uma forma de legitimação profissional, pois ela já atuava como professora.

Dos artigos que Marieta Gumes publicou no *Lux*, três tratam da educação²⁷⁴ e outro, utilizando-se de uma linguagem poética, fala da presença dos ausentes, remetendo à Doutrina

²⁷³ Marieta Lobão Gumes (1908-2014) era neta de Marcellino Neves, que foi um dos membros fundadores do *Centro Psychico*. Por isso, desde criança ela já participava das sessões comemorativas do Centro, principalmente no Natal, declamando poesias e lendo textos.

²⁷⁴ Dora Incontri (2001, p.193) afirma que a “essência do espiritismo é a educação”. De acordo com Incontri, diferente de outras “correntes religiosas, que têm caráter salvacionista, a doutrina espírita, com seu triplice aspecto – científico, filosófico e religioso –, pretende promover a evolução do homem, que é um processo pedagógico”.

Espírita. Em um dos textos, *Educação Moral*, ela expressou a relevância que os pais assumem na educação dos filhos e, num tom de denúncia, destaca a negligência com que os genitores têm tratado a educação da sua prole, fato que pode ser observado nas crianças que ficam, “com autorização dos pais”, perambulando pelas ruas e praças da cidade, praticando desordens e falando palavrões. Assim, as medidas tomadas para resolver o problema, como, por exemplo, os reiterados pedidos feitos às mães, além da sua intervenção como professora, não obtiveram, contudo, o êxito desejado. Então, resolveu conclamar os pais, defendendo que “juntos nos dedicaremos à tarefa difícil mas proveitosíssima de encaminhar a infância pela via do progresso para os melhores dias da regeneração moral que pouco a pouco vae se operando no seio da sociedade” (LUX, 02/11/1920, p.2). Escreveu também sobre a caridade, considerada como condição primordial para o progresso moral do espírito, no artigo *A practica do bem*, publicado no *Lux* em 23 de maio de 1922.

A preocupação da redatora com a “educação moral” das crianças advém, em parte, do seu papel como professora, mãe e espírita, refletindo, sobretudo, o papel social atribuído à mulher naquele período, que era o de “cuidar” e “educar” as novas gerações, atitudes pautadas nos referenciais da “moral”, da “ordem” e do “bem”, valores difundidos pela sociedade na época. Os preceitos defendiam que as ações educativas da professora deveriam ser permeadas de afeto e carinho, condizentes com a sua função maternal. Nessa perspectiva, o Espiritismo daquele momento apresentou conexão com o modelo vigente para pensar a educação pela via “do progresso” e da “regeneração moral”, apontando os caminhos que levassem, consequentemente, à transformação do espírito.

Marieta Gumes publicou também o artigo *Visões saudosas*, utilizando-se de linguagem poética, em que o eu literário se reporta a uma cena imaginária, na qual sente a presença espiritual dos entes queridos: “Com os olhos d’alma nelas absorto o espirito, vejo os vultos subtis ethereos e perfeitos daquelles que se foram mas que não nos deixaram” (LUX, 02/11/1920, p.2). Assim, lembra a figura dos ausentes (pai e irmã), que, apesar de se encontrarem em outra dimensão, continuavam a lhe apontar “a difícil estrada da virtude e do bem que devo trilhar no abençoado afã de progredir” (LUX, 02/11/1920, p.2).

O segundo grupo de redatores do jornal eram os que utilizavam as iniciais do nome, assinando seus artigos por meio de letras. Os textos em que os autores se identificam desta forma foram publicados nas primeiras edições do *Lux*, sobretudo ao tratar de questões polêmicas referentes à Doutrina Espírita. Entre as iniciais utilizadas nos artigos, destacam-se as seguintes: M.T.N.L

pode ser Maria Theodolina Neves Lobão (LUX, 24/07/1918, p.2); J. G., possivelmente João Gumes (LUX, 23/08/1918, p.1-2); M.N.L., acredita-se tratar-se de Maria Neves Lobão (LUX, 21/06/1918, p.4); A. P. (LUX, 22/09/1918, p.2); A.B.; J. N.; A. N. (LUX, 22/09/1918, p.2) e H. G., presume-se que seja Huol Gumes (LUX, 21/06/1918, p.4); e outros. O uso das iniciais parece ser uma prática recorrente nas publicações de periódicos espíritas. Ao analisar as publicações mediúnicas do jornal *Échos d'Além Túmulo*, Leonardo de Jesus comenta que “os médiuns brasileiros não são identificados com seus nomes completos, normalmente aparecem suas iniciais” (JESUS, 2014, p.106).

O terceiro grupo é constituído por artigos sem autoria, em que os redatores, por algum motivo, não quiseram ser identificados, portanto não assinaram os seus textos. Essa característica apareceu já na primeira edição do jornal e permaneceu até a última. Na primeira edição, datada de 25 de dezembro de 1913, foram publicados sem identificação de autoria os artigos *O despontar*, *Fundamentos do Espiritismo* e *Natal*.

Por fim, o último grupo de redatores refere-se àqueles que se utilizavam de pseudônimos para registrar seus escritos, ou seja, recorriam ao uso de um codinome que os tornava incógnitos. Alguns dos pseudônimos utilizados são *Adepto do Espiritismo* (LUX, 24/07/1918, p.4), *Um espirita* (LUX, 25/01/1930, p.2), *Omega* (LUX, 25/02/1930, p. 2) e *Til* (LUX, 23/08/1918, p. 2).

Além desses, há ainda os artigos que não se encaixam nessa categorização de redatores e que foram transcritos de outros jornais ou de impressos espíritas, a exemplo de: *A Comarca*, *O Clarim*, *Federação Espírita Portuguesa*; e, principalmente, textos da revista *Reformador*, publicada pela FEB. Nesse grupo, incluem-se artigos que o jornal *Lux* recebia de pessoas de outras cidades, como o de Antonio Vianna, originário de Tremedal, Minas Gerais (LUX, 02/11/1922, p.3).

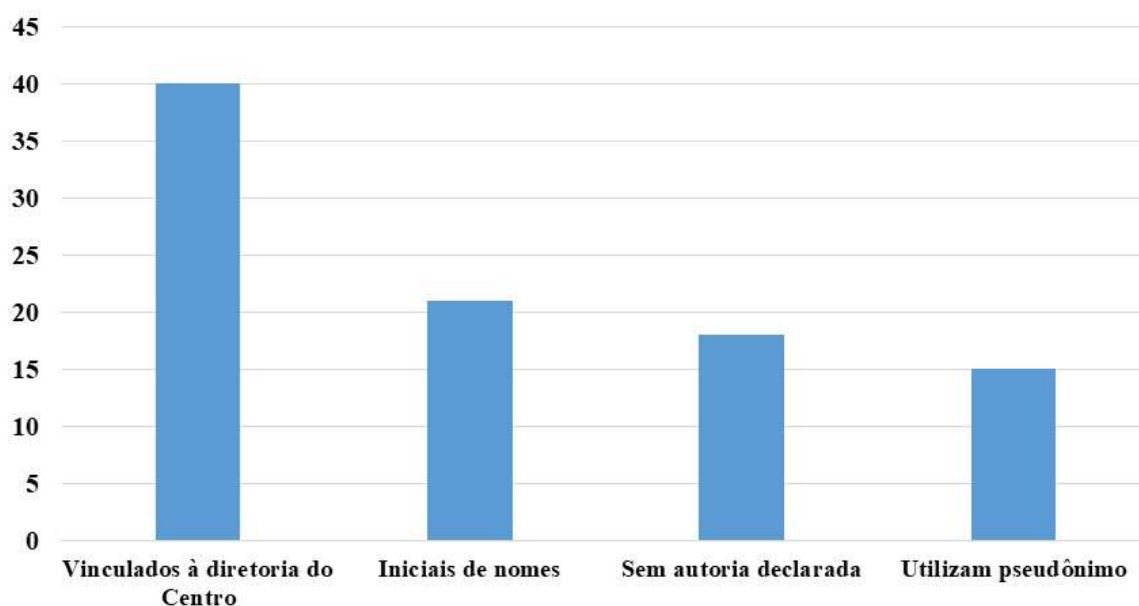
Os redatores que escreviam para o jornal *Lux* tinham uma proximidade com a cultura escrita, visto que já desempenhavam atividades vinculadas à produção do escrito, seja como escritores, funcionários públicos, seja como professores ou outras atividades. Por meio da imprensa espírita, esses sujeitos procuravam divulgar suas ideias e seus posicionamentos ideológicos em relação às questões de ordem educacional, social e de defesa do Espiritismo. A partir das temáticas e da abordagem utilizadas, era possível identificar a autoria de alguns dos textos publicados no jornal *Lux*, visto que determinados redatores versavam sobre

questões específicas de uma área, além de terem um estilo próprio de escrita. As marcas discursivas presentes nos artigos permitiam identificar o nome do autor da publicação.

No texto *O que é um autor?* Michel Foucault revelou certa indiferença pela função de autor, indo de encontro ao princípio ético fundamental da escrita contemporânea com relação à autoria do texto. Assim, de maneira provocativa chega a defender o anonimato do autor em função da obra. A estratégia foucaultiana ao propor o “apagamento” do autor visa conferir visibilidade às formas próprias do discurso. Para ele, o nome do autor influencia e interfere relativamente no discurso na medida em que “assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos” (FOUCAULT, 2001, p.44-45). Assim, o nome do autor atribui determinados sentidos à obra, interferindo, portanto, na sua forma de recepção. Chartier (1999) considera a função-autor ampla e complexa, portanto, não se pode reduzi-la a formulações simplicistas e unívocas, nem a uma única determinação, nem a um único momento histórico. A função-autor encontra-se inscrita na produção, dela depende o inventário e a publicação das obras, portanto, “apesar de tudo, no centro de todos os questionamentos que ligam o estudo da produção de textos ao de suas formas e seus leitores” (CHARTIER, 1994, p.58).

No gráfico abaixo, procuramos apresentar como se configuraram os grupos de redatores existentes na escrita do jornal, de acordo com as categorias definidas para este trabalho.

Gráfico 1: Grupos de redatores do *Lux* e o quantitativo da sua produção



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas edições do jornal *Lux* (1913-1933).

Pode-se observar que a categoria de redatores/as vinculados à diretoria do Centro é a que apresenta maior número de artigos publicados no jornal, representando 40% do total, seguida pelo grupo dos que utilizam apenas as iniciais do nome, com 21% das produções impressas. Os artigos sem autoria declarada correspondem a 18% do total, e 15% dos artigos são de redatores/as que utilizam pseudônimos. Diante disso, pode-se afirmar que o motivo pelo qual prevalecem redatores/as vinculados/as à diretoria da instituição deve-se ao fato de serem eles/as os responsáveis pela publicação do jornal, tendo, assim, de produzir material suficiente para mantê-lo em circulação.

É certo que o jornalista ou escritor pretende também ser “obedecido, acreditado, respeitado e reconhecido”, o que acaba lhe conferindo o que Bourdieu denomina a “competência como direito à palavra” (BOURDIEU, 1983, p.161). Nesse sentido, percebe-se que a língua, além de instrumento de comunicação e conhecimento, torna-se “instrumento de poder”. Acreditamos que o perfil dos redatores conferiu a legitimidade necessária à circulação do jornal, possibilitando que ele fosse lido por diferentes tipos de leitores. De fato, a equipe de redação do *Lux* era formada por pessoas espíritas, geralmente vinculadas aos diferentes campos do conhecimento e que detinham capital de autoridade; portanto, o jornal apresentava condições “de se fazer escutar”.

5.6 Leitores do *Lux*

Após identificar os redatores do *Lux*, torna-se necessário saber quem eram os seus leitores, como eles eram denominados nos textos, quais as formas utilizadas pelos redatores para se direcionar ao público leitor do jornal. Assim, procedeu-se à leitura do impresso com o objetivo de perceber as formas de tratamento a eles direcionadas, pois, para difundir a Doutrina Espírita, era também necessário conquistar e ampliar o número de leitores. Isto posto, é importante avaliar como eles eram mencionados nos textos do jornal *Lux*. Com esse propósito, mapeamos, a partir de alguns indicativos, as formas pelas quais a equipe de redação se dirigia aos leitores do impresso. As estratégias de que o redator lançou mão para a conquista de um leitor-modelo espírita refletem bem a ideia de Umberto Eco: “prever o próprio Leitor-Modelo não significa somente ‘esperar’ que exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo” (ECO, 1986, p.40). Assim, a partir do discurso dos/as redatores/as, identificamos quatro grupos de possíveis leitores: leitor nominalmente citado, leitor não declarado, leitor a ser conquistado e o suposto leitor. Interessa-nos saber como esses leitores foram constituídos a partir dos discursos publicados pelo jornal *Lux*.

A categoria leitores nominalmente citados²⁷⁵ refere-se à forma como os redatores se dirigiam a assinantes do jornal que eram identificados pelo nome e sobrenome; desses, alguns eram adeptos da doutrina, e outros, não. No entanto, tratava-se de pessoas que tinham destaque na sociedade caetiteense, detentoras de certo capital cultural, social e econômico. Foram, portanto, pessoas de distinção na cidade, que agregavam condições necessárias para o reconhecimento do jornal, bem como para a aceitação da doutrina junto à população local. Mas, afinal, quem eram esses sujeitos que assinavam o *Lux*?

Assignaturas

Já recebemos, para auxilio d'este periodico, os obulos dos nossos amigos: - Coronel J. M. Lima Junior, Cap. Marcellino Jose das Neves, D. Maria Theodolina das Neves Lobão, D. Anna Angelica Domingues, Major Antonio M. Neves, Major Benecdito Ferreira da Costa, Severiano Neves, Helvecio R. O. Martins, Alipio Cardoso, Elgino Santos, Antonio Soares Teixeira, Frederico Dantas de Castro (LUX, 30/04/1914, p.6).

A publicação dos nomes dos assinantes no próprio jornal servia para dar visibilidade e publicizar quem eram as pessoas que colaboravam com o impresso. Essa prática funcionava como uma estratégia e foi utilizada pela equipe de redação com o intuito de atrair novos assinantes. Nessa perspectiva, Marco Morel e Mariana Barros (2003), ao estudarem o perfil dos leitores nos primórdios da imprensa periódica no Brasil, destacaram que se tornar assinante de um periódico era um gesto repleto de significados, revelava um “ato de opinião”, posto que “constituir assinante numa sociedade que até então praticamente não possuía imprensa regular tinha o peso de uma opção política” (MOREL; BARROS, 2003, p.34). Assim, tornar-se assinante e ter o nome publicado no jornal *Lux* em Caeté, nas décadas iniciais do século XX, era um ato que demandava posicionamento político e coragem para assumir os enfrentamentos que tal medida poderia desencadear.

De acordo com informações publicadas no jornal *A Penna* e em outros impressos locais, vê-se que os nomes dos assinantes citados se referem a pessoas que já eram adeptas da Doutrina Espírita e, quase todas, frequentadoras das reuniões do Centro. Entre esses, Helvécio

²⁷⁵ A definição das categorias de leitores tomou como referência o estudo de Galvão; Jinzenji (2011) sobre o impresso *Boletim Vida Escolar*, publicado pelo Grupo Escolar de Lavras, entre 1907 e 1908, em Minas Gerais. Nele as autoras reconstruem o potencial leitor do impresso, identificando a forma como o autor/editor nomeia o leitor. Assim, definiram duas amplas categorias: a primeira é o “leitor explicitamente nomeado”, que engloba os grupos de indivíduos, instituições sociais, categorias profissionais, e outras. A segunda, denominada de “suposto leitor”, relaciona-se com os temas discutidos nos artigos, visto que esses se direcionavam a leitores específicos. Assim, constatou-se que, apesar de ser um impresso escolar, os leitores visados pelo redator não se restringiam aos sujeitos envolvidos diretamente com a educação, mas abrangiam um público leitor mais amplo e variado.

Martins²⁷⁶ era uma exceção, por não residir em Caetité. Natural de Rio de Contas-BA, Helvécio mudou-se para Guanambi-BA, onde contribuiu para agregar novos adeptos para a doutrina. Na cidade, desempenhou a função de farmacêutico e depois tornou-se político. Frederico Dantas²⁷⁷ foi outra exceção, visto que ele não era adepto da doutrina. Todavia, na condição de proprietário de loja em Caetité, era visto como um homem conceituado na cidade; embora não frequentasse as reuniões do Centro, doava livros para registro das atas, como já comentado. O fato de ser um comerciante lhe conferia um certo orgulho, conforme se observa: “sendo um protestante professo, ser a sua casa comercial a fornecedora do Bispo D. Manoel, que o recomendava como ‘íntegro comerciante’” (SANTOS, 1995, p.180). A atitude de Frederico Dantas revela, sobretudo, que ele era um homem de negócios, pois a sua opção religiosa não o impedia de comercializar e colaborar com as diferentes religiões presentes na cidade, especialmente com o Espiritismo.

Os outros assinantes referidos são o Coronel Lima Júnior, que foi um dos fundadores e presidente da instituição até 1907²⁷⁸; Marcellino Neves²⁷⁹, que também fez parte do grupo fundador; Maria Neves Lobão, filha de Marcellino Neves e professora formada pela Escola Normal de Caetité. Esses eram, portanto, sujeitos portadores de capital cultural que agregavam representatividade ao impresso. A partir de 1930, o jornal *Lux* passou a publicar uma pequena coluna denominada *Livro de Ouro* com os nomes das pessoas que contribuíam com o impresso. A edição de 25 de abril de 1930 fez constar os nomes de assinantes da cidade de Urandi-Bahia, evidenciando a existência de outros leitores do jornal ou, ainda, adeptos da doutrina em outras cidades da região alto-sertaneja.

Com relação aos leitores não declarados, esses, possivelmente, liam o impresso espírita movidos pela curiosidade com relação à doutrina, ou por manifestarem certo interesse em conhecer um pouco mais sobre o Espiritismo. Contudo, não tinham coragem de admitir

²⁷⁶ Em Guanambi, a sua esposa, Deolinda Martins (d. Dedé), era médium e foi uma das fundadoras do Centro Espírita *Obreiros do Porvir* (1948), participaram também da fundação, Mário Teixeira e o seu filho, Edigar Teixeira, além de outros adeptos da doutrina (Consulta feita as atas do Centro por Dinalva Macêdo, 2017).

²⁷⁷ Sobre Frederico Dantas de Castro, consta em ata que, na reunião do *Centro Espírita*, ficou decidido que seria encaminhado a ele o ofício “agradecendo-lhe os donativos que tem dado ao Centro, para a sua farmácia e para a publicação dos Estatutos, assim como convidando para assistir sessões, afim de ser apresentado como socio do nosso Centro” (ACTA, 28/10/1929).

²⁷⁸ A seu respeito, ver capítulo 1.

²⁷⁹ Marcelino José das Neves (1841-1914), natural de Caetité, era professor. Foi, também, redator do jornal *A Penna*. Como escritor, é autor do drama *O designado* e dos romances *Mulher do xale preto* (publicados em *A Penna* em forma de folhetim), *Lavras diamantinas* (único romance editado, pós-morte) e *Naninha*. Em discurso proferido pela conclusão do curso de formação de professoras da primeira turma da Escola Normal, em 1904, Marcelino José das Neves comentou sobre a sua própria formação: “Sem protetores, sem mestres, sem livros, entregue indefeso à corrente arrebatada das necessidades da vida; desde menino sem mais guia que as próprias inspirações, senti-me, bem cedo, atraído fatalmente, por um ideal [...]” (GUMES, 1975a, p.153).

publicamente tal motivação, mantendo, assim, a leitura reservada do jornal *Lux*. Os redatores a eles se direcionam com o intuito de poder convencê-los a se tornarem adeptos, conforme mostra a seguinte nota:

Só achamos uma maneira para explicar a attitude de certos cavaleiros da sociedade, os quaes comprehendem e acreditam muito bem no espiritismo, mas não se declaram abertamente espiritas; a razão é simples; precisam de guardar as conveniencias sociaes embora essas conveniencias prejudiquem a verdadeira conveniencia que é guardar-se do pecado. Huol Gumes [...] (LUX, 26/02/1919, p.5).

Segundo o fragmento, havia leitores que, embora acreditassem no Espiritismo, não se assumiam como espíritas por guardar as conveniências sociais, haja vista que a sociedade caetiteense ainda via com reservas as pessoas que se declaravam espíritas. Nos artigos, a referência a esse tipo de leitor não acontece de forma declarada; na maioria das vezes, aparece de forma implícita nos discursos dos redatores, portanto, pode-se pensar que funcionava como estratégia, no sentido de provocar o leitor a aderir ao Espiritismo.

Outro grupo mapeado foi o leitor a ser conquistado, afinal esse era um dos objetivos do impresso – ampliar o número de leitores. Assim, o redator, ao se dirigir a esse leitor, faz um alerta: “Não! Não desprezem o espiritismo antes de estudal-o! [...]” (LUX, 28/03/1919, p.4). O discurso destinado a esse grupo, na maioria das vezes, encerra o objetivo de persuadir o sujeito por meio de uma linguagem sedutora: “Convido, pois a todos os meus Irmãos que se acharem indefesos e vacilantes na sua fé a procurarem no Espiritismo a Paz Consoladora e Vivificante Verdade. Virgilio Cotrim” (LUX, 21/06/1918, p.2). Em outra oportunidade, afirma-se que ser um “cristão verdadeiro” é estar associado aos ensinamentos do Espiritismo, conforme se explicita: “[...] Só assim, meus amigos, é que seremos verdadeiramente Christãos. Devemos portanto procurar nos ensinamentos do Espiritismo a Luz que nos falta para comprehendermos e interpretarmos as Escripturas. Virgilio Cotrim” (LUX, 21/06/1918, p.3). Conforme visto, o jornal *Lux* utilizou diferentes tipos de argumentos para o convencimento de leitores diferenciados, a fim de ampliar o seu número de leitores e conquistar futuros adeptos da doutrina.

A identificação do grupo denominado de suposto leitor tomou como referência a forma como os redatores se direcionavam ao grupo, visto que isso acontecia de forma genérica e utilizando formas linguísticas no plural. Esse recurso de linguagem permite a inclusão do redator como parte do grupo, aproximando-o dos leitores. Na redação das matérias, utiliza-se sempre a primeira pessoa do plural, conforme se verifica nos exemplos abaixo:

Dentro da orbita traçada por esse modo de crer é que continuaremos auxiliados por Deus e inspirados pelos espiritos de luz, que sob o comando do Senhor, cahem em chuva para renovar a face da terra (LUX, 25/12/1913, p.1).

[...] nos informamos das cousas do Alem e da existência de seres sobrehumanos [...] (LUX, 30/04/1914).

Nós, os espiritas, sentimos imenso gaudio n’essa união momentanea que a todos nós, os christãos, congrega hoje para festejar a vinda do Messias [...] (LUX, 25/12/1914, p.3).

Nós, os que abraçamos o espiritismo, devemos seguir a Jesus e levar a nossa cruz até o Calvario [...] A.B. (LUX, 28/03/1919, p.4).

No terceiro fragmento acima, o redator conclama todos os cristãos a se unirem para comemorar a vinda do Messias. É importante considerar o aspecto da “união momentânea” de todos os cristãos, de modo a destacar a união entre os credos, pois poucos são os momentos em que católicos e espíritas se congregam, tendo um objetivo em comum.

Ao se referir ao suposto leitor, o jornal *Lux* proporcionava uma leitura formativa e prescritiva que orientava os comportamentos e ações dos possíveis adeptos da doutrina, conforme explicita o seguinte texto:

O dever do Espirita

Nós, os que abraçamos o espiritismo, devemos seguir a Jesus e levar a nossa cruz até o Calvario.(...)

Os espiritas discipulos de Christo, que procuram tirar o véo que encobre a verdade – a letra – esses a quem compete ter em seus corações uma força robusta para a pratica do bem; devem, para serem dignos do nome de espiritas, praticar o que elle ensina, seguindo impavidamente aquelle fanal de luz e verdade, que é Jesus, preciso que sejamos virtuosos, porque “a quem mais tem mais se pede”, disse Jesus, e se nós conhecemos a luz e não a seguimos, somos mais criminosos do que os que a ignoram. Não devemos praticar aquillo que em outros censuramos, porque isso será o caso de vermos nos outros defeitos e erros a corrigir, devemos primeiro corrigir os nossos, pois “aquelle que foi isento de culpas que lance a primeira pedra”. (...). A.B. (LUX, 28/03/1919, p.4).

No discurso direcionado ao aprimoramento do seu leitor, o redator utiliza-se de uma retórica que tem por finalidade a elevação dos valores da doutrina. Nesse sentido, elencam-se os motivos pelos quais os leitores devem estudar o Espiritismo:

Estudamos o Espiritismo

Aquelles que combatem o Espiritismo com desmedido rancor, por todos os modos e armas a seu alcance, fazem-no, sabemol-o, uns porque o não estudam para comprehenderem as alegrias que elle nos traz, desopprimindo e aduclorando as amarguras e soffrimentos que são o apanagio dos terrícolas; outros porque conhecem que elle, pela beleza dos seus principios, pelas demonstrações insophismaveis irrefutaveis dos factos sobre os quaes repousam as suas asseverações, vem destruindo as erroneas interpretações a que accomodaram os ensinos parabolicos que nos trouxe N. S. Jesus Christo, para sobre as ruinas das antigas crenças elevar o edificio indestruivel da verdadeira religião. João Gumes (LUX, 03/12/1928, p.4).

Como se pode perceber, o redator tenta convencer seu leitor, de maneira sutil e menos impositiva, buscando afirmar que os católicos “não estudam [espiritismo] para comprehenderem as alegrias que elle nos traz, desopprimindo e aduclorando as amarguras e soffrimentos que são o apanagio dos terrícolas”. Vê-se que, embora se utilizem de estratégias discursivas diferentes, os impressos buscavam impor um determinado tipo de leitor-modelo. Diante disso, pode-se questionar: quais seriam os leitores designados pelos autores dos artigos? Pode-se dizer que o leitor é sempre instituído pelo autor, pelo comentador e pelo editor como alguém submetido a uma leitura autorizada. Em outras palavras, espera-se dele uma determinada compreensão do texto (ECO, 1986). Como exemplo desses artifícios, pode-se citar: “[...] levemos portanto, a estes doentes do corpo e do espirito o remédio necessário ao seu mal; qual será esse remédio? O remédio é o espiritismo porque só por meio d’elle poderemos trabalhar na seara de Jesus” (LUX, 28/01/1919, p.3-4). No fragmento fica explícito que há uma compreensão autorizada, visto que o espiritismo é considerado o “remédio para a alma e para o corpo”.

Os aspectos de produção do jornal têm significado importante para que um determinado impresso possa ser tomado como agente de letramento. Características de sua materialidade, como forma e tamanho de letra, número de páginas, presença ou não de figuras/imagens, estrutura textual, além de características como a linguagem utilizada pelos redatores e quem eram esses sujeitos, têm relevância para se compreender de que maneira o jornal cumpria tal função.

5.7 *Lux*: materialidade e temas abordados no impresso

Quanto ao formato do *Lux*, os exemplares que circularam em 1913-1914 mediam 17cm X 25cm, contendo quatro páginas. Essa formatação é considerada *in quarto*, pois as folhas foram dobradas duas vezes. A partir de 1918, o jornal teve suas medidas alteradas, passando a

ter 24cm X 30cm. Nesses moldes, pode-se dizer que o jornal se caracterizou pelo seu tamanho pequeno, o que nos leva a pensar nos fatores que teriam influenciado os redatores a optarem por esse formato. Verificamos que o tamanho pequeno e o número de quatro folhas foram algumas das características comuns a determinados impressos²⁸⁰ que circularam não só em Caetité, como no Brasil desde o século XIX. Outro aspecto a ser considerado, na determinação do tamanho, diz respeito ao menor custo da impressão, uma vez que foram constantes e invariáveis as solicitações de auxílio financeiro para manutenção do impresso.

Vale destacar que, no processo de avaliar a fonte de informação, do ponto de vista histórico é necessário “ter em conta [...] as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (LUCA, 2008, p.132). Os detalhes de um processo de produção podem até parecer irrelevantes, mas ajudam a compreender o significado de determinadas escolhas na produção do impresso. Apresentam-se, a seguir, fotos das primeiras páginas do jornal.

Figura 27: Jornal *Lux* - 1913



Fonte: Acervo da Família do Barão de Caetité (APMC).

Figura 28: Jornal *Lux* – 1918



Fonte: Acervo da família do Barão de Caetité (APMC).

²⁸⁰ Sobre os impressos que circulavam em Caetité com essas medidas, temos: *O lápis*; *O Pharol* e *Filhinha*.

A reprodução das fotos acima objetiva perceber as modificações pelas quais passou o jornal, no período em que circulou, com destaque para a diagramação. Na primeira edição do periódico, em 1913 (figura 26), as páginas eram compostas por duas colunas verticais; na edição de 1918 (figura 27), verifica-se a presença de três colunas verticais. Nos dois modelos de diagramação não havia espaço para imagens, à exceção de alguns poucos arabescos. No frontispício do jornal, pode-se verificar o enunciado: *Lux Orgam Mensal do Centro Psychico de Caiteté*. A proposta era produzir uma publicação mensal, mas, por questões de ordem financeira, e possivelmente pelas polêmicas com os impressos católicos, a circulação do *Lux* foi instável e irregular.

Em 1930, o impresso traz na primeira página as alterações referentes tanto à sua diagramação como às mudanças na instituição. No cabeçalho, o *Lux* passou a ser identificado como um órgão do Centro Espírita Aristides Spínola. Como mencionado, em 1926, o Centro mudou de nome para homenagear um dos fundadores e presidente honorário, Aristides Spínola, que havia falecido. Também nesse ano a instituição tornou-se adepta²⁸¹ da Federação Espírita Brasileira. Assim, a partir de 1930, as edições passaram a publicar o nome do jornal entre duas frases: “Fóra da caridade não há salvação” e a outra: “Nascer, morrer e renascer ainda e progredir sempre, tal é a lei”, que definem bem um dos preceitos básicos do Espiritismo – as dimensões da caridade e da progressão espiritual. Houve, ainda, a introdução de uma caixa de texto com um poema na parte central da primeira página, conforme pode ser observado na publicação de 25 de janeiro daquele ano, que traz a poesia *Deus*, de Renato Lacerda (LUX, 25/01/1930, p.1). Em 1933, último ano de circulação do impresso, mudaram-se as frases do frontispício, que passaram a ser, respectivamente: “Alegrai-vos na esperança, sêde pacientes na tribulação, perseverai na oração – Romanos:12-12”; e a outra: “Bem-aventurados aquelles servos, os quais quando o Senhor vier os achar vigiando – Lucas:12-37”. Vejamos a poesia a seguir, de autoria do redator:

²⁸¹ Com relação à adesão do Centro em Caiteté como membro da FEB, a revista *Reformador* publicou em edição de dezembro de 1929 a relação das sociedades espíritas no Brasil que até aquela data estavam submetidas à Federação Espírita. No Estado da Bahia, aparecem, apenas, duas instituições como membros da Federação, a “União Espírita Bahiana”, localizada em Salvador, e o “Centro Espírita Aristides Spínola”, em Caiteté (REFORMADOR, 1929, p.690).

MATER DOLOROSA

Repleto coração de intensa dor.
 Perante a turba ingrata, esbravejante;
 A pura e excelsa virgem segue avante.
 Após seu filho amado. Com dulçôr.

Sorrindo ao mestre santo que, offegante,
 Palmilha a via crucis; ante o horror
 Daquele triste quadro, com fervor.
 Supplica ao Pae lhe dê força bastante

Para o calix tragar... Amargo pranto
 Roreja a face pura, divinal...
 E, de tristeza, espesso, negro manto

Estende-se por sobre o coração
 Daquelle puro ser. Largo estendal
 De dôres, Calvário e ascensão... (Huol Gumes, 1933)

No poema “Mater dolorosa”, o autor estabelece um “pacto de leitura²⁸²” com o leitor, na medida em que se presume que ele já tenha familiaridade e conhecimento com relação à temática abordada. Alguns elementos presentes nessa narrativa descritiva nos permitem identificar esse pacto. Vê-se que, ao longo das quatro estrofes, o narrador refere-se à personagem principal, “Mater”, utilizando apenas as adjetivações, como “pura excelsa virgem”, “Com dulçôr”, “face pura, divinal”. Assim, prossegue narrando os sofrimentos da mãe que acompanhou o filho amado numa trajetória de dor e martírio rumo ao calvário. O contexto do poema indica que o narrador acredita tratar-se de um leitor cristão, portanto, logo consegue identificar os nomes dos personagens, a mãe, Maria, e Jesus Cristo, o filho.

As modificações na diagramação no *Lux* a partir de 1930 revelam as transformações pelas quais passou o jornal e refletiam o novo contexto vivido no Centro Espírita. Tais modificações, como ser membro da FEB, e a publicação no frontispício, de forma estratégica, das frases “fora da caridade não há salvação” e “Nascer, morrer e renascer ainda e progredir sempre, tal é a lei”, demonstram uma intenção explícita do impresso em orientar o modo como os leitores deviam “apreender, compreender e manejar” (CHARTIER, 1990, p.216) o seu conteúdo. Assim, esses protocolos de leitura, além de imprimirem ao texto um

²⁸² O pacto ficcional ou pacto de leitura refere-se a um contrato fictício que se estabelece entre o “texto” e o “leitor”; nele o leitor aceita as regras contidas na enunciação do texto (CORRÊA, 2014). Consulta feita ao <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/pacto-ficcional> Acesso em 18/07/2018.

sentido que orientava e embasava a compreensão da doutrina, buscavam, sobretudo, a ampliação do seu público leitor.

Figura 29: Diagramação do jornal a partir de 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

O *Lux* não traz informações sobre a sua tiragem inicial, embora conste em ata a seguinte sugestão: “a publicação por enquanto será somente [de] cento e cinquenta exemplares” (ACTA, 21/05/1918). Apesar disso, não se assegura que tenha prevalecido, de fato, essa tiragem, considerando que fatores de diversas ordens poderiam interferir no processo de produção. Questões financeiras, por exemplo, influenciaram a vida do impresso desde a sua fundação. Em nota, o jornal informou os leitores, em edição de 1913, acerca das condições de produção: “distribuimos esta pequena publicação sem contarmos ainda com elemento algum que garanta a sua viabilidade” (LUX, 25/12/1913, p.4). Desse modo, solicita aos leitores: “pedimos, portanto, áquelles que se interessam para que ella continue a ser editada, o obsequio de darem qualquer manifestação de assentimento as condições de produção e

distribuição seremos gratos” (LUX, 25/12/1913, p.4). Informa, ainda: “não poderá, por ora, sahir esta pequena folha senão mensalmente” (LUX, 25/12/1913, p.4).

Com o intuito de adensar as informações do jornal, alguns sócios argumentaram sobre a necessidade de ampliação do impresso, conforme se estabeleceu em ata. O sócio Virgílio, na função de tesoureiro, apresentou as contas referentes à “gazeta de propaganda espirita”, o *Lux*. Ao se examinarem as contas, “verificou-se, feitas as despesas de publicação durante um anno, ter ficado um saldo de 42#000 reis (quarenta e dois mil réis), que passa para o novo (ilegível) que se iniciará em 23 do corrente” (ACTA, 20/05/1921). O tesoureiro Virgílio apresentou a opinião de que “se augmente o formato do ‘Lux’ o que, posto em votação, foi acceito por todos os socios presentes” (ACTA, 20/05/1921). Embora a proposta de ampliação do tamanho do impresso tenha sido aceita por parte dos sócios, alguns membros da diretoria não concordaram com a decisão, conforme mostra o posicionamento do vice-diretor:

Disse o Vice Director que embora ficasse approvada pelo Centro a proposta do socio Virgilio sobre o augmento do formato do ‘Lux’, nada ficava decidido neste assumpto, visto o Director não achar bom este augmento. Diz o socio Sadi Gumes ser melhor termos sempre o ‘Lux’ em pequeno formato do que aumental-o para que morra á falta de recursos. Continua o Vice Director lembrando o inicio do nosso Centro quando grande numero de pessoas vinha a elle por curiosidade. Fála n’aquelles que d’elle fugiram por orgulho; aquelles que o deixaram por quererem ser agradaveis as suas familias; diz, enfim, que devemos trabalhar muito pela manutenção do ‘Lux’ para que sejam difundidas as verdades espiritas nesta zona. Termina incitando-nos á pratica do espiritismo para que consigamos sempre receber aqui as communicações de nossos parentes e amigos já desencarnados (ACTA, 24/05/1921).

Quanto à diagramação, ainda é possível observar que o *Lux* apresentou colunas fixas em alguns exemplares, mas, no geral, não existe uma uniformidade nas seções. Os princípios da Doutrina Espírita eram temas recorrentes e grassavam por todos os artigos. Porém, pode-se destacar a coluna *O Espiritismo é a verdade*, escrita por Antônio Neves, no período de 1914 a 1919. Os artigos dessa coluna apresentavam e defendiam os princípios básicos da doutrina como verdades²⁸³ que podiam ser racionalmente observadas. Nela, geralmente o redator colocava os preceitos espíritas em oposição aos dogmas do catolicismo que não poderiam ser comprovados, apenas aceitos por meio da fé. Na tabela a seguir, procuramos enumerar as

²⁸³A concepção da verdade para a Doutrina Espírita insere-se na conjuntura histórica em que esta (a doutrina) se originou, quando os pensamentos filosófico e científico se pautavam nos ideais da razão e do conhecimento racional. Nessa perspectiva, entende-se que a verdade é “revelada no sentido em que foi transmitida pelos Espíritos. Contudo, o procedimento através do qual essa revelação ocorreu é visto por Kardec como eminentemente *científico, racional, experimental*” (CAVALCANTI, [1983] 2008, p.17).

publicações da coluna, com a intenção de apresentar as ideias defendidas pelo Espiritismo em contraposição à religião católica.

Quadro 09: Síntese dos textos “O Espiritismo é a Verdade” produzidos por Antônio Neves e publicados no *Lux*.

| DATA | TÍTULO | SÍNTESE |
|---------------------|--------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 21/06/1918 p.3 | O Espiritismo é a verdade | Repele a ideia de inferno de penas eternas, ensina que somente a reencarnação pode explicar as desigualdades da vida terrena. |
| 24/07/1918 p.3-4 | O Espiritismo é a verdade III | Não aceita o preceito da trindade de Deus, bem como a ideia da encarnação de Deus na terra. |
| 23/08/1918 p.4 | O Espiritismo é a verdade IV | Trata do progresso e da regeneração dos espíritos em vidas sucessivas. Analisa como os cristãos rememoram anualmente o ódio e o rancor a Judas, o traidor de Jesus. |
| 22/09/1918 p.3 | O Espiritismo é a verdade V | Defende a fé raciocinada, contrária à fé que crê de olhos fechados. O texto busca, ainda, desconstruir o mito de Satanás, e afirma que esse mito se tornou uma arma poderosa, sendo utilizada pelos opositores do Espiritismo, porque eles atribuem a Satanás a responsabilidade dos fatos mediúnicos. |
| 25/12/1918 p.1 | O Espiritismo é a verdade VIII | Trata do nascimento de Jesus Cristo, emissário de Deus, considerando-o o maior espírito que já desceu à Terra e encarnou em condições especiais. |
| 28/01/1919 p.2 | O Espiritismo é a verdade IX | Condena as pompas e suntuosidades do culto externo, observados nos templos para adorar o Pai Celeste, por serem contrárias à humildade ensinada pelo Divino Mestre. |
| 26/02/1919 p.4-5 | O Espiritismo é a verdade X | Questiona as formalidades exteriores praticadas pelas religiões. Não considera o batismo condição para salvação. |
| 28/03/1919 p.2-3 | O Espiritismo é a verdade XI | Apresenta a mediunidade como inerente ao ser humano e que se apresenta em diferentes níveis, podendo ser ampliada e melhorada. É fenômeno observado historicamente, tendo Jesus Cristo sido um médium. |
| 25/04/1919 p.3-4 | O Espiritismo é a verdade XII | Questiona o fato de que a justiça de Deus condene a penas eternas algumas de suas criaturas, pelas faltas cometidas; considera essa justiça absurda e inaceitável. |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas edições do jornal *Lux* (1918-1919).

Ao se destacar a questão central de cada texto, percebe-se a intenção evidente e declarada de vincular a Doutrina Espírita à verdade, visto que os artigos publicados na coluna escrita por Antônio Neves se pautaram nos referenciais científicos, filosóficos e religiosos que a embasam, como demonstrou a frase “O espiritismo [...] ensinando que só a Fé raciocinada é aceitável, pois que a Fé dos que creem de olhos fechados não passa de fanatismos” (LUX, 22/09/1918, p.3). Assim, a possibilidade de unir a Fé e a Razão, a partir dos ideais do racionalismo científico, representava um avanço em relação ao pensamento vigente da época, em que a fé era vista como um dogma, portanto não deveria ser questionada. Essa coluna representou uma forma de letramento ideológico e religioso, com cunho formativo e

instrutivo, destinado, sobretudo, aos leitores espíritas. Entretanto, isso não impedia que fosse lida por outros tipos de leitores que se interessavam pelas questões religiosas ou por aqueles que desejavam se posicionar no debate com os espíritas. A durabilidade de quase dois anos da publicação dessa coluna é um dos indicativos de que ela possuía aceitabilidade e fez parte das ações de letramento proporcionadas pelo impresso. Portanto, cumpriu uma função social, além de defender a doutrina dos ataques dos católicos. Com relação aos objetivos da imprensa espírita, o estudo realizado por Rocha (2014) sobre impressos espíritas produzidos no Brasil, nas décadas finais do século XIX, revelou conclusão semelhante à nossa de que a imprensa foi o local propício para instruir e propagar os princípios da Doutrina.

Para cada edição, o *Lux* costumava eleger uma temática central, que era abordada em todos os artigos. O tema “O Natal”, por exemplo, foi o mais recorrente, considerando-se que é uma data relevante para os cristãos. Esse assunto esteve presente nas edições de 25 de dezembro dos anos 1913, 1914, 1918 e 1926. Por sua vez, o tema “Nascimento de Allan Kardec” mereceu atenção especial no jornal, sendo divulgado nas edições de 3 de outubro de 1921, 1926 e 1928. O “Dia de Finados, ou Dia dos Mortos” também constituiu tema que recebeu tratamento diferenciado pelo periódico, tendo destaque nas publicações em dois números – em 2 de novembro de 1920 e 2 de novembro de 1922. Vê-se que são datas emblemáticas para o Espiritismo e têm implicações na constituição da doutrina.

Além de pretenderem conquistar e ampliar o número de leitores e simpatizantes para a doutrina, os redatores do jornal buscavam, também, estreitar os contatos com outros impressos de diferentes pertencimentos. Vejamos, então, como se estabeleceram as redes e os contatos entre o *Lux* e os outros impressos.

5.8 *Lux*: formando redes de trocas e estabelecendo contatos

A formação de redes de trocas e o estabelecimento de novos contatos constituíam outra ação do jornal para favorecer o letramento. O *Lux* estabeleceu e manteve contatos com impressos espíritas e leigos de diferentes lugares do Brasil e do mundo. Os contatos aconteciam por meio de correspondência que acompanhava o impresso, como também pela publicação de notas sobre eventos e atividades promovidas por jornais e centros espíritas de outras cidades. Essas ações, de certa forma, colaboravam para o seu reconhecimento, sua visibilidade e

legitimidade junto à comunidade espírita em geral. No quadro abaixo, pode-se observar alguns dos seus interlocutores.

Quadro 10: Periódicos citados no *Lux*

| Título | Local e período de publicação | Tipo de impresso |
|-----------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| A luz | Maceió –? | Espírita |
| Aurora | Rio de Janeiro – 1930 | Espírita |
| Alavanca | Santa Maria (SP) – | Espírita |
| Alma e Coração | Belém do Pará – 1914 | Espírita |
| Aurora de Maracacuera | Pará – 1914 | Espírita |
| Aurora de Valença | Bahia – 1919 | Espírita |
| Brazila Esperanto | Rio de Janeiro – ? | Espírita |
| Correio da Manhã | Rio de Janeiro – 1914 | Laico |
| Clarim | São Paulo –1919 | Espírita |
| Gazeta de Pesqueira | Pernambuco –1914 | Laico |
| Esperança | Amarante (PI) – 1914 | Laico |
| Nova Revelação | São Paulo – ? | Espírita |
| O Corrente | Santa Maria – 1930 | Espírita |
| O Reformador | Rio de Janeiro– 1905– 1930 | Espírita |
| Verdade e Luz | São Paulo – 1914 | Espírita |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas edições do jornal *Lux* (1913-1933).

Dos 15 impressos relacionados na tabela acima, 12 são espíritas, e alguns já tinham uma produção reconhecida. Os periódicos *O Reformador*²⁸⁴ e *Clarim* são espíritas, de produção longa, e continuam sendo impressos até a atualidade. *O Clarim*²⁸⁵ foi fundado por Cairbar Schutel, em agosto de 1905, na cidade de Matão, em São Paulo. O jornal surgiu como um *Orgão do Grupo Spirita Amantes da pobreza*, que foi fundado um mês antes da criação do referido impresso. O objetivo do seu fundador era criar um jornal que fosse acessível a um público mais popular, de poucos recursos financeiros e culturais, cuja linguagem, também, fosse adequada ao seu público-alvo (AMORIM, 2007).

Para atingir os objetivos visados, o impresso adotou a estratégia de publicar edições especiais em datas específicas. Essa forma de divulgação buscava atingir um público maior de leitores.

²⁸⁴ Ver capítulo 3.

²⁸⁵ O estudo de Pedro Amorim (2007) tratou da construção de um projeto homogeneizante da FEB no interior do campo espírita no Brasil. Nele o pesquisador revelou que o *Clarim* foi um dos suportes que contribuíram para firmar a relação entre Espiritismo e a cultura escrita, além de promover a disseminação do projeto da Federação na construção de uma identidade espírita no País, considerando a abrangência da sua circulação.

Segundo Marion Aubrée e François Laplantine ([1990]2009), o *Clarim* conseguia expressar “a vontade de clamar alto e forte que nossa profissão de fé é agora espírita” (p.171). Para os autores, desde o início da publicação, sua tiragem chegou a 10 mil cópias. Em 1913, o proprietário organizou as “tiragens especiais²⁸⁶ a serem publicadas no dia de finados com mais de 40.000 cópias, para serem enviadas a diversos cantos do país e distribuídas gratuitamente nos cemitérios” (AUBRÉE; LAPLANTINE, [1990]2009, p.171). Entretanto, a ação foi malograda pela atuação de um delegado de polícia que apreendeu os impressos, ameaçando prender Schutel, o que desencadeou insatisfação geral, tanto por parte da imprensa espírita, como da imprensa laica, principalmente os jornais paulistas *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*.

Por sua vez, os jornais não confessionais que estabeleciam contato com o *Lux* eram *O Correio da Manhã*²⁸⁷ (RJ), a *Gazeta de Pesqueira*²⁸⁸ (PE) e o *Esperança*²⁸⁹ (PI). Embora constituam um número menor, servem para ilustrar a relação com diferentes tipos de impressos produzidos em diferentes estados do Brasil, como, por exemplo, *O Correio da Manhã* (RJ), importante impresso do País naquele momento. Esse jornal, que publicava notícias variadas, teve ampla e longa circulação no Brasil, mantendo-se por mais de setenta anos. Quanto à *Gazeta de Pesqueira* (PE) e o *Esperança* (PI), acredita-se tratar de impressos destinados, também, a notícias variadas, reconhecidos regionalmente. Os indícios mostram e definem a amplitude da rede de relações que o *Lux* estabeleceu com outros impressos, o que lhe possibilitou obter maior respaldo e conhecimento na imprensa escrita e, principalmente, indicar aos leitores em Caetité e região a relevância de ser reconhecido em diferentes estados do Brasil. Esses contatos foram estabelecidos por meio da permuta de jornais. Nessa circunstância, a equipe de redação do jornal, por meio de notas, agradecia o recebimento de

²⁸⁶ O *Centro Psychico de Caetité* também recebeu circular do jornal *O Clarim* comunicando acerca de uma tiragem especial que seria publicada no dia 2 de novembro de 1917. Informava ainda o preço correspondente ao milheiro do impresso, visto que tal valor se destinava apenas aos custos com o material utilizado na impressão, definindo também o prazo para o envio da quantia. Assim, no Centro decidiram pela aquisição de 200 exemplares, comprometendo-se a remeter o valor no prazo estabelecido (ACTA, 19/06/1917). Esse indício corrobora a ideia de que as tiragens especiais do *Clarim* tiveram uma ampla circulação no Brasil.

²⁸⁷ O *Correio da Manhã* foi um jornal produzido no Rio de Janeiro, circulou de 1901 a 1974, fundado por Edmundo Bittencourt. Segundo informações, o impresso era conhecido por fazer oposição aos presidentes do Brasil, na época. Por isso, foi perseguido e fechado em diversas ocasiões, e os seus dirigentes foram presos. A partir de 1964, o jornal tornou-se intenso opositor do governo militar, fato que culminou com o encerramento das suas atividades. Consulta feita ao site: <https://pt.wikibooks.org/wiki/A_cidade_do_Rio_de_Janeiro_no_s%c3%A9culo_XX/Primeira_metade_do_s%c3%A9culo_XX>. Acesso em 01/08/2018.

²⁸⁸ A *Gazeta de Pesqueira* foi publicada na cidade de Pesqueira, Pernambuco, fundada por Sebastião Cavalcanti. Circulou de 1902 a 1972 com algumas interrupções. O impresso obteve o reconhecimento da comunidade local, uma vez que trazia notícias de relevância em nível regional, nacional e internacional (NASCIMENTO, 2011). Consulta feita ao site <http://www.pesqueirahistorica.com/2011/08/21/a-gazeta-de-pesqueira/> Acesso em 01/08/2018.

²⁸⁹ Não tivemos acesso a informações sobre o jornal *Esperança* publicado no Piauí.

periódicos que vinham dos mais diferentes lugares do Brasil: “Recebemos e muito agradecemos, a visita do nosso estimavel e mimoso collega *Aurora de Maracacuéra* (Ilegível) no Pará” (LUX, 20/11/1920, p.4). Uma estratégia utilizada pela redação para se referir aos impressos espíritas foi mencionar seu tempo de publicação, como aconteceu por ocasião do recebimento do jornal *Verdade e Luz*, quando assim se manifestou: “Esse nosso distinto confrade, que já consta 26 annos de proficua lucta em prol da causa do espiritismo e tantos serviços vem prestando, deu-nos a honra da sua amavel visita. Não avalia quanto nos sentimos penhorados, [...] (ilegível)” (LUX, 20/11/1920, p.4).

O *Lux* também reproduzia notas que sobre ele haviam sido divulgadas em outros impressos, a exemplo do jornal *Alma e Coração*, de Belém do Pará, que, em julho de 1914, publicou: “Ao colleguinha *Lux* de Caeteté, na Bahia, enviamos uma braçada de rosas, encorajando-o na trajetoria luminosa que encetou, para que as suas paginas se multipliquem e cresçam na razão da sua grande boa vontade” (LUX, 01/07/1914, p.3). Na mesma nota, o redator afirma: “Essas palavras muito nos desvanecem e encorajam para seguirmos o caminho que temos traçado em meio a tantas difficuldades e impecilhos. Gratos, muito gratos” (LUX, 01/07/1914, p.3).

O jornal recebia, também, material impresso sobre a doutrina, produzido por pessoas de diferentes lugares do Brasil. Como exemplo, a médium paraense Leopoldina Borges Pereira enviou “uma brochura intitulada ‘Regina’, a qual foi ditada pelo espírito de Bittencourt Sampaio e se compõe de louvores do excelso espirito de Maria Santissima” (LUX, 03/10/1926, p.3). Notas como essa evidenciam que o *Lux*, além dos contatos e trocas com outros impressos, servia também como espaço de divulgação de material produzido por diferentes autores.

Vimos que, no Alto Sertão da Bahia, nas décadas iniciais do século XX, a imprensa confessional desempenhou papel relevante como meio de comunicação, pois, além de formar e informar, difundia os princípios da Doutrina Espírita e do catolicismo entre o público leitor. Uma importante contribuição refere-se ao processo de letramento da população, na medida em que serviu para aproximar os sujeitos da leitura e da escrita. Constatamos também que as gazetas em Caetitê desempenharam papel relevante no processo de disputa pela conquista e legitimação do espaço religioso. O discurso do jornal espírita *Lux*, em especial, emergiu como

estratégia de divulgação e propagação da doutrina, uma vez que os redatores, com acepções ideológicas, conciliavam os anseios de formar os leitores seguindo os princípios kardecistas, com a necessidade de responder publicamente aos insultos e ofensas que surgiram em torno dos atritos religiosos. Portanto, podemos afirmar que os impressos locais foram meios de socialização dos posicionamentos políticos, ideológicos e religiosos dos quais os grupos em disputa lançaram mão na divulgação dos seus preceitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu investigar o lugar ocupado pela leitura e pela escrita no *Centro Psychico*, destacando o seu papel como agente de letramento. A intenção de estudar tal objeto deu-se pela constatação de que o Centro desenvolvia várias ações envolvendo a escrita e a leitura, como, por exemplo, produção de atas, recebimento e envio de cartas, cartões, prestação de contas, conferências, recitais de poesia, jograis, leitura de livros, impressos, entre outras. Os documentos formam atualmente o acervo da instituição e encontram-se armazenados na própria entidade. Além dessas fontes, acessamos, também, documentos produzidos pela Igreja Católica, e livros dos memorialistas locais. A organização das informações contidas em tais documentos, juntamente com questões que emergiram nesse processo, possibilitaram a definição das categorias de análise. A análise do conjunto de fontes indicadas possibilitou compreender de que maneira uma instância religiosa colaborou para aproximar e intensificar o contato de uma parcela da população com a cultura escrita, nas décadas iniciais do século XX. Dessa forma, o estudo permitiu desvelar aspectos da história da educação, ainda pouco investigados no Brasil, evidenciando que outras instituições, além da família e da escola, desenvolviam práticas de letramento, como é o caso do Centro Espírita em Caetité.

As instâncias de ordem religiosa, civil, educacional e social – públicas ou privadas – contribuíram na produção e circulação das práticas da leitura na cidade. Algumas delas tinham especificidades, como é o caso dos Correios. Parte considerável da população utilizava-se dos seus serviços, independentemente de se tratar de pessoas letradas ou iletradas. Além dos Correios, as bibliotecas, a imprensa, as escolas e outras instituições foram instâncias de socialização do escrito que desempenharam ações como agentes de letramento. Todavia, tal fato ainda carece de uma investigação mais ampla e aprofundada que nos mostre as formas e as maneiras pelas quais essas instâncias, associadas a fatores de ordem política, econômica, social e educacional, colaboraram para a circulação da cultura escrita na região.

A instalação do *Centro Psychico* em Caetité, em 25 de dezembro de 1905, deu-se por vários fatores, entre os quais se destaca a proximidade que a elite letrada da cidade tinha com a língua francesa e com as suas produções literárias. No século XIX, a França era o padrão de referência cultural para o Brasil (ISAIA, 2007). E também considerada o berço de surgimento da Doutrina Espírita. Outro indicativo dessa referência era o fato de a doutrina se fundamentar no tripé ciência, filosofia e religião, cujo fundamento se encontra no Iluminismo do século

XVIII. O sistematizador da doutrina, Allan Kardec, teve a sua trajetória formativa influenciada pelos preceitos iluministas, de modo que as ideias do Século das Luzes repercutiram, também, na formatação do Espiritismo. Por exemplo, a perspectiva de “racionalidade” da doutrina ao defender o princípio da prática de uma fé raciocinada pautava-se na razão, desvinculando-se de dogmas presentes em outras religiões. Igualmente a ideia de “progresso” tinha suas bases na filosofia iluminista: no Espiritismo, o progresso individual relaciona-se às ações associadas ao progresso espiritual. Existem, ainda, os “bens simbólicos” que são oferecidos pela doutrina, como a possibilidade de estabelecer contato com os mortos e o alívio para os sofrimentos da alma e do corpo.

Para a instalação e o reconhecimento do Centro junto à comunidade local, foi importante a participação de sujeitos como Aristides Spínola, Lima Júnior, João Gumes, Priscila Spínola, entre outros. Essas pessoas já tinham uma trajetória consolidada na cultura escrita, devido às atividades de trabalho que desempenhavam ou a outras formas de sociabilidades e aos seus pertencimentos sociais. Eram, portanto, pessoas detentoras de capital econômico, político e cultural que conferiram à nova instância religiosa a legitimidade necessária para o seu funcionamento. Os espíritas kardecistas, no início do século XX, eram considerados um grupo formado por pessoas com elevado nível de letramento (AUBRÉE, LAPLANTINE, [1990] 2009; DAMAZIO, 1994). Todavia, em Caetité, a “agremiação” não foi formada apenas por pessoas que tinham o domínio da leitura e da escrita, pois contou com a participação de sujeitos com pouco ou quase nenhum nível de domínio do escrito. Vimos, por exemplo, o caso de Rosa Silva, que, embora não tivesse o domínio da leitura e da escrita, teve participação ativa na instituição. Dessa forma, a instância religiosa funcionou como via que possibilitou o seu contato e participação na cultura escrita. Embora sejam exceções, casos como esse precisam ser problematizados e investigados.

A partir do que foi exposto ao longo dos quatro capítulos desta tese, é possível dizer que diversos fatores contribuíram para a implementação de uma determinada prática de letramento religioso no *Centro Psíquico*, ocorrendo mais precisamente em três eventos distintos: nas sessões ordinárias, nas conferências públicas e nas sessões comemorativas.

As sessões ordinárias eram realizadas duas vezes por semana e se dividiam em duas partes: uma “teórica”, de estudos de livros e textos que se fundamentavam nos preceitos de Kardec; e outra denominada de “prática”, em que ocorriam as manifestações espirituais, ou seja, as sessões mediúnicas. A sessão ordinária foi identificada como um ritual estável – uma oração

inicial e a final, que podiam acontecer de forma espontânea ou em voz alta por aquele que ocupava o lugar de dirigente (podia ser o diretor ou presidente, o vice-diretor ou o secretário), acompanhado de forma silenciosa pelos participantes. A leitura acontecia sempre em voz alta, coletiva e mediada. Liam-se os suportes manuscritos ou impressos, como atas, cartas, convites, comunicados, livros, folhetos, jornais seguidos de comentários. Essas práticas também fizeram parte da estrutura estável desse ritual.

Outro evento eram as conferências públicas. A sua preparação envolvia a produção de um texto escrito, depois a leitura oral para o público ouvinte, seguida de comentários. Esses momentos eram destinados, geralmente, ao público externo e tinham como objetivo propagar e divulgar a doutrina com a intenção de atrair novos adeptos. Por fim, as sessões comemorativas que aconteciam em datas significativas, especialmente em 25 de dezembro – dia de Natal e da fundação do Centro – e em 3 de outubro, quando se comemora o nascimento de Allan Kardec. Tais momentos caracterizavam-se pela intensa presença de objetos de leitura e de escrita, das poesias, jograis e outras formas de exposição que, geralmente, eram acompanhadas pelos gestuais.

Nas atividades do Centro, destacou-se a participação ativa e conjunta de homens, mulheres e crianças. A participação não se restringiu apenas aos que exerciam a condição de escrevente ou de leitor, visto que os demais membros participavam por meio da oralidade apresentando proposições que eram ouvidas e registradas em ata. Tal prática evidencia o protagonismo dos diferentes sujeitos que frequentavam o Centro. A comunidade de adeptos desempenhava variadas funções, como médium, encadernador, organizador de eventos festivos, bem como contribuía na distribuição de donativos às pessoas carentes, entre outras. As crianças atuavam nas sessões, especialmente nas comemorativas, lendo jograis, faixas com frases e declamando poesias. Vimos que, antes da fundação do Centro, algumas mulheres já praticavam a doutrina, realizando sessões em suas residências. Com a institucionalização da doutrina, o público feminino passou a desempenhar funções como as de médium, secretária, zeladora, encadernadora, bibliotecária e outras. Além dessas atividades, elas foram, também, responsáveis pela propagação da doutrina na cidade e região. Assim, as mulheres, na condição de mães ou professoras, podiam lidar de maneira mais próxima com crianças e jovens, no sentido de divulgar e influenciar o interesse das novas gerações pela Doutrina Espírita. Em determinados momentos, a participação feminina foi ocultada, como, por exemplo, na fundação da entidade e no exercício do cargo de diretor, em que prevaleceu a figura masculina. Nessa perspectiva, outra possibilidade para estudos futuros é investigar o papel das

mulheres no Centro, considerando que elas desenvolveram várias atividades relacionadas com a produção do escrito, visto que algumas já se dedicavam à escrita por fruição, prazer ou trabalho. Pode-se investigar como as escritas femininas das primeiras décadas do século XX abordam a Doutrina Espírita.

A análise da produção escrita no Centro revelou o que outros estudos têm mostrado, principalmente quando se trata de uma instância religiosa em que o oral e o escrito estão fortemente imbricados. No caso do Espiritismo, especificamente, embora ele seja conhecido como uma doutrina que se pauta no estudo dos livros, não é possível separar a relevância e o papel da oralidade para o grupo. No *Centro Psychico*, a dimensão do oral é incontestável não somente em ocasiões de leitura orientada, mas principalmente devido à longa atuação do médium falante Virgílio Cotrim. O médium, diferentemente de outros que transmitiam as mensagens por meio da escrita, fazia-o por meio da oralidade. As mensagens eram consideradas portadoras de “autoridade”, uma vez que foram enviadas pelos guias espirituais que se encontram num nível de desenvolvimento mais elevado. Depois de emitidas, eram registradas em ata. Tal aspecto revela que as relações entre o oral e o escrito não são dicotômicas e antagônicas, mas complementares, considerando que a interdependência entre as duas maneiras de manifestação da palavra servia até mesmo como forma de afirmar a legitimidade de ambas.

A escrita espírita produzida no Centro buscou cumprir e atender às necessidades determinadas pela sua utilidade na instância. Suas funções e usos específicos eram a mediúncia, de assistência social e espiritual, e a difusão de saberes da homeopatia. Os usos decorrentes dessas escritas visavam, sobretudo, atender aos preceitos religiosos de proporcionar o conforto físico, espiritual e moral daqueles que recorriam ao auxílio da instituição e, sobretudo, divulgar e propagar a Doutrina Espírita. Além da dimensão espiritual, a escrita serviu também aos usos e funções do cotidiano da instituição, como, por exemplo, uso de ordem civil e pessoal, normativa, formação de redes de publicação entre os periódicos, política e contábil. Em alguns registros, por exemplo, os redatores abordaram acontecimentos de ordem pessoal e local considerados significativos para a comunidade. A ocorrência revela, acima de tudo, “não apenas o que a escrita fez das pessoas, mas o que as pessoas fizeram da escrita” (OLSON; TORRANCE, 1995).

Por sua vez, a escrita manuscrita produzida na instituição teve algumas singularidades, como o quantitativo de material produzido, a atenção e os cuidados com a materialidade na

confeção e elaboração desses registros por meio da encadernação dos livros. Entre os materiais utilizados para essa escrita, destacamos os diversificados tipos de papéis, tinta, lápis, caneta, penas, e outros. A aquisição desses objetos era feita no comércio local em espaços denominados de “armazéns”, “vendas”, ou na tipografia de *A Penna*. Havia ainda a oferta dos serviços de encadernador para a confecção dos livros manuscritos. O acesso a tais serviços revelou que a cidade dispunha de certas condições de urbanização e, principalmente, que havia uma demanda por tais objetos. O estudo revelou ainda a dinâmica e os interesses que envolviam as relações comerciais. Um exemplo é o do proprietário do Armazém 1º de Janeiro, Frederico Dantas de Castro, que fazia questão de declarar que era protestante, mas isso não o impedia de comercializar com diferentes instituições religiosas, com as quais mantinha boas relações. A estratégia utilizada pelo proprietário serviu como meio para divulgar e propagar seu estabelecimento comercial, além de servir para conquistar e garantir a preferência dos clientes, independentemente dos seus pertencimentos religiosos. Assim, a questão apresenta-se como temática para futuras investigações, na tentativa de dimensionar, em nível local, a produção, circulação, comercialização e a oferta dos materiais para escrita e leitura, com o intuito de mapear quantos e quais eram os espaços de comercialização que existiam, na época, na cidade de Caetité.

A análise das fontes sobre leitura possibilitou evidenciar que os textos, independentemente do nível de complexidade, estavam à disposição de públicos distintos. Entretanto, para a sua leitura, estudo e apreensão era necessário o papel do leitor-mediador “autorizado”, pessoa encarregada de fazer a mediação entre os textos e os leitores, conferindo os sentidos considerados “adequados” às leituras. O leitor-mediador “autorizado” era o responsável tanto por fazer a tradução de um texto em francês, como também pela exposição de um tratado filosófico sobre a Doutrina Espírita, de modo a torná-lo inteligível ao público ouvinte.

As conclusões a que chegamos com relação à leitura religiosa partilham dos resultados de outras pesquisas sobre o tema. Por exemplo, o estudo realizado por Viñao Frago (1993) revelou que a leitura da Bíblia, na Alemanha do século XVI, após as reformas de Lutero, se restringia apenas à elite, pois esse era considerado o grupo apto e que tinha condições adequadas de realizá-la, além de não representar perigo para a ordem social instaurada. Entretanto, segundo o autor, o povo e as crianças necessitavam de orientação, tutela, disciplina mental e social para a correta interpretação dos seus textos. Vê-se que, na apropriação dos textos religiosos, a liberdade do leitor é controlada, de forma que a intensidade da presença do leitor-mediador “autorizado” tenta limitar a capacidade de

interpretação desses leitores. Assim, confirma-se a assertiva de Chartier (1990), segundo a qual abordar a leitura é operar ao mesmo tempo com duas tensões: “a liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la” (p.123). No *Centro Psychico*, tais tensões estiveram presentes e foram inerentes à própria doutrina, visto que se pregava que o leitor tinha liberdade para ler produções contrárias aos preceitos espíritas; entretanto, a função exercida pelo leitor-mediador autorizado atuava de forma a imprimir aos textos a correta apreensão do seu sentido. Portanto, pode-se dizer que a liberdade de leitura dos leitores era condicionada.

Os títulos das leituras indicavam que estavam pautadas no efeito de legitimidade, visto que seguiam uma prescrição normativa mais ampla definida pela política da Federação Espírita Brasileira, que, por sua vez, se fundamentava nas prescrições definidas pelo *Catálogo racional das obras para se fundar uma biblioteca espírita*. Constatou-se que havia a prática da leitura intensiva, sobretudo do Pentateuco, formado pelos cinco livros básicos em que se fundamenta a Doutrina Espírita. Entre os mais lidos na instituição, destacaram-se o *Livro dos espíritos*, o *Livro dos médiuns*, *O Evangelho segundo o Espiritismo* e o *Céu e o inferno*. Essas obras são identificadas como pilares da doutrina, por enfatizarem os aspectos ligados ao tripé ciência-filosofia-religião, sustentáculo do Espiritismo para os kardecistas, e são apresentadas em termos que evocam confiabilidade e legitimidade em relação às teses que defendem. Como já apontado por outros estudos, a leitura intensiva dos textos sagrados é uma característica inerente à prática de letramentos religiosos, visto que nesse tipo de leitura há uma retomada constante dos textos, como uma forma de se apreenderem e se memorizarem os princípios da doutrina. Os principais textos da doutrina foram lidos e relidos, então, com o intuito de incorporar nos leitores e ouvintes os seus preceitos. Além das obras do Pentateuco, foram também lidos, de forma intensiva, alguns livros de Léon Denis, mensagens mediúnicas e o livro *Os quatro evangelhos*.

A importância atribuída à leitura pelos espíritas pode ser percebida de maneira similar à forma como os protestantes da América dos séculos XVII e XVIII se relacionavam com ela. Para este grupo religioso, a “fé e a leitura” estavam interligadas de maneira indissociável, o que define uma cultura vinculada à familiaridade com o texto bíblico (CHARTIER, 1991, p.133), haja vista que o texto, antes de ser lido individualmente, era enunciado em voz alta no grupo familiar ou na comunidade de leitores por um mediador, que conferia ao escrito uma interpretação autorizada. Para os espíritas, a relação entre fé e leitura é bem ampla e complexa, na medida em que as ações decorrentes da leitura definem a condição de se ser um

espírita, sobretudo porque dessa leitura depende o desempenho e o progresso moral e espiritual do adepto.

Na escrita impressa do Centro, destacou-se a produção do jornal *Lux* a partir de 1913. A sua criação fez parte das estratégias utilizadas pela instituição para divulgar e propagar a doutrina, como também para enfrentar as tensões e os conflitos com o poder episcopal recém-criado na cidade. Portanto, o impresso configurou-se como um meio de formar e instruir os adeptos e os não adeptos, além de ser um canal importante para a conquista de novos sectários. Os redatores do *Lux* eram, em sua maioria, vinculados à diretoria da instituição, a exemplo de João Gumes. Em seus escritos no jornal, Gumes procurou mobilizar um amplo repertório construído ao longo de sua vida, tanto de leitura e escrita, quanto do Espiritismo. A habilidade com as palavras possibilitou que seus textos expressassem o domínio e o conhecimento da doutrina, que foram adquiridos através de intensa leitura e de processos formativos dentro da própria instância religiosa.

De acordo com Bourdieu (1983), a produção da linguagem entre dois locutores é perpassada pela “força simbólica”, o que implica a relevância do capital de autoridade. A construção simbólica desse capital ocorre no campo ao qual o sujeito está vinculado. Acreditamos, dessa forma, que os redatores do *Lux* – a exemplo de João Gumes, que fez uso do seu capital de autoridade ao propor para o Centro o desafio de se produzir uma gazeta de propaganda da Doutrina Espírita –, também se valeram da sua autoridade respaldada. Apesar das restrições impostas pelas autoridades católicas à leitura do jornal espírita, o impresso foi acolhido por uma parcela da população, possivelmente em função do capital cultural das pessoas envolvidas com a sua produção. Fato é que, ao ser lido pela população, o *Lux* cumpria a sua função de agente de letramento religioso, ao propagar e divulgar os preceitos filosóficos e morais em que se fundamenta a doutrina.

Por sua vez, o tempo de existência do jornal *Lux* (1913-1933) é um indício de que o impresso cooptava leitores permanentes – possivelmente o maior número estava entre os adeptos e simpatizantes da doutrina, contudo não se restringindo apenas a esse público. As disputas e os embates que se estabeleceram entre os espíritas e os católicos na tentativa de garantir a legitimidade do espaço religioso foram divulgadas pelos impressos confessionais da cidade, principalmente pelo *Lux*, o que constitui prova contundente de que o jornal espírita também era lido por outros grupos religiosos, especialmente, os católicos. Disso se depreende que o impresso teve certa “perenidade” e “vitalidade” (GALVÃO; FRADE, 2017), elementos que

podem ser atribuídos aos periódicos religiosos que concentram a sua força na formação de leitores. Logo, a fidelidade dos leitores adeptos da Doutrina Espírita colaborou com a relativa duração do impresso, que circulou com algumas interrupções. Entretanto, para se compreender a relação que se estabeleceu entre o leitor e o jornal *Lux*, necessita-se ampliar as investigações, no sentido de perceber como os leitores liam o impresso e quais foram as formas de recepção do jornal.

O estudo do jornal *Lux* revelou o que outras pesquisas sobre impressos espíritas, como Rocha (2014), já evidenciaram: que um dos seus escopos principais era divulgar as ideias de Kardec e as publicações por ele produzidas. Por seu turno, a imprensa foi um espaço para que os redatores manifestassem seus posicionamentos político-ideológicos, além de se constituir como espaço público de defesa dos ataques do clero católico.

Entre as ações de letramentos desenvolvidas pelo jornal *Lux*, ressalta-se a literária, que acontecia por meio da publicação e comentário das obras espíritas. Esse espaço foi relevante na medida em que visava informar e formar o público leitor, além de mantê-lo atualizado quanto à produção, difusão e venda dos impressos espíritas, especialmente sobre a revista *Reformador*. Conforme se pode verificar, o estudo do *Lux* neste trabalho procurou evidenciar essas ações do ponto de vista prescritivo, deixando abertura para estudos que se voltem a compreender a recepção e os resultados na formação de sujeitos letrados.

Por fim, esta pesquisa procurou revelar os tipos de leitura e escrita produzidos no *Centro Psychico* nas décadas iniciais do século XX. Embora se possam considerar as limitações deste trabalho, esperamos que tenha contribuído para os estudos no campo no qual se insere e sirva como referência inicial para outros estudos sobre leitura e escrita no Centro Espírita. Vale destacar que essas fontes utilizadas merecem mais investimentos de pesquisa, considerando a amplitude e a diversidade de abordagens que podem surgir de seu acervo documental.

FONTES MANUSCRITAS

Acervo do Centro Espírita Aristides Spínola

- Carta de João Gumes enviada ao Centro Psychico. Caetité 18 de novembro de 1906.
- Livro de atas do Centro – 1905-1930.
- Livro de receitas e despesas do Centro Psychico de Caetité – 1905-1957.
- Livro de manifestação dos espíritos.
- Livro de distribuição de remédios homeopáticos 1911, 1929 e 1930.
- Livro de mensagens mediúnicas.

Arquivo Público Municipal de Caetité

- Atas de Sessões da Câmara Municipal de Caetité (1892-1922). Fundo: Intendência Municipal, Grupo: Conselho Municipal, Série: Atas do Conselho Municipal, Data-limite: 1892-1922, maço: 05, caixa: 01.
- Carta de Aristides Spínola para Celsina Teixeira. Fundo: Acervo particular da família de Dr. Deocleciano Teixeira. Grupo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: Correspondências pessoais, caixa 01, maço 04.
- Carta de João Gumes para Deocleciano Teixeira. Fundo: Acervo particular da família do dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Data-limite: 1897-1930, caixa: 2, maço:5.
- Carta de Gustavo Fagundes para Lima Júnior. Caetité, 29 de dezembro de 1903. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondência usuais, Caixa: 01.
- Correspondência de Aristides Spínola para Lima Júnior. Fundo: Acervo da família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel de Lima Júnior, subsérie: correspondência usuais, Caixa: 01.
- Cartão de aniversário. Fundo: Acervo particular da família Deocleciano Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/ Remetentes, notação: caixa: 1, maço:1
- Acervo: Poder Judiciário Série: Tabelionato de notas e protesto. Subsérie: escrituras de compra, venda e outros. Data limite: 1914-1918. Caixa:1, maço:1, em 31/10/1918, fl 116.
- Livro de Matrícula da Escola Particular de Primeiras Letras de João Antônio dos Santos Gumes. Fundo: Acervo particular de João Antônio dos Santos Gumes, Caixa: 03, maço: 07.
- Telegrama de Rogaciano para Deocleciano Teixeira. Fundo: Acervo particular da família de dr. Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/ Remetentes, notação: caixa: 1, maço:1.
- GUMES, João. **Serafina**. (188?) (manuscrito). Fundo: Acervo particular da família de João Gumes.
- GUMES, João. **Pelo Sertão**: narrativas de costumes rurais do sertão baiano (1927) (transcrição). Fundo: Acervo particular da família de João Gumes.

Acervo da Diocese de Caetité

- MARTINELLI, Angelo Henriques. **Livro História da Diocese de Caetité**, 1915.
- MONSENHOR BASTOS, Luís Pinto. Livro de Tombo da Igreja Caetité, 1908.
- Livro de notícias diversas (s/d).

Arquivo Particular de Maria Belma Gumes Fernandes

- Árvore genealógica da família Gumes (s/d)
- Livreto produzido pela Typografia de A Penna para uma sessão literária do Club Caetiteense realizada em 10/12/1922.

Cartório de Registro Civil de Caetité

- Estatuto do CEAS, Livro de Registros – Livro A1, fls 01/01, sob o n. 01. Em 05 de junho de 1928.

FONTES IMPRESSAS

- A Penna, Jornal, 1897, 1898, 1900, 1901, 1902, 1912, 1918, 1919, 1922, 1926, 1927, 1928, 1929.
- BASTOS, Luís Pinto Bastos. O Cônego Bastos e a Política de Caetité, 1920.
- Boletim Inter-Parochial, abril/1929.
- BRITTO, Juvêncio de. Carta Pastoral, 1927.
- Catálogo da Livraria da Federação Espírita Brasileira, 1939.
- Correio de Caetité. Jornal, 1916 e 1918.
- Federação Espírita da Bahia. *Boletim Informativo*, ano VII, n.30, nov/dez, 1976.
- GUMES, João. O sampauleiro. Caetité: Typografia d' A Penna, vol. I, 1922.
- GUMES, João. O sampauleiro. Caetité: Typografia d' A Penna, vol. II, 1932.
- GUMES, João. Os analphabetos. Bahia: Escola Typographica Salesiana, 1928.
- Lux, Jornal, 1913, 1914, 1918, 1922, 1928, 1930, 1933.
- MELLO, D. Raymundo de. Carta Pastoral, 1915.
- O Arrebol, Jornal. 1918, 1920.
- PHAROL, Jornal 1917.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Canuto. **O Livro dos Espíritos e sua tradição histórica e lendária**. São Paulo: Edições “L.F.U”, editoria prefácio e notas Paulo Toledo Machado, [1957] 2012. Disponível em: <<http://www.autoresespiritasclassicos>>. Acesso em: jul.2015.

AGUIAR, Lielva Azevedo. **“Agora um pouco da política sertaneja”**: trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité–1885–1924). Dissertação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

AGUIAR, Lielva Azevedo. **Acervo da Família do Barão de Caetité**: Inventário e Preservação de Documentos Históricos no Alto Sertão da Bahia. 2016. (No prelo).

AGULHON, Maurice. As sociedades de pensamento. In: VOVELLE, Michel. **França Revolucionária** (1789-1799). São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

AMORIM, Pedro Paulo. **Renovação cristã**: de Kardec a Lutero o papel do livro na cisão do Movimento Espírita Brasileiro (1949-2010). Dissertação (Mestrado), 206 f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

AMORIM, Pedro Paulo. A FEB, o livro e a pretendida identidade espírita. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. ISSN 1983-2850. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>

AMORIM, Pedro P. Roustaing: A Cisão no interior da Federação Espírita Brasileira (1920-1992). Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades, I, ANPUH. Identidades Religiosas e História... 2007, p.1-10. **Anais...** Disponível em: <www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st8/Amorim,%20Pedro%20Paulo.pdf>. Acesso em 12 jun. 2015

ARAÚJO, Fernanda Nascimento de. **Nadando Contra a Corrente**: a Homeopatia e seus embates na Bahia através da trajetória de Alfredo Soares da Cunha (1913 – 1936). Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.

ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em História da Educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal espiritismo é religião?**: A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010.

ARRIBAS, Célia da Graça. **No princípio era o verbo**: espíritas e Espiritismo na modernidade religiosa brasileira. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AUBRÉE, Marion. **Entre História e Mito: a dinâmica da literatura espírita no Brasil**, *Caminhos*: Goiânia, v. 10, n. 2, p. 145-156, jul./dez. 2012.

AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. **A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidades do movimento social espírita entre França e Brasil**. Tradução: Maria Luiza Guarnier *et al*, Maceió: EDUFAL, [1990]2009.

AZEVEDO, Alexandre R. **Abrigos para a infância no Brasil: por que, quando e como os espíritas entraram nessa história?** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

AZEVEDO, Thales. **O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**. Salvador: EDUFBA, [1954] 2002.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, [1979]1999.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs.). **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPE, 2002.

BATISTA, Antônio Augusto G; RIBEIRO, Vera M. Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. **Educação & Realidade**, jul/dez, 2004.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Papéis velhos, manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (Org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2005.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um trãnsfuga: memória familiar, escrita e autodidatismo. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al*. (Org.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BAUMARD, Claire. **Léon Denis na Intimidade**. Paris: [s.n], 1929. Disponível em: <[http://www.autoresespiritasclassicos.com/Leon Denis Livros/](http://www.autoresespiritasclassicos.com/Leon%20Denis%20Livros/)>. Acesso em 24/04/2018.

BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BIGHETO, Alessandro Cesar. **Eurípedes Barsanulfo: um educador espírita na Primeira República**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas/SP, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de Educação**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAGA, Ismael Gomes. O livro espírita. **Reformador**, Rio de Janeiro: FEB, fev.1945.

BRAZIL. MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO.

BRETTAS, Anderson C. **Eurípedes Barsanulpho e o Colégio Allan Kardec: capítulos da História da Educação nas terras do Paranaíba e do Triângulo Mineiro (1907-1918)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

BRITO, Carvalho C. Do século XIX ao século XXI: as mulheres ou os “silêncios da história do Espiritismo na cidade de Góias, **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 23, n. 1, jan./mar. 2013.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. 3ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Giane A. Pimentel. **As práticas educativas familiares no processo de distinção geracional criança/adulto (Caeté-BA, 1910-1930)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

CASTILLO GÒMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, jan./jun. 2003.

CASTILLO, Lisa E. **Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castro. **O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, [1983] 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: ago. 2017.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CHARTIER, R. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, R. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: **História da Vida Privada:** da Renascença ao Século das Luzes. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, v.3,1991.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história:** Conversas de Roger Chartier com Carlos Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita.** Tradução Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHARTIER, R. **Práticas da leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, R.; CAVALLO, G. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental.** v. 1. São Paulo: Ática, 1998.

CHAVES, José Reis. A mistura de crenças de hoje deve-se à evolução cultural, **O Consolador**, Londrina, ano 5, n° 230, 9/11/2011. Disponível em: <http://www.oconsolador.com.br/ano5/230/jose_reis.html>. Acesso em 04 fev.2018.

CORRÊA, Hércules T. Pacto ficcional. In: FRADE, Isabel Cristina A. da Silva; VAL, Maria da Graça C.; BREGUNCI, Maria das Graças de C. (Orgs.). **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/pacto-ficcional>>. Acesso em 18 jul. 2018.

COTRIM, Carla G. C. de Castro. “As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930). In: **Epígrafe**, São Paulo: Edição Dois, 2015.

CUNHA, Maria T. Santos. **Refúgios do eu:** educação, história, escrita autobiográfica. Mulheres: Florianópolis, 2000.

DAMASCENO, Julio Couto. Jean Baptiste Roustaing, o apóstolo da fé. **CONCAFRAS**, 54, 2010. Disponível em: <http://www.crbbm.org/_media/BIOGRAFIA%20ROUSTAING.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo:** advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução:** o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. **O beijo Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

DEAECTO, Marisa M. A cidade e os livros: instituições de leitura e a comunidade de leitores em São Paulo (1808-1831). In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil:** dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado:** a história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

DENIPOTI, Cláudio; FONSECA, Thais Nívia de L. **Censura e mercê:** os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 4, 2011.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Vol. IV (4a. parte). População. População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Tomo I. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1929.

DOYLE, Arthur Conan. **História do espiritismo.** Disponível em: <www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/.../Arthur-Conan-Doyle.pdf>. Acesso em 8 mai.2015.

ECO, Humberto. **Lector in Fabula.** São Paulo: Editora Perspectivas S. A., 1986.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação:** literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ESTRELA, Ely Souza. **Os Sampauleiros:** cotidiano e representações. São Paulo: Educ, 2003.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** 3ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERNANDES, Magali Oliveira. **Vozes do céu:** os primeiros momentos do impresso kadercista no Brasil. 2ed. São Paulo: Annablume, 2010.

FERNANDES, Wanderleia da S. **Cidadania e Constituição das liberdades individuais e religiosas na República:** A experiência do Centro Espírita de Caetité (1905-1930). Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia, Campus VI, Caetité, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Tânia M. C. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer num só lugar. In: ABREU, Márcia. **Leitura, História e História da leitura**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. O que é o Autor? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v.3, 2001.

FRADE, Isabel C. A. S. Revistas pedagógicas: qual a identidade do impresso? In: BATISTA, Antônio A. G.; GALVÃO, Ana M. O. (Orgs.). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FRATTARI NETO, Nicola José. **Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora**. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 32 Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1968] 2011.

FREITAS, Josué. Jean Baptiste Roustaing, o Inimigo de Allan Kardec. **Portal do Espírito**, 2015. Disponível em: <<https://espírito.org.br/artigos/jean-baptiste-roustaing-o-inimigo-de-allan-kardec-3/>>. Acesso em 08 jan.2018.

FREITAS, Marcos Cezar de. Por quem os sinos dobram? As Cartas Pastorais e a contribuição da história da educação à história das mentalidades. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et al.* (Orgs.). **Destino das letras: educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FRUTUOSO, Marcelo. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831). In: BESSONE, Tânia *et al.* (Orgs.). **Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos**. São Paulo: Alameda, 2016.

FUCKNER, Creusa M. **Lar escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional Espírita (1963 - 2003)**. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de O. *et al.* (Orgs.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de O. História das Culturas do Escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

GALVÃO, Ana Maria de O.; FRADE, Isabel Cristina A. S. **Cultura escrita em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas**, 2017 (no prelo).

GALVÃO, Ana Maria de O.; JINZENJI, Mônica Yumi. A quem destinava o Boletim Vida Escolar? In: LOPES, Eliane M. Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de O. (Org.). **Boletim Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a Educação no início do século XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GALVÃO, Ana Maria de O.; JINZENJI, Mônica Yumi; QUEIROZ, Kelly A. S. Mulheres de meios populares e a construção de modos de participação nas culturas do escrito (Minas Gerais, Brasil, século XX). **Revista Acadêmica**, Dossiê EJA, vol. 21, n. 72, set.2013.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte:Autêntica, 2006b.

GALVÃO, Ana Maria O.; “História” oral e processos de inserção na cultura escrita. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 206-223, jan./abr. 2006a.

GALVÃO, Ana Maria O.; OLIVEIRA, Poliana Janaína Prates. Objetos e práticas de leitura de um “novo letrado”: estudo de um percurso individual no século XX. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; *et al.* (Org.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GALVÃO, Ana Maria O.; SILVA, Sandra Batista de A. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* (Orgs.) **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GAMA, Zilda. **Na Sombra e na Luz**. Rio de Janeiro: Ed. FEB. Disponível em: <www.febeditora.com.br/departamentos/na-sombra-e-na-luz/>. Acesso em: 02 ago.2018.

GIL, Marcelo Freitas. O Colégio União Espírita de Pelotas: primeiras descobertas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá (PR) v. V, n.15, jan./2013.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 40, nº2, 1997.

GODOY, Paulo Alves. **Os grandes vultos do Espiritismo**. São Paulo: FESP, 2000. Disponível em: <<http://www.ebookespirita.org/OsGrandesVultosdoEspiritismo.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GONÇALVES, Nádia Luciane P. **Educação e espiritismo: o Centro Espírita Obreiros do Senhor (CEOS) e a Instituição Assistencial Meimei (IAM)**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, UNIMARCO, São Paulo, 2008.

GOODWIN JÚNIOR, James William. **Cidades de papel**: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese (Doutorado) 352 f. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOUVEIA, Maria Cristina S. de. A produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.8, jul./dez. 2004.

GRAFF, Harvey J. O mito do alfabetismo. **Teoria & Educação**, n. 2, 1990.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. **Um painel com cangalhas e bicicletas**: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910-1930). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2012.

GUMES, Marieta Lobão. **Algodão de seda**. [s.n.]: Salvador:1975b.

GUMES, Marieta Lobão. **Caetité e o "Clã" dos Neves**. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1975a.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: T. A. Queiroz. Editor/Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Orgs.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

HÉBRAD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura material e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria H. C; Cunha, Maria T. S.(Orgs). **Refúgios do Eu**: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

INCONTRI, Dora. **A educação segundo o espiritismo**. São Paulo: Comenius, 2001.

ISAIA, Artur Cesar. Espiritismo, República e progresso no Brasil. In: HOMEM, Amadeu C.; SILVA, Armando M. da, ISAIA, Artur C. **A República no Brasil e em Portugal (1889-1910)**: Progresso e religião. Uberlândia/MG: EDUFU; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 283- 306.

IVO, Isnara Pereira. Babilônia confusa: sertões em conflito e interligados ao mundo atlântico. Simpósio Internacional de Estudos sobre América Colonial, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. CD-ROM.

JESUS, Leonardo Ferreira de. **"Ventos venenosos"**: o catolicismo diante da inserção do protestantismo e do espiritismo na Bahia durante o arcebispado de Dom Manoel Joaquim da

Silveira (1862-1874). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

JINZENJI, Mônica Y; GALVÃO, Ana Maria O; MELO, Juliana F. (Org.). **Culturas orais, culturas do escrito**: intersecções. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2017.

KALMAN, Judite. **Escribir la plaza**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. Tradução Renata Barboza da Silva [et. al.]. São Paulo: Petit, [1857] 1999.

KARDEC, Allan. **Catálogo racional**: obras para se fundar uma biblioteca espírita. São Paulo: Madras: USE, [1869] 2014. (Ed. fac-similar bilíngue histórica). Disponível em: <[http://bvespirita.com/Catalogo%20Racional%20das%20Obras%20Para%20Se%20Fundar%20Uma%20Biblioteca%20Espirita%20\(Allan%20Kardec\).pdf](http://bvespirita.com/Catalogo%20Racional%20das%20Obras%20Para%20Se%20Fundar%20Uma%20Biblioteca%20Espirita%20(Allan%20Kardec).pdf)> Acesso em 24 abr.2018.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns ou Guia dos médiuns e dos evocadores**: espiritismo experimental. Tradução de Guillon Ribeiro da 49 ed. francesa. 71ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, [1861] 2003.

KARDEC, Allan. Os romances espíritas. **Revista Espírita - Jornal de Estudos Psicológicos**. Paris, janeiro/1867. Disponível em: <<https://www.kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/901/revista-espirita-jornal-de-estudos-psicologicos-1867/6044/janeiro/os-romances-espíritas>>. Acesso em 15 jan.2018.

LAHIRE, Bernad. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 3ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Márcia Maria da S. Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEON, Adriana Duarte. **A tradição e a Modernidade**: a Igreja Católica e o Debate Educacional no RS (1930/1935). Tese (doutorado), Faculdade de Educação, UFMG, 2015.

LESCOER, R. P. **La Science et les faits surnaturels contemporains**: les vrais et les faux miracles. 2 ed, Paris: Éditeurs A. Roger et F. Chernovic, 1900. Disponível em: <<http://getthisbooks.com/lfre/B00TIUK9CM.html>>. Acesso em 08 mai.2018.

LEWGOY, Bernardo. **Os espíritas e as letras: um estudo antropológico entre cultura escrita e oralidade no espiritismo Kardecista**. Tese (Doutorado), Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Zamana B. Souza. **Museu do Alto Sertão da Bahia: Diálogos entre Museu de Território e Culturas Digitais**. Dissertação (Mestrado), Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LODI-CORRÊA, Samantha. **Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para República (1868-1919)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Unicamp/SP, São Paulo, 2009.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Personagens em busca de um autor. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* (Org.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2010, (O que você precisa saber sobre).

LOUREIRO, Lúcia. **Memórias Históricas do Espiritismo na Bahia: repercussão no Movimento Espírita Brasileiro**. Salvador: s p c, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Antônio de Souza; GODOY, Paulo Alves. **Personagens do espiritismo (do Brasil e de outras terras)**. São Paulo: Edições FEESP, 1982.

LUZ, Madel Therezinha. **A arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil**. Porto Alegre: Rede Unida, 2014. Disponível em: <www.redeunida.org.br/editora/...da.../a-arte-de-curar-versos-a-ciencia-das-doencas-pdf>. Acesso em: 27 jun.2017.

MACHADO, Dirceu. William Crookes. **Correio Espírita**. Disponível em: <<http://www.correioespirita.org.br/secoes-do-jornal/biografias/868-william-crookes>>. Acesso em 08 abr.2017.

MACHADO, Ubiratan. **Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis**. 2 ed. Niterói: Lachâtre, 1997.

MAIOR, Marcel Souto. **Kardec: a biografia**. 3ed., Rio de Janeiro: Record, 2013.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCILIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Revista Varia Historia**, n.31, p.13-20, jan.2004.

MARTINS, Deolinda Pereira. **Uma lição de vida**. Local: [s.n], [s.d].

MATOS, Fernanda de Oliveira. **Presença Jesuíta no sertão da Bahia Instituto São Luiz Gonzaga / Caetité - 1912 a 1925**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

MESMER, M. **Mémoire sur ladé couverte du magnetismo animal**. Libraire-Imprimeur de Monsieur, Paris, 1779.

MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (Org.). **História da Educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MORGADO, Chablik de Oliveira. **O Voo do Pássaro e seu Canto: trajetória de um espírita e do espiritismo em Feira de Santana (1940-1960)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

NASCIMENTO, Maria das Graças S. In: CONDORCET, J. A. N. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993.

NASCIMENTO, Oliveira. A gazeta de pesqueira. **Pesqueira histórica**, 2011. Disponível em: <<http://www.pesqueirahistorica.com/2011/08/21/a-gazeta-de-pesqueira/>> Acesso em 01 ago.2018.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALLI, Elianda Figueiredo (Org.). **A educação e seus sujeitos na História**. Belo Horizonte: Agvmentvm, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador: EDFBA/Feira de Santana; UEFS, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta *et al.* (Orgs.). **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007.

NEVES, Flávio. **Rescaldo de Saudades**. Belo Horizonte: Academia Mineira de Medicina, 1986.

NOEGGERATH, Rufina. **La survie: sarealite, as manifestation, saphilosophie**. Echos de l'au-delà. Editora Librairie des Sciences Psychiques, Leymarie Éditeur, 1897. Disponível em: <<http://www.bibliotecaespirita.com>>. Acesso em 08 abr. 2017.

NOGUEIRA, Maria Lúcia P. S. **A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão Baiano, 1897-1930)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Maria Lúcia P. S. **Mulheres baianas nas artes da escrita**: tessituras de experiências, memórias e outras histórias (1926-1960). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP, n.10, p.07-28, 1993.

OLIVEIRA, Eliane C. **Anália Franco e a associação feminina beneficente e instrutiva**: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, USF, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes de. **Imprensa Espírita na cidade do Rio de Janeiro**: propaganda, doutrina e jornalismo (1880 - 1950). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Orgs.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Campinas/SP: Papyrus, 1982.

OWEN, G. Vale (Rer.). **A vida além do véu**. Tradução LIFE BEYOND THE VEIL, Brasil, 2010. Disponível em: < <http://www.luzespirita.org.br>>. Acesso em: 21 jan.2018.

PAIVA, Alessandra V. **Espiritismo e cultura letrada**: valorização do estudo pela doutrina Kardecista. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG. 2009.

PAIVA, Aparecida. **A voz do veto**: a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX, **Caderno de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, n.104, p.144-161, jul./out. 1998.

PEREIRA, Yvonne A. **À luz do consolador**. Editora da FEB, s/d. Disponível em: < <http://www.feblivraria.com.br/febnet/paginas/aluzdoconsolador.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida**: tráfico interprovincial e alforrias. Escravos e ex-escravos nos sertões de sima- Rio de contas e Caetité-BA (1860-1920). Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1838)**, São Paulo, Annablume, FAPESP, 2003.

PRATA, Denise Adélia V. **De Allan Kardec a Chico Xavier: uma visão histórica das poesias e dos romances mediúnicos**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Estudos literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2016.

PRIMEIRO Congresso Internacional Espírita de Barcelona. [1888]. Disponível em: <<http://www.autoresespiritasclassicos.com/Historia/1%20Congresso%20Esp%C3%ADrita/Primeiro%20Congresso%20Internacional%20Esp%C3%ADrita%20de%20Barcelona%20em%201888.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010.

REIS, Joseni P. Meira. Circulação de cultura letrada e a comunidade de leitores em Caetité-BA (1897-1930). Congresso Brasileiro de História da Educação, VII, e fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013, Cuiabá - MT.

REIS, Joseni P. Meira. **Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: O caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

REIS, Joseni P. Meira. Do manuscrito ao impresso na biblioteca: a trajetória de leitura de um professor no Alto Sertão da Bahia (1909-1957). In: JINZENGI, Mônica; GALVÃO, Ana M.; MELO, Juliana (Orgs.). **Culturas orais, culturas do escrito: intersecções**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2017.

REIS, Joseni P. Meira; GALVÃO, Ana Maria de O. O Espiritismo como instância de participação nas culturas do escrito em Caetité, Bahia, Brasil (1905-1930): o caso de um sujeito. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, XI. Investigar, intervir e preservar: caminhos da História da Educação Luso-Brasileira, Porto- Portugal, 2016.

REIS, Sônia Maria Alves de O. **Mulheres camponesas e culturas do escrito: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBS**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901-1927)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROCHA, Alessandro S. da. **A imprensa espírita e suas estratégias pedagógicas em fins do império brasileiro (1869-1882)**. Tese (doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/SC, 2014.

ROCHA, João Cezar. Elites no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SAID, Cezar B. **Escola Espírita Joanna de Ângelis**: uma experiência educacional à luz do Espiritismo. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

SANGENIS, Anabelle; SANGENIS, Luiz Fernando. “**Quais maçãs de faces rosadas**”: Frei Pedro Sinzig e educação censória na formação do público leitor brasileiro. **RevistAleph**, ano VIII, n. 20, dez/2013.

SANTOS, Eufrázia C. Menezes. A presença de Laura Amazonas: recepção e institucionalização do espiritismo em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Dossiê Escritas de si, v. 2, n.47, 2017.

SANTOS, Helena L. **Caetité** – “Pequenina e Ilustre”. 2.ed., Salvador: Gráfica N.S. de Lorêto, 1995.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Léngua tirana**: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SÉGUIER, Jayme de. **Dicionário Prático Ilustrado**: Novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro, 2 ed. Porto: Livraria Chardron, 1928.

SEPULCRO JÚNIOR, Jaime. **Protestantismo, História e Cultura Escrita**: um balanço da produção discente na pós-graduação brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Áurea Costa. **Luz entre os roseirais**. Rio de Janeiro: Oficinas da Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1992.

SILVA, Cintia Alves da. **As cartas de Chico Xavier**: uma análise semiótica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/download-livro.asp?ctl_id=299&tp=pdf>. Acesso em jun.2015.

SILVA, Creusa R. **Práticas educativas no movimento espírita**: um estudo sobre a Casa da Vovozinha. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2006.

SILVA, Jaqueline Peixoto da. **Espiritismo e educação**: Eurípedes Barsanulfo e o Colégio Allan Kardec/Sacramento-MG (1880-1918). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SILVA, Marcos J. Dinis. **Moderno-espiritualismo e espaço público republicano**: maçãs, espíritas e teosofistas no Ceará. Tese (Doutorado), 343f. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Pedro Celestino. Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité, **Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia**, Salvador: Secção Graphica da Escola de A. Artífices da Bahia, n.58. 1932.

SILVA, Sandra B. de Araújo; GALVÃO, Ana M. Oliveira. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOARES, Ana Lorym. A biblioteca espírita ideal: o catálogo da livraria da editora da FEB e a difusão de um projeto doutrinário espírita no Brasil (1930-1940). Simpósio Nacional de História, XXVIII, **Anais...** Florianópolis jul.2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org/.../anais/.../1434419490_ARQUIVO_Textocompleto-AnaLo.> Acesso em: 29 nov.2015.

SOARES, Ana Lorym. **O livro como missão: a psicografia como prática letrada a partir da coleção A vida no mundo espiritual (1944-1968)**. Tese (Doutorado), 218f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed, 2006.

SOARES, Magda Becker. Práticas de letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei T. (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOUZA, Marco A. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: educação e caridade**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SOUZA, Maria José de. **Modos de participação nas culturas do escrito de uma comunidade rural no norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

STOLL, Sandra Jaqueline. **Espiritismo à brasileira**. São Paulo: EDUSP; Curitiba: ORION, 2003.

STREET, Brian. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução: Marcos Bagno. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TORRES, Roney R. Baliza. **A cidade de luz: imprensa, modernização e civilidade (Caeté: 1897-1930)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus/Bahia, 2013.

ULHOA, Clarissa Adjuto. Retratos do Espiritismo no Jornal Católico “Brasil Central”: identidades e representações. Simpósio da ABHE, Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos, **Anais...**, 2011. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/issue/view/6/showToc>>. Acesso em jul.2017.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. **As boas novas pela palavra impressa: impressos e imprensa protestante no Brasil (1837-1930)**. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como processo de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n.21, 2002.

VENÂNCIO, Giselle Martins. “Sopros inspiradores”: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondências no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et al.* (Orgs.). **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

VILLALTA, Luiz Carlos. Leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas/ SP: Mercado de Letras, 2007.

VINAGRE, Elisabeth da Silva G. **Instituições para a educação infantil em Jundiá (1880-1984)**. Dissertação de Mestrado em Educação, USF, São Paulo, 2009.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Alfabetização na sociedade e na História: vozes, palavras e textos**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva *et al.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

WEBER, Beatriz T.; SCHERER, Bruno. Opções de intervenção social do espiritismo: O Lar de Joaquina (Santa Maria / RS). **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano V, n. 3, mai. 2012.

WEBER, Beatriz Teixeira *et al.* **Acervos espíritas: a Aliança Espírita Santa-Mariense e a Sociedade Espírita Estudo e Caridade- Santa Maria/RS**. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá/PR v. V, n.15, jan/2013.

WOLFI, Rayssa Almeida. “Propagar a sublime doutrina”: um estudo da revista espírita Eternidade (1911-1918). Simpósios da Associação Brasileira de História das Religiões: Chico Xavier, mística e espiritualidade nas religiões brasileiras, **Anais...**, Porto Alegre/RS, vol.14, 2015. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/950>>. Acesso em agosto/2017.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura medieval”**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SITES CONSULTADOS

ARQUIVO Público Municipal de Caetité. Localização do município. Disponível em: <<http://www.arquivocaetite.ba.gov.br/conteudo/localizacao/>> Acesso em: Jan. 2018.

BIBLIOTECA VIRTUAL AUTORES ESPÍRITAS CLÁSSICOS. Disponível em: <<http://www.autoresespiritasclassicos.com>> Acesso em: Jan. 2018.

BIBLIOTECA VIRTUAL ESPÍRITA. Disponível em:
<[bvspirita.com/O%20Livro%20do%20Medium%20Curador%20\(Jose%20Lhomme\).pdf](http://bvspirita.com/O%20Livro%20do%20Medium%20Curador%20(Jose%20Lhomme).pdf)>.
Acesso em: Jan. 2018.

BIOGRAFIAS- CORREIO ESPÍRITA. Disponível
em:<<http://www.correioespirita.org.br/secoes-do-jornal/biografias>>. Acesso em: Jan.2018.

FEDERAÇÃO Espírita Brasileira. Disponível em:
<<http://www.feeditora.com.br/departamentos/memorias-do-padre-germano/#.WosonDdG3Dc>>. Acesso em: Jan.2018.

GLOSSÁRIO CEALE. Pacto Ficcional. Disponível em:
<<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/pacto-ficcional>>. Acesso
em: 04.dez.2017.

JEAN Baptiste Roustaing, o inimigo de Alan Kardec. Disponível em:
<<https://espírito.org.br/artigos/jean-baptiste-roustaing-o-inimigo-de-allan-kardec-3/>> Acesso
em: jan. 2018.

LE SPIRITISM. Disponível em: <<http://getthisbooks.com/lfre/B00TIUK9CM.html>> Acesso
em: Jan.2018.

MISTURA de crenças de hoje deve-se à evolução cultural, A. Disponível em:
<http://www.oconsolador.com.br/ano5/230/jose_reis.html>. Acesso em: jan.2018.

PORTAL DAS CEBS. Disponível em: <<http://portaldascebs.org.br/o-que-s%C3%A3o-cebs>>.
Consulta realizada em 21 jul.2017.

PORTAL Luz Espírita. Disponível em: <www.luzespirita.org.br>. Acesso em: 04 dez.2017.

TERRA Espiritual. Disponível em: <<http://www.terraespiritual.locaweb.com.br/>> Acesso em:
24 mai.2017.

TERRA Espiritual. Disponível em:
<www.terraespiritual.org/espiritismo/sapesp/glossario.html>. consulta realizada em 24
mai.2017.